UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LUIS FERNANDO MIGLIARI BRANCO

Industriais brasileiros entre o autoritarismo e a democracia: a transição para a Nova República (1974-1988)

São Paulo
2016

LUIS FERNANDO MIGLIARI BRANCO

Industriais brasileiros entre o autoritarismo e a democracia: a transição para a Nova República (1974-1988)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

São Paulo

2016

Nome: BRANCO, Luis Fernando Migliari

Título: Industriais brasileiros entre o autoritarismo e a democracia: a transição para a Nova República (1974-1988)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos ao Alexandre Barbosa. Com grande respeito aos meus ritmos, tempos e rumos, foi sempre um parceiro de primeira hora, nos proporcionando uma relação de confiança e autonomia. A franqueza e intensidade com as quais se interessou pelo tema, criticou a pesquisa, problematizou minhas escolhas e me incentivou a caminhar, foram determinantes para chegarmos aqui. Entre tantas aprendizagens, a maior delas foi, sem dúvida, sobre o que é ser professor, ofício que compartilhamos vivamente.

À Maura, por todos os sentimentos que unem mãe e filho e que nos acompanharam com tanta força nesse período. Ao Pedro, pelo companheirismo que é só nosso e que foi infalível nesse tempo todo. Babo, Mama, o carinho e compreensão em todos os momentos ficam, para mim, como mais um ato de amor de uma série incrivelmente infinita que vocês conseguem produzir no cotidiano. Gostaria de agradecer também por ter crescido em uma família com tanto interesse no mundo e nos conhecimentos que somos capazes de produzir. À Maíra, João e Laura, minhas maiores referências na vida, agradeço pelos exemplos e alegrias que marcam nossas relações especialmente. Ao Dante, pelo exemplo de pesquisador que é.

À Lia Emi, por toda a atenção e profissionalismo, impecáveis. Seu auxílio foi fundamental para que a pesquisa se concretizasse. À Tânia Lima por todas as oportunidades que me foram concedidas no Memória Votorantim. À Lia, à Puri, Gabi, Cinara, Kid, Caio e Borgo, só posso agradecer por terem tornado os meus dias "corporativos" um tempo saudoso!

Ao Léo, parceiro dos tempos de graduação, tenho grande satisfação de ter dividido ideias, lutas, caronas e histórias sem fim. À Fernanda, pela generosidade nas conversas e por me dar tanta confiança para a elaboração do texto. Ao Kk e ao Danilo, pela presteza de sempre, obrigado por toda a atenção nos momentos em que eu recorri a vocês. Junto deles, Ramone, Juninho, Renatinha, Carol e Carolzinha, meu carinho por nossa amizade e minha admiração pelo tanto que eu aprendo com vocês. Fiz a opção de construir um caminho mais solitário. Lamento por não ter compartilhado mais a pesquisa. Penso que, agora, teremos tempo para discutir.

À Carol pela leitura atenta e o trabalho incrível feito com o texto, meus agradecimentos e reconhecimento pela sua qualidade. O que ainda está impreciso é por minha conta.

À Bê e ao Silvio, amigos irmãos, por nossos felizes dias em Brasília, em um lar tão gostoso. Obrigado por me acolherem tão bem, com tanto apoio!

À Márcia e à Cris, por toda a confiança depositada em mim e pela sabedoria demonstrada cotidianamente.

Às amigas e amigos de tantas caminhadas, fica não só o meu agradecimento. Cabe reconhecer o quanto foram fundamentais para a minha formação, em diversos espaços. Em especial, um salve à rádio várzea livre, aos cordiais, ao desvios, ao bonde todo, MACD, ao cursinho da Psico, à Rede Extremo Sul e aos meus colegas professores do Santa Maria.

Ao Zé, Annica, Silvia, Dimas, Laurinha e Fabiano, minha menção especial por terem sido tão companheiros, de uma forma que só nós sabemos.

À Dona Flor, o lar em que essa dissertação foi gerada. Fernandinho, Marcinho, Giba e Luisa, mais do que agradecer e dedicar, divido com vocês essa dissertação. Para o bem e para o mal, pensar nela está indissociável de pensar na gente. Passamos por muitas coisas juntos nesses anos, todas vividas com muita lealdade. Obrigado pelas ideias, escutas, paciência e carinho cotidianos.

À Luisa, todo o meu amor. Sua grandeza faz tudo parecer tão pequenino... Sentir sua força cotidianamente é o maior agradecimento que eu poderia fazer. Obrigado pelo apoio incondicional, expresso de tantos jeitos, com tantos gestos, em tantas palavras decididas. Nesse tempo todo, sinto que fizemos da parceria entre a gente a nossa maior preciosidade.

RESUMO

BRANCO, Luis Fernando Migliari. **Industriais brasileiros entre o autoritarismo e a democracia:** a transição para a Nova República (1974-1988). 2016. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A presente dissertação tem como proposta analisar a participação do empresariado industrial nacional no processo de transição política da ditadura civil-militar (1964-1985) para a Nova República (1985-atual). De forma mais precisa, a pesquisa procura elaborar um pensamento crítico a respeito da capacidade de articulação dessa fração da classe burguesa nas suas relações com o Estado para garantir os seus interesses políticos e econômicos. Nesse aspecto, a dissertação estabelece como essas relações se desenvolveram sob uma perspectiva histórica - ao longo do processo de industrialização do país - para, em seguida, analisar a sua reorganização no período de transição política, compreendido entre 1974, com o início da "Abertura política", e 1988, quando a Constituição da Sexta República foi promulgada. As análises elaboradas se apoiam numa leitura bibliográfica que discute a formação do setor industrial a partir das especificidades do desenvolvimento econômico do Brasil, considerando a sua condição periférica no capitalismo; e do levantamento de fontes bibliográficas e de documentos produzidos pelo setor e por periódicos, que possibilitam uma avaliação mais detida sobre o papel desempenhado pelos industriais durante o período de transição política. Assim, a dissertação tem como objetivo caracterizar os interesses e os posicionamentos tomados pelo empresariado industrial nacional durante esse processo, de modo a dimensionar a sua influência para o fim da ditadura e para a conformação da Nova República. Como estudo de caso, a dissertação se propõe a aprofundar o debate sobre a atuação dos industriais na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), com a intenção de destacar a relevância histórica desse momento para a afirmação do seu poder nos rumos econômicos e políticos do país.

Palavras-chave: empresariado industrial nacional; burguesia; transição política; desenvolvimento dependente; Assembleia Nacional Constituinte; Nova República.

ABSTRACT

BRANCO, Luis Fernando Migliari. **Brazilian industrials between authoritarianism and democracy: transition for the New Republic (1974-1988)**. 2016. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation proposal is to analyze the participation of the national industrial business in the political transition process of civil-military dictatorship (1964-1985) to the New Republic (1985-present). More precisely, the research seeks to develop a critical thinking about the articulation capacity of this fraction of the bourgeois class in its relations with the State to guarantee their political and economic interests. In this respect, the dissertation establishes how these relations have developed from a historical perspective - during the country's industrialization process - to then analyze its reorganization in the political transition period, from 1974, with the beginning of the "Opening policy ", and 1988, when the constitution of the Sixth Republic was enacted. Elaborate analysis rely on a literature reading that discusses the formation of the industrial sector from the specifics of economic development from Brazil, considering its peripheral condition in capitalism; and bibliographical sources survey and documents produced by the industry and journals that provide a more detailed assessment of the role played by industry during the period of political transition. Thus, the thesis aims to characterize the interests and positions taken by the national industrial business during this process in order to measure their influence to the end of the dictatorship and the conformation of the New Republic. As a case study, the thesis objective is to deepen the debate on the role of industry in the National Constituent Assembly (1987-1988), with the intention of highlight the historical importance of this moment for their power statement in the economic and political direction of the country.

Keywords: national industrial business; bourgeoisie; political transition; dependent development; National Constituent Assembly; New Republic.

LISTA DE SIGLAS

Abdib	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abiplast	Associação Brasileira das Indústrias de Plástico
Abranfe	Associação Brasileira de Metais Não Ferrosos
Adep	Ação Democrática Popular
AI-5	Ato Institucional n.º 5
Amvap	Associação de Máquinas, Veículos e Autopartes
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APEC	Análise e Perspectiva Econômica
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CBP	Centro Brasileiro de Produtividade
CDE	Conselho de Desenvolvimento Econômico
Cepam	Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
Cexim	Carteira de Importação e Exportação
CIA	Agência Central de Inteligência
Ciesp	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIP	Conselho Interministerial de Preços
Cirj	Centro Industrial do Rio de Janeiro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria

Conclap	Conferência Nacional das Classes Produtoras
Conclat	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
Consplan	Conselho Consultivo de Planejamento
Consultec	Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESG	Escola Superior de Guerra
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fiega	Federação das Indústrias do Estado da Guanabara
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fierj	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Geia	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
Geicon	Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval
Geimape	Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IGP	Índice Geral de Preços
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISS	Imposto sobre Serviços
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Paeg	Plano de Ação Econômica do Governo
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	população economicamente ativa
PIB	produto interno bruto
PIS	Programa de Integração Social
Plaig	Plano de Ação Integrada do Governo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Senai	Serviço de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sindipeças	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes par veículos Automotores
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 INTERPRETAÇÕES SOBRE A BURGUESIA NACIONAL E O EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO 20

1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL 23

1.2 ROBERTO SIMONSEN E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO 33

1.3 O DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA 40

1.3.1 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e o nacionalismo de Hélio Jaguaribe 42

1.3.2 Industriais e desenvolvimentismo na visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) 47

1.3.3 Celso Furtado e o pensamento cepalino 48

1.3.4 Roberto Campos: o desenvolvimentismo diante do nacionalismo 53

1.3.5 Uma síntese do pensamento desenvolvimentista 55

1.4 O DEBATE ACADÊMICO SOBRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL 58

1.4.1 Fernando Henrique Cardoso e a fragilidade da burguesia industrial brasileira como classe 60

1.4.2 Caio Prado Júnior e uma compreensão dialética da burguesia nacional 61

1.4.3 O desenvolvimento dependente e a contribuição de Peter Evans 63

1.4.4 A interpretação de Florestan Fernandes: a revolução burguesa nos marcos do desenvolvimento dependente 68

1.4.5 Empresariado industrial conservador, empresariado industrial consciente 74

1.5 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A BURGUESIA NACIONAL E O EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO 77

2 EMPRESARIADO INDUSTRIAL E AUTORITARISMO (1964-1979) 80

2.1 A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO NO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES 84

2.2 O EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO CENTRO DO GOLPE DE 1964 110

2.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR COMO EXPRESSÃO DO PODER DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL (1965-1974) 124

2.4 O FIM DO MILAGRE E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE PODER NO REGIME..... 136

2.5 O DESCONTENTAMENTO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS NA DITADURA 144

3 EMPRESARIADO INDUSTRIAL E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA (1979-1988) 169

3.1 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS GOVERNOS JOAO BAPTISTA FIGUEIREDO E JOSÉ SARNEY, E O PAPEL DESEMPENHADO PELO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO PERÍODO..... 173

3.1.1 O governo Figueiredo (1979-1985): tensões entre a abertura e a democratização . 173

3.1.2 A Nova República e as disputas pela democracia diante da crise econômica: o governo Sarney (1985-1989) 211

3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (ANC) 2400

3.2.1 O empresariado e a dinâmica política da ANC 258

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO INÍCIO DA NOVA REPÚBLICA 2789

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 286

REFERÊNCIAS 295

INTRODUÇÃO

Quando o presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), deputado Ulisses Guimarães, declarou promulgada a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988)[1], em 5 de outubro de 1988, chegava ao fim o mais longo processo de transição política da história brasileira. Finalmente, a Nova República, iniciada com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da República no Colégio Eleitoral, tinha a sua Carta.

A Constituição trazia consigo, à frente dos seus capítulos, artigos e incisos, uma alcunha, dada pelo presidente da ANC: "cidadã", que remetia à ideia de uma nova era para o país, na qual os anos de autoritarismo seriam definitivamente relegados ao passado. A Carta de 1988 emergia envolta em um forte simbolismo, de esperança de dias melhores para a nação, após o fim institucional da ditadura civil-militar, iniciada em 1964.

Contudo, uma observação mais detida desse momento nos obriga a atravessar a imagem da esperança e da cidadania que a Carta evocava, para examinarmos como se realizou o processo político que culminou em sua promulgação. Nesse sentido, uma análise mais detida da transição politica vivida pelo país desde o início da conhecida *abertura política*, em 1974, permite, evidentemente, uma compreensão mais complexa das disputas que estavam em jogo na (re)construção da democracia no Brasil. Tal observação oferece um ponto de vista sobre a fundação da Nova República como um momento extremamente complexo para a história nacional e, assim, extremamente rico do ponto de vista político e social, na medida em que uma de suas principais características foi o grande envolvimento de diferentes setores da sociedade civil brasileira em todo o processo.

Se a longevidade da transição política pode ser considerada como uma fonte valiosa para a compreensão das disputas em torno da construção de um novo período republicano, ela também expressa a força desses conflitos. Muitos ficaram longe de ser equacionados na "Constituição Cidadã", em que pese o esforço na construção da sua imagem como o símbolo da reunificação nacional.

Nas discussões que antecederam a sua promulgação, encontra-se condensada a trajetória experimentada pelo país durante o período de transição política. Essa se revela por

[1] Este trabalho fará menção à Constituição de 1988 em diversos momentos. A fim de não cansar o leitor reiterando a referência de um documento tão específico e célebre, fica esclarecido aqui que em todas as menções se remete sempre à mesma referência bibliográfica.

meio dos pensamentos e posicionamentos adotados por diferentes setores organizados da sociedade brasileira diante de grandes temas nacionais – em especial, em relação aos rumos da economia nacional, ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, aos direitos dos trabalhadores e ao próprio estabelecimento do sistema democrático. Os debates em torno desses temas mobilizaram de forma intensa a sociedade brasileira, expondo, em seu processo, as diferentes visões sobre o Brasil num período em que o consenso encontrava sua única fundamentação, justamente, na expectativa de que o futuro do país, certamente, seria melhor do que o presente, este marcado pela crise econômica, política e social que dominou a década de 1980 – e que estava intimamente associada aos governos autoritários.

Em meio a tantos atores sociais, políticos e econômicos que participaram ativamente desse momento singular da história brasileira, a presente dissertação procura estabelecer uma compreensão sobre a transição política a partir de um setor que desempenhou uma atuação de grande relevância nesse processo: o empresariado industrial nacional. Dessa forma, tem-se como objetivo realizar uma discussão sobre o papel político e econômico desempenhado pelo empresariado industrial nacional no período de abertura e transição da ditadura civil-militar no Brasil para o regime civil democrático. Pretende-se estudar, portanto, o período vivido entre o início da chamada *abertura política*, realizada a partir governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), e a conclusão desse processo, com a promulgação da Constituição de 1988.

Ainda, cabe dizer que, nas reflexões concernentes a esse período, e mesmo a períodos anteriores, a dissertação tem como um dos seus elementos centrais a análise sobre a relação entre o empresariado industrial nacional e o Estado. Busca a elaboração de um pensamento crítico sobre a capacidade de articulação do empresariado industrial brasileiro durante a transição política para a formação da Nova República. Outro elemento considerado por este trabalho é a relação desenvolvida entre os industriais e os interesses e posicionamentos defendidos por outros setores da sociedade civil, em particular aqueles à classe trabalhadora organizada e às demais frações da burguesia nacional e multinacional.

Assim, o horizonte da pesquisa foi caracterizar os interesses e posicionamentos tomados pelo empresariado industrial durante esse processo, analisando a dimensão de sua influência nele. Vislumbra-se investigar, então, como objeto de pesquisa, a reorganização do Estado brasileiro no período final da transição rumo ao restabelecimento da democracia – governos Geisel (1974-1979), Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990) – e o papel desempenhado pelo empresariado industrial nacional nesse processo. Esse período, notadamente marcado pela crise do modelo de desenvolvimento econômico da ditadura e pela

crise nas relações políticas que o sustentavam, conflagrou novas possibilidades de participação e influência política do empresariado industrial no Estado – no que se refere a sua reorganização institucional e em relação às diretrizes econômicas do país.

Para configurarmos esse processo, é necessário procurar, ainda que de forma breve, compreender os posicionamentos políticos do empresariado nacional industrial frente às questões econômicas do país e sua relação com o Estado autoritário. Estabelecido esse panorama, pretendem-se levantar questões e análises sobre as diferenças internas no setor originadas nos diferentes posicionamentos de seus membros a partir do momento em que se inicia a abertura do regime. Dessa forma, coloca-se como fundamental a análise dos motivos que levaram alguns setores do empresariado industrial nacional a romperem com o regime e se posicionar pela redemocratização do Brasil, e dos motivos que levaram outros setores a continuarem apoiando a ditadura.

O que se observa a partir da *abertura política* e consequente gradual volta da liberdade de expressão é um intenso movimento dos setores organizados da sociedade civil em disputa pela conformação da *Nova República*. Diferentes projetos de nação foram defendidos durante o período. Nesse sentido, observam-se os sindicatos patronais, lideranças industriais e publicações da imprensa ligadas ao setor marcando posições nas principais questões da economia, da política e da sociedade brasileira – expondo, inclusive, os diferentes pensamentos dentro do empresariado. As manifestações por meio da imprensa, nesse momento, ocorriam de forma intensa, expondo não apenas gravidade da crise econômica pela qual o país passava, como também o novo momento político nacional, em que a disputa pela opinião pública tornava-se cada vez mais central.

Observa-se também um intenso engajamento de empresários do setor nas disputas eleitorais do período, fosse participando dos pleitos como candidatos, fosse concedendo apoio a partidos e políticos, o que revela a necessidade de o empresariado industrial nacional integrar diretamente o processo eleitoral – um dos elementos fundamentais de um regime democrático – para exercer sua influência no Estado.

Portanto, o que se coloca como horizonte são os diferentes projetos de desenvolvimento do país e o papel desempenhado pelos industriais na defesa desses projetos, expondo suas diversas concepções, por vezes conflitivas, até, sobre os rumos políticos e econômicos da nação no período de instauração da *Nova República*, democrática.

Assim, esta dissertação pretende estabelecer uma discussão sobre como se comportou a burguesia industrial nacional no período de transição democrática, procurando compreender

– no limite – como esse setor buscou assumir ou ao menos influenciar a condução do processo de transição a partir de seus interesses de classe.

Aliado às reflexões desses pontos, a pesquisa pretendeu construir uma discussão crítica frente às análises sobre a economia nacional realizadas por diferentes autores, procurando estabelecer relações entre o contexto econômico do país e as políticas defendidas pelo empresariado nacional. Nesse aspecto, a dissertação preocupa-se em refletir sobre o processo de industrialização brasileira nos marcos do desenvolvimento dependente, assim como fundamenta seu entendimento sobre o empresariado industrial, especificamente, e a burguesia nacional, de modo geral, como uma classe social ativa, que tomou diversos posicionamentos, por vezes contraditórios, mas que consolidaram seu poder dentro do contexto do desenvolvimento dependente, reafirmando-o e atualizando-o.

A estrutura da dissertação compreende três seções principais. A seção 1 trata do debate teórico em torno da formação da burguesia industrial nacional, avaliando as principais vertentes de pensamento brasileiro acerca desse debate. Para isso, optou-se por uma discussão bibliográfica sobre o processo de industrialização no Brasil, explorando suas especificidades - de modo a apresentar um panorama sobre a industrialização que procure compreender as particularidades da formação do empresariado industrial no país, bem como qual foi o papel desempenhado pelo setor no desenvolvimento econômico e social do país. Com isso, o caminho percorrido por ela vislumbra identificar as características do empresariado industrial brasileiro durante o processo de industrialização do país, associando essas características às opções políticas tomadas pelo setor. Cronologicamente, a seção 1 dedica-se ao período compreendido entre as últimas décadas do século XIX até a década de 1960, mais precisamente, até o golpe de 1964.

A seção 2 dedica-se a problematizar as relações entre o Estado autoritário e o empresariado industrial nacional, a partir da produção historiográfica sobre o período da ditadura civil-militar. Para isso, inicia sua reflexão precisando o contexto político e econômico do país nas décadas de 1950 e 1960 para, em seguida, discutir a participação dos industriais brasileiros na articulação e efetivação do golpe de 1964, entendendo essa movimentação política como uma decisão consciente, em sintonia com os interesses do setor. Em seguida, a seção avança no debate sobre a participação do empresariado industrial na ditadura e as formas de relação entre o setor e o Estado, procurando entender como se exerceu o seu poder – considerando as tensões e ambiguidades produzidas durante a formação, auge e crise do regime no país –, e os motivos que levaram setores da burguesia industrial nacional a

se distanciarem paulatinamente da ditadura, o que contribuiu de maneira decisiva para o enfraquecimento desta última..

Em sua primeira parte, a seção 2 baseia-se em discussões bibliográficas para abarcar o debate sobre desenvolvimento do país nas décadas de 1950 e 1960, a análise sobre o golpe de 1964, as configurações econômicas e políticas da ditadura civil-militar, e as relações desenvolvidas entre o empresariado industrial e o regime. Já a segunda parte da seção começa a adentrar, mais especificamente, no objeto da pesquisa, procurando compreender a crise nas relações entre a ditadura e o empresariado industrial nacional a partir do governo Geisel e dos primeiros sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico propalado pelo regime. Nessa parte, além do uso de referências de autores dedicados ao tema, a dissertação apoia-se na leitura e análise de fontes históricas relacionadas ao empresariado industrial, produzidas pelo próprio setor ou que remetem a suas posições e opiniões, por meio dos veículos midiáticos – no caso, a imprensa escrita.

A seção 3 da dissertação, por fim, tem como tema o empresariado industrial nacional e a transição política, centrando a discussão sobre os posicionamentos dessa classe nas discussões econômicas e políticas da época como elementos estratégicos na busca pela manutenção e ampliação de seus interesses na nova realidade política do país – tendo em vista também, a complexidade e a diversidade de posições no setor. Associada à discussão bibliográfica, a seção 3 analisa fontes documentais sobre os períodos dos governos João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990). Ao reconstruir os períodos Figueiredo e Sarney a partir da ótica do setor industrial, a seção 3 visa, portanto, a interpretar como se atualizou, no aspecto conjuntural, a relação entre Estado e burguesia industrial nacional nesse momento, considerando as transformações políticas, econômicas e sociais experimentadas no país ao longo da segunda metade do século XX, de modo a analisar a participação do empresariado industrial em tal processo.

A base dessa pesquisa consiste em um levantamento de fontes nos periódicos do país e em documentos produzidos pelo empresariado industrial. Dessa forma, a dissertação procura recortar as manifestações e opiniões do empresariado industrial nacional, advindas dos próprios empresários e de suas representações de classe, em relação às principais questões da nação – inclusive no que concerne ao estudo de caso referente à participação do empresariado industrial na Assembleia Constituinte (1987-1988), destacado na segunda parte da seção 3.

Nesse momento, o trabalho procura descrever a atuação política desse setor na defesa de seus interesses durante a elaboração da nova Constituição brasileira, por meio de

interpretações que relacionem essa atuação com os pensamentos e características do empresariado industrial nacional analisados durante a dissertação.

1 INTERPRETAÇÕES SOBRE A BURGUESIA NACIONAL E O EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de suas condições históricas e particularidades constitui-se como um dos temas centrais do pensamento crítico sobre a formação social do país (BRESSER-PEREIRA, 1982). O debate em torno da formação da nação brasileira dentro da ordem capitalista foi (e ainda é) alvo de intensa produção intelectual – sendo possível considerá-lo, até, como um dos temas que mais colaboraram para a consolidação do pensamento acadêmico no Brasil.

Esse debate coloca-se por meio das interpretações produzidas no que tange à industrialização do país, à formação da sociedade de classes brasileira e às características da burguesia industrial nacional – temas considerados na presente dissertação como o ponto de partida necessário para a reflexão historiográfica aqui pretendida. De maneira mais clara: entende-se que a caracterização do empresariado industrial, inserida no processo de industrialização brasileira, é fundamental para a produção de um pensamento crítico que dê conta de analisar o papel desempenhado por essa fração da classe burguesa no período da *transição democrática*, entre 1974 e 1989.[2]

A primeira seção desta dissertação visa, portanto, a compreender as especificidades da formação da burguesia industrial nacional, bem como as diferentes interpretações sobre ela no desenvolvimento particular do capitalismo brasileiro. Para isso, ele se divide em quatro momentos. Primeiramente, há uma discussão sobre o processo de industrialização brasileira, em que se procura compreender quais foram as suas características marcantes. Essas, sem dúvida, passam pela análise das transformações sociais e econômicas experimentadas na virada do século XIX para o XX e pela compreensão da estrutura da agroexportadora nacional como impulsionadora da indústria nacional. A partir das considerações dos historiadores Caio

[2] Nesta dissertação, o entendimento sobre a transição política entre a ditadura civil-militar e a Nova República procura orientar-se pela periodização estabelecida por Codato (2006), que considera a abertura política empreendida pelo presidente-ditador Geisel o início desse processo, concluído com a proclamação da Constituinte de 1988 e as eleições presidenciais de 1989. Mais especificamente, Codato (2006) faz três divisões nesse período: *transformação do regime ditatorial-militar* (1974-1979); *desagregação do regime ditatorial-militar* (1979-1985); e *transição, sob tutela militar, para o regime liberal-democrático (1985-1989)*. Outra periodização da qual esta pesquisa se aproxima é a utilizada por Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 125), que aponta o início da transição democrática a partir de 1979, com a extinção do AI-5 o estabelecimento de um "Estado de direito autoritário": "O País deixou de ser regido por uma ditadura - predomínio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade, arbitrária, dos governantes, que podem fazer e desfazer leis - sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática. Em outras palavras: no período de transição já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia."

Prado Júnior (1974) e Wilson Suzigan (1986), entende-se que as primeiras indústrias no país estão ligadas à dinamização do mercado interno, proporcionada pela renda gerada nas exportações de matérias-primas, especialmente o café. A acumulação de capitais, nesse momento, produziu uma diversificação das atividades econômicas, sendo a indústria um setor que recebe inversões significativas, a fim de atender às demandas internas. Ainda, já se observava no início da República (1889) a participação de inversões estrangeiras em uma série de atividades, inclusive produtivas. Em seu início, portanto, os industriais tinham estreitas relações com os empresários do setor mercantil agroexportador e também com investidores estrangeiros.

Contudo, até a década de 1930, não é possível considerar a existência de um processo de industrialização do país, dada a predominância das atividades agroexportadoras na economia nacional. No entendimento de Celso Furtado (2000), Maria da Conceição Tavares (1974) e João Cardoso de Mello (1982), nos quais se alicerça a seção 1 deste trabalho, o fim da República Oligárquica (1889-1930), com a Revolução de 1930, forja um novo momento na história econômica do Brasil, em que o crescimento industrial passou a ser estimulado pelo Estado, diminuindo-se gradativamente o peso do setor agroexportador no desenvolvimento industrial. Com a crise de 1929, que afetou gravemente as exportações do país, o Estado passou a adotar políticas para evitar a derrocada do setor agroexportador e que, ao mesmo tempo, propiciaram condições para o crescimento das atividades industriais, diminuindo a dependência das indústrias em relação ao sucesso das atividades mercantis geradas pela agricultura. Nesse aspecto, além das análises de Suzigan e Versiani (1990), esta dissertação apoia-se nas interpretações de Carraro e Fonseca (2003).

O processo de substituição de importações no qual se baseou o crescimento industrial produziu a "internalização dos centros de decisão", como afirma Furtado (2000), o que significou a alteração da dinâmica da renda interna, que passou a estar atrelada à expansão do setor industrial. Com o aumento representativo da participação da indústria na economia, o próprio empresariado industrial conquistou maior espaço nos debates nacionais. O segundo momento da seção 1 trata justamente de compreender a formação do pensamento industrial brasileiro, no sentido de avaliar quais os posicionamentos adotados para a defesa da industrialização no país. Por meio da análise do pensamento do industrial Roberto Simonsen (1943; 1959; 1973), a dissertação procura identificar quais os pontos fundamentais na construção do discurso de desenvolvimento industrial. Contrapondo-se ao liberalismo predominante até então, esse industrial tornou-se a expressão do novo momento político e econômico do país pós-30, ao valorizar o planejamento econômico e a participação direta do

Estado na expansão da indústria, entrelaçando-os às ideias de racionalização científica, modernização e nacionalismo, que levariam à constituição de um país desenvolvido e independente economicamente, rompendo com suas amarras coloniais.

Como representante máximo do pensamento do empresariado industrial nacional das décadas de 1930 e 1940, a obra de Simonsen (1943,1959,1973) em defesa da industrialização simbolizou a força do setor na disputa pelas diretrizes econômicas adotadas pelo país. Sua atuação política e intelectual, posicionando-se a favor da industrialização diante do pensamento oligárquico – ainda muito forte nas elites do país – criou condições para a consolidação, nos debates sobre o desenvolvimento nacional, de um campo que se contrapusesse ao liberalismo.

É a partir do pensamento elaborado por Simonsen que esse campo forjou a criação de uma ideologia de desenvolvimento. Assim, a terceira parte da seção 1 dedica-se a expor e analisar as bases desse pensamento, conhecido como *desenvolvimentismo.* Reunida em torno do imperativo de industrialização do país como motor do desenvolvimento capitalista brasileiro e da modernização nacional, como fundamentava Simonsen (1959), essa corrente de pensamento congregou diferentes vertentes, que serão exploradas nesse momento da dissertação, considerando sua visão das características e do papel do empresariado industrial e do Estado no processo de industrialização. Como reflexo da ampliação do pensamento desenvolvimentista na política econômica do Estado, o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (Iseb), criado em 1955 durante o ápice do desenvolvimentismo, no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), possui maior centralidade nas análises aqui realizadas, principalmente a partir de seu maior expoente, Hélio Jaguaribe (1958). Também foram consideradas, a fim de compor um quadro amplo do pensamento desenvolvimentista brasileiro entre 1930 e 1964, as formulações elaboradas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio da sua figura intelectual proeminente, Nelson Werneck Sodré (1964), bem como o pensamento de Celso Furtado (1961; 2000).

Por fim, a quarta parte da seção 1 dedica-se ao debate acadêmico sobre o empresariado industrial nacional a partir de 1964, quando o ciclo ideológico desenvolvimentista (BIELSCHOWSY, 2000) entra em decadência, no momento de crise econômica e política vivida ao final do período democrático (1944-1964), encerrado pelo golpe que deu início à ditadura civil-militar. Nesse sentido, as obras de Cardoso (1964) e Caio Prado Júnior (1974) são alvo de reflexão justamente por trazerem novas perspectivas de análise quanto às características do empresariado industrial nacional – partindo de um entendimento sobre o processo de industrialização do país que se diferenciava daquele elaborado pelos

desenvolvimentistas. Caio Prado Júnior (1974) e Cardoso (1964) procuraram construir suas análises sobre o desenvolvimento industrial brasileiro de modo a problematizar o empresariado industrial nacional como agente modernizador da nação, na medida em que revelavam, de maneira mais específica, seu pensamento conservador sobre as questões nacionais e suas relações com as elites tradicionais e o imperialismo, dando uma nova dimensão sobre a industrialização brasileira – inserida no contexto do capitalismo internacional.

A dissertação aprofunda essa toada ao discutir as obras de Peter Evans (1980) e Florestan Fernandes (2005), que esmiúçam as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, conceituando-o como *desenvolvimento dependente.* A industrialização periférica representaria um dos elementos da nova fase do imperialismo, sendo o empresariado industrial brasileiro o agente capaz de realizar uma dupla articulação entre os interesses constituídos pelas elites tradicionais e pelo capital estrangeiro, de modo a consolidar sua dominação do Estado nacional pela reafirmação da desigualdade social e manutenção da exclusão política das classes trabalhadoras.

As formas como o empresariado industrial nacional exerceu seu poder no desenvolvimento dependente é o último ponto desse quarto momento. Octavio Ianni (1989), Eli Diniz (1978), Renato Raul Boschi (1979), Maria Leopoldi (2000) e Márcia Maria Boschi (2000) representam o debate acadêmico em torno de estudos mais aprofundados sobre como se efetivaram as influências do setor no Estado. Esses autores apontam uma série de análises que desvelam o pragmatismo do empresariado industrial nacional na composição junto às demais forças políticas e econômicas, afirmando sua postura conservadora e seu suporte às decisões autoritárias do Estado brasileiro, na medida em que tal prática garantiu a realização de seus interesses – especificamente, a industrialização nacional.

1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O surgimento da indústria brasileira de perfil tipicamente capitalista encontra suas raízes na segunda metade do século XIX, mais precisamente em suas últimas décadas, período marcado pela abolição da escravidão, intensificação dos investimentos estrangeiros no país (sobretudo na parte de infraestrutura e empréstimos à cafeicultura), imigração em massa de mão de obra europeia e ascensão da produção cafeeira como principal atividade econômica do

país (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 257). Junto ao advento e consolidação da República, na virada para o século XX, o país experimentou a expansão do mercado de trabalho, dos centros urbanos e das atividades industriais que, se ainda não podem ser vistos como elementos constitutivos de um verdadeiro processo de industrialização e urbanização, devem ser considerados como fatores centrais para a compreensão de uma nova dinâmica socioeconômica do país.

O crescimento da economia brasileira até a década de 1920 foi puxado pela expansão do setor agrário-exportador, baseado em produtos como açúcar, algodão, fumo, cacau e, principalmente, café – o polo mais dinâmico da produção nacional. O aumento das exportações desses produtos levou à diversificação da economia brasileira, gerando efeitos no tamanho da renda interna e no próprio mercado interno, que estimulou a demanda por bens de consumo, artigos e insumos agrícolas, máquinas e equipamentos. Demanda que passaria a ser atendida por uma produção interna (PRADO JÚNIOR, 1974). O mercado interno também se fortaleceu por meio dos investimentos na infraestrutura – sistema de transporte, estradas de ferro, modernização de portos –, impulsionando a integração das regiões do país. Esses aspectos consolidaram no Brasil uma economia de mercado, cada vez mais monetizada e bancária, estimulando o comércio de exportações e de importações. Por fim, em termos gerais, o setor agrário-exportador definiu a transição do sistema escravista para a o trabalho assalariado, na medida em que a crescente demanda por trabalhadores expandiu paulatinamente o mercado de trabalho, o que reforçou a própria economia de mercado.

Nesses termos, houve maior capacidade para o acúmulo e formação de capitais, condição necessária para a formação de uma classe empresarial no país. Considerando esse quadro geral, acrescenta-se a consolidação da República como um novo momento vivido pelo país, que tem como um de seus símbolos justamente o ganho de relevância da figura do "homem de negócios", tão bem descrita por Caio Prado Júnior (1974, p. 209) em sua obra *História econômica do Brasil*:

> Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas as suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível de forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagra-se à como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado.

Os negócios privados ganhariam força com a internacionalização, cada vez mais intensa, da economia brasileira, estimulada pelo pensamento liberal dominante nesta primeira fase da República. As inversões estrangeiras, já consideráveis em tempos do Império, aumentaram significantemente durante a República, e sua presença seria sentida em variadas atividades. Os interesses financeiros internacionais representados pelas filiais dos bancos estrangeiros estimularam a economia nacional por meio da participação na produção cafeeira e dos empréstimos concedidos para importações, reforçando os laços e a dependência do Brasil com a economia internacional. A participação estrangeira buscava todas as oportunidades de negócios rentáveis, como a especulação financeira e as atividades industriais, com destaque para os serviços públicos – estrada de ferro, urbanização, eletricidade (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 273) – e para o setor produtivo, por meio de agências comerciais, da transferência de parte ou até mesmo de todo o processo de produção, e da associação com empreendimentos nacionais.

Nos anos finais da década de 1920, o modelo agrário-exportador entra em crise, aprofundada pela Grande Depressão decorrente do *crash* de 1929[3]. A política estatal, com vistas a salvaguardar o setor cafeicultor, acabaria por incrementar de maneira decisiva o desenvolvimento industrial que já vinha ocorrendo nos decênios anteriores. Esse cenário explica-se pelos mecanismos de proteção ao produto cafeeiro: desvalorização cambial da moeda junto ao controle do mercado de câmbio e da quantidade de importações realizadas pelo país. Na medida em que a demanda por produtos manufaturados havia crescido motivada pelo aumento da renda nas atividades econômicas ligadas ao mercado interno que, por sua vez, eram sustentadas pelo setor exportador, havia espaço para que as atividades industriais internas atendessem a essa demanda, carente de produtos importados (FURTADO, 2000, p. 202). A partir do fim da década de 1930 até a primeira metade dos anos 1950, ainda que não se possa afirmar a existência de uma política industrial, o Estado brasileiro passaria a atuar diretamente na promoção do setor, principalmente nas áreas de insumos básicos e infraestrutura.

[3] Quando ocorreu a crise mundial de 1929, a cafeicultura brasileira encontrava-se em situação de risco: no período de 1925-1929, a produção crescera quase 100%, mas as exportações eram estáveis. Por se tratar de uma atividade colonial, não havia uma demanda compatível com a oferta, ocasionando superprodução. Para Furtado (2000), a política de valorização do café, ao tentar sustentar os preços desse produto, só agravava mais tal desequilíbrio. As empresas estrangeiras passaram a recolher seus investimentos no exterior, reduzindo mais as reservas monetárias dos países dependentes, e a política de valorização ficou comprometida. Ao mesmo tempo, os preços do café desabavam no mercado internacional. Não só os cafeicultores foram prejudicados, mas também os produtores de outros produtos agrícolas de exportação, como açúcar, cacau e algodão.

Todo esse processo de mudanças gestado na realidade econômica nacional foi alvo de estudos que buscaram compreender a dinâmica e os condicionantes da industrialização brasileira. Principalmente a partir do desenvolvimento da economia agrário-exportadora baseada, sobretudo, na produção cafeeira.

Para Celso Furtado (2000) e Maria da Conceição Tavares (1974), a crise do café e a Grande Depressão dos anos 1930 separam a história do desenvolvimento industrial em dois momentos. No período anterior a 1930, o crescimento da indústria nacional era fomentado pelo setor exportador, responsável pelo aumento da renda interna nacional; já o período pós-1930 foi marcado pelo processo de industrialização por substituição de importações, estimulado pelas políticas implementadas pelo Estado nacional para o combate à crise do setor exportador.

Até a década de 1930, portanto, a geração de renda criada pelas exportações influenciou diretamente o estabelecimento de um mercado para produtos manufaturados (SUZIGAN, 1986, p. 58) e, consequentemente, produziu um desenvolvimento industrial baseado na fabricação de bens de consumo que atendessem a esse mercado interno. O crescimento industrial era dependente de tal mercado, que estava condicionado pela economia agrário-exportadora ao mesmo tempo em que se tornara, também, fomentador dessa própria renda interna (por meio da geração de empregos e da consolidação do trabalho assalariado). Porém, na visão de Tavares (1974) e Furtado (2000), o setor industrial tinha limites claros para seu desenvolvimento, pois mantinha a dependência das exportações, uma vez que não criava sua própria demanda por meio da diversificação de suas atividades – concentrava-se nos bens de consumo, com baixo desenvolvimento do setor de bens intermediários e de capital. Ainda, segundo os autores, não havia, por parte do Estado nacional, uma política industrial que estimulasse a ampliação das áreas de atuação da indústria, como avaliou SUZIGAN, (1986, p. 37).

Com a crise do modelo agrário-exportador entre 1929 e 1932, há uma mudança nesse quadro de interdependência entre setor industrial, mercado interno e setor exportador. O crescimento industrial passa a ser condicionado justamente pelo declínio do setor exportador como fator principal do crescimento da renda interna. Porém, concomitantemente, é o setor exportador que garantirá as importações de bens de capital, fundamentais para o investimento no desenvolvimento industrial, e que acabaria por romper com a dependência da renda gerada pelas exportações, consolidando as atividades econômicas ligadas ao mercado interno como o principal eixo de geração de renda nacional – concentrando, inclusive, investimentos:

> O fato de que tais investimentos puderam aumentar na década de 1930, quando a capacidade de importar declinou, é explicado pela redução do coeficiente de importações em geral, e também pelas mudanças na composição das importações menos essenciais e um aumento na participação das importações de bens intermediários e bens de capital destinados aos setores ligados ao mercado interno. (SUZIGAN, 1986, p. 27)

Seguindo os apontamentos expostos por Tavares (1974) e Furtado (2000), João Manuel Cardoso de Mello (1982), em *O capitalismo tardio*, reforça a ideia de distanciamento, pós-1930, entre o setor exportador e a acumulação de capital industrial, que passaria a ser impulsionada pelo aumento das atividades econômicas urbanas – notadamente as industriais. Esse crescimento industrial beneficiou-se da política monetária e fiscal do momento, com impactos significativos na importação de produtos – a redução fora considerável. Todavia, Mello (1982) explana que o processo de substituição de importações, naquela altura, ainda não possuía capacidade de gerar um parque industrial diversificado apenas pela acumulação interna de capitais do setor industrial. A dependência do setor exportador para se conseguir importar máquinas e insumos industriais continuaria a marcar os laços de dependência, que seriam rompidos, de fato, apenas na década de 1950, com a formação das indústrias pesadas no país (MELLO, 1982).

O mesmo autor também rediscute a relação entre a dependência da expansão da indústria no país junto ao crescimento do setor agrário-exportador – para ele, essa relação deve ser observada de maneira não linear (MELLO, 1982). Se, num primeiro momento, as crises do setor exportador geravam redução dos investimentos e da própria produção das atividades industriais, os impactos da crise junto às medidas aduaneiras tomadas pelo Estado brasileiro acabavam por recuperar a produção da indústria. Isso se explica pela própria opção dos governos brasileiros ao não taxar diretamente a exportação do café nos momentos de crise. A opção tomada foi a de estabelecer tarifas aduaneiras sobre as importações como alternativa para gerar receitas. A desvalorização do câmbio para segurar o preço do café, principal produto nacional, também acabava por beneficiar a indústria local que, assim, ocupava o mercado de produtos vindos do exterior a partir da exploração de sua capacidade ociosa.

O cenário de formação da indústria nacional em sua origem, detinha, portanto, um caráter contraditório: o capital industrial dependia do capital cafeeiro para importação de equipamentos industriais, para a criação de uma força de trabalho assalariado, e para a criação de um mercado interno que demandasse produtos industrializados. Por sua vez, o setor agroexportador dependia do capital internacional e da demanda pelos produtos nacionais –

principalmente o café. Assim, o desenvolvimento industrial estava condicionado ao reforço da posição do país como economia capitalista agrário-exportadora: o predomínio do capital mercantil (setor agroexportador), ao mesmo tempo em que estimulava a indústria local, limitava-a. A compreensão desses laços entre indústria nacional e setor agroexportador ganha contornos ainda mais expressivos quando se trata de analisar as origens desse empresariado industrial. Suzigan (1986, p. 38) apontou como primeiros núcleos industriais os cafeicultores e comerciantes, mas sobretudo empresários da área de importações, muitos dos quais imigrantes.

A formação do empresariado industrial brasileiro, das décadas finais do século XIX até a década de 1930, evidentemente, acompanhou o próprio movimento de crescimento industrial no país, caracterizado pela sua estreita relação com a economia internacional por meio da expansão do setor agroexportador. Os próprios acontecimentos globais, como a Primeira Grande Guerra (1914-1918), dão a dimensão desses laços, na medida em que o início do conflito registra uma redução dos investimentos no setor industrial. Embora a produção industrial, baseada na capacidade ociosa, tivesse crescido nos primeiros anos da guerra para atender a demanda que deixara de ser suprida pelos produtos provenientes dos países beligerantes do centro capitalista, a partir de 1917 essa produção declinou e tornou-se negativa, devido à ausência de produtos importados, como insumos, máquinas e matérias-primas (SUZIGAN, 1986, p. 348). De todos os modos, observa-se, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma diversificação crescente da produção industrial, com grande predominância dos bens de consumo. A partir da década de 1920, como aprendizagem da penúria dos anos de guerra, essa diversificação intensificou-se pela própria iniciativa privada e até, indiretamente, pelo Estado brasileiro, que, embora sem um planejamento sistêmico, estimulava esse processo por meio de isenções de direitos às maquinarias importadas e de investimentos em sistemas de transportes e infraestrutura. Observa-se também, a partir da Primeira Grande Guerra e nos anos posteriores, um aumento da participação estrangeira, sobretudo de subsidiárias estadunidenses, em diferentes ramos (como veículos motores, mineração produtos farmacêuticos e químicos, alimentação e aparelhos elétricos) e em associações com empresas nacionais (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 267).

Pode-se afirmar que, durante a Primeira Grande Guerra, houve uma expansão da capacidade produtiva em determinados setores, a fim de atender a demanda interna. Como desdobramento posterior, as dificuldades para importação de artigos fundamentais para a manutenção da expansão industrial durante os anos de beligerância estimularam o movimento de substituição de importações, revelado pela intensa compra de maquinaria industrial durante

a década de 1920. Ou seja, para o incipiente empresariado industrial, estava aberta a possibilidade de expansão dos lucros por meio da produção substitutiva de importação. Em grande parte, as empresas que surgiram nesse período eram originalmente estabelecimentos de pequeno porte administrados por imigrantes ligados à produção de peças para reposição de equipamentos importados. Com o fim da guerra, a expansão do setor continuou, financiado pelos lucros obtidos durante os anos de conflito. Foi também nessa década que o aumento do peso da indústria nacional na economia brasileira passou a ser sentido nas políticas de Estado. Ainda que de forma tímida, medidas protecionistas ao setor foram adotadas, bem como incentivos a determinadas áreas – ferro, aço, cimento, química (FONSECA, 2003).

O enfrentamento da crise econômica internacional pelo Estado brasileiro, na virada das décadas de 1920 e 1930, mobilizou diferentes instrumentos, que proporcionaram melhores condições para o crescimento industrial. Com o intuito de evitar a quebra do setor agroexportador, a política cambial adotada provocou a desvalorização da moeda nacional. Como efeito direto, houve o encarecimento das importações, constituindo-se, ainda que inconscientemente, uma política protecionista à indústria local (FURTADO, 2000). Soma-se a esse quadro a expansão monetária como combate à queda na arrecadação de impostos – visando à manutenção dos gastos públicos para sustentar o preço do café no mercado. Ou seja, a manutenção do equilíbrio orçamentário e da balança de pagamentos levou a uma política cambial, monetária e fiscal que protegia a produção da indústria local. A esta altura, também é preciso considerar que o novo enfrentamento de uma situação adversa relacionada ao cenário internacional encontrava-se em outro patamar. O crescimento e a diversificação experimentados na década de 1920 haviam consolidado o setor industrial no país, que já detinha um mercado interno (inclusive com produção de equipamentos industriais) capaz de sobreviver à grande depressão internacional (SUZIGAN, 1986, p. 72).

Essas ações do Estado brasileiro foram dirigidas pelo grupo político que assumiu o país com a Revolução de 1930, a qual deslocou do poder a elite dos cafeicultores paulistas, hegemônica nas últimas três décadas do período conhecido como Primeira República (1889-1930). Comandada pelo presidente Getúlio Vargas, a nova elite política do país era mais capaz de refletir o jogo de força política entre velhas oligarquias e novos setores nacionais, a exemplo da burguesia industrial e do operariado urbano. Como símbolo desse novo cenário, o Governo Federal atuou de modo a manter a estabilidade da renda nacional proveniente da cafeicultura por meio da desvalorização do câmbio, da taxação das exportações do café em 20%, e da criação de um imposto, no estado de São Paulo, de mil réis para cada novo cafeeiro plantado (CARRARO e FONSECA, 2013). Em termos práticos, tais medidas significavam,

em curto prazo, a manutenção da renda nacional, ainda dependente do setor agroexportador, e, em longo prazo, o desestímulo ao investimento na produção cafeeira, liberando capitais para outros setores. Para além disso, elas representavam a aproximação do Estado nacional junto a interesses de diversos grupos sociais (camadas médias urbanas, classe trabalhadora, oligarquias ligadas ao mercado interno, industriais).

Com o aumento da produção industrial devido à desvalorização da taxa de câmbio, controle do mercado de câmbio e controles quantitativos das importações impostos pela crise cambial, a indústria passou a liderar o crescimento econômico com o avanço da substituição de importações de bens de consumo e de bens intermediários (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

> De fato, as principais características da industrialização brasileira são as seguintes: ela progrediu independentemente da crise no setor exportador; foi estimulada pelas políticas econômicas expansionistas. E substituiu importações que foram restringidas em decorrências da escassez de divisas imposta pela crise do setor exportador e da depressão econômica interna [...]
> O crescimento da produção industrial foi, assim, estimulado, tendo-se baseado, em parte, no aumento da produção nas indústrias de bens de consumo anteriormente instaladas e, em parte, num rápido processo de substituição de importações nas indústrias de bens intermediários e de capital. Inicialmente, o crescimento da produção foi baseado na utilização de capacidade ociosa, mas a partir de 1933 tonaram-se necessários novos e substanciais investimentos, sem os quais não teria sido possível obter as altas taxas de crescimento da produção alcançadas durante a década. (SUZIGAN, 1986, p. 352)

Desse modo, a mudança da dinâmica da renda interna acentua-se profundamente na década de 1930, consolidando o setor industrial, ligado ao mercado nacional, como sua maior fonte. Há, definitivamente, o rompimento entre a expansão do setor exportador, em crise durante toda a década, e o crescimento do setor industrial. Isso não significou, contudo, o fim das relações entre os setores, visto que a importação de equipamentos industriais necessitava do aporte da agroexportação.

É preciso observar que a relação entre expansão do setor exportador e crescimento industrial apresentava sinais de esgarçamento cada vez mais visíveis durante a década de 1920, o que se intensificou a partir da ampliação da participação do Estado nacional no fomento da indústria no país. O primeiro governo Vargas (1930-1945) foi marcado por uma série de políticas voltadas ao crescimento industrial. Diferenciando-se dos governos da República Oligárquica, taxada como arcaica e liberal, na Era Vargas o Estado aumentou sua participação direta na coordenação, desenvolvimento e direção da modernização da economia brasileira, sendo a indústria um dos principais carros-chefes de tal modernização. O caráter antiliberal do governo Vargas evidenciava-se por meio das revisões nas legislações

trabalhistas, sociais e econômicas e da criação de órgãos públicos subordinados ao Poder Executivo com o intuito de planejar o desenvolvimento nacional, como afirmam Carraro e Fonseca (2003, p. 12):

> Como exemplo, entre 1930 e 1937 foram criados os seguintes órgãos ligados a um projeto de desenvolvimento industrial: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; Departamento Nacional do Trabalho, em 1931; Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934; Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; e o Conselho Técnico da Economia e finanças, em 1936, todos eles com a função de pensar a organização e o desenvolvimento da Indústria Nacional [...].

Observa-se que a Era Vargas também significou uma ruptura no plano das ideias, em que o Estado deixa de lado o caráter bacharelesco e aristocrático da Primeira República para adotar uma postura de eficiência, baseada na composição de uma burocracia técnica. Formada para dirigir cada área a partir de seus conhecimentos específicos, essa burocracia estatal impôs uma noção de racionalidade na gerência da nação, e comandaria a ação do Estado nas mais diversas áreas que ele passou a alcançar. Nessa toada, criaram-se o Laboratório Central da Indústria Mineral (1939), o Instituto Nacional do Sal e a Fábrica Nacional de Motores, ambos em 1940; o Conselho Nacional de Ferrovias e a Comissão de Planejamento Econômico, em 1941; a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942; a Usina Siderúrgica de Volta Redonda e a Companhia Nacional de Álcalis, em 1943; o Conselho Nacional de Política Industrial, em 1944; e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945.

Para a efetivação dos investimentos no setor industrial, o Estado varguista promoveu uma política de expansão do financiamento por meio da ampliação do crédito, tendo em vista que o setor financeiro privado não possuía tal capacidade de financiamento para projetos de médio e longo prazo. Em 1937, por exemplo, foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que estimulou a importação de máquinas e equipamentos, além de auxiliar no implemento de atividades industriais como a celulose, o alumínio e a siderurgia (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

A crise e o fim da República Oligárquica não podem, entretanto, ser compreendidas como o crepúsculo do poder dos interesses do setor agrário-exportador brasileiro na política nacional. Se a urbanização e o desenvolvimento industrial contribuíram para a fragilização do Estado oligárquico, não é possível afirmar que isso significou imediatamente a consolidação do poder político do empresariado industrial a partir da Era Vargas. Pelo contrário, a manutenção (ainda que menor) da interdependência entre os setores forçou a composição

dessas forças no comando político da nação. Se a burguesia industrial brasileira modulou sua identidade política diante das oligarquias, ao mesmo tempo sua formação e consolidação no cenário nacional estão intimamente ligadas a suas relações com o setor agroexportador. A Era Vargas pode ser compreendida como um novo momento dessa relação, em que o Estado buscou articular, a todo o momento, os interesses desses setores da elite brasileira.

O regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945) simbolizou essa nova estrutura ao se basear no corporativismo para garantir os interesses distintos de cada classe, inclusive a trabalhadora. O Estado Novo atuaria como um supervisor das classes na busca por conciliar os distintos interesses, acomodando os grupos de pressão em seu interior. Essa nova dinâmica buscava a formação de um Estado capaz de formular diretrizes políticas e econômicas em nível nacional, subordinando as lideranças regionais e classistas, produzindo reformas administrativas, modernizando a burocracia estatal e direcionando os investimentos, inclusive os estrangeiros. Notadamente, essa conformação do Estado nacional interessava ao empresariado industrial.

Os próprios avanços na regulamentação das leis e direitos trabalhistas serviam a um projeto de modernização encabeçada pelo desenvolvimento da indústria. O salário mínimo, por exemplo, instituído em 1939, ao mesmo tempo em que foi uma conquista da classe trabalhadora serviu para um nivelamento salarial por baixo, permitindo que as indústrias tivessem melhores condições para calcular e planejar sua margem de acumulação e capacidade de investimentos. Além disso, com a determinação dos salários, o aumento da produtividade não se traduzia no crescimento do valor do salário. Inegavelmente sendo uma conquista, o salário mínimo aproximava a classe trabalhadora do varguismo e dava corpo à construção da imagem paternalista do líder (DREIFUSS, 2008, p. 33): a política de massas e, mais precisamente, o pacto trabalhista[4], ocorriam de forma sincronizada com o desenvolvimento industrial.

[4] Nesta dissertação, o conceito de pacto trabalhista seguirá a linha adotada por Ângela de Castro Gomes (2001, p. 48): "O discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropria e ressignifica o discurso operário construído, de forma lenta e diversificada, nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais 'oferecidos' e implementados [...] serão 'recebidos' e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução.

1.2 ROBERTO SIMONSEN E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A estrutura política e socioeconômica pós-1930 alçará o empresariado industrial, em processo de formação desde a segunda metade do século XIX – a uma condição de evidência, de ator político reconhecido, favorecendo seu desenvolvimento. Observa-se um novo rearranjo das forças políticas, em que setores relacionados às atividades urbanas, como a própria indústria, compuseram politicamente com setores ligados à agroexportação. Dentro do pacto trabalhista liderado por um Estado empenhado em produzir uma ideologia nacionalista, Vargas desencadeou um planejamento estatal na área industrial com objetivo de implementar um parque composto por indústrias de infraestrutura e bens de produção a partir do processo de substituição de importações.

Grosso modo, é nesse cenário que Roberto Simonsen, engenheiro e industrial, ganha destaque na formulação intelectual sobre o país[5]. Defensor da especialização da técnica, inclusive na produção do conhecimento, Simonsen foi um dos primeiros intelectuais a produzir textos de história econômica do Brasil e sobre os desígnios da economia brasileira contemporânea sob o prisma da necessidade do planejamento econômico e da industrialização (MAZA, 2002).

Nesse sentido, o projeto de modernização do país, que teria como um de seus pilares o crescimento da indústria nacional, propiciou a projeção de um intelectual do porte de Simonsen, ligado à indústria e a um ideal de praticidade, de funcionalidade, de ação modernizadora – mais distante do burocratismo da camada dominante e do bacharelismo da intelectualidade até então hegemonizante na República Velha.

A discussão sobre a modernização do país, portanto, passava obrigatoriamente pela questão da relação entre sociedade e Estado, marcada pelo papel que o Estado deveria ter na

[5] Quando da instauração do governo provisório a partir da Revolução de 1930, Simonsen foi preso e investigado devido às relações de suas empresas (Companhia Construtora e Murrey, Simonsen & Cia.) com o governo deposto. Como presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi responsável pelos serviços de Cadastro e Mobilização industrial durante a Revolução de 1932. Sua aproximação a Vargas ocorre a partir da segunda metade da década de 1930, após breve exílio na Argentina: "Coerente com a propositura industrialista anti-liberal que principia enunciar e com o grau mais elaborado de suas formulações, inicia paulatina aproximação com o governo Vargas, apoiando a centralização política e econômica em curso. A culminância deste processo se dá em 1937 com seu rompimento com a bancada federal de São Paulo, com as críticas à Constituição de 1934 ('que não se adapta em pontos essenciais à realidade brasileira') e, finalmente, com o público apoio ao golpe do Estado Novo. Justifica a medida autocrática em razão das 'bases instáveis de nossa economia', das 'condições de insegurança e de intranquilidade provocadas por uma campanha demagógica e insincera', pelo 'emperramento criado pela burocracia e pelos processos observados no Poder Legislativo' e pelos reclamos de providências de caráter inadiável e necessárias ao progresso do país." (VIEIRA, 1987, p. 50).

organização da economia nacional. Para Simonsen (1973), ele deveria promover, de maneira direta, condições para a industrialização do país, evidenciando sua posição crítica ao liberalismo ao se colocar favorável à planificação econômica. A necessidade de superação do "atraso" brasileiro deveria ocorrer pelo progresso material da sociedade, sendo o Estado necessário para a resolução dos problemas sociais. Esse quadro possibilitaria a consolidação de uma economia nacional independente frente aos outros países.

Embora sem se colocar diretamente contrário ao setor agroexportador, Simonsen (1959; 1973) ressaltava na sua produção intelectual a necessidade de o Estado protagonizar o desenvolvimento industrial. Essa era vista como condição necessária para a modernização do país e para sua própria autonomia dentro do cenário capitalista mundial, expondo-se a fragilidade do modelo econômico baseado na exportação de produtos primários:

> A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação. Haja vista o que se fez na Rússia e na Turquia, quanto ao seu desenvolvimento material; considerem-se as planificações levadas a efeito pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por outros países em luta, para organizar suas produções, dentro de um programa de guerra total. [...] A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando à elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, que a ela está visceralmente vinculada. [...] A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger por igual o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral. (SIMONSEN, 1973, p 304)

A aproximação de Simonsen ao Estado varguista também se projetava por meio da defesa da racionalização científica para o enfrentamento dos problemas políticos do país. Um exemplo se refere aos conflitos de classe. O industrial via na luta de classes um dos entraves ao desenvolvimento nacional, uma vez que, para ele, todos os setores da sociedade deveriam estar concentrados em desenvolver a nação. Porém esse seu posicionamento não significava intolerância à organização dos trabalhadores por melhores condições, pelo contrário. É nesse ponto que entrava a necessidade de uma análise científica, técnica, das relações entre capital e trabalho:

> Esse antagonismo violento não se justifica, e só é explicado por procurarem as duas classes, a todo transe, resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade. De fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo; daí a viabilidade em ser obtida a solução harmônica dos interesses das duas classes por investigações científicas das condições reais do trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção. Foram os atrasados sistemas de paga e a má orientação dos patrões que mais

> concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe. (SIMONSEN, 1973, p. 438)

Assim, a questão central, para Simonsen (1973), era a elaboração de uma racionalização embasada na ciência, cujo objetivo seria o aumento da produtividade e da eficiência do trabalho. Esse objetivo deveria ser atingido não por meios políticos, mas sim econômicos, por meio da ideia de "justa remuneração do trabalho" (SIMONSEN, 1973 p. 436), que por sua vez deveria fundamentar-se no tratamento individualizado da questão salarial, evitando as negociações coletivas, o que neutralizaria as organizações dos trabalhadores (VIEIRA, 1987, p. 13). Com isso, a ideia de remuneração do trabalho indicava uma resolução para os conflitos a partir de critérios que premiassem o esforço pessoal e as diferenças de produtividade entre os trabalhadores, individualizando o operário e motivando-o para o trabalho (SIMONSEN, 1973 p. 439).

O que Simonsen (1973) vislumbrava era a defesa da racionalização como o melhor meio para o desenvolvimento nacional – possível, apenas, se todos os segmentos sociais obtivessem melhora significativa em sua renda. Nesse aspecto, ele via as contendas políticas muitas vezes como entrave ao crescimento da nação. Em todo o caso, seu pensamento revela uma postura conservadora, mas não intolerante às demandas e organizações dos diferentes segmentos sociais. O discurso pelo racionalismo não significava, tampouco, a negação ou o desprezo do industrial pelas questões políticas relevantes de sua época. Por exemplo, ele não só reconheceu, como apoiou, na condição de presidente da Fiesp, a instauração do salário mínimo pelo governo Vargas, tendo em vista que sua preocupação era "a elevação do nível de nossas populações, como condição essencial à melhoria do fator básico do fortalecimento de nossos mercados internos" (SIMONSEN, 1959, p. 191). É esse mesmo ideal racionalista que também o levava a criticar outras decisões do Ministério do Trabalho varguista, como a reforma da Lei Sindical, em 1939, a qual impedia a formação de federações regionais, como a Fiesp, verticalizando, em nível nacional, as associações de classe. Sua argumentação sempre se colocava do ponto de vista da racionalização:

> Nessa reforma, senhor Ministro, felizmente ainda não aprovada por V. Excia., segundo o pouco que já nos foi dado conhecer, temos elementos suficientes para, desassombradamente, assegurar a V. Excia., com a responsabilidade de todo o nosso passado e apoiados nos mais acurados estudos, a que mandámos proceder, que se pretende criar uma organização estrutural inteiramente em desacordo com as realidades do país, com as necessidades de nossa produção e com os propósitos e verdadeiros intuitos de um sadio corporativismo. [...] Constitui ainda preocupação dominante do relator do projeto em questão evitar federações regionais como a nossa, sob o pretexto de que tais associações, abrangendo sindicatos de categorias diversas, mas de um mesmo tipo geral de atividades, podem querer imprimir, na

> solução dos problemas que lhes estão afetos, tonalidades de caráter regional, sacrificando os interesses nacionais. [...] Esqueceu-se o ilustre relator do questionado projeto de que o interesse nacional é, em última análise, a soma algébrica dos interesses regionais, e que qualquer progresso em qualquer região do país se integra automaticamente no progresso e na grandeza nacionais. (SIMONSEN, 1959, p. 108)

Em última instância, sua preocupação em tratar os problemas nacionais a partir desse prisma desvelava a necessidade de modernização do Brasil por meio do ideal técnico-científico. Suas concepções eram marcadas pela valorização da razão técnica, que deveria ser produzida por uma elite reformadora orientada pela ciência (VIEIRA, 1987, p. 87). Para isso, era preciso desenvolver a elite do país, que seria a responsável por comandar o processo de modernização nacional. Mas não apenas essa elite deveria receber uma nova formação: para Simonsen, de acordo com a interpretação de Vieira (1987, p. 91) a classe trabalhadora precisava também de qualificação, se quisesse almejar um futuro melhor para ela e, consequentemente, para a nação:

> E porque não procuramos solver todos esses problemas, conjuntamente pela razão e pela técnica, esforçando-nos para racionalizar o trabalho no Brasil sob todos os seus aspectos? [...] Nunca esqueçamos que sistemas administrativos e políticos são meros apoios sobre os quais temos que atuar e crescer e produzir pelo trabalho nacional. Leis e decretos não criam produtividade e riquezas. Racionalizemos o trabalho abrangendo em seu programa desde o estudo sistemático de nossos problemas financeiros até a melhoria de nosso homem pelo saneamento e pela cultura; desde a racionalização agrícola até a racionalização de nosso mercado interno. No dia em que a maioria dos brasileiros conhecer o plano integral da racionalização de todas as nossas forças produtivas, baseado em estudos de comissões técnicas imparciais que inspirem confiança, por se aspirarem em estudos cientificamente feitos [...], nesse dia será fácil a união sagrada de todos os nossos práticos em torno dessa fórmula de trabalho e de ordem.

É a partir dessa perspectiva que Simonsen, como presidente da Fiesp (1939-1946), contribuiu para a criação do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai). Almejando o progresso da sociedade brasileira por meio da formação qualificada dos indivíduos, o Sesi e o Senai orientavam-se pela ideia de capacitação do trabalhador, o que levaria a uma melhora na produção e na produtividade, gerando riquezas para a nação. Esse ideal racionalista de Simonsen (1973) objetivava a "elevação do padrão de vida nacional" por meio da mobilização de todos os meios possíveis para o desenvolvimento econômico, que deveria ser alcançado pelo crescimento da indústria e do comércio.

O pensamento de Simonsen (1959, 1973, 2010), calcado nesses elementos, projetava-se para o reconhecimento da planificação econômica e, indo mais adiante, para a participação do Estado na economia. O Estado deveria fomentar uma política econômica marcada pela

"promoção da criação de riquezas", estimulando as atividades produtivas. Simonsen (apud VIEIRA, 1987) avaliava que o papel do Estado, no caso do desenvolvimento brasileiro, exigia uma real participação na economia, considerando sua capacidade de planejar, em nível nacional, o desenvolvimento do país. Era necessário produzir riquezas e não apenas geri-las ou administrá-las, como no caso dos países desenvolvidos (países europeus e Estados Unidos), onde a participação do Estado poderia se restringir à regulamentação e distribuição dessas riquezas (VIEIRA, 1987, p. 83). Para Simonsen (apud VIEIRA, 1987, p.128), o Estado deveria legislar, coordenar, incentivar e proteger a economia nacional. Ainda, segundo Vieira (1987, p. 128), o industrial

> principia a requerer dos órgãos públicos não apenas uma atividade coordenadora de modo a propiciar o crescimento econômico do país, mas uma intervenção direta como produtor e investidor, a fim de potencializar o desenvolvimento capitalista para além dos limitados horizontes do capital privado nacional.

Ao pensar em termos de projeto de desenvolvimento nacional, Simonsen (0000) participou ativamente do grande debate intelectual do país no período, que buscava pensar *a questão nacional*, entendida como o tecido que articula e desarticula as relações entre a sociedade civil e o Estado na história brasileira[6]. Sua obra *História Econômica do Brasil* (SIMONSEN, 1943), publicada pela primeira vez em 1937, procura interpretar o processo de colonização brasileira, identificando os problemas engendrados nesse processo – e que repercutiriam até o momento em que a obra foi escrita. Seus esforços na reconstituição dos fatores econômicos preponderantes na formação da nação brasileira marcam a primeira tentativa sistematizada de compreender a consolidação do Brasil a partir dos fatores econômicos. Ao lado de outros intelectuais[7] que se propuseram a encarar o desafio da *questão nacional* entre as décadas de 1930 e 1950, Simonsen (1943) vislumbrava criar um novo

[6] Segundo Octavio Ianni (1995, p. 09): "A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião. [...]. Muito se colocam esse tema, desde José Bonifácio e Frei Caneca a Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. Perguntam como se tecem os encontros e desencontros entre a sociedade civil e o Estado, em distintas conjunturas da história do país. Buscam as raízes da sociedade nacional, quanto às expressões do povo, cultura, regiões, grupos raciais, classes sociais. Trata-se de conhecer o tecido que articula a sociedade e o Estado. Todos se perguntam sobre as influências das diversidades nas formas do Estado, nas recorrências do autoritarismo, nas vicissitudes da democracia. A questão nacional tem sido focalizada em termos liberais, conservadores, marxistas e outros. Uns privilegiam o povo, visto como uma coletividade de cidadãos. Outros distinguem as elites que comandam as massas. E há os que reconhecem que as classes movimentam a sociedade civil e o Estado. Todos querem compreender as articulações e desarticulações que entram nas diversas formas históricas da nação".

[7] Dentre os quais podemos citar Gilberto Freyre, Eugênio Gudin, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Raimundo Faoro, Nelson Werneck Sodré e Antonio Candido.

modelo interpretativo que explicasse a unidade da nação brasileira, no seu caso, a partir do desenvolvimento econômico.

Ainda, *História Econômica do Brasil* (SIMONSEN, 1943) insere-se no ideal de conhecer a realidade brasileira e entender as dificuldades então existentes que impediam o desenvolvimento econômico da nação rumo ao progresso industrial. Ao destacar a forte presença de um modelo econômico colonial no Brasil independente no início década de 1930, a obra reafirma as defesas públicas de seu autor em torno fim da dependência do setor monocultor agroexportador, mais precisamente do café, enfatizando a necessidade de aumentar o mercado interno brasileiro, condição essencial para a industrialização. Desse modo, ao reconhecer o baixo acúmulo de capitais e a capacidade técnica da indústria brasileira como um entrave estrutural, Simonsen (1943) vislumbrava na política de Estado a possibilidade de romper com essa limitação do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Pode-se afirmar, então, que a formação inicial do pensamento industrialista brasileiro está ligada ao próprio pensamento nacionalista, visto que o desenvolvimento industrial seria a chave para a superação da condição colonial em que o país estaria. Assim, o nacionalismo pode ser considerado como um alicerce importante para o industrialismo no Brasil.

A produção intelectual de Simonsen (1959,1973,2010) para criar um projeto industrial solidifica-se como um embate contra a teoria, até então hegemônica no meio intelectual, de vocação agrária do Brasil, sustentada pela burguesia mercantil e pela oligarquia agroexportadora, aliadas e hegemônicas no poder até a Revolução de 1930. Para esses setores, o Brasil era um país rico por sua capacidade agrícola, e sua participação na divisão internacional do trabalho já estava consolidada como a de país agroexportador. Ou seja, o nacionalismo não era um termo exclusivamente associado à industrialização do país, mas um termo em disputa. Essa contenda possui um capítulo exemplar, quando do embate entre Simonsen e o economista liberal Eugênio Gudin a respeito do caráter da economia nacional, durante a década de 1940[8]. Enquanto o primeiro defendia os preceitos do planejamento estatal para o desenvolvimento industrial e, por consequência, nacional, o segundo respondia que a autonomia da nação estava garantida com a manutenção do sistema agroexportador, sem a necessidade de planificação. Dizia Simonsen (1973, p. 45, 95):

[8] O debate se deu em torno da produção de um relatório, elaborado por Simonsen a pedido do Ministério do Trabalho, em 1944, sobre a necessidade do planejamento para o desenvolvimento da economia brasileira. Gudin, como relator da comissão, criticou a defesa de planejamento de Simonsen, que, por sua vez, elaborou uma tréplica.

> Acreditava-se, no século XIX, que a riqueza da comunidade era igual à soma total do bem-estar material dos indivíduos e que, assim, cada um, desejando melhorar a sua própria condição econômica, contribuía, automaticamente, para a riqueza da comunidade em geral. Acreditava-se, ainda, que a atividade econômica era auto-reguladora e que a iniciativa particular, no regime da concorrência dos interesses individuais, era controlada pelo jogo desses próprios interesses. Desnecessária era, portanto, o controle governamental no regime dos negócios. Mas a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação a múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda uma série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres, a impossibilidade do sistema de preços refletir, num dado momento, as condições prováveis dos mercados futuros, tornaram evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos.
> [...]
> Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável [...].

Ao que respondia Gudin (apud SIMONSEN, 1973, p. 105, 22):

> Um dos argumentos mais correntes a favor de nossa industrialização é o de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres. Como princípio, não é verdadeiro. A economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós brasileiros, basta que olhemos para a Argentina... E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das pesadas tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina.
> [...]
> Precisamos é de aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar.

Entretanto, para Simonsen (2010), a defesa da industrialização não significava necessariamente o rompimento com a produção agrícola. Pelo contrário, seu ponto de vista destacava a importância do setor para o desenvolvimento da nação, encarado no sentido de complementaridade, mas subjugado a um projeto industrializante – em que os interesses da nação seriam os interesses da indústria (MAZA, 2002, p. 176).

> A parte nucleal de um programa dessa natureza, visando à elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se se separa, porém da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada. (SIMONSEN, 1973, p. 96)

Em última instância, de acordo com Simonsen (1973), seria benéfico para a agricultura brasileira o processo de industrialização do país, dado o progresso material que ela

proporcionaria. Opor-se ao projeto industrial, portanto, era colocar-se contrário à independência da nação.

O esforço de Simonsen (1973) em não romper com o setor agroexportador, mas sim de aproximá-lo de sua visão modernizadora, demonstra o reconhecimento do papel que a agricultura, mais especificamente a cafeicultura paulista, possuíra no desenvolvimento econômico do país e no fomento da indústria nacional a partir da acumulação do café. Embora estabeleça oposições claras, o intelectual não aposta na ruptura da burguesia industrial com a burguesia mercantil[9] – algo bastante evidente na produção intelectual de outros pensadores dos anos 1950 e 1960, como será discutido adiante.

O pensamento de Simonsen (2010) também dá conta de outro tema caro às discussões intelectuais do período pós-1930: a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país. Ele admitia a falta de recursos nacionais em muitas áreas da indústria, afirmando que as inversões estrangeiras poderiam contribuir para o desenvolvimento local (VIEIRA, 1987, p. 129). O industrial, portanto, negava o antagonismo entre capital nacional e capital estrangeiro na consolidação da independência econômica do país. Para ele, a obtenção de financiamentos para a industrialização do país era necessária, e poderia ser conquistada pela negociação de empréstimos realizados pelos governos brasileiros junto aos Estados Unidos. Sua ideia consistia na expansão das inversões externas também de forma planejada pelo Estado, de modo a controlar as remessas para o exterior (VIEIRA, 1987, p. 184).

1.3 O DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA

Ao longo do primeiro período de Vargas no poder, o empresariado industrial viu suas aspirações para a superação dos entraves econômicos brasileiros conquistarem espaço. O

[9] Ainda segundo Maza (2002, p. 177): "Simonsen e a burguesia industrial deste período – como, aliás, em períodos anteriores também – foram obrigados a enfrentar outros grupos que também buscavam exercer domínio hegemônico através do controle dos mecanismos institucionais determinados do ramo da política econômica. Gudin, adversário da planificação e não da industrialização, representava setores ligados ao capital estrangeiro e às atividades exportadoras e importadoras. Para ele, uma política de planejamento, sob a égide de uma política protecionista, não interessava. Não que a burguesia industrial e estes setores fossem incompatíveis, do ponto de vista estrutural, a ponto de verificar-se uma ruptura entre eles. Neste sentido, parecem mais corretas as palavras de Gorender, ao afirmar que a posição entre burguesia industrial e latifúndio se dava mais por razões de 'política econômica' do que motivadas pela crítica à estrutura fundiária. Também, naquelas instâncias, a burguesia industrial não se colocava contra o capital estrangeiro e outras atividades econômicas. Havia uma complementaridade entre os diversos ramos da economia".

planejamento comandado pelo Estado visando ao desenvolvimento industrial experimentava seus primeiros passos[10].

Consagrada como ideologia desenvolvimentista, essa corrente de pensamento econômico – que teve em Roberto Simonsen um dos seus percursores – consolidou-se como a mais influente no período que vai do pós-guerra ao golpe de 1964. E, sem dúvida, mesmo que de maneira vulgar, ainda é utilizada de forma recorrente nos debates econômicos sobre outros períodos da história nacional, na tentativa de criar uma identificação entre ela e qualquer defesa do planejamento e da intervenção estatal na economia do país. Na presente pesquisa, o termo "desenvolvimentismo" será tratado de forma datada. Seu período de fomento, hegemonia e declínio deve ser compreendido entre 1930-1964, sendo seu momento de hegemonia a década de 1950 (BIELSCHOWSKY, 2000). Evidentemente, dado o tamanho de sua importância para se compreender o desenvolvimento econômico brasileiro, o desenvolvimentismo certamente influenciou pensamentos e práticas econômicas nos períodos posteriores a seu declínio – o que é bem diferente de afirmarmos a continuidade de sua existência após o golpe de 1964 ou até mesmo em períodos mais recentes, uma vez que os contextos políticos, históricos e econômicos são diferentes daquele no qual o desenvolvimentismo se constituiu.

Considerando o ideal desenvolvimentista, o crescimento industrial atingido na Era Vargas permitiu o fomento de uma interpretação "nacional-burguesa" consolidada e mais radicalizada do que aquela colocada por Simonsen (BRESSER-PEREIRA, 1982a). Essa corrente teórica afrontou diretamente a interpretação da vocação agrária do país, responsabilizando-a pelas mazelas sociais existentes e pelo travamento do desenvolvimento brasileiro. Haveria, para esse pensamento, uma clivagem da sociedade brasileira entre o atrasado e o moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria – colocados como polos antagônicos dentro da realidade nacional. A interpretação "nacional-burguesa" ganhou força principalmente após a Segunda Guerra Mundial, marcada por um otimismo advindo do fim da ditatura do Estado Novo, mas que deixou como legado o ideal de desenvolvimento alicerçado no nacionalismo, no planejamento e na modernização, tão marcante do período varguista e que é reforçado no chamado período democrático (1945-1964) da história republicana brasileira. Nesse momento, o crescimento industrial superava a riqueza produzida pelo campo, ao mesmo tempo em que as inversões externas passavam a compor com maior força e

[10] Mesmo que não seja possível falar em uma política industrial, sem dúvida a Era Vargas representou a primeira experiência de planejamento econômico pelo Estado que considerasse o setor industrial como fundamental para o desenvolvimento nacional.

de maneira mais ampla os empreendimentos nacionais, revelando a intensificação da associação entre burguesia nacional e capital estrangeiro, sobretudo no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960).

Essa interpretação destacava como símbolo do atraso o setor agroexportador e a burguesia mercantil, vistos como aliados ao imperialismo e responsabilizados por barrar a industrialização brasileira e, consequentemente, a modernização do país. O lado modernizante era personificado pela burguesia industrial brasileira, setores médios urbanos (tecnoburocracia e profissionais) e trabalhadores urbanos, sendo o empresariado industrial a grande liderança do desenvolvimento, numa aliança entre esses setores em prol de um projeto de nação que alcançaria, por essa via, sua independência política (TOLEDO, 1982). Esse modelo apostava na conciliação entre classes antagônicas (burguesia x operariado) em torno da modernização do país – pretenso interesse comum a todos –, marca do pacto trabalhista. O nacionalismo seria a ideologia que as guiaria num sentido único – mesmo entre aqueles que defendiam a penetração do capital estrangeiro como via para o desenvolvimento industrial nacional. Assim, do PCB – defensor da aliança entre operariado e burguesia nacional progressista – a Hélio Jaguaribe – defensor das inversões estrangeiras para o desenvolvimento do capitalismo no país –, todos se colocavam em prol do desenvolvimentismo contra as forças conservadoras representadas pela aristocracia rural e burguesia mercantil, notadamente liberais e ligadas ao imperialismo (TOLEDO, 1982). Ou seja, haveria um embate colocado na sociedade brasileira entre, de um lado, um setor nacionalista, industrializante, eficiente, moderno e socialmente progressista – encarnado pelo empresariado industrial – e, de outro, um setor tradicionalista e patrimonialista, oligárquico, colonial e anti-industrializante.

1.3.1 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e o nacionalismo de Hélio Jaguaribe

É nesse cenário que surge o Iseb, criado em 1955, com a intenção de reunir o pensamento social brasileiro organizado em torno do desenvolvimento do capitalismo nacional. Subordinado ao Ministério da Educação, ele se consolidou como centro nervoso da estratégia de modernização imprimida pelo Estado, na medida em que se constituía como um espaço institucional que objetivava promover condições para a formação e profusão do pensamento intelectual envolvido com o projeto nacional-desenvolvimentista. Em

consonância com o espírito da época e com um grupo de intelectuais diverso, o Iseb acabou por concentrar as análises sobre a modernização brasileira, apontando os caminhos para a superação do arcaísmo e do tradicionalismo rumo ao desenvolvimento capitalista.

Partindo da ideia de que "não há desenvolvimento sem ideologia de desenvolvimento" (LOVATTO, 1996), o Iseb congregou diferentes intelectuais em torno da necessidade da produção de um conhecimento científico de alto padrão sobre a realidade brasileira. Esse conhecimento, por sua vez, deveria estar comprometido com o planejamento de Estado voltado para a transformação modernizadora da sociedade, negando a ruptura revolucionária entre sociedade e Estado para a realização dessa transformação. O desenvolvimentismo e o conceito de nação como sujeito histórico permeariam o conhecimento produzido pelo grupo – defensor da modernização do país via aliança de classes como motor do desenvolvimento e como alicerce da soberania nacional. O conhecimento ensejado pelos *isebianos* apontaria a direção da polarização da sociedade brasileira já desenhada: de um lado, o polo estático, constituído por latifundiários e setores conservadores e/ou alienados da classe média e proletariado; do outro, o polo dinâmico, composto pela burguesia industrial, operários e classe média (SOUZA, 2010).

A análise polarizada da estrutura social brasileira perpassava, ainda, a defesa da nação por meio da libertação das raízes coloniais do país, que permaneciam vivas na sociedade e seriam expressas pela subjugação às nações imperialistas, tanto no plano econômico como cultural. Essa libertação, evidentemente, viria a partir de um projeto que rompesse com tal estrutura, por meio do desenvolvimento planejado, o qual produzira uma nação de fato independente. Desse modo, o Estado possuía, na concepção isebiana, a atribuição de promover a modernização por meio do planejamento econômico – rechaçando o modelo liberal, cuja serventia seria a manutenção dessa estrutura "colonial". Na visão do Iseb, essa conjectura se colocaria na medida em que fosse embasada por uma aliança classista liderada pelo setor mais progressista da sociedade – o empresariado industrial (TOLEDO, 1982)

Em termos gerais, então, o pensamento do Iseb produziu a noção de desenvolvimentismo como um processo de acumulação endógena de capital aliada ao progresso técnico-científico dentro de um contexto de expansão do capitalismo em escala nacional. Isso produzira um aumento na renda dos brasileiros e consequente melhoria de seu padrão de vida. Esse processo, liderado pelo Estado nacional, teria no empresariado industrial seu principal vetor (ALMEIDA, 1995).

Entretanto, o conceito de nacionalismo no ISEB – objeto comum entre os intelectuais ligados à instituição – foi alvo de divergências. Um de seus principais expoentes, Hélio

Jaguaribe, tornou-se personagem central das polêmicas. Em seu clássico *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Jaguaribe (1958) realiza uma inflexão ao problematizar a questão do nacionalismo como condição para o desenvolvimento brasileiro. Enquanto o pensamento preponderante no Iseb posicionava-se de maneira contrária à participação do capital estrangeiro no projeto de industrialização do país, Jaguaribe (1958) não enxergou esse capital necessariamente como um problema, na medida em que considerava o nacionalismo como um fim para o desenvolvimento nacional.

O nacionalismo foi matizado por Jaguaribe (1958) na medida em que o autor observou a falta de objetividade e clareza no seu uso. Para ele, o termo servia tanto ao pensamento progressista quanto ao conservador, constituindo-se um verdadeiro paradoxo. Ainda, o intelectual apontava para algo que enxergava como um falso dilema: a oposição entre "nacionalistas" e "entreguistas" (JAGUARIBE, 1958, p. 214). Para ele, esse pensamento desconsiderava as problemáticas econômicas para o desenvolvimento da nação, como a necessidade de uma poupança externa para estimular o crescimento econômico e da entrada de capitais estrangeiros a fim de promover a industrialização – dada a insuficiência da poupança interna e dos capitais nacionais para a consolidação desse processo (JAGUARIBE, 1958, p. 216).

Assim, Jaguaribe (1958) considerava legítimo o emprego de inversões estrangeiras, desde que controladas e direcionadas ao desenvolvimento industrial – o que seria, por excelência, o objetivo nacionalista. Seu pensamento permite entender o nacionalismo como um fim para o projeto de autonomia da nação, e não um meio. Dessa forma, ele alertava sobre o risco da existência de um nacionalismo que tornava-se atravancador de seu próprio desenvolvimento (JAGUARIBE, 1958, p. 38).

Para Jaguaribe (1958), o nacionalismo brasileiro ocorreu de maneira tardia, sendo formulado no pós-guerra, durante a década de 1920. Primeiramente ligado ao campo cultural (Semana de Arte Moderna de 1922), ele influenciou a política a partir da ideia de soberania nacional, tornando-se uma ideologia de Estado com a Revolução de 1930. Nesse momento, o mercado interno começava a se desenvolver, e políticas industriais eram implementadas. O Estado deixara de ser um espaço restrito às elites oligárquicas cafeicultoras para ampliar o horizonte do desenvolvimento da nação. As novas forças sociais que derrubaram a República Velha eram os setores descontentes com a antiga ordem, originados do processo de urbanização e ligados ao dinamismo próprio desse processo. Jaguaribe (1958) identificava-os como nacionalistas, sobretudo o empresariado industrial brasileiro, incumbido da tarefa

histórica de levar adiante o desenvolvimento nacional, em contraposição ao polo estático do país, representado pelo setor agroexportador.

No modelo de Jaguaribe (1958), a análise que confronta o arcaico e o moderno levava essa disputa para dentro de cada classe, e não para uma luta entre classes. Os embates se dariam em torno da defesa da modernização contra o atraso, internos a cada classe, uma vez que, no atual estágio de subdesenvolvimento brasileiro, a tarefa primordial concentrava-se no interesse comum a todas as classes – o desenvolvimento capitalista.

Atento aos desdobramentos da expansão socialista em países da periferia no contexto da Guerra Fria, o intelectual rechaçava essa alternativa para o Brasil, defendendo com grande afinco a necessidade de se produzir uma ideologia nacionalista capaz de sustentar o projeto de desenvolvimento capitalista do país. Essa ideologia instrumentalizaria a burguesia industrial para sua intervenção na realidade brasileira, já que esta seria a classe autêntica na representação de um projeto de modernização pelo desenvolvimento industrial. A direção da burguesia industrial se efetivaria a partir da constituição de um Estado funcional, que limasse de seu seio os setores retrógrados por meio de uma política intervencionista, planejada.

Entretanto, o próprio Jaguaribe (1958) apontava os limites da burguesia industrial em intervir na realidade brasileira para efetivar o projeto nacionalista. O intelectual carioca preocupava-se com a incapacidade de a classe tomar consciência de seu papel, e com sua consequente impossibilidade de colocar-se na liderança.

Ao discutir essa limitação de organizar e agir na defesa da modernização por meio do desenvolvimento econômico, Jaguaribe (1958) sustentava que o papel do Iseb seria justamente o de produzir condições para a tomada de consciência da burguesia por meio de uma política ideológica forjada pelos intelectuais. Em outras palavras, a burguesia nacional precisava ser educada pelo pensamento intelectual, sendo este o papel principal do Iseb: formar sua consciência. Após essa tomada de consciência, a burguesia nacional se tornaria capaz de assumir seu papel de liderança histórica, procurando esclarecer as outras classes no sentido de unificar seus setores progressistas em torno da modernização (TOLEDO, 1982).

Em suma, a aliança da burguesia industrial com o proletariado era necessária para suplantar o poder tradicional, centrado nos latifundiários e na burguesia comercial. Esse novo poder atrairia para o centro forças militares e parte dos intelectuais, ligados ao nacionalismo.

Esse projeto de poder centrado na liderança dos industriais brasileiros aproxima-se da visão de Roberto Simonsen (1973,2010), ao destacar o papel que cabia ao desenvolvimento industrial como via para a emancipação do país. Ao mesmo tempo, suas análises evidenciam

a preocupação dos dois autores com a incompletude da burguesia nacional como classe, incapaz de prescindir do Estado como promovedor e planejador da industrialização brasileira.

Simonsen (1973) e Jaguaribe (1958) reconhecem também essa incompletude não apenas no plano da consciência de classe e na necessidade de promover um projeto nacionalista com base num Estado forte que promovesse a organização racionalista a qual, por sua vez, valorizasse a funcionalidade e o tecnicismo, mas também pela incapacidade de a incipiente burguesia nacional dispor de capitais para desenvolver um processo de industrialização autônomo. Se Simonsen (1973;2010), na década de 1930, já colocava a necessidade da inversão externa na indústria, Jaguaribe (1958) o faria num contexto em que seria duramente criticado por colegas do Iseb, os quais o jogaram para o lado dos "entreguistas", aliado ao imperialismo, em contraposição aos nacionalistas.

As interpretações sobre a *questão nacional* formuladas por Simonsen (1973) e pelo Iseb, mais precisamente na figura de Jaguaribe (1958), denotam a tentativa de criar marcos teóricos que fundamentassem as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A interpretação do Iseb projetava na burguesia industrial o setor capaz de transformar a realidade nacional, promovendo o desenvolvimento econômico e a modernização brasileira que libertariam o país de suas raízes coloniais. Concomitantemente, essa visão negava, bem como a de Simonsen (1973), a formulação clássica de desenvolvimento do capitalismo à semelhança do que ocorrera nos países desenvolvidos. Não à toa, Simonsen (1973,2010) e Jaguaribe (1958) descartavam, em última instância, a revolução nacional como condição para a fundação de uma sociedade capitalista. Para eles, o próprio desenvolvimento do capitalismo no país apresentava-se como uma ruptura histórica com a condição colonial do Brasil, uma vez que garantiria ao país a formação de um capitalismo autônomo a partir de um Estado nacional que desmontasse o "Estado cartorial" então existente (JAGUARIBE, 1950).

Além disso, a responsabilidade histórica atribuída ao empresariado industrial no processo de modernização do país não omitia os limites que do setor no sentido de realizar a industrialização nacional, indicando a necessidade da presença do capital estrangeiro e de um Estado com alto grau de intervenção econômica. Ou seja, não haveria espaço, no Brasil, para a constituição de um Estado nação a partir de uma revolução nacional nos moldes daquelas vividas no hemisfério Norte, dadas as diferenças históricas entre os países.

1.3.2 Industriais e desenvolvimentismo na visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Ao negar o modelo de desenvolvimento clássico do capitalismo europeu e estadunidense, a interpretação de Jaguaribe (1958) opunha-se à concepção de alguns intelectuais do Iseb, como Guerreiro Ramos[11]. Sobretudo, batia de frente com o pensamento dominante dentro do PCB naquele momento, cuja forte presença nos debates do período demonstrava sua hegemonia no pensamento desenvolvimentista nos quadros da esquerda revolucionária.

A produção intelectual do PCB na época estava concentrada na figura de seu maior expoente, Nelson Werneck Sodré (1964). Único comunista a integrar os quadros do Iseb, o intelectual estabelecia como inexorável o desenvolvimento gradual do capitalismo na sociedade brasileira, que, ao repetir as etapas das nações desenvolvidas, se modernizaria a ponto de gerar as contradições que produziriam o momento histórico de revolução socialista. Nesse sentido, embora partilhasse da ideia de desenvolvimento nacional formulada pelo Iseb, Sodré (1964) distanciava-se da perspectiva "nacional-burguesa" ao manter no horizonte a perspectiva revolucionária.

A avaliação do PCB considerava que havia uma consolidação do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, que modernizava a sociedade brasileira e tinha na burguesia nacional o agente principal do processo de mudança da realidade. Nessa visão, o setor industrial representava o ideal de burguesia nacional, cujo interesse no desenvolvimento da economia nacional e na modernização do país seria próprio da classe.

Cumprindo o cronograma clássico das revoluções nacionais europeias, a almejada movimentação da burguesia industrial levaria a sociedade brasileira a superar o arcaísmo e os obstáculos estruturais representados pelos setores tradicionalmente hegemônicos na política brasileira – setor agroexportador e burguesia mercantil –, atrelados ao imperialismo e que serviam à manutenção do *status* colonial brasileiro. Dessa forma, a consolidação de um sistema democrático liberal, em voga após 1945 deveria ser defendida ante as ameaças golpistas dos setores conservadores tradicionalistas. A burguesia nacional, no entendimento do PCB, na virada da década de 1950 para a de 1960, estava identificada como aliada da

[11] Guerreiro Ramos era diretor do departamento de Sociologia do Iseb. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Ramos destacou-se como um dos maiores pensadores do desenvolvimentismo nacionalista, representando sua ala mais radical, favorável ao intervencionismo econômico, ao monopólio estatal do petróleo, à nacionalização da indústria farmacêutica e dos depósitos bancários, além de defender as reformas agrária e eleitoral.

classe trabalhadora na luta contra o imperialismo e na promoção do desenvolvimento das forças produtivas que elevaria o país à condição de independente[12]. Contribuir com a consolidação do capitalismo industrial seria, portanto, tarefa histórica da classe trabalhadora.

Dentro de uma perspectiva etapista, que considerava a existência de um passado com reminiscências feudais na história brasileira, o pensamento do PCB apoiava-se numa espécie de determinismo histórico que acabava por desconsiderar as particularidades da formação do capitalismo brasileiro. Essa visão implicava o comprometimento dos trabalhadores com a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e com o progresso técnico e econômico nacional que, por sua vez, levariam ao acirramento das contradições entre as classes. Nessa linha, uma aliança tática com os setores progressistas da burguesia nacional fazia-se necessária para viabilizar uma contraposição aos representantes do atraso brasileiro.

Essa concepção quase mecânica do capitalismo nacional opunha-se à presença de setores estrangeiros no desenvolvimento industrial, atrelados imediatamente aos interesses imperialistas que impediriam a independência brasileira. Ao atacar o capital internacional em defesa da indústria brasileira, a concepção marxista do PCB, assim como o pensamento fomentado no Iseb, considerava a burguesia industrial como representante do interesse nacional em contraposição aos interesses das nações imperialistas que, aliadas aos setores tradicionais, bloqueavam a emancipação brasileira e a construção de um projeto nacional.

1.3.3 Celso Furtado e o pensamento cepalino

A constituição do pensamento desenvolvimentista no setor público não se restringiu, contudo, às formulações propostas pelo Iseb. Dentro dos departamentos, agências e instituições criadas para fomentar o desenvolvimento nacional, formou-se um grupo de economistas dedicados a planejar a industrialização brasileira com base no ideal nacionalista. Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira, Tomás Accioly Borges e Celso Furtado, sua figura de maior envergadura, são os principais nomes desse grupo, que defendia a intervenção estatal na economia como ponto fundamental para a industrialização nacional (BIELSCHOWSKY, 2008, p. 129).

[12] Ver a análise de Coutinho (1985).

Sua associação ao nacionalismo justifica-se pela ideia de uma industrialização com participação direta do Estado nos setores estratégicos da economia, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento nacional e garantir o controle nacional desses setores. Esse grupo descartava, assim, a participação do capital estrangeiro e do empresariado nacional, na medida em que considerava a burguesia industrial nacional incapaz de investir nesses setores, devido a sua fragilidade econômica.

> Particularmente no que dizia respeito aos setores historicamente dominados pelo grande capital estrangeiro, como transporte e energia elétrica, ou por ele cobiçados, como petróleo e mineração em geral, a ideologia da industrialização ganhava conotação fortemente nacionalista e estatizante. O mesmo se dava com setores industriais básicos, em particular com a grande indústria química e com a siderurgia [...]. A lentidão da expansão dos serviços de energia e transporte, que os liberais atribuíam ao congelamento de tarifas, mas que os nacionalistas avaliavam como a prova da necessidade de intervenção e planejamento estatal, adicionava argumentos à concepção de que uma estratégia de inversões estatais nesses setores tornava-se condição indispensável ao processo de industrialização. (BIELSCHOWSKY, 2000 p. 128)

Contudo, em outras atividades da indústria, os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público, como classificou Bielschowsky (2000), não se opunham à participação do capital estrangeiro – visto como uma possibilidade de assegurar o desenvolvimento industrial do país. Suas restrições, para além dos setores estratégicos, centravam-se no controle do poder público sobre as multinacionais e a remessa de lucros, tendo em vista o desequilíbrio no balanço de pagamentos – o que poderia ameaçar o próprio processo de industrialização.

À diferença do Iseb, esses desenvolvimentistas davam menor destaque ao papel do empresariado industrial nacional no desenvolvimento nacional, centrando suas expectativas na intervenção do Estado. Isso não significa, entretanto, que não refletiram sobre as características dos industriais brasileiros – apresentadas nesta dissertação por meio das observações elaboradas por Celso Furtado (1961;2000). A introdução, por Furtado (2000), do pensamento estruturalista na análise da realidade econômica nacional como método para compreender as particularidades, possibilidades e limites do desenvolvimento nacional caracterizam sua produção intelectual no quadro de pensamentos sobre *a questão nacional*. Filiava-se, também, aos marcos da ideologia desenvolvimentista – mais distante da interpretação "nacional-burguesa", ainda que nacionalista.

Furtado (1961, 2000) projetou-se na discussão sobre a questão nacional ao trazer para a análise do desenvolvimento brasileiro o pensamento estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). *Grosso modo*, o pensamento *cepalino* combatia as ideias liberais que sustentavam as vantagens comparativas do modelo agroexportador das

economias periféricas em sua inserção na economia mundo capitalista. Nesse sentido, a Cepal elaborou uma tese que investigava a deterioração dos termos de troca entre produtos primários exportados e produtos industriais importados como um dos pilares do subdesenvolvimento latino-americano. O pensamento estruturalista procurava, dessa forma, analisar os problemas econômicos dos países subdesenvolvidos de acordo com sua realidade histórica, rechaçando os métodos e teorias convencionais de desenvolvimento – clássicas e neoclássicas, que elaboravam diagnósticos a partir dos instrumentos utilizados para se compreender a dinâmica econômica dos países desenvolvidos –, o que desconsiderava as diferenças históricas na formação econômica das nações latino-americanas.

Para a Cepal, os problemas estruturais das economias subdesenvolvidas – estrangulamento externo, déficit fiscal, inflação e desemprego elevados – exigiam novas formas de superação, que o pensamento econômico liberal não oferecia. Era preciso uma nova teorização para se compreender a dinâmica das economias de periferia, uma teorização que contrapusesse as características das economias desenvolvidas às subdesenvolvidas, marcadas pela baixa diversidade produtiva, oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à subsistência, insuficiência de infraestrutura, especialização na produção de bens primários, baixo progresso técnico e de acumulação de capitais (FURTADO, 1961. O pensamento furtadiano insere-se no debate sobre o desenvolvimento brasileiro ao atacar de maneira direta a estrutura agroexportadora nacional e a ideologia da vocação agrária, responsabilizada pelo subdesenvolvimento do país. Para Furtado (1961), a superação dessa estrutura deveria ocorrer pelo modelo de industrialização por substituição de importações e pelo planejamento econômico, como apontava o estruturalismo da Cepal.

Celso Furtado (1961) construiu uma análise da economia brasileira com o intuito de formular uma proposta de diferenciação produtiva do Brasil em uma direção que conduzisse à autonomia, cuja condição fundamental seria a alteração do vínculo com as nações desenvolvidas. Desse modo, o setor industrial destaca-se no pensamento furtadiano como a base do desenvolvimento nacional – com ênfase na produção de bens de capital. Furtado aproximava-se, assim, das perspectivas colocadas pelo grupo do Iseb, de forma que ele também buscava produzir uma teoria capaz de explicar a realidade brasileira que abarcasse o desenvolvimento industrial como promovedor da autonomia da nação, fortalecendo a ideologia desenvolvimentista[13].

[13] "Em 1954 e 1955, de retorno ao país, [Celso Furtado] chefiou o Grupo Misto Cepal-BNDE, onde elaborou um estudo apoio a um programa de desenvolvimento para o período 1955-62, que constituía a primeira aplicação da recém-elaborada técnica de programação da Cepal. Nesses doiss ano de crise na vida política brasileira,

Para Furtado (1961), a dualidade estabelecida a partir da noção de *centro-periferia* dentro da ordem capitalista mundial exigia repensar de que forma se constituíam os limites colocados ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Essa dualidade representaria, para o país, a reprodução interna de setores atrasados, ligados a uma economia de subsistência, e setores modernos, voltados à agroexportação, que, por sua vez formavam uma elite dominante contrária à ideia da industrialização via substituição de importações, dado seu elevado padrão de consumo – similar ao do centro capitalista.

Sua compreensão da estrutura econômica brasileira a partir de uma análise da economia política procurava entender o atraso brasileiro não pela via etapista, tampouco como um desenvolvimento retardatário, mas como uma questão estrutural do próprio capitalismo brasileiro e sua condição periférica. Para Furtado (1961), esse entendimento possibilitaria a projeção da superação do subdesenvolvimento brasileiro, cuja elite seria a principal responsável: é ela que absorvia o excedente econômico pelo setor agroexportador sem que houvesse nenhum projeto para compartilhá-lo ou reinvesti-lo no desenvolvimento técnico. Esses desequilíbrios da economia brasileira deveriam ser enfrentados por um Estado dotado de meios financeiros, que, por meio do planejamento, ocuparia o espaço das classes dominantes. Em sua visão, as elites – das quais os industriais também faziam parte – não possuíam mentalidade empresarial, mas sim uma postura voltada para o lucro fácil, que, aliada a sua inexperiência e resistência em investir em novos setores, constituía-se como um obstáculo para o desenvolvimento nacional. Somava-se a essa situação o fato de os industriais brasileiros temerem a concorrência estrangeira, mais vigorosa, e as dificuldades em adquirir equipamentos e técnicas industriais modernas.

Em outras palavras, segundo o intelectual cepalino, para a elite brasileira moderna não havia interesse no desenvolvimento da nação. Dessa forma, caberia ao Estado, e não à elite, a formulação de uma política industrial planejada e racional, que visasse à superação da estrutura agroexportadora. Furtado (1961) indicava o Estado como o ente capaz de organizar o excedente econômico a fim de promover o progresso técnico e o desenvolvimento geral da nação, o que impediria a captura dos recursos nacionais por essa elite. Assim, ele conecta o desenvolvimento da indústria à noção de progresso nacional. Para dar capacidade de financiamento ao Estado, o real polo dinâmico do capitalismo brasileiro, o pensador propunha a tributação das elites brasileiras, aumentando a poupança nacional e a capacidade de

liderou a formação do Clube dos Economistas e da Revista Econômica Brasileira, que congregava a nata dos técnicos desenvolvimentistas que servia o governo federal no Rio de Janeiro. O objetivo mais ou menos óbvio e explícito era contribuir para consolidar uma base ideológica para o projeto desenvolvimentista, através da participação no debate econômico do país". (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 133)

investimento estatal, além de promover redistribuição de renda, num país cujo crescimento econômico tinha como tendência estrutural aumentar a concentração de renda.

Ao mesmo tempo, é claro, condiciona esse progresso ao exercício da democracia como alicerce de uma nação que romperia definitivamente com seu passado colonial (CEPÊDA, 2003).

> É a partir do aumento da participação política das massas - através de sindicatos, pressionando por distribuição da riqueza, empurrando a opinião pública no combate aos interesses regionais e/ou oligárquicos, ou através da pressão existente na relação mediada pelo voto (*demandas versus responsabilidade do Estado*) - que se construirá a modernidade brasileira. Sem esta via, mantém-se incólume a prática predatória do trabalho, permitindo ao capitalista (de qualquer setor) a obtenção de ganhos através dos baixos salários. Como consequência, impede-se a instalação das forças fundamentais do capitalismo maduro. Mantém-se intacto também o dualismo, a separação entre um Brasil moderno (pelo menos nas formas de consumo) e um Brasil arcaico, o que resulta na dissolução da utopia da unidade nacional. (CEPÊDA, 2003)

A democracia, para Furtado (1961), deveria ser encarada como o modelo mais bem-sucedido para a superação do subdesenvolvimento, uma vez que equilibraria o novo jogo de forças políticas desdobradas pelo desenvolvimento e consolidação da nação brasileira.

Ao longo do período desenvolvimentista, Celso Furtado tornou-se um dos principais responsáveis pela consolidação da intervenção planificadora do Estado como condição para a superação do subdesenvolvimento, tendo realizado duas obras marcantes com enfoque estruturalista: *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1953 (FURTADO, 2000) e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicada em 1961 (FURTADO, 1961). Nesse período, também foi responsável pela elaboração de políticas públicas a partir dos preceitos estruturalistas – com destaque para sua atuação no grupo misto Cepal-BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1953, no qual construiu as bases para um programa nacional de desenvolvimento econômico, que serviu de referência para o Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek; para a sua participação à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), entre 1959 e 1964; e como ministro extraordinário do Planejamento, em 1963.

1.3.4 Roberto Campos: o desenvolvimentismo diante do nacionalismo

Contudo, a perspectiva desenvolvimentista elaborada no setor público não se restringia às premissas nacionalistas. Reunidos em torno da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950-1954) e do BNDE, a partir de 1951, economistas como Horácio Lafer, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Roberto Campos defendiam o planejamento econômico baseado na industrialização, mas com restrições à participação do Estado.

Considerados desenvolvimentistas não nacionalistas (BIELSCHOWSKY, 2000), eles priorizavam o investimento estrangeiro privado em detrimento do estatal nos setores que exigiam grande aporte de capitais, como infraestrutura e mineração, nos quais o capital privado nacional não tinha condições financeiras de assumir os empreendimentos. Outro ponto importante que os distinguia dos desenvolvimentistas nacionalistas refere-se ao controle da inflação como prioridade, por meio de medidas de estabilização monetária[14].

Nesse cenário, destacou-se sobremaneira a figura de Roberto Campos. Economista de grande influência no pensamento desenvolvimentista, Campos participou ativamente das elaborações realizadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e da criação e execução do Plano de Metas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 105), tendo sido superintendente e presidente do BNDE na administração de Juscelino Kubistchek. Dentro do campo desenvolvimentista, sua participação sempre foi considerada distante do nacionalismo, uma vez que defendia uma participação ampla do capital estrangeiro na industrialização nacional. Contrapunha-se à maioria de seus pares do setor público que, na visão mais radical, rechaçavam a participação estrangeira, ou na mais moderada, defendiam o controle decisório do Estado nas áreas consideradas fundamentais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 103).

O pensamento de Roberto Campos[15] (1969 apud BIELSCHOWSKY, 2000) enxergava no planejamento econômico estatal um ponto fundamental para economias subdesenvolvidas. Segundo sua visão, o planejamento era capaz de acelerar o ritmo de desenvolvimento, pois

[14] Para Celso Furtado (1961), a industrialização por substituição de importações no Brasil tinha como consequência a existência de pressões inflacionárias sobre setores da economia, dada a estrutura produtiva heterogênea e pouco diversificada do país. Por isso, o enfrentamento do desequilíbrio monetário e do processo inflacionário deveria ser feito em longo prazo, pautado no desenvolvimento industrial que acabasse com a oferta rígida de produtos em determinados setores. Além disso, a própria substituição de importações contribuía para o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Uma política econômica com prioridade ao equilíbrio monetário teria de lançar mão de instrumentos recessivos, o que impediria o desenvolvimento econômico e a superação da estrutura produtiva que gerava a própria desestabilização monetária. Essas divergências serão mais exploradas na seção 2 desta dissertação, quando tratarmos da crise econômica do início dos anos 1960, que teve profundos impactos no pensamento desenvolvimentista.

[15] CAMPOS, Roberto. **Ensaios de história econômica e sociologia.** Rio de Janeiro: Apec. 1969.

compensaria a dificuldades de os industriais brasileiros realizarem grandes investimentos; concentrar recursos para grandes investimentos por meio da tributação (dado o insuficiente mercado de capitais existente); e possibilitar inversões para projetos de longo prazo – ocupando espaços nos quais a iniciativa privada, mais imediatista, não estaria disposta a investir. O planejamento econômico, para ele, dinamizaria a acumulação de capitais, ao dar condições para um crescimento de renda maior do que o da população, uma vez que os investimentos planejados se desdobrariam em reações de cadeia nos setores produtivos.

Nesse aspecto, Campos[16] (1969 apud BIELSCHOWSKY, 2000) distinguia-se dos desenvolvimentistas nacionalistas, ao defender o planejamento seccional, em vez do integral[17]. Sua argumentação centrava-se na efetividade – o economista acreditava que o planejamento seccional limitaria a intervenção governamental, que, em excesso, poderia atravancar sua exequibilidade, pois os órgãos públicos não teriam competência para executá-lo. A transformação industrial do país gerava "pontos de estrangulamento", devido à tendência a desequilíbrios econômicos em países subdesenvolvidos de rápida industrialização. Esses pontos de estrangulamento deveriam ser atacados pelo planejamento seccional, convertendo-os em "pontos de crescimento", ou "pontos de germinação".

As divergências entre desenvolvimentistas nacionalistas e não nacionalistas no setor público atingem sua maior diferença, fundamentalmente, quanto ao papel do Estado e do capital estrangeiro na economia nacional. Para Campos[18] (1969 apud BIELSCHOWSKY, 2000), a insuficiência de capitais, a baixa capacidade de importação e as dificuldades de desenvolvimento técnico exigiam uma política aberta à entrada de capital estrangeiro. Ainda, para além da já comentada participação restrita do Estado, o capital nacional e estrangeiro deveriam ocupar diferentes ramos de investimento, sendo este último para áreas de alta inversão de capitais (mineração), para inversões em longo prazo, para inversões de alto risco (petróleo), ou de rentabilidade direta baixa (energia e transportes, com uma nova política tarifária.

O economista ainda argumentava que os empreendimentos estatais, na maioria das vezes, eram ineficientes e tomados por uma politização indevida, e que mesmo no exercício do controle regulatório de empreendimentos monopolistas, como o setor público, deveria

[16] CAMPOS, Roberto. Ensaios de história econômica e sociologia. Rio de Janeiro: Apec. 1969.

[17] "Já o método da Cepal, utilizado por Furtado, pretende-se muito mais abrangente. O objetivo subjacente aos trabalhos do órgão é o planejamento global da economia. Parte-se de uma meta macroeconômica de crescimento, pré-definida de acordo com o levantamento de possibilidades de expansão do sistema como um todo e calculada com base em estimativas da relação capital-produto, da taxa de poupança e dos termos de troca." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 153)

[18] CAMPOS, Roberto. Ensaios de história econômica e sociologia. Rio de Janeiro: Apec. 1969.

haver associações com o capital privado – sem controle do patrimônio. Ele atacava, assim, o que chamava de "nacionalismo temperamental", considerado prejudicial para o desenvolvimento econômico, contribuindo para a existência dos pontos de estrangulamento e para a debilidade da indústria nacional. O capital estrangeiro era essencial para transformar esses pontos de estrangulamento em pontos de germinação.

> Há, portanto, uma forte dose de irracionalidade na nossa atitude frente a esse problema. Uma das consequências é que o capital estrangeiro que sobrevive, varrido dos transportes, desencorajado na energia elétrica, proibido do acesso ao petróleo e a mineração, se orienta para as atividades de distribuição e para a indústria de transformação. Deixa de roer o osso da economia para competir com o brasileiro no consumo do filet mignon, com o agravante de poder competir com grandes vantagens sobre o capital nacional. Em resumo: sendo o capital privado brasileiro insuficiente de densidade para atacar os setores infraestrutura, tem o governo que assumir responsabilidade de suprimento de economias externas. Inadequada, em qualidade e quantidade, a ação governamental, criam-se pontos de estrangulamento que dificultam a aplicação dos capitais privados; baixa, ao mesmo tempo a produtividade do capital privado nacional, o qual já de per si tem menor resistência e densidade que o capital estrangeiro. (CAMPOS[19], 1969, p. 134 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 124)

A importância de Roberto Campos na promoção da ideologia desenvolvimentista revela-se por sua participação na elaboração e execução do Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek. Sem dúvida, o Plano de Metas representa o momento de maior hegemonia desse pensamento na história econômica do Brasil. E a visão de Campos e dos desenvolvimentistas não nacionalistas prevaleceu acintosamente nos seus desígnios: o Estado adotou o planejamento seccional, promovendo intensa participação do capital estrangeiro no processo de industrialização.

1.3.5 Uma síntese do pensamento desenvolvimentista

Nesse breve panorama sobre o pensamento intelectual relacionado às características da burguesia nacional no período entre 1930 e 1964, procurou-se expor a relevância dos debates da época diante dessa questão. Ainda que esse esforço não dê conta de discutir todas as contribuições e posicionamentos em relação ao tema, pode-se observar a intensidade das análises sobre um país que passava por transformações em sua estrutura socioeconômica. As movimentações no campo político incrementavam ainda mais esse debate, numa perspectiva

[19] CAMPOS, Roberto. Ensaios de história econômica e sociologia. Rio de Janeiro: Apec. 1969.

aberta de mudanças profundas nos rumos da nação. O suporte teórico construído pelo pensamento intelectual na busca pela compreensão das estruturas políticas, econômicas e sociais da nação indicavam a necessidade de se conhecer melhor o país para de fato influenciar politicamente seu destino. Romper com suas limitações estruturais e vislumbrar a autonomia nacional estavam na ordem do dia da produção intelectual.

Nesse sentido, a construção do pensamento sobre a nação brasileira necessariamente passava pelos sujeitos capazes de conduzir esse processo. A perspectiva de industrialização nacional a partir de 1930, juntamente com o aparecimento de novos sujeitos políticos, como as classes médias, o empresariado industrial e a classe trabalhadora, abriam os horizontes para a ruptura dos entraves que impediam o desenvolvimento da nação. Evidentemente, a industrialização era a grande referência, ou a grande esperança, na consolidação desse projeto. A burguesia industrial aparecia, portanto, como um sujeito histórico impelido a participar de maneira ativa do processo. A modernização do país, opondo-se à herança colonial, estaria visceralmente ligada à industrialização (e, consequentemente, à urbanização).

Por meio de diferentes interpretações, os pensamentos aqui revisitados vislumbravam a construção da nação tendo como referência o desenvolvimento do capitalismo a partir de sua experiência clássica, fomentada na Europa e Estados Unidos, cujo protagonismo da burguesia industrial e a implementação de uma economia industrial simbolizavam o progresso e a formação de uma economia nacional, alicerce de um país independente. Ao mesmo tempo, nota-se a formulação de pensamentos que compreendiam as particularidades da formação social, política e econômica brasileira. O pensamento intelectual nacional buscava encontrar caminhos originais para a superação de seus entraves, oriundos de seu processo histórico. Essa superação, portanto, não poderia ser encontrada no modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo, no qual as burguesias nacionais assumiram o protagonismo.

Observa-se então, nessas interpretações, talvez pela própria consciência do peso de seu papel político ao longo da formação do país, a necessidade de o Estado ser um agente promovedor da modernização nacional – com mais força do que a própria burguesia industrial brasileira. Embora sua atuação como classe, com feições progressistas, dotada do espírito capitalista modernizante, fosse considerada essencial pelos intelectuais para que esse processo conseguisse ser bem sucedido, havia um entendimento quanto à impossibilidade de a burguesia industrial nacional tomar a frente do projeto de desenvolvimento industrial. Tal condição passava pelo reconhecimento comum sobre sua incapacidade de ser o principal agente promovedor do processo de industrialização brasileiro, depreendida pelas fragilidades

do próprio setor para a formação de uma robusta poupança interna capaz de gerar investimentos na produção.

Daí se compreende a defesa da necessidade do planejamento estatal e da participação direta do capital estrangeiro e do próprio Estado no desenvolvimento da indústria, em que pesem as diferenças de papéis concedidas a cada parte envolvida. Nesse sentido, evidentemente, é preciso destacar uma visão mais cautelosa de Furtado (1961) diante dos industriais brasileiros – revelada por suas críticas à própria postura do setor, no qual prevalecia uma reduzida mentalidade propriamente empresarial –, em contraposição a uma visão mais otimista da função de liderança à qual o setor estava submetido nas perspectivas desenvolvidas pelo Iseb

Caberia ao Estado, então, fomentar a industrialização nacional, tendo o empresariado industrial como seu aliado. Isso fica claro nas propostas de Simonsen (1973;2010) e Jaguaribe (1950; 1958) (lembrando que o Iseb foi criado pelo próprio Estado), bem como no pensamento de Furtado (1961) e Campos (1969), todos defensores do planejamento e do apoio estatal como decisivos para a industrialização. Por essas razões, considerando todas as diferenças entre os autores debatidos, pode-se enquadrá-los dentro do pensamento desenvolvimentista, divididos, de acordo com Bielschowsky (2000), entre desenvolvimentistas do setor privado (Simonsen), desenvolvimentistas nacionalistas do setor público (Iseb, Jaguaribe e Furtado) e desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público (Campos).

Em relação às diferenças, tanto Simonsen (1973;2010) quanto Jaguaribe (1958) não viam como obstáculo a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da industrialização brasileira, desde que controlada pelo Estado. Esse posicionamento distancia-se da visão centro-periferia colocada por Furtado (1961), que aponta a incapacidade de superação do subdesenvolvimento sem soberania nacional – o capital estrangeiro não poderia participar de setores estratégicos, que deveriam ficar sob a responsabilidade estatal, incumbida de captar e alocar recursos, por meio do planejamento e de inversões na produção. Já para Campos (1969), embora a presença planificadora do Estado fosse fundamental para garantir um rápido desenvolvimento, ele deveria buscar a mínima participação nas inversões diretas ao setor produtivo, abrindo possibilidades para o estímulo à participação direta do capital estrangeiro em todos os setores da economia.

1.4 O DEBATE ACADÊMICO SOBRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL

1.4.1 Fernando Henrique Cardoso e a fragilidade da burguesia industrial brasileira como classe

As tentativas de golpe institucional ao longo do período democrático (1945-1964) tiveram como pano de fundo o cenário da guerra fria e seus dilemas políticos em torno do nacionalismo, do imperialismo e da revolução socialista. Tais questões se apresentaram no Brasil a partir da mobilização política das classes sociais brasileiras em torno de seus interesses de classe. Nesse período, o próprio caráter do desenvolvimento nacional adquiriu contornos mais evidentes de luta política, uma vez que o processo de industrialização transformou-se num ponto de disputa entre diferentes grupos políticos, gerando agitação social e política em relação a seu financiamento (estatal ou privado, nacional ou internacional.

Em meio a esse acirramento político, em 1964 Fernando Henrique Cardoso (1964) lança *Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico*. Essa obra pode ser definida como o primeiro modelo que supera as suposições quanto ao comportamento de classe imputado à burguesia industrial no desenvolvimento brasileiro. A partir de análise sociológica, Cardoso (1964) procurou investigar de maneira profunda as características da burguesia industrial do país.

O autor questionava a ideia de consolidação de um desenvolvimento industrial autodinâmico capaz de substituir, de maneira endógena, os bens de produção. Cardoso (1964) problematizou quais seriam, de fato, os setores sociais com condições e interesses em promover um capitalismo industrial que gerasse a autonomia nacional. Para isso, antecipava, seria preciso identificar, de maneira específica, os grupos nacionais e internacionais que controlavam a indústria, deslocando o debate sobre a economia nacional para a política. Haveria, de fato, uma burguesia interessada em desenvolver um capitalismo autônomo e genuinamente nacional? Pois, por mais que Furtado (1961) não vislumbrasse uma revolução burguesa nacionalista, sua defesa de um planejamento econômico estatal não dava conta de reconhecer a força e a capacidade de articulação dos grupos ligados ao capital estrangeiro junto ao empresariado nacional.

A crítica de Cardoso (1964) estendia-se também às clivagens formuladas no Iseb, mais precisamente ao pensamento de Hélio Jaguaribe. A partir de sua pesquisa, o sociólogo negou

a ideia de “setor modernizante” brasileiro, comandado pela burguesia industrial em aliança com o proletariado e os intelectuais. Para Cardoso (1964), essa ideia não correspondia à realidade do pensamento dos industriais, pouco preocupados em defender planos desenvolvimentistas em nível nacional.

Desse modo, a despeito do aumento de seu peso na economia do país, Cardoso (1964) observou que o empresariado industrial nacional não se propunha a realizar um projeto de poder que lhe fosse próprio. Para o autor, a ausência desse projeto justificava-se pela ainda incipiente formação da classe, o que dificultava a sua ação coletiva.

> Os industriais brasileiros constituem uma camada social recente e heterogênea. Por isso, se no conjunto ainda não reagem como grupo aos problemas que se defrontam, é preciso considerar que “a situação comum de classe é recente” [...] Estes fatores dificultam a decantação de modos uniformes de pensar sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns [...]. Por isso, são ainda limitados os grupos empresariais capazes de postular uma política agressiva de desenvolvimento que aumente o controle político e econômico da burguesia industrial. (CARDOSO, 1964, p. 60)

Para Cardoso (1964), a participação do empresariado industrial no governo e na política configurava-se pela busca por vias individuais, sendo fracas as suas representações de classe. O jogo político era marcado por ações que visavam ao contato direto com representantes da burocracia do Executivo e com o Legislativo, a fim de garantir os interesses de um determinado setor industrial ou grupo empresarial.

A ausência de uma visão de classe sobre a conjuntura nacional impedia, portanto, o empresariado nacional de avaliar seu próprio crescimento e a dimensão de seu peso político, num país em intensa transformação social e econômica. Isso empurrava o empresariado para uma aliança conservadora com as classes políticas tradicionais que hegemonizavam o controle do Estado, na medida em que o empresariado buscava segurança para o desenvolvimento de seus negócios.

> O preço maior que os industriais pagam enquanto grupo, por esta situação, é a vassalagem a que se veem reduzidos diante dos que manipulam o aparelho estatal. Vítimas de pressões de várias ordens, os industriais atemorizam-se com a possibilidade de “transformações radicais” e, por isso, muitas vezes apoiam pontos de vista que, objetivamente, não coincidem com seus interesses de classe. [...] À crescente expansão do mercado e, consequentemente, ao aumento do poderio econômico da burguesia industrial, não tem seguido, pelo menos no mesmo ritmo, a desagregação da antiga ordem político-social pré-industrial. A burguesia industrial se acomoda em larga medida à dominação tradicional. Queixa-se da política clientelística do Estado, mas exige, em troca de apoio a esta mesma política, favores, privilégios e concessões [...]. (CARDOSO, 1964, p. 170)

Estava claro para Cardoso (1964) que o empresariado nacional possuía uma atuação vacilante no cenário político, mesmo com o aumento de sua participação na economia. Sua opinião sugeria um posicionamento contraditório, em que a opção por políticas conservadoras que não dessem margens às transformações profundas sustentava uma ordem que, ao mesmo tempo, não condizia com seus interesses de classe.

Espremida entre certos grupos econômicos com ascendência no aparelho estatal – latifundiários, grandes comerciantes, exportadores, banqueiros ligados ao sistema financeiro internacional – e as empresas multinacionais, que puxavam o crescimento econômico da indústria nacional, o empresariado industrial brasileiro comportava-se de maneira ambígua. Exigia uma nova postura do Estado que privilegiasse o desenvolvimento industrial e que lhe desse maior espaço político, ao mesmo tempo em que recusava aliar-se aos grupos populares que demandavam uma nova organização do Estado e da sociedade brasileira e que avançasse na modernização do país, na medida em que temia ser alijado do processo político. Nesse sentido, o espectro dos movimentos revolucionários latino-americanos, em especial a Revolução Cubana (1959), deixou um rastro de receio em relação a qualquer tipo de aliança interna, além de reforçar o alinhamento junto ao capital estrangeiro.

Assim, o que interessava a Cardoso (1964) era a reflexão sobre as reais condições de desenvolvimento industrial no Brasil e sobre o controle político desse processo que, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), constituiu-se em outro estágio, no qual as indústrias multinacionais consolidaram sua participação na produção de bens duráveis e de bens de produção. Para o autor, a partir desse momento, tornava-se evidente o apoio da burguesia nacional ao capital estrangeiro, efetivado por meio das associações.

Desse modo, a opção da burguesia pela aliança com esses setores, além de revelar sua incapacidade, como classe, de assumir a hegemonia do Estado, tornou-a sócia da ordem estabelecida na condição de parceira do capitalismo internacional e dos setores da empresa agrícola do país. Essa posição do empresariado industrial certamente contribuiu para o acirramento das tensões existentes no Brasil do *período democrático*, sobretudo para seu desfecho. Colocando-se, por um lado, a favor do "capitalismo e da democracia" e contra as tendências estatizantes e supostamente socializantes das políticas representadas pelas "reformas de base" do então presidente João Goulart, e, por outro, temendo a pressão dos movimentos sociais organizados do campo e da cidade sobre o governo, o empresariado nacional organizou e aderiu, quase que em sua totalidade, ao golpe de Estado desferido por setores das forças armadas à democracia brasileira.

1.4.2 Caio Prado Júnior e uma compreensão dialética da burguesia nacional

Ao publicar *A revolução brasileira*, em 1966 – posteriormente ao golpe civil-militar de 1964 –, Caio Prado Júnior (1987) endossava a análise feita por Cardoso (1964). Para o autor, as perspectivas de desenvolvimento formuladas pelo Iseb não davam conta de explicar a realidade brasileira, marcada por um golpe institucional elaborado com amplo apoio do empresariado nacional, do capital internacional e do governo estadunidense. Diante da conjuntura política que levou à destituição de um governo democraticamente eleito, Caio Prado Júnior (1987) questionava a ideia de uma burguesia nacional como sujeito histórico agente da modernização e imbuído, portanto, de levar adiante o desenvolvimento brasileiro contra os setores ditos retrógrados. Por meio da análise dialético-marxista, ele quebrou com essa concepção dicotômica cristalizada que separava classes ligadas à modernização e ao nacionalismo *versus* classes ligadas ao atraso e ao imperialismo.

Assim, o intelectual procurava desmontar o modelo isebiano, ao reposicionar o entendimento acerca da penetração imperialista no país e da formação da burguesia industrial como agente modernizador da sociedade brasileira. Seu pensamento insere-se no debate sobre a questão nacional, ao buscar as raízes da formação econômica do Brasil e suas implicações na realidade presente, apontando os entraves e as possibilidades de superação a partir de uma análise política, econômica e social do país. Em *A revolução brasileira*, Caio Prado Júnior (1987) compreende a formação das características particulares e originais da economia brasileira numa estrutura produtiva que atendia ao mercado externo, direcionando-se a interesses exógenos ao país.

Desde o período colonial, portanto, a produção voltada para fora propiciava a influência direta dos interesses estrangeiros no Brasil, introduzindo-o no circuito internacional capitalista. Nesse aspecto, o imperialismo seria apenas sua fase atual. Assim, o historiador paulista distanciava-se do marxismo do PCB, criticando as adaptações da realidade brasileira a pressupostos e conceitos teóricos clássicos incapazes de dar conta do processo de formação da nação brasileira. Para Prado Junior (1987), esse método tinha como resultado a deturpação da realidade. Além disso, a interpretação do PCB impedia o combate efetivo ao imperialismo, na medida em que os equívocos da análise sobre a inserção do Brasil no capitalismo mundial desdobravam-se numa falsa compreensão sobre a superação do atraso brasileiro, centrada na visão da burguesia industrial como agente modernizador. Desse modo, o autor recusava a ideia de polarização entre empresariado industrial, expoente da burguesia nacionalista –

portanto, progressista –, e uma burguesia mercantil aliada ao setor agroexportador em conluio com o imperialismo, que barrava a industrialização brasileira.

Ainda, segundo Caio Prado Júnior (1987), a investigação sobre a origem da burguesia nacional debilitava essa contraposição, uma vez que a burguesia brasileira teria se formado a partir dos comerciantes portugueses que viviam no Brasil e que se integraram, ao longo do tempo (por seus descendentes), à sociedade brasileira após o fim do Pacto Colonial – juntamente com comerciantes de outras origens. Portanto, de origem heterogênea, essa burguesia nacional alinhava-se na defesa de interesses comuns e desenvolveu-se com certa protuberância e rapidez ao controlar as atividades mercantis voltadas para a exportação, consideradas, pelo autor a base da economia brasileira mesmo após a intensificação do desenvolvimento industrial a partir de 1930.

A industrialização, portanto, não significava a oposição ao imperialismo, dada a forte integração da burguesia industrial brasileira ao capital externo. Pelo contrário, o intelectual considerava a inversão externa na economia brasileira como um dos fomentadores de novos negócios para a burguesia nacional, dentre eles o investimento na indústria, setor que necessitava do aporte de capital estrangeiro para desenvolver-se, dada a incapacidade de acumulação endógena de capitais suficiente para esse processo. Assim,

> A "burguesia nacional", tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias pré-concebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico "capitalismo progressista" o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O antiimperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 121)

Caio Prado Júnior (1987) coloca a necessidade de se olhar o imperialismo não como um fator exógeno e impeditivo do desenvolvimento capitalista brasileiro, mas, ao contrário, como elemento constituinte. Dessa forma, pode-se afirmar que a relação estreita entre burguesia nacional e imperialismo é significativa quanto à formação da economia nacional dentro da ordem capitalista.

O pensamento marxista original de Caio Prado Júnior (1987) indicava uma nova possibilidade de análise pela esquerda, que se projetava para além da interpretação nacional-burguesa pela via democratizante com caráter etapista e determinista (PCB). Ainda que sua análise desconsiderasse a força do empresariado industrial, associando-o à burguesia mercantil – o que suprimia as diferenças dentro da burguesia nacional –, Caio Prado Júnior

(1987) indicava a fragilidade daquela análise que simplificava as relações entre desenvolvimento nacional e imperialismo, opondo-os em vez de associá-los. Tornando mais complexa a possibilidade de independência da nação a partir da negação da burguesia como classe modernizante ou revolucionária, sua análise esboçava a continuidade do capitalismo brasileiro dentro do imperialismo, indicando seu caráter industrializante não como uma ruptura necessária para a independência do país. Pode-se dizer, por fim, que Caio Prado Júnior (1987) apresentou uma visão que relacionava os interesses da classe burguesa brasileira ao imperialismo, sendo o desenvolvimento industrial uma de suas facetas.

Prado Júnior (1987) e Cardoso (1964), de certa forma, abriram caminhos para a formação de um pensamento sobre a economia política brasileira que quebrava a filiação automática em torno das teses da Cepal e do Iseb, cujos maiores expoentes eram Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, respectivamente.

1.4.3 O desenvolvimento dependente e a contribuição de Peter Evans

As obras de Fernando Henrique Cardoso (1964) e Caio Prado Júnior (1987) conseguiram levar para dentro de suas análises, revelando suas contradições, aquilo que Jaguaribe (1958) e Simonsen (1973;2010) já consideravam como elemento fundamental para a constituição da industrialização do país: a participação do capital estrangeiro. Mais conhecida como "teoria da dependência", essa produção intelectual procura observar as relações entre Estado, empresariado nacional e capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro.

Cardoso (1964) já apresentava uma série de associações e pactos entre o empresariado nacional e o capital estrangeiro, revelando as intensas imbricações entre os setores. O *desenvolvimento dependente* baseia-se na compreensão do desenvolvimento nacional por meio de seu condicionamento à expansão de outra economia num determinado contexto de expansão industrial. Isso significa que a própria industrialização de um país não se traduz, necessariamente, em sua independência, sendo necessário analisar a participação dos interesses estrangeiros na promoção do desenvolvimento industrial de uma nação. Ele se caracterizaria, portanto, pela associação entre capital internacional e nacional com forte participação do Estado, que desempenharia um papel de sócio ativo (EVANS, 1980). Essa associação resultaria, evidentemente, na acumulação de capitais dentro de países periféricos e

na geração de uma industrialização diversificada com impactos transformadores na estrutura econômica e social desses países – como foi o caso do Brasil.

Desse mesmo modo, as produções que se seguiram não perderam a referência quanto ao peso do Estado na consolidação da burguesia nacional, em diálogo intenso com as proposições elaboradas por Simonsen (0000) e Furtado (0000) no tocante à participação direta do Estado para o desenvolvimento industrial do país.

Nesse sentido, uma obra ainda pouco debatida nos tempos atuais é *A tríplice aliança*, de Peter Evans (1980). Publicada em 1977, a obra de Evans avalia a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira e as relações entre as multinacionais, o empresariado nacional e o Estado, realizando estudos de caso e estabelecendo definições conceituais sobre o comportamento de cada setor no desenvolvimento dependente brasileiro.

Evans (1980) realiza uma análise lúcida da teoria da dependência, baseada na aliança entre multinacionais, capital nacional e Estado como pilar para o desenvolvimento dependente. O autor aponta que a industrialização da periferia não constituiu ameaça para os interesses do capital nos países de centro, ao contrário: o desenvolvimento dependente se apresentaria como uma das facetas do imperialismo em sua nova fase, no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para Evans (1980), os elementos do imperialismo que inibiam o desenvolvimento do capitalismo na periferia desapareceram, esgarçando a tradicional divisão internacional do trabalho. O imperialismo transformou-se a partir das novas condições de competição entre os países do centro, que não mais poderiam estabelecer uma divisão monopolista estável da periferia, visto que, após as duas grandes guerras, não havia mais condições para uma competição violenta que estabelecesse domínios políticos nos países periféricos. Ao mesmo tempo, após diversas crises econômicas, os países da periferia capitalista, como bem demonstram as análises realizadas por Simonsen (1973), Furtado (1961;2000) e Jaguaribe (1958), não poderiam sujeitar suas economias à fragilidade da exclusividade na produção de bens primários: industrializar era um imperativo.

Dentro dessas perspectivas, as novas condições de competição entre os países do centro obrigavam a modificações dentro das empresas multinacionais, que aumentaram seus investimentos devido ao próprio acirramento da competitividade entre elas. Os países periféricos passaram a receber parte desses investimentos sob determinadas condições. Nessa nova lógica que se estabeleceu, segundo Evans (1980), as multinacionais buscaram o apoio dos Estados nacionais e da própria burguesia local, visando parcerias que garantissem o retorno de seus investimentos. Na condição de parceiros, Estado e burguesia industrial nacionais, por sua vez, puderam barganhar frente às inversões estrangeiras.

Para Evans (1980), é a partir da década de 1930 que o desenvolvimento dependente se estabelece na América Latina – sem dúvida, esse marco relaciona-se diretamente com as novas diretrizes de planejamento econômico adotadas pelo Estado nacional brasileiro a partir da Revolução de 1930. O desenvolvimento dependente se constituiria com o fomento do mercado interno, a partir da industrialização, por meio do processo de substituição de importações, tal como concebia Celso Furtado (1961;2000). Porém, na análise de Evans (1980), a industrialização intensificou-se com a internacionalização desse mercado interno, à medida que recebia investimentos das multinacionais na produção de bens de consumo duráveis, intermediários e bens de capital. Essa penetração das multinacionais no setor produtivo brasileiro formou uma "burguesia internacionalizada", uma espécie de núcleo transnacional – expressão desse novo momento do imperialismo. Ainda segundo Evans (1980), o núcleo transnacional formado nos países periféricos contribuiu para a desarticulação de suas economias, reforçando a dependência:

> Assim as multinacionais têm ao mesmo tempo um interesse em manter os baixos salários para que possam ter lucro nas operações rotineiras de manufatura, e na concentração de renda, para que tenham um mercado para os tipos de produtos que tentam vender. Se cuidarem de seus próprios interesses empresariais, as multinacionais intensificarão tanto as tendências de exclusão do desenvolvimento dependente como a desarticulação da tecnologia e das condições sociais. [...]
> O interesse das multinacionais como firmas contribui também para outros tipos de desarticulação. Elas proporcionam canais naturais para atrair seus gerentes nacionais a outros aliados locais para o "núcleo transnacional". Têm ligações com organizações de fornecedores e de serviços no país do centro, relações que reforçam a tendência para a separação entre as multinacionais e outras firmas nacionais. A eficiência dos laços que unem o núcleo empresarial da multinacional com suas partes distantes multiplica os "elos que faltam" na periferia. (EVANS, 1980, p. 49)

O desenvolvimento dependente apresenta, portanto, um quadro no qual o investimento estrangeiro constituiu-se como um dos fundamentos da industrialização nacional, ao mesmo tempo em que expressava a impossibilidade de a burguesia industrial local deter a hegemonia econômica no país. Além disso, Evans (1980) aponta a necessidade de a burguesia industrial negociar com os diversos setores brasileiros, como os ligados à exportação de produtos primários e à própria classe trabalhadora, reforçando as ideias de Cardoso (1964) sobre a incapacidade de a burguesia nacional impor um projeto de classe, colocando-a numa situação que a obrigava a ter a frequente capacidade de buscar e efetivar alianças com as elites já existentes no país para garantir seus interesses.

Nesse aspecto, o que distingue a análise de Evans (1980) daquela elaborada por Cardoso (1964) é sua aproximação com as perspectivas propostas por Florestan Fernandes (2005), que enxergava nessa situação particular o verdadeiro poder da burguesia industrial

nacional. Ela estreitava seus laços com o centro na mesma medida em que defendia a acumulação interna de capital; pleiteava investimentos externos ao mesmo em tempo em que exigia garantia de participação na exploração de determinados setores da economia nacional (FERNANDES, 2005). Esse duplo caráter se fortaleceu à medida que o empresariado industrial nacional, ciente de que seu poder político não viria da hegemonia na acumulação de capital, desenvolveu – para além das negociações com os outros setores da elite na busca pela manutenção de seus privilégios – uma série de laços com a "tecnoburocracia" estatal. Portanto, em lugar da "falta de projeto de classe" que garantiria sua hegemonia política, são as características do desenvolvimento dependente que levaram a burguesia industrial local a tomar posições políticas que pareciam, num primeiro momento, contraditórias. É a partir dessa condição que devem ser analisadas as relações entre o empresariado industrial brasileiro e o Estado nacional.

Nesse sentido, devemos compreender a articulação desencadeada pelo empresariado no golpe de 1964 como a possibilidade manutenção de seus interesses de classe dentro do modelo do desenvolvimento dependente, supostamente ameaçados com a ascensão dos movimentos populares durante o *período democrático*, sobretudo no governo do presidente João Goulart. Seguindo a interpretação de Fernandes (2005), Evans (1980) enxergava nas relações entre os industriais brasileiros e o Estado uma marca do desenvolvimento dependente, considerando a modernização e a racionalização dessas relações como o poder de fato exercido pelo empresariado – formando o que Fernandes (2005) classificou como "autocracia burguesa". O Estado nacional, nessa visão, tem reforçada sua posição privilegiada no desenvolvimento industrial do país:

> A despeito das ambiguidades em sua relação com a burguesia nacional, a posição central do Estado em relação à acumulação na periferia é incontroversa. O imperialismo como processo e as multinacionais como organizações concentram a acumulação no centro do sistema internacional. A classe proprietária nacional não conseguiu realizar o domínio sobre a indústria local, mesmo nos países periféricos mais adiantados. A menos que o Estado possa impor sua prioridade na acumulação local e promover efetivamente a industrialização nacional, não há um patrocinador efetivo para a industrialização periférica. (EVANS, 1980, p. 50)

Essa condição do Estado também foi favorecida pela desarticulação da estrutura social em países dependentes (EVANS, 1980), possibilitando à burocracia estatal agir de maneira autônoma frente à burguesia local e à burguesia internacional.

O Estado deve equilibrar-se na política entre coações e incentivos, visando à garantia do desenvolvimento industrial promovido pelas inversões externas e também à garantia da

acumulação local, ao mesmo tempo em que cede parte do excedente nacional para as multinacionais. Essas negociações dependem, por sua vez, da própria capacidade de o Estado nacional gerir seus recursos e também de sua capacidade de investir em determinadas áreas, por meio das empresas estatais, que atuam nos setores onde não há interesse externo tampouco capacidade de investimento por meio do capital privado nacional. De todos os modos, um Estado com forte capacidade empresarial pode possibilitar a concorrência com as empresas multinacionais ou mesmo o oferecimento de insumos e produtos com menor custo para as multinacionais, aumentando seu poder de barganha frente às corporações estrangeiras no desenvolvimento industrial do país.

Em relação à burguesia industrial local, o processo de participação do Estado nacional como agente direto da acumulação nacional produziu uma modificação na estrutura burocrática do Estado que teve como consequência a formação de uma "burguesia estatal". Consolidou-se uma espécie de fração do empresariado nacional ligada ao Estado, que estabelecia relações estreitas com o capital privado nacional, no sentido de garantir a acumulação em nível nacional. Essa "autocracia burguesa", portanto, insere-se como elemento constituinte da burguesia nacional.

Ainda, segundo Evans (1980), se o objetivo do Estado nacional era garantir a acumulação do tripé (multinacional, capital nacional privado e capital estatal) em nível nacional, dentro de um projeto comum, é ele também que deveria administrar as contradições entre os interesses de cada fração e garantir as condições para que a acumulação de capitais ocorresse. Para isso, o autor destaca que o papel do Estado deveria ser também o de um agente de controle social:

> O elemento de exclusão extrema que existe na natureza do desenvolvimento capitalista dependente acentua os aspectos coercitivos do Estado [...]. A tendência para a repressão nasce, em parte, da justificativa lógica da exclusão. Qualquer aumento nos salários da força de trabalho ameaça as atrações que um determinado país periférico oferece como local para atividades manufatureiras de rotina [...]. (EVANS, 1980, p. 53)

Diante das circunstâncias apresentadas, não caberia ao empresariado nacional uma prática política que defendesse a existência de um Estado democrático. Sua opção, a fim de garantir seus interesses, é a da manutenção de uma sociedade autoritária, no seio da qual a repressão fosse uma das práticas que garantisse a acumulação de capitais. A saída, para a burguesia nacional, num momento de industrialização e urbanização do país, foi apoiar a desarticulação dos movimentos da classe trabalhadora organizada. A defesa de um Estado autoritário por parte do empresariado industrial deveu-se, então, ao próprio entendimento de

que existência de uma democracia representativa não apresentava o melhor invólucro para o desenvolvimento dependente, na medida em que, se ela ocorresse de fato, aberta à participação popular, as instituições políticas não representariam a burguesia nacional e multinacional de acordo com seu peso econômico (no entendimento burguês), o que poderia colocar em risco o próprio processo de acumulação.

Por fim, Evans (1980) ressalta o papel auxiliar do empresariado industrial frente às multinacionais e ao capital estatal, expondo a fragilidade dessa fração da elite em deter o controle político. Indo mais além: não haveria nem a necessidade de um consenso político entre o empresariado nacional quanto ao apoio ou não de determinadas políticas governamentais, dada a dependência da burguesia industrial em relação ao Estado. E, nisso, um componente mais justifica-se na conformação do regime civil-militar iniciado em 1964: o "nacionalismo". O uso do nacionalismo seria o fator unificador, que daria condições a essa "autocracia burguesa" de estabelecer pressões frente às multinacionais, visando à acumulação local, tendo em vista que o desenvolvimento dependente, para se constituir, não poderia prescindir das multinacionais, obrigando-se a manter estreitas relações. O nacionalismo defendido de maneira ampla pelo empresariado industrial nacional no golpe de 1964 deita raízes, portanto, na própria condição dessa fração da elite brasileira, que precisa assegurar sua participação em determinados setores industriais do país (EVANS, 1980, p. 55).

1.4.4 A interpretação de Florestan Fernandes: a revolução burguesa nos marcos do desenvolvimento dependente

Ao trabalharmos alguns autores em perspectiva cronológica, o objetivo não é o de aprofundar as implicações das reflexões desenvolvidas por eles, mas buscar um entendimento, sob uma perspectiva geral, das características e especificidades do processo de formação e consolidação da burguesia nacional no país. A identificação dessas características, construídas ao longo do desenvolvimento do pensamento intelectual no século XX e do próprio desenvolvimento e consolidação da classe burguesa no Brasil, permite compreendermos melhor a atuação do empresariado industrial nacional durante o período do regime civil-militar e, sobretudo, durante a conformação da Nova República, a partir da Constituinte de 1988. Considerando esses aspectos, há um entendimento de que a formação da burguesia nacional como classe ocorre nos marcos de uma industrialização sob os parâmetros do

desenvolvimento capitalista dependente. E é com esse entendimento que se pretende analisar as ações do empresariado nacional nos momentos destacados.

Quando Peter Evans (1980) recorre a Florestan Fernandes (2005), ele está mais precisamente utilizando referências do clássico *A revolução burguesa no Brasil*, originalmente publicado em 1976. Sem dúvida, a obra é um marco interpretativo da especificidade da formação da burguesia nacional no capitalismo dependente, sendo, talvez, o texto mais representativo dessa corrente de pensamento.

Ao analisar o papel da burguesia nacional no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, Fernandes (2005) reafirma os paradigmas estabelecidos pelo capitalismo dependente. Negando a reprodução dos modelos clássicos (revolucionários) nos quais se inscreveram os processos de hegemonia política e econômica das burguesias nacionais nos países centrais, a revolução burguesa no Brasil ocorreu sem a necessidade de uma ruptura radical com as tradicionais elites dominantes, por meio de uma articulação entre os distintos interesses desses setores. Essas articulações entre a ascendente e a velha elite garantiram a manutenção de uma ordem social excludente.

A postura política adotada pela burguesia, na visão de Fernandes, não pode ser compreendida apenas pela força do poder político detido pelos setores oligárquicos, mas também como um entendimento próprio sobre a ideia processo de modernização do país que não comprometesse essa ordem social excludente – ameaçada pela participação popular. A opção por um domínio gradual, sem a deposição das elites tradicionais, não significaria a supressão das contradições entre setores modernos e setores arcaicos, mas sua resolução dentro de um nível político que não os ameaçasse. Ainda que não tenha teorizado sobre o tema nessa obra, o que Fernandes (2005) indica é o desencadeamento da modernização conservadora do país. Sem rupturas, a própria revolução burguesa se realiza como um processo estrutural:

> Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. (FERNANDES, 2005, p. 203)

Nesse sentido, a revolução burguesa consolidou-se no país à medida que a industrialização avançava, de maneira concomitante às articulações políticas entre as elites nacionais.

No contexto do capitalismo dependente, considerando a histórica relação entre as oligarquias e os interesses estrangeiros, bem como a interdependência entre a burguesia local e as multinacionais, Fernandes (2005) expõe a dupla articulação brasileira, baseada, internamente, na aliança entre setores arcaicos e modernos, geradora de um desenvolvimento desigual, e, externamente, na exportação de produtos primários para países do centro e no investimento de capital estrangeiro no setor industrial. Dentro de uma economia internacionalizada, portanto, a industrialização gerou um empresariado nacional que não poderia ser depositário do modelo clássico de "burguesia nacional" (nacionalista, democrática, liberal): deveria ser capaz de se equilibrar entre o imperialismo e o arcaísmo para exercer o poder.

> Nesta etapa de discussão, não adianta levar em conta alternativas utópicas da burguesia, alimentadas ideologicamente a partir de dentro e de fora (como, por exemplo, que a ampliação e a aceleração do desenvolvimento industrial promoveriam a destruição do "atraso econômico", eliminado, por si mesmas, a dependência e o subdesenvolvimento; isto é, suprimindo o caráter duplamente articulado da economia brasileira e removendo, portanto, por neutralizações de origem, econômica, tecnológica e/ou política, as formas pré ou subcapitalistas de relações econômicas e dominação imperialista). Na verdade, um maior controle do "atraso econômico" não implica, por si mesmo supressão da dependência e do subdesenvolvimento. Ele só modifica as condições em que ambos se manifestam, em termos estruturais e relativos, o que faz com que a dominação burguesa tenha de ajustar-se, em sua forma, estruturas e dinamismos, a um tipo de transformação capitalista em que a dupla articulação constitui a regra (ou seja, no qual o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista constituem requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação). (FERNANDES, 2005, p. 349)

A dominação burguesa por meio da dupla articulação deve ser considerada, portanto, como uma forma específica gerada num determinado período histórico e em um determinado modelo de desenvolvimento capitalista – o dependente. Deve ser considerada, inclusive, uma opção política do empresariado industrial brasileiro, que fomentou suas ações no sentido de manter o desenvolvimento desigual aliado ao imperialismo, evidenciando sua racionalidade. Assim, a revolução nacional posta em marcha efetivou-se dentro dos parâmetros do capitalismo dependente. Como não poderia deixar de ser, os objetivos da revolução expressam-se na dominação do Estado pela agenda da burguesia, que consolida seu poder na medida em que visa à nacionalização de seus interesses de classe e os efetiva (ainda que, para Fernandes (2005), isso tenha significado, na realidade brasileira, diferentemente das clássicas revoluções nacionais, um efeito contrarrevolucionário às classes populares). Segundo Fernandes (2005, p. 351), os momentos marcantes da política institucional brasileira no século XX confirmam essa perspectiva:

> Não são só a Primeira República e a "revolução institucional, de 1964", que fornecem evidências empíricas a essa interpretação. Bem avaliadas as coisas, a "Revolução liberal de 1930", o Estado Novo e os governos "nacionalistas-desenvolvimentistas" de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek palmilharam a mesma rota, embora suas aberturas políticas para baixo os apresentem sob um manto mais propício, como se fossem exceções que confiram a regra.

Obviamente, ao publicar *A revolução burguesa no Brasil* em 1976, pouco mais de uma década após o golpe de 1964, Florestan Fernandes (2005), assim como Peter Evans (1980), teve melhores condições para compreender, de fato, o papel desempenhado pelo empresariado industrial na modernização brasileira. A análise do desenvolvimento dependente, porém, não pode ser encarada como uma teoria absolutamente nova em relação à caracterização da burguesia industrial nacional. Se sua originalidade consiste em construir uma compreensão sobre o processo de industrialização brasileiro a partir da ideia de dupla articulação, baseada no tripé Estado-multinacionais-burguesia nacional, pode-se dizer que ela busca compreender, dentro de uma análise de processo histórico, o que Simonsen (1973; 2010) e Jaguaribe (1958) já defendiam como posicionamento desejável para a burguesia nacional: a necessidade de um planejamento econômico a partir da formação de uma elite capaz de dirigir o Estado nacional que imprimisse a modernização do país.

O próprio entendimento da participação do capital estrangeiro como necessário no desenvolvimento industrial do país revela a alta complexidade das análises de Simonsen (1973;2010) e Jaguaribe (1958), realizadas décadas antes do surgimento da teoria do desenvolvimento dependente. Na esteira do caminho aberto por Caio Prado Júnior (1987) e Fernando Henrique Cardoso (1964), esse modelo interpretativo procurou compreender as condições nas quais o empresariado industrial estava inserido para efetivar um projeto de poder, que não apareceria como consequência natural da industrialização do país. Se Simonsen (1973) e o Iseb de Jaguaribe (1958) podem ser identificados como fomentadores de um projeto de modernização do país embasado na liderança do empresariado industrial, a teoria da dependência procurou compreender as especificidades desse processo, apontando seus reais desdobramentos na formação do país – onde, sem dúvida, a questão da emancipação nacional não conjugava mais com o desenvolvimento industrial –, como imaginavam Simonsen (1973;2010) e Jaguaribe (1958).

Diante dessa perspectiva, Florestan Fernandes (2005, p. 341) buscou analisar como o projeto burguês efetivou um poder que garantisse sua hegemonia de uma forma nada ortodoxa, e quais seriam as consequências dessa realidade para a política do país:

> O capitalismo dependente é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político.

Para Fernandes (2005), a burguesia nacional teve de passar a compreender a própria realidade de sua condição de classe numa sociedade subdesenvolvida e dependente, rompendo com o ideal burguês dos países hegemônicos (democrático e liberal). A racionalidade burguesa assumida procurou construir um entendimento do papel histórico da burguesia nacional dentro do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Esse entendimento passava pelo reconhecimento de uma postura política que fosse contrarrevolucionária em relação aos termos clássicos defendidos, ou identificados historicamente como burgueses – ligados a uma tradição republicana.

Nesse sentido, para Fernandes (2005), o processo de maturidade histórica desenvolvido pela burguesia industrial nacional ocorreu nas quatro décadas posteriores ao fim da Primeira Guerra Mundial, num momento em que o país vivia um rápido e intenso processo de industrialização e urbanização, constituindo uma ordem social competitiva baseada na sociedade de classes. A ascensão da burguesia ao topo, porém, não significou a substituição de uma elite agroexportadora, de cunho oligárquico, por uma nova classe, moderna – mas uma reorganização dos setores oligárquicos dentro dessa nova realidade econômica e social. A consolidação da burguesia nacional como parte integrante das classes possuidoras, da elite do país, portanto, deu-se num contexto permeado pelas tradições e valores patrimonialistas das velhas elites. Ao mesmo tempo, as décadas subsequentes à Primeira Guerra Mundial apresentavam uma fragmentação dos segmentos burgueses, o que dificultava a identificação dos interesses em comum – havendo, inclusive, conflitos entre esses setores, em nível regional. A incipiente urbanização das cidades, somada à ausência de um processo de secularização da cultura que fosse universal; a baixa penetração urbana no meio rural; a existência de um setor médio tradicionalista e fraco do ponto de vista numérico, político e econômico; e o aparecimento tardio da figura empresarial moderna nos setores industrial, comercial e financeiro, tudo isso dificultava ainda mais a articulação, em nível nacional, dos interesses das camadas burguesas. Para Florestan Fernandes (2005), esse cenário propiciou nos meios burgueses o aparecimento de discursos nacionalistas, reformistas e democratizantes, pretensamente unificadores, mas que não passavam de ilusões dentro do real cenário brasileiro.

Na prática, a racionalidade burguesa foi alterando as concepções idealistas de determinados setores da alta e média burguesia, à medida que ficava clara, no processo de

industrialização intensivo do país, a dependência das inversões externas, desmontando a ideia de uma revolução industrial autônoma. Assim, os programas "nacionalistas", "democráticos" e "revolucionários" esvaziavam-se quando examinadas as relações de produção estruturadas em bases dependentes, revelando a impossibilidade de esses setores romperem com o imperialismo e, por consequência, com o subdesenvolvimento.

A política desses setores, num primeiro momento, pautou-se no apoio a governos que defendiam o pacto trabalhista – que empunhavam o ideal de desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que controlavam a participação popular nos frágeis espaços democráticos institucionais constituídos. Tal política não foi capaz de deter um aumento, ao longo do tempo, nas tensões entre as classes sociais. A intensificação dos conflitos de classe, de acordo com Fernandes (2005), levou a burguesia nacional a compreender sua verdadeira condição. Sob pena de ruir diante da organização das classes trabalhadoras, seus diferentes setores deveriam elaborar um programa que fosse horizontal e rechaçasse disputas internas que privilegiassem apenas alguns de seus segmentos.

Nesse processo, há também um aumento da influência imperialista por meio de programas de capacitação, preparação e treinamento, além de incentivos e financiamento de programas patrocinados pelos países do centro capitalista, notadamente os Estados Unidos, com a finalidade de implementar a modernização brasileira dentro de novos parâmetros: o horizonte da revolução nacional estaria descartado[20]. Em seu lugar, viria erguer-se a ideia do desenvolvimento com segurança, contra o inimigo socialista, chaga da civilização ocidental:

> Portanto, é visível que a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e de produção também se estende às superestruturas das relações do poder burguês. As burguesias da periferia sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes padronizadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo [...]. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os problemas nacionais e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o "equilíbrio do sistema capitalista mundial", ou ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. (FERNANDES, 2005, p. 367)

O que Florestan Fernandes (2005) está indicando é a composição de um poder burguês que funda seu padrão de dominação exclusivamente a partir de seus interesses de classe, adquirindo, assim, feições autoritárias. O esforço dos diferentes setores burgueses em

[20] Para tal discussão, ver Dreifuss (2008).

A articulação entre elite industrial e interesses estadunidenses para a consolidação do golpe de 1964 será desenvolvida na seção 2 desta dissertação.

acomodar interesses distintos justificava-se pela necessidade de não se correrem riscos políticos frente às demandas das classes antagônicas. Projetando-se como "defensores da ordem", os setores da burguesia nacional empenharam-se no apoio à repressão da classe trabalhadora rural e urbana e às classes marginalizadas. Assumiram sua dominação como ditadura de classe preventiva, empurrando os movimentos sociais para fora da ordem, transformando seus interesses nos únicos legítimos da nação.

Assim, a combinação entre o sufocamento de setores burgueses radicais, ligados à defesa de uma democracia nacional, e a repressão das articulações, organizações e mobilizações das classes populares permitiu a continuidade da industrialismo intensivo baseado na dominação imperialista e no desenvolvimento desigual interno, sem os quais não seria possível manter o ritmo das transformações capitalistas no país. Como consequência, configurou-se um cenário em que a autonomia nacional foi substituída pela autonomia da própria classe burguesa diante das outras classes da sociedade brasileira, que assistiam ao desenvolvimento capitalista dependente do país numa condição de subdesenvolvimento.

1.4.5 Empresariado industrial conservador, empresariado industrial consciente

A historiografia mais recente sobre o empresariado industrial procurou compreender melhor a atuação, de fato, desse setor no processo de consolidação de sua hegemonia no comando político do país[21]. Nesse sentido, suas teses dialogam com a análise mais ampla realizada por Florestan Fernandes (2005), quando se propõem a examinar o modo como o empresariado industrial construiu, de maneira ativa, seu poder. Ou seja, buscam compreender as condições que levaram os industriais a tomar posicionamentos conservadores de forma consciente.

Para Octavio Ianni (1996), em *Estado e Planejamento econômico no Brasil*, publicado originalmente em 1971, a partir de 1930 o empresariado industrial tornou cada vez mais constante sua presença na política nacional. Se o Estado nacional assumiu as principais iniciativas na economia, essas decisões não seriam tomadas sem o conhecimento dos industriais, que criaram diferentes tipos de canais e relações com o Estado, por meio da ocupação de cargos em setores estratégicos, da participação em conselhos, ou por meio dos

[21] As considerações realizadas nesta parte da dissertação estão embasadas em artigo de Agnaldo de Souza Barbosa (2003).

grupos de pressão diretos a determinados órgãos oficias. Para Ianni (1996), portanto, a participação do Estado nacional era bem vista pela burguesia industrial, pois o planejamento econômico e a regulamentação realizada por órgãos estatais beneficiariam o crescimento da indústria. A opção pela participação e influência nas esferas do Estado seria uma decisão consciente por parte das lideranças empresariais, que viam na reorientação das políticas econômicas do Estado oportunidades para a realização de seus interesses.

Eli Diniz (1978), em *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*, reforça a análise de Octávio Ianni (1996). Embora se reconheça que o empresariado industrial brasileiro não foi o maior protagonista na instauração da nova ordem econômica a partir da década de 1930, seu papel foi ativo na consolidação dessa mesma ordem. A autora indica que as dificuldades de organização dos industriais limitavam a elaboração de uma visão mais ampla sobre os desafios nacionais. Tal limitação era expressa pela própria defesa dos interesses particulares do setor, por meio da consolidação de sua influência em agências e órgãos estatais estratégicos. Essa postura desdobrou-se no estabelecimento dos interesses de classe acima das questões nacionais e, nesse sentido, explica a composição política junto aos demais setores econômicos dominantes, notadamente o agrário-exportador. A opção pelo pragmatismo, segundo a autora, foi o meio mais seguro encontrado pelo empresariado industrial para garantir conquistas diante das elites tradicionais já consolidadas.

Renato Raul Boschi (1979), em *Elites Industriais e Democracia*, também constrói uma compreensão sobre o empresariado industrial de forma a explicitar sua atuação em diferentes frentes junto ao Estado nacional brasileiro, concentrando-se, sobretudo, na própria estrutura estatal, ainda que as vias partidárias e institucionais não tenham disso descartadas. Se o empresariado industrial era dependente do Estado, isso não significava passividade política, pelo contrário. Nesse sentido, Boschi (1979) discorda de Diniz (1978), ao apontar o empresariado industrial como organizado e coerente em relação a sua postura ativa claramente contrária ao liberalismo político. Por outro lado, em consonância com Diniz (1978) e Fernandes (2005), Boschi (1979)[22] classifica a postura política do setor industrial como autoritária, baseada na defesa da supressão dos conflitos de classe como condição para a consolidação da ordem industrial no país. Assim, para Boschi (1979), essa postura também demonstrava a ausência de uma visão nacional, que considerasse interesses dos outros setores e classes sociais. O empresariado industrial consolidou-se, então, como uma força política que

[22] Boschi e Diniz (1979) compuseram, em conjunto, a obra *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Ao longo das seções 2 e 3 desta dissertação, suas produções sobre o empresariado serão tratadas de modo mais aprofundado.

defendia a manutenção e a satisfação imediata, apenas, de seu principal interesse – o desenvolvimento industrial –, revelando o autoritarismo como forma de impô-lo diante do restante da sociedade.

O estudo das entidades de classe também se apresenta como uma perspectiva para se compreenderem as características específicas do empresariado industrial. Segundo Maria Leopoldi (2000), em *Política e interesses na industrialização brasileira*, a atuação política do empresariado industrial configurou-o como um grupo autônomo, que não se subordinava automaticamente aos desígnios do Estado, mas o influenciava. Sua análise das entidades patronais demonstra uma postura ativa diante do Estado, o que garantiu a autonomia de organização da classe. Desde o período do Estado Novo, os industriais procuraram não se alinhar às ideias corporativistas, embora tenham se aproveitado desses canais para construir a sua influência. Para Leopoldi (2000), o pragmatismo dos industriais justificava-se como estratégia para a garantia da industrialização do país. Compor com as forças políticas tradicionalmente hegemônicas, mesmo que isso significasse uma articulação de interesses distintos, apresentava-se como um caminho mais seguro para a consolidação do poder burguês. Dessa forma, o empresariado industrial ocupou cargos estratégicos no *Estado Novo* e durante o *período democrático*, além de estabelecer uma pressão política agressiva de controle e cerceamento da classe trabalhadora organizada. A estratégia política do empresariado industrial brasileiro, portanto, tinha como base evitar o alinhamento a projetos nacionais que ultrapassassem seus interesses.

Nessa perspectiva, Márcia Maria Boschi (2000) aponta, em *Burguesia industrial no governo Dutra: 1946-1950*, que a própria especificidade da formação do empresariado industrial impedia esse alinhamento a projetos nacionais que encampassem bandeiras das outras classes sociais, pois as condições nas quais o empresariado industrial se desenvolveu, junto à industrialização do país, descaracterizavam sua imagem de burguesia nacional. Segundo a autora, dado o alto grau de associação dos industrias brasileiros ao capital estrangeiro e ao setor de importação (burguesia mercantil), que estava na origem de boa parte da classe industrial, a classificação mais adequada para os empresários seria a de burguesia *interna*, em vez de *nacional*. Nessas condições, o empresariado industrial não poderia ter como prioridade o desenvolvimento da autonomia nacional, mas o desenvolvimento mesmo da indústria. Isso significa dizer que a própria trajetória do empresariado industrial brasileiro o impedia de afirmá-lo como pertencente ao campo nacionalista, na medida em que seus interesses não se contrapunham aos interesses estrangeiros, mas se complementavam. Por isso, no confronto de interesses que se dava entre os industriais e os demais setores da

sociedade brasileira, a opção do setor fabril foi compor com as elites existentes – considerando, sobretudo, o peso do setor agroexportador na economia e na política nacional – a fim de garantir espaços de influência no Estado. Essa postura conservadora consolidava-se quando conjugada ao combate travado pelos industriais contra o avanço das lutas sociais provenientes da classe trabalhadora brasileira e de setores nacionalistas do país.

1.5 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A BURGUESIA NACIONAL E O EMPRESARIADO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A exposição proposta nesta seção sobre a formação e as características do empresariado industrial brasileiro procurou apresentar a complexidade do debate no qual esse assunto se insere. Necessariamente, sua formulação está imbricada à compreensão da burguesia industrial brasileira dentro do contexto histórico de desenvolvimento do capitalismo no país. Portanto a recuperação desse debate deve ser encarada como uma tentativa de se estabelecer uma definição comum sobre o empresariado industrial, tendo em vista os estudos, análises, investigações e indagações que esta dissertação propõe realizar.

Desse modo, compreender as particularidades da formação do capitalismo industrial no Brasil e da classe empresarial do país apresenta-se, é forçoso dizer, como o ponto de partida para qualquer tentativa de análise crítica relativa à atuação dos industriais brasileiros ao longo do século XX[23].

Nesse sentido, ao discorrer sobre o crescimento da participação das atividades industriais na economia do país entre as décadas finais do século XIX e a primeira metade do século XX, a presente seção expôs a formação do setor industrial brasileiro como símbolo das transformações as quais o país atravessava.

Tais considerações são fundamentais quando se trata de observar que o capitalismo brasileiro, periférico, jamais poderia produzir uma classe social burguesa aos moldes daquela dos países centrais, onde ela encarnou, no limite, a própria ideia de revolução e autonomia nacional. No século XX brasileiro, mais precisamente até a década de 1960, o pensamento sobre a industrialização brasileira era traduzido como progresso da nação frente ao atraso ao

[23] Longe de se esgotar, essa discussão permanece como um dos eixos da dissertação, que tratará de analisar, de maneira mais profunda, as relações entre empresariado industrial e Estado nacional durante a ditatura civil-militar (1964-1985) como forma específica do exercício do poder burguês no país.

qual país estaria condenado enquanto mantivesse sua estrutura colonial. O empresariado industrial brasileiro, segundo essa lógica, deveria ser um dos agentes protagonistas do progresso.

Porém a origem e o desenvolvimento do empresariado industrial nacional, intimamente ligados ao setor agroexportador e ao capital estrangeiro, desdobrava-se no desencaixe das engrenagens progressistas que levariam, supostamente, à real "independência" do país. Ao mesmo tempo, o dinamismo das atividades industriais apresentava forte dependência da atuação do Estado nacional no setor, que se tornara um dos polos fundamentais para a acumulação de capitais e a expansão industrial.

Conjugou-se um cenário de múltipla dependência: do Estado, das inversões estrangeiras e do próprio setor agroexportador. Um quadro indicador da fragilidade do empresariado industrial que, diante de tais circunstâncias, organizou-se de forma pragmática, na busca constante pelo aumento de sua influência nos núcleos de poder do Estado.

Havia, portanto, uma situação específica na qual o empresariado industrial não se colocava abertamente em confronto aos interesses anteriormente estabelecidos pelas antigas elites. Seu projeto de dominação de classes, ao contrário, procurou adequar-se a esses interesses e às demandas dos países capitalistas centrais, por meio da dupla articulação, visando a garantir estabilidade política para a expropriação da classe trabalhadora. Essa constatação é fundamental para que se compreenda que a existência e a reprodução do capitalismo no Brasil não dependiam, necessariamente, da noção de liberdade e emancipação nacional, quanto menos da própria defesa de um sistema democrático.

A próxima seção deste trabalho avaliará de forma mais detida como, no caso brasileiro, o empresariado industrial demonstrava-se comprometido com o capitalismo em escala global, em detrimento do desenvolvimento nacional (entendido como melhores condições de vida e direitos para sua população). Em outras palavras, como a postura desempenhada pelo empresariado industrial no golpe de 1964 e no regime ditatorial que se seguiu revelaram a opção do setor em exercer um papel específico dentro da ordem capitalista, embasado em interesses conjunturais de curto prazo que não refletiam as necessidades da sociedade brasileira. A participação popular fora inviabilizada do horizonte político: um acordo entre as elites manteve o Estado a serviço das camadas dominantes brasileiras, num novo tipo de arranjo político, estruturado a partir do tripé Estado-empresa nacional-empresa multinacional.

Pode-se afirmar que, na constituição do capitalismo dependente brasileiro, a ditadura civil-militar inaugura um novo momento de poder para o empresariado industrial nacional.

Para além de sua participação orgânica no Estado, o regime de exceção garantiu ao setor, de forma sistêmica, o combate à classe trabalhadora – por meio do controle de salários; da manutenção da exclusão social e da desigualdade de renda; da precarização dos serviços públicos e das restrições à liberdade de organização.

É a partir desse entendimento que esta dissertação procurará compreender a organização do empresariado industrial na consolidação do capitalismo industrial monopolista do Brasil durante a ditatura civil-militar. Assim como é essa a perspectiva que será utilizada para se compreender a crise da mesma ditatura, sua desarticulação e as novas posturas que o empresariado industrial teve de assumir para garantir a manutenção de seus interesses na transição política para a democracia-liberal da Nova República.

2 EMPRESARIADO INDUSTRIAL E AUTORITARISMO (1964-1979)

Na presente seção, a discussão sobre o empresariado industrial nacional realiza-se de forma atrelada à compreensão do processo de transformação econômica do Brasil. Isso se coloca como uma tentativa de realizar uma interpretação sobre a história dessa fração da burguesia nacional dentro do contexto histórico da economia brasileira, de modo a relacionar diretamente a consolidação do país como industrializado e subdesenvolvido à atuação política do setor. Assim, o capítulo abarca o período democrático (1946-1964) e, principalmente, a ditadura civil-militar, mais precisamente até o início da crise econômica do regime e da *abertura política*, ambos ocorridos durante o governo Geisel (1974-1979).

Da mesma forma, compreender o desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XX como um processo no qual a burguesia industrial nacional desempenhou um papel importante significa reconhecer também que as características particulares desse processo estão de certa forma ligadas às decisões e posições tomadas pelo setor. Em outras palavras, aqui se remete à constituição de um país industrializado com elevada concentração de renda, marcado pela desigualdade social, pelo acesso precário a direitos básicos, e com um legado de violentas restrições aos direitos civis e políticos da população brasileira. Todos esses fatores devem estar associados ao modelo político e de desenvolvimento econômico posto em prática, no qual a participação do empresariado industrial brasileiro foi fundamental.

A afirmação da economia brasileira segundo a concepção de "desenvolvimento dependente" continua, portanto, a ser analisada neste momento da dissertação, entendida como uma opção construída pelo Estado nacional por meio de seu controle por determinados grupos sociais com seus respectivos interesses políticos e econômicos. Assim, nessa tentativa de articular o desenvolvimento econômico nacional com a atuação política do empresariado industrial na defesa de seus interesses, esta seção 2 busca analisar não apenas a ascensão política do empresariado industrial ao centro do poder do Estado brasileiro, mas também o modo como foram estruturadas as relações de poder entre Estado, empresariado industrial nacional e multinacionais.

Tal esforço interpretativo não poderia se constituir a partir de uma visão exclusiva sobre a burguesia industrial brasileira, sob o risco de simplificar o nível de complexidade de ações que o setor teve de desempenhar para de fato exercer o alto poder de influência que

conquistou sobre o Estado nacional ao longo da segunda metade do século XX – sobretudo no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Portanto, ainda que o objeto de estudo esteja centrado no empresariado industrial nacional, sua caracterização nesse período não pode ser satisfatória sem avaliá-lo diante das disputas políticas e econômicas empenhadas frente aos demais setores da sociedade. Assim, a classe trabalhadora, os movimentos populares, as oligarquias agrárias, a burocracia estatal (tecnocracia), a burguesia nacional financeira, os militares e o capital internacional (financeiro e produtivo) têm também seus interesses e posicionamentos minimamente considerados dentro do contexto político e econômico do período compreendido pela seção.

É preciso também reconhecer que a narrativa proposta para os objetivos supracitados procurou privilegiar a exposição das características econômicas do país na segunda metade do século XX como chave para um entendimento mais completo acerca dos posicionamentos políticos tomados pelo empresariado industrial nacional. Isso não significa, entretanto, uma proposta de subjugar as posturas políticas do setor aos cenários econômicos vividos pelo país. Pelo contrário: essa abordagem pretende valorizar a realidade econômica brasileira como expressão das ações políticas que se mostraram hegemônicas no Estado e na sociedade brasileira. Desse modo, rechaça-se um pretenso automatismo entre as conjunturas econômicas experimentadas e os posicionamentos tomados pelo empresariado industrial. No seu lugar, uma via de mão dupla, com a intenção de traçar uma análise que encontre caminhos que permitam identificar os interesses e o pensamento formulado pela burguesia industrial nacional sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, considerando sua atuação política como um campo fundamental para o exercício de uma influência real nos desígnios do desenvolvimento nacional.

Quanto a sua estrutura, a seção 2 inicia-se com uma análise sobre as transformações engendradas pela ideologia desenvolvimentista na realidade brasileira, entre as décadas de 1930 e 1960, para em seguida avaliar os limites atingidos pelo modelo – bem como as suas contradições. Nesse caminho, a dissertação procura o entendimento de que essa política de desenvolvimento não só foi apoiada pelo empresariado industrial nacional, como teve nele um parceiro ativo na formulação e viabilização de suas propostas. A partir do momento em que a crise econômica apontava para o esgotamento do processo de industrialização por meio do modelo de substituição de importações, a seção passa a se dedicar às articulações do empresariado industrial nacional a fim de combater os setores que propunham reformas na estrutura política, social e econômica brasileira, já que tais reformas ameaçavam seus interesses. Esse cenário de crise econômica e política nos revela a própria fragilidade da

República de 1946 e coloca o debate em direção ao pacto trabalhista que sustentou o desenvolvimento industrial – visando a uma reflexão sobre sua crise e as movimentações do empresariado industrial nacional no contexto de uma ação de classe que desfechou no golpe de Estado de 1964, dando fim à democracia de 1946.

Nesse primeiro momento da seção 2, a bibliografia básica na qual a dissertação se apoia engloba as obras de Maria da Conceição Tavares (1794), Ricardo Bielschowsky (2000) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1987a) – todas relacionadas ao auge e à crise do desenvolvimentismo. Para a análise da crise do pacto trabalhista e o fomento do golpe de Estado de 1964 como uma ação de classe, a obra de Dreifuss (2008) tem grande relevância, e é a partir dela que a seção formula suas conclusões sobre o regime instaurado em 1964 como um momento de hegemonia de um novo bloco de poder no Estado nacional, em que o empresariado industrial nacional constituía-se como um dos seus principais atores.

Num segundo momento, a seção 2 procura revelar como a estrutura estatal e as dinâmicas políticas e econômicas da ditadura se constituíram, de fato, a serviço dos interesses dessa nova elite política – organizadas em torno de um bloco de poder *multinacional e associado*, como denominou Dreifuss (2008). São estudadas a política econômica do regime e a organização do Estado, visando ao entendimento sobre sua montagem como expressão desse poder – caracterizado pelo autoritarismo, pela violência política e pela acelerada expansão econômica a partir do planejamento estatal e dos altos investimentos no setor industrial. A ideia é compreender o modelo de desenvolvimento econômico posto em prática pela ditadura civil-militar, que superou o desenvolvimentismo e gerou uma ampliação do parque industrial, puxando o alto crescimento da economia brasileira e fortalecendo o empresariado industrial nacional. Para esse momento, além do suporte das obras de Dreifuss (2008) e Bresser-Pereira (1987a), já citadas, a dissertação procurou se basear nas interpretações de Gaspari (2003; 2004) Martins (1968; 1985), Diniz (1978) e Boschi (1979).

O terceiro momento da seção 2 orienta-se para discutir a crise da ditadura civil-militar a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelo regime – apoiado no tripé capital estatal, capital internacional e capital nacional privado, e direcionado à substituição de importações. O chamado fim do ciclo de expansão econômica da ditadura, conhecido como *"milagre econômico"* (1969-1973), combina com o fim do mandato do terceiro presidente-ditador, Emílio Médici, e o início do mandato do general Ernesto Geisel. Na presidência, a fim de manter o ritmo de crescimento do período anterior, Geisel procurou reorientar a política econômica e a organização dos centros de decisão do regime de modo a concentrar poderes. Ao mesmo tempo, buscou, no plano político, iniciar o

processo de *abertura*, objetivando arrefecer a brutalidade da ditadura e produzir condições para que, de maneira controlada pelo regime, a normalidade institucional e o Estado de Direito voltassem a reger as relações políticas no país, pavimentando o caminho para o retorno da democracia de *forma lenta, gradual e segura* (GASPARI, 2002*).*

Porém, a combinação desses fatores – a centralização dos processos de decisão da política econômica e o processo de abertura política – detonou novas possibilidades de participação e influência política do empresariado industrial no Estado – no que se refere a sua reorganização institucional e em relação às diretrizes econômicas do país. Com maior liberdade para produzir críticas públicas ao regime num momento em que este centralizava as decisões econômicas, redefinindo a influência do setor, o empresariado industrial nacional passa a lidar de forma positiva com o horizonte de retorno à ordem democrática, bandeira empunhada de forma firme e constante por outros setores da sociedade civil ao longo de toda a ditadura, aos quais o empresariado industrial teria que obrigatoriamente dialogar para manter, ou ampliar, seu poder num novo formato institucional.

A partir da segunda metade da década de 1970, portanto, no que se refere a sua reorganização institucional e em relação às diretrizes econômicas do país, o empresariado industrial nacional reorienta seus posicionamentos, com a intenção de se constituir como um ator político relevante no processo de transição para a democracia, sobretudo quanto à condução da economia. Ao mesmo tempo, tal posicionamento contribuiu para a derrocada do regime ditatorial, uma vez que o empresariado industrial nacional constituía-se como uma de suas principais bases de sustentação. Para esse momento do capítulo, a dissertação mantém o apoio nas obras de Gaspari (2002;2003; 2004), Diniz (1984;1989), Boschi (1979) e Bresser-Pereira (1978; 1987a) e avança nas considerações sobre o período Geisel partir das obras de Codato (1997) e Cruz (1984; 1995).

Tais considerações estão ainda embasadas em uma perspectiva historiográfica, a partir da seleção e análise de documentos a respeito dos posicionamentos do empresariado industrial quanto às questões econômicas e políticas do país, produzidos por órgãos do setor ou pelos periódicos de grande circulação da época. A perspectiva historiográfica, juntamente com a bibliográfica, também servirá para revelar, no momento de crise econômica e política, as diferentes posições existentes dentro do próprio empresariado industrial; e para entender como a posição pró-democracia tornou-se o pensamento hegemônico dentro da categoria.

Esse esforço interpretativo dedicado às relações entre o empresariado industrial e o Estado na ditadura civil-militar, assim como ao rearranjo dessas relações a partir da crise econômica e da abertura política colocam-se, portanto, a serviço do principal objetivo da tese,

que é compreender como essa fração da classe burguesa possuía grande desenvoltura política diante das adversidades políticas e econômicas enfrentadas e como o empresariado industrial organizou-se na defesa de seus principais interesses, com o intuito de fazê-los prevalecer tanto no regime ditatorial como no processo de abertura democrática e constituição de uma Nova República.

Nesta seção, a periodização chega ao final do governo Geisel. Na seção seguinte, a discussão sobre a formação do Estado democrático continua com as análises da década de 1980, que abarcam o mandato do último ditador – João Baptista Figueiredo – e do primeiro presidente civil – José Sarney – e a elaboração da Constituinte da Nova República, democrática, promulgada em 1988.

2.1 A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO NO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O Brasil chegou aos anos 1960 após décadas de desenvolvimento industrial baseado no processo de substituição de importações. Porém, sob o ponto de vista social e econômico, esse modelo produziu desequilíbrios estruturais que, combinados ao esgotamento dos impulsos estimuladores do próprio movimento de substituição, aos quais se pôde assistir na virada dos anos 1950 para a década de 1960, abalaram o projeto desenvolvimentista. Sua crise estendeu-se ao frágil consórcio político que o sustentava: o pacto trabalhista entrou em ruína.

Durante o período compreendido entre os anos 1930 e 1960, o crescimento da produção industrial brasileira foi da ordem – impressionante – de 683% (BRESSER-PEREIRA, 1987a p. 52). Nesse mesmo período, é notável também o aumento da participação do Estado na economia nacional. Em relação aos investimentos públicos, é possível verificar sua intensificação à medida que o Estado assumia a condição de planejador da política econômica, com significativas inversões na indústria de base, exploração de recursos naturais e infraestrutura, como transporte e energia. Segundo Bresser-Pereira (1987a), por exemplo, o investimento do setor público passou de 28,2% em 1956, para 60% em 1964 – em relação ao investimento total. A urbanização e o crescimento da população brasileira também foram expressivos. Em 1940, 31% da população vivia nas cidades, contra 45% em 1960; e o ritmo anual de crescimento populacional entre 1940 e 1950 foi de 2,4% e de 3,1% entre 1950 e 1960, números maiores do que o período entre 1920 e 1940 – na ordem de 1,5%. Quanto aos salários, em 1960 os trabalhadores possuíam participação de 65% na renda, contra 56% em

1947. Bresser-Pereira (1987a, p. 66) aponta também o crescimento de 2,7% do salário real médio do trabalhador entre as décadas de 1950 e 1960, levando ao aumento médio anual do consumo privado, de 1947 a 1960, de 2,5%, enquanto o consumo público obteve um crescimento de 5,5% ao ano.

Recuperando Conceição Tavares (1974), o mercado brasileiro ofereceu condições vantajosas para o processo de substituição de importações. O volume e a demanda consideráveis de importações realizadas pelo país na primeira metade do século XX indicavam espaço para a implementação de uma indústria substitutiva, justificada por essa consolidada reserva de mercado. Somada a esse quadro, encontrava-se uma diversificada estrutura produtiva, que foi adquirindo capacidade de reagir aos impulsos das crises do setor de exportação, de forma a atender à demanda do mercado interno.

De acordo com Tavares (1974), no Brasil, ainda, a industrialização via substituição de importações contou com uma extraordinária conjugação de fatores internos e externos que levou o país a atingir um desenvolvimento econômico acima da média dos países vizinho da região. Do ponto de vista interno, além dos já referidos mercado e estrutura produtiva diversificada, encontrava-se a localização espacial das frações mais avançadas tanto do setor exportador quanto industrial, concentradas no centro-sul do país, bem como a disponibilidade de terras e da mão de obra, além da própria política econômica governamental. Para Tavares (1974 p. 101),

> A existência de um estrutura produtiva mais diversificada, sobretudo no setor secundário, serviu de suporte para o processo de substituição de importações subsequente, fornecendo os primeiros elos da cadeia de diversificação sucessiva que iriam facilitar a integração vertical do aparelho produtivo [...] A peculiaridade do caso brasileiro, que foi extremamente favorável à dinâmica interna do processo, reside na coincidência espacial dos setores dinâmicos num e noutro modelo de desenvolvimento: o setor exportador no modelo tradicional e o setor secundário no modelo de substituição de importações. Essa coincidência pode ser explicada por uma série de motivos historicamente encadeados, que levaram à localização na mesma área geográfica de elementos decisivos para o processo de industrialização – mercado, economias externas proporcionadas por um setor terciário já desenvolvido e capacidade empresarial – sendo importante assinalar o papel destacado que desempenhou no processo histórico de desenvolvimento verificado a partir da depressão dos anos trinta.

As crises internacionais que afetaram o setor exportador (Primeira Guerra Mundial, virada dos anos 1920 para os anos 1930 e Segunda Guerra Mundial) proporcionaram a transferência de recursos para o setor industrial, facilitada também pela própria integração espacial e, por que não, empresarial, entre os dois modelos – dadas as significativas raízes do setor exportador no desenvolvimento das indústrias nacionais. Nota-se também um

crescimento industrial estimulado por políticas de investimento, cambiais e financeiras do Estado, que acabaram por estimular a inversão de rendas do setor cafeeiro na indústria – crescentes, com a subida dos preços no mercado internacional. Por fim, havia a proximidade com os maiores mercados consumidores do país, em torno do Rio de Janeiro, e grande oferta de mão de obra, concentrada na região.

Do ponto de vista externo, como discutido na seção 1, deve-se considerar que as crises internacionais proporcionaram estrangulamentos da economia nacional de modo a provocar mudanças estruturais calcadas na diversificação de sua base produtiva. *Grosso modo*, o país passava por períodos não muito longos de restrições do setor externo sucedidos por novas etapas de substituição de importações. Ao longo da primeira metade do século 1920 essa foi a tônica da industrialização nacional, que, no limite, gerou uma significativa redução do coeficiente de importações.

Observa-se também, de acordo com análise de Tavares (1974), o aumento da participação do capital estrangeiro no processo de substituição de importações, conforme a produção industrial se diversificava. Há que considerar, inclusive, que essa participação deu-se de forma "qualitativa" (TAVARES, 1974, p. 103), significando investimentos nos setores estratégicos e mais dinâmicos englobados pelo modelo de substituição importações. Corroborando as discussões colocadas no capítulo anterior, a observação aqui ilustrada reafirma a evolução industrial brasileira nos marcos do desenvolvimento dependente.

Contudo, o relevante crescimento econômico atingido pelo país a partir dos anos 1930, puxado pela industrialização substitutiva de importações, produziu desequilíbrios consideráveis na estrutura socioeconômica nacional. Entre os setores econômicos, o desenvolvimento dos setores secundário (indústria de transformação) e terciário (infraestrutura, transporte, energia, serviços e administração pública) revelou-se muito mais avantajado do que o do setor primário. Entre as décadas de 1950 e 1960, por exemplo, enquanto a produtividade na agricultura se manteve, a industrial praticamente dobrou (TAVARES, 1974, p. 104). O crescimento agrícola no mesmo período deveu-se à expansão das áreas de cultivo para atender a demanda dos centros urbanos, cada vez maiores e recebendo levas imigratórias da zona rural – dando sua contribuição na elástica reserva de mão de obra para as atividades urbanas. Houve também, nesse processo, a intensificação das desigualdades regionais, marcada pela transferência da renda nacional para as áreas industriais – sob forte estímulo das políticas governamentais.

A questão da desigualdade perpassava também o campo social. A partir da década de 1950, observa-se um aumento das diferenças de renda entre o setor primário e o setor

secundário, intensificado pela limitação deste último em expandir seus empregos – não obstante o fato de as taxas de crescimento da indústria terem sido maiores que as das atividades agrícolas.

Tal situação explica-se pela diversificação que o processo de substituição de importações foi ganhando, avançando para áreas de forte inversão de capitais com intensivo desenvolvimento tecnológico, onde a produtividade fazia-se necessariamente maior – e, consequentemente, com menor absorção de mão de obra. Mesmo nos setores tradicionais, como o têxtil, o crescimento do emprego foi menor que a expansão de sua produção, revelando o aumento na produtividade e na renda das atividades industriais.

Assim, o desenvolvimento brasileiro gerou uma maior distância entre as populações economicamente ativas dos setores primários e secundários, agravada pelo ritmo lento de transição da ocupação de trabalhadores do campo na indústria. Além disso, nas próprias cidades, houve um aumento da população marginalizada, uma vez que os trabalhadores não conseguiam ocupação nas indústrias e serviços, a despeito do crescimento dos setores – ao menos, não no mesmo ritmo do crescimento dessa população. Tem-se, então, uma economia marcada

> pela existência de um setor capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade, e de um setor subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. (TAVARES 1974, p. 110)

Nesse cenário, apenas uma parcela da população brasileira estava apta a consumir os artigos produzidos pela indústria de bens de consumo duráveis, enquanto a maior parte dos brasileiros estava impossibilitada, por sua renda. Ao mesmo tempo, o processo de desenvolvimento nacional, ao fundamentar-se no aumento da desigualdade, passava a ter essa mesma desigualdade como entrave para a continuidade da expansão capitalista no país. A limitação do mercado interno a uma parcela da população ameaçava o ritmo de crescimento da economia nacional, puxado pelo processo de substituição de importações. Tratava-se de uma questão estrutural a ser resolvida. Dentro das condições de desequilíbrio socioeconômico brasileiro, nas quais a massificação do consumo não se fazia possível, as indústrias de bens duráveis operavam com o horizonte reduzido em longo prazo – dirigindo seus investimentos para a verticalização de seu mercado, ao diversificar a criação de bens os quais atendiam apenas a faixa de renda que já consumia seus produtos (o mercado de luxo formado no país é o exemplo mais claro dessa situação).

Ao atingir avançado patamar de substituição de importações, alcançando, inclusive (mesmo que não de forma completa), o setor de bens de capital, o desenvolvimento industrial brasileiro dava sinais de esgotamento do modelo: sua dinâmica de sucesso limitava-se à medida que o parque industrial se diversificava. A manutenção de tal processo encontrava-se na década de 1960, portanto, restrita ao setor de bens de capital, dado que o mercado de consumo, emperrado pela desigualdade de renda, não se expandiu na mesma razão que o crescimento industrial.

O início da segunda metade do século XX apresentava, portanto, um país com uma realidade social e econômica bem distinta daquela verificada nas primeiras décadas do mesmo século. Mas o desenvolvimento nacional deparava-se com seus entraves. Se, por um lado, urbanização, modernização e industrialização conjugaram uma transformação intensa no país, o quadro de desigualdade persistiu, ainda que sob outras condições, com igual nível de gravidade. As substituições de importações impulsionadas pelos estrangulamentos externos, com vistas a atender a reserva de mercado nacional, já não tinham condições de promover o desenvolvimento industrial com a mesma desenvoltura.

Do ponto de vista do empresariado industrial brasileiro, os anos de desenvolvimentismo, ao longo do período compreendido entre 1930 e o final do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), foram favoráveis a seus interesses. Evidentemente, como discutido na seção 1, o desenvolvimentismo como ideologia congregou em seu seio diferentes correntes, unificadas pela proposta de desenvolvimento de um capitalismo industrial moderno, capaz de gerar o acúmulo endógeno de capitais por meio do planejamento econômico e decidido apoio e estímulo estatal. Segundo Bielschowsky (2000), é possível distinguir, ao menos, três grandes grupos desenvolvimentistas: setor privado, setor público nacionalista e setor público não nacionalista. No que concerne à presente dissertação, Roberto Simonsen (1973) foi o maior expoente do setor privado, e o Iseb e Celso Furtado (1961;2000) representam o setor público nacionalista. No campo do setor público não nacionalista, encontra-se a figura de Roberto Campos (1969).

Em relação ao grupo do setor privado, assiste-se, da década de 1930 em diante, a diversos momentos em que os industriais marcaram posições públicas a respeito da industrialização do Brasil dentro dos parâmetros da ideologia desenvolvimentista. No I Congresso Brasileiro da Indústria (1944, em São Paulo), e nas I e II Conferências Nacionais das Classes Produtoras (1945, em Teresópolis, e 1953, em Araxá), por exemplo, são nítidas as defesas em torno da planificação, do protecionismo e da expansão do mercado interno. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 417)

Além dos congressos e das conferências, que elaboravam documentos com as linhas gerais do pensamento do empresariado industrial nacional, os posicionamentos tomados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) também exerciam um papel norteador. Organizados por Simonsen, o Conselho Econômico e o Departamento Econômico da CNI funcionaram como centros de produção do pensamento desenvolvimentista do setor privado. De seu Conselho Econômico participaram economistas do porte de Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Joaquim Mangia e Heitor Lima Rocha – todos continuaram suas carreiras em cargos públicos, alinhando-se ao desenvolvimentismo nacionalista –, bem como Almeida Magalhães, Ernesto Street e Knalk de Souza – identificados ao setor privado.

A defesa do planejamento industrial, por parte desse setor, vinha acompanhada sempre da ideia da garantia de mercado para as indústrias nacionais privadas. Diante dos investimentos diretos do setor estatal, o empresariado industrial posicionava-se a favor da cautela e exigia ser consultado por meio das entidades de classe. Na II Reunião Plenária da Indústria, em 1955, organizada pela CNI, o empresariado dava o tom:

> O programa de desenvolvimento econômico importa, necessariamente, na intervenção do Estado. O problema não está em julgar se essa intervenção deve ser aumentada ou diminuída. Um dos objetivos fundamentais da programação é precisamente o de definir, à base de acurada investigação e profunda análise, o que o Estado deve fazer para que a iniciativa privada possa exercer-se com maior amplitude e a máxima eficiência. Isto significa, em primeiro lugar, uma determinação funcional e precisa das áreas em que é mister aplicar-se a ação governamental e, em segundo, as formas ou modalidades de que dela se revestirá. Só assim, através de um programa, poder-se á eliminar a irracionalidade e o empirismo da intervenção estatal. Mais grave – forçoso é reconhecê-lo – do que a extensão e profundidade da iniciativa e ação pública em nosso país tem sido o seu caráter tumultuário, se não caótico. (SANTOS[24], 1955, p. 19 apud BIELSHOWSKY, 2000, p. 91)

Preferencialmente, os empresários defendiam um planejamento integral, em que a ação Estatal ocorreria de forma indireta, na criação de infraestrutura para o desenvolvimento do setor privado nacional (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 93). A participação direta do Estado deveria ocorrer, portanto, em áreas nas quais as empresas privadas não atuavam ou não tinham condições de investir, dada a quantidade de capitais necessários, ou em áreas consideradas de segurança nacional. O Estado deveria atuar no sentido de dar condições para o desenvolvimento das atividades privadas. Quando houvesse ação direta, deveria garantir participação nos investimentos e na direção[25].

---

[24] SANTOS. 1955.

[25] Na carta de princípios da indústria aprovada na II Reunião Industrial, em 1955, Bielschowsky (2000) destaca a visão da CNI quando houvesse a necessidade da participação direta estatal: a) prévia audiência no Conselho

Mesmo nas áreas consideradas estratégicas ou de predomínio de grandes inversões de capital, como o setor de mineração e de serviços públicos, a cautela quanto à intervenção estatal fazia-se presente. No caso do petróleo, houve dificuldades em se tirar um parecer coletivo – ao final, houve apoio à Petrobrás, mas com ressalvas sobre a iniciativa privada ser o "fator de progresso e engrandecimento do país" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 90). Quanto à energia elétrica, a posição era favorável à participação do capital estrangeiro e à possibilidade de expansão dos lucros no setor, com a defesa do ajuste das tarifas compensatórias de inflação.

Diante do capital estrangeiro, a postura obedecia à mesma razão destinada, a princípio, para as inversões diretas do Estado: deveriam se concentrar em áreas ainda não exploradas pelo setor privado nacional. Recomendava-se, também, a participação do capital nacional nos investimentos estrangeiros. Assim, pode-se observar que a motivação do empresariado industrial era a proteção de seus interesses, e não a confrontação direta do capital estrangeiro[26].

Em contrapartida, exigia-se igualdade de condições para a importação de máquinas e equipamentos, participação dos órgãos de classe nas decisões sobre novos investimentos estrangeiros no país e fim do câmbio e de taxas especiais para amortização, juros e remessa de lucro[27], além da proibição de empréstimos públicos a empresas com mais de 50% de capital internacional. Essas exigências, feitas na reunião plenária da CNI de 1957, foram disparadas como uma reação à Instrução n.º 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de 1955, elaborada pelo então ministro da fazenda Eugênio Gudin, que autorizou a importação de equipamentos sem cobertura cambial. No documento elaborado pela plenária,

---

Nacional de Economia, bem como das classes interessadas por meio de suas entidades representativas; b) Livre participação do capital particular no investimento e na direção do empreendimento (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA*, 1955, p. 13 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 93).

* CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. 1955.

[26] Na reunião plenária de 1955, os industriais sugeriam "facilidades ao ingresso de capitais estrangeiros com objetivos econômicos e sociais, mediante garantias e tratamento tributário e cambial equitativo, ressalvados os interesses fundamentais do país e evitadas as discriminações contra as empresas nacionais. Incremento à entrada de técnicos e de equipamento, a fim de assegurar o êxito dos investimentos de real interesse para a nossa economia, ressalvados os casos em que a indústria nacional já esteja abastecendo, satisfatoriamente, o mercado interno". (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1955, p. 33 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 95).

* CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. 1955.

[27] Na reunião plenária de 1957, a CNI estabelece um posicionamento mais combativo à remessa de lucros: "Sendo justo proclamar o direito do país aplicador de repatriar os proventos de capital investido, é também irrecusável o reconhecimento do direito que cabe ao país recebedor defender-se de eventual perda de substância, exigindo-se que esse repatriamento observe as possibilidades da economia nacional" (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1957, p. 33 apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 95).

* CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. 1957.

recomendava-se a promulgação de uma nova legislação tarifária e um substitutivo à Instrução n.º 113 para garantir igualdade de condições.

Sobre a questão distributiva, o empresariado industrial desenvolvimentista defendia, evidentemente, a lucratividade privada como principal ator estimulador do aumento de investimentos, elevação da renda e do emprego. Essa argumentação reforçava o discurso contrário a qualquer tentativa de aumento das tributações por impostos diretos, que, a seu ver, desencorajariam a formação de capitais e os investimentos privados nacionais e estrangeiros. Em relação às políticas salariais, o setor privado industrial concordava com a existência do salário mínimo, mas contestava sistematicamente seus reajustes e os encargos trabalhistas – culpando-os pelos aumentos de preços. O setor defendia que a melhoria do salário real dar-se-ia por meio do aumento da produtividade e de maiores possibilidades de acesso aos bens de consumo e serviços, que viriam a partir do crescimento da produção.

*****

Como ideologia, o desenvolvimentismo brasileiro encontrou sua maior influência na economia brasileira durante as presidências de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ainda que ao longo de todo o período democrático seja possível avaliar o avanço do projeto desenvolvimentista na política econômica estatal[28]. O resultado do clima político favorável às indústrias significou o aumento na produção do setor. No período entre 1946 e 1955, esse aumento foi da ordem 122%, com destaque para a instalação de indústrias de bens de consumo mais complexos, como as de eletrodomésticos, e as de bens de produção, sobretudo nos setores metalúrgico e químico (BRESSER-PEREIRA, 1987a p. 42). É nesse momento, também, que o Estado nacional consolida sua participação direta na produção industrial, por meio da criação do BNDE e da Petrobrás, respectivamente em 1952 e 1953.

O governo Juscelino Kubistchek representou o ideal desenvolvimentista em seu auge, ao colocar no centro de sua política o planejamento econômico, simbolizado pelo Plano de Metas, cujos objetivos principais eram a ampliação dos investimentos na industrialização e a

[28] Dentre elas, verifica-se a criação da Sumoc (1945) e da Carteira de Importação e Exportação (Cexim) do Banco do Brasil (1947), órgãos do Estado responsáveis pelo sistema cambial do país e que contribuíram para os estímulos institucionais à industrialização. Dessa forma, a política cambial realizada no período buscava garantir para a indústria nacional a importação de maquinário e matérias-primas, ao mesmo tempo em que criava barreiras à importação de artigos industriais para consumo, reservando mercado para os produtos industriais nacionais.

superação dos entraves estruturais para o crescimento industrial, sobretudo nos setores de transporte e energia. Para coordenar o Plano de Metas, Kubistchek criou, em 1956, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que reunia diversos ministérios, órgãos e agências estatais. (SUZIGAN, 1996)

Aproveitando-se de uma incipiente estrutura burocrática voltada para uma racionalidade administrativa que privilegiava a necessidade do planejamento, experimentada em governos anteriores, sobretudo nas administrações varguistas, o CDE significou o aprofundamento da participação do Estado nas diretrizes econômicas, produzindo uma maior uniformidade nos incentivos oferecidos ao setor privado. Por meio da criação de Grupos Executivos e Grupos de Trabalho, o Governo Federal visava a desenvolver metas a partir do planejamento setorial, centralizando decisões e coordenando as agências responsáveis por incentivos aos setores econômicos em questão. Dentre os grupos executivos, os que obtiveram maior preponderância foram o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (Geicon) e o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (Geimape). Em relação aos grupos de trabalho, sua atuação concentrava-se na área de assessoria e consultoria para execução das metas em estudo, de modo a estimular a articulação da economia nacional a partir da racionalidade burocrática.

Essa racionalidade estendeu-se também aos instrumentos de controle cambial, tributário e financeiro, que foram simplificados e padronizados. A Lei das Tarifas, por exemplo, de 1957, visava a proteger a indústria nacional e articulava-se com o Conselho de Política Aduaneira (criado em 1958), que, por sua vez, tinha como objetivo a aplicação de tarifas flexíveis, de acordo com as variações das demandas do país no processo de substituição de importações – reduzindo os impostos para a importação de maquinário[29].

O considerável sucesso obtido pelo Plano de Metas simbolizou a vitória do pensamento planificador contra o liberalismo econômico, tão combatido pelo empresariado industrial nacional nas décadas anteriores. No período Juscelino Kubistchek, a taxa anual média do produto interno bruto (PIB) atingiu 7,4%, enquanto a expansão industrial foi da ordem de 10% (BAER; GUILHOTTO; FONSECA, p. 1986).

[29] A lei de 1957, nesse sentido, pode ser entendida a partir das articulações da CNI para sua aprovação: "A reforma tarifária e cambial atendia aos objetivos desenvolvimentistas. Em primeiro lugar, instituía-se definitivamente o protecionismo alfandegário, através do sistema de tarifas *ad valorem*, que evita a corrosão inflacionária. Deve-se observar que praticamente não houve contestação dos liberais à reforma tarifária, o que é indicativo da maturidade alcançada pelo projeto desenvolvimentista, e de quão distante no passado estavam os veementes pleitos protecionistas de Roberto Simonsen. Em segundo lugar, ampliava-se a arrecadação fiscal do governo federal. Em terceiro, desafazia-se o incentivo generalizado à importação de bens de capital, protegendo-se a implantação do setor industrial produtor desses bens, sem, contudo, perder a capacidade de seleção de importações." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 403).

Vencida a batalha pela industrialização e pelo planejamento econômico, o desafio posto ao empresariado industrial nacional era consolidar seu espaço diante de um desenvolvimento cada vez mais internacionalizado: o movimento de capitais estrangeiros diretos no Brasil aumentara intensamente no período. A título de comparação, de acordo com dados da Sumoc, entre 1947 e 1953 entraram US$ 97 milhões no Brasil, sendo que a remessa de lucros foi de US$ 327 milhões, totalizando um saldo de US$ 230 milhões. Já entre 1954 e 1961, a entrada de capitais atingiu US$ 721 milhões, enquanto os lucros remetidos para fora ficaram na casa dos US$ 269 milhões (SUZIGAN, 1996). Sem dúvida, as inversões diretas no país não só foram fundamentais para a industrialização nacional, como o volume investido gerou efeitos que se propagaram em cadeia por toda a economia, estimulando diversos setores que abrigavam uma maioria de empresas compostas por capital nacional.

Assim, o investimento estrangeiro estabeleceu um novo patamar de relações entre o capital internacional e o capital nacional privado, expressas pela Instrução n.º 113 da Sumoc, de 1955, que oferecia condições vantajosas às empresas estrangeiras diante das brasileiras para a importação de máquinas. De acordo com Bresser-Pereira (1987a, p. 110):

> Este fato provoca, incialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao desatendimento de suas reivindicações, muito deles decidem pela solução mais fácil que melhor atende a seus interesses econômicos: aliar-se às empresas estrangeiras que devem fazer entrar no país equipamento sem cobertura cambial. Por outro lado, devido ao sistema de proteção à indústria brasileira que fora organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com a empresas estrangeiras somava-se portanto, o interesses dessas empresas em entrar no Brasil. Vem, então, ocorrer uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que as empresas nacionais e estrangeiras se associavam. É claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se.

O desenvolvimentismo da era Juscelino Kubistchek, portanto, não aprofundou apenas a industrialização nacional, mas também a internacionalização da economia brasileira. Nesse sentido, destaca-se a própria figura da Presidência da República, capaz de intensificar o processo de industrialização num período marcado pelo acirramento das discussões sobre o caráter nacional do desenvolvimento brasileiro. Em outras palavras, no mesmo momento em que Juscelino Kubistchek estimulava o fortalecimento de uma ideologia do desenvolvimento de traços nacionalistas marcantes, com a criação do Iseb e a presença de figuras importantes em sua administração, como o próprio Celso Furtado, seu governo propiciou a intensificação das inversões externas diretas e as associações entre capital privado nacional e internacional.

No limite, a estratégia do Governo Federal, no que se refere ao objetivo de aceleração da montagem do parque industrial no país, demonstrou-se bem sucedida. Criou um ambiente político favorável à continuidade do projeto industrial identificado ao nacionalismo, apropriando-se da herança varguista, mas sem prescindir do capital internacional, sem o qual seria impossível prosseguir com o modelo de substituição de importações, dado o aporte de inversões necessárias para tal processo.

Assim, no início dos anos 1960, o Brasil apresentava um quadro de autossuficiência na produção de bens de consumo leves e pesados, e um grande avanço na produção de bens de capital, com destaque para os materiais de transporte (sobretudo a indústria automobilística), máquinas, metalurgia, petróleo, alumínio e chumbo (BAER; GUILHOTTO; FONSECA, 1986). Além disso, constatava-se, de fato, a existência de um processo de acumulação interna de capitais capaz de efetivar sua reprodução por meio dos investimentos na própria indústria. Consolidava-se, por fim, a ideia da intervenção estatal como geradora de efeitos decisivos na economia nacional, sendo fator primordial para a industrialização. Sua influência foi exercida por meio de políticas fiscais, monetárias, creditícias e cambiais, visando ao desenvolvimento da indústria nacional e à ampliação das inversões estrangeiras; e por meio do planejamento econômico, definindo investimentos diretos em setores chave para o crescimento da economia (transporte, serviços públicos, indústria de base) e áreas nas quais o capital privado deveria ter prioridade.

Porém, ao final do governo Juscelino Kubistchek, a extraordinária expansão econômica a que se pudera assistir nas últimas décadas, em especial após a Segunda Guerra Mundial, passou a apresentar sérias dificuldades em se manter. Se os anos 1950 representaram a hegemonia do pensamento desenvolvimentista na condução econômica do país, os anos 1960 revelaram seus limites para lidar com um quadro econômico no qual à persistência das desigualdades sociais somavam-se o esgotamento do modelo de substituição de importações, o aumento da inflação, a crise do balanço de pagamentos e o acirramento dos conflitos capital-trabalho. Passada a euforia do “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubistchek, o dilema econômico brasileiro dirigia-se para manutenção de um projeto de crescimento econômico que fosse autossustentado, que mantivesse a acumulação endógena, mas com maiores possibilidades de distribuição de renda.

Uma das maiores discussões na virada da década referia-se à inflação. Sua tendência nos pós-guerra manteve-se em alta, a despeito das tentativas de os governos do período democrático segurarem sua subida. Em 1951, a inflação estava em 12%. No final da década, em 29,2% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Em relação ao balanço de

pagamentos, o déficit acumulado no período fora expressivo, em que pese a entrada maciça de capitais externos (seu afluxo não cobria o déficit na balança comercial e da remessa de lucros), sobretudo no setor de bens de capital. Ainda, a pauta de exportações brasileiras, ao se manter baseada em produtos agrícolas, não contribuía para a reversão do quadro. Mesmo com as políticas de desvalorização cambial realizadas pelos governos da época, o setor exportador sofria com a deterioração dos termos de troca.

No que tange ao processo inflacionário, para os industriais nacionais, o aumento da inflação estava ligado à valorização dos salários no país – conquistada pelas mobilizações da classe trabalhadora ao longo do período democrático. Além disso, eles já direcionavam suas críticas também aos gastos do Estado, que contribuiriam para o aumento de déficit público (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 405) e a escassez da produção de gêneros alimentícios. Para o enfrentamento da inflação, a CNI encampava as ideias de Almeida Magalhães[30] (1964 apud BIELSCHOWSKY, 2000), contrapondo-se à perspectiva de cortes de crédito e investimentos, aliada a estabilização monetária. Segundo o economista, o Brasil era uma economia subdesenvolvida, com a existência de subemprego, o que significava que o teto inflacionário indicava escassez de capitais. Esse teto seria flexível e passível de ser deslocado para a formação de poupança, o que, por sua vez, seria feito pela redução do salário real do trabalhador, por meio financiamento de capitais por intermédio da inflação. Desse modo, a inflação poderia ser contida sem o prejuízo dos investimentos, sem abrir espaço para um ciclo recessivo[31].

Assim, as propostas de elevação dos tributos e contingenciamento dos créditos para o enfrentamento do déficit e da inflação, elaboradas no Programa de Estabilização Monetária do governo Juscelino Kubistchek (1958-1959), tiveram no empresariado industrial uma oposição radical, que aceitava apenas a restrição para os setores especulativos. O setor argumentava que era necessário garantir o capital de giro para o crescimento da produção. Nesse sentido, mantinha sua posição histórica pró-crédito, considerando que a política monetária deveria estar subordinada à política de desenvolvimento, preservando sua expansão.

---

[30] MAGALHÃES, Almeida. A **controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico.: uma reformulaçã**o. Rio de Janeiro: Record,1964..

[31] De acordo com a interpretação de Bielschowsky (2000, p. 00): "A inflação teria, portanto, papel crucial no crescimento econômico brasileiro. Segundo Magalhães (1964a, p. 163-4), 'contrariamente ao que acontece nos países de economia avançada, a poupança forçada monetária pode apresentar nos subdesenvolvidos um caráter permanente'. Isto porque no caso brasileiro, a classe assalariada não dispõe de força política para impor as escalas móveis de salários. Dados, porém, os problemas econômicos e políticos gerados pelo processo inflacionário, a solução ideal seria a redução gradual da inflação, sem prejuízo da taxa de crescimento. Segundo Magalhães (1964a, p. 166), 'na prática o problema consiste em convencer os trabalhadores de concederem, voluntariamente, o que lhe vinha sendo arrancado sub-repticiamente pela inflação'".

Nesse momento, também, aumentam as tensões quanto ao controle das remessas de lucros, apontada pelos desenvolvimentistas nacionalistas como um dos fatores que dificultavam o equilíbrio na balança de pagamentos. Nesse aspecto, não houve consenso entre o empresariado industrial nacional. Enquanto uma parte se alinhou à posição histórica de defesa da livre movimentação de capitais e remessas, outra apoiava a legislação sobre a taxa de lucros de 1962, alinhando-se à reunião plenária da CNI de 1957, que considerava justo o país recebedor das inversões estrangeiras não ter sua economia prejudicada pelo repatriamento dos proventos do capital investido.

Em todo o caso, a década de 1960 apresentava um quadro de dificuldades para a manutenção do desenvolvimento econômico de acordo com os preceitos desenvolvimentistas que dominaram a política econômica no período democrático. Por um lado, era preciso combater o desequilíbrio monetário. Por outro, percebia-se a necessidade de realizar reformas estruturais no Brasil, sem as quais não haveria a possibilidade de conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social e superação da pobreza. Em outros termos, como combater a concentração de renda e promover a justiça social por meio do desenvolvimento econômico? O processo de industrialização do período democrático começava a se deparar com a realidade de que, por si só, não resolveria esses problemas como desdobramentos de sua concreta efetividade. Segundo BIELSCHOWSKY (2000, p. 411):

> O processo de crescimento econômico anterior, apesar do grande avanço na industrialização, havia propiciado o aparecimento da miséria e de desempregos urbanos em níveis inimaginados por aqueles que haviam acreditado na industrialização como solução para as questões sociais do país. Ao problema da baixa absorção da mão-de-obra nos setores modernos da economia, típico do estilo de industrialização brasileira e por si só causador de tensões sociais, vinham somar-se, para ampliar as tensões do triênio em foco (governo João Goulart), uma elevada inflação – que reduziu gradativamente os salários reais a níveis sempre inferiores ao pico alcançado em 1959 – e, com a recessão de 1963, um agravamento do problema do desemprego.

O quadro de crise econômica no início da década de 1960 explica-se, então, pela deterioração monetária e pela alta inflacionária, aliadas à queda do crescimento econômico. Se, em 1961, o crescimento do PIB atingira 10,3%, em 1963 seu crescimento foi de 2,9%. No setor industrial, principal fator de elevação do PIB, o crescimento foi de 7,8% em 1961, 0,2% em 1962 e 5,2% no ano seguinte – a título de comparação, entre 1958 e 1961 a média girava em torno de 12% (BRESSER-PEREIRA, 1987a). Como já discutido, a partir da análise de Conceição Tavares (1974), vinculada à Cepal, o declínio do crescimento industrial relacionava-se ao esgotamento do processo de substituição de importações. Sobre a questão

inflacionária, ainda que houvesse apontamentos claros sobre sua disparada encontrar raízes no déficit público e no endividamento externo, as tentativas de reformas cambiais realizadas pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart foram insuficientes para combatê-la.

De acordo com Ignacio Rangel (1986), tal situação apresentava maior gravidade devido à estrutura produtiva oligopólica conformada no país, tanto na agricultura como na indústria, que pressionava os preços a fim de garantir os lucros das classes produtoras, as quais, por sua vez, obtinham proteção do Estado nacional por meio das políticas econômicas implementadas. Os oligopólios e os cartéis eram decisivos para a concentração econômica, ainda mais estimulada pela abertura maciça ao capital estrangeiro na década de 1950, gerando trustes e impedindo, nos mais diversos setores industriais, uma real concorrência – num cenário de demanda insuficiente, o aumento dos preços justifica-se pela atuação dos oligopólios no mercado.

Ainda, em relação ao processo inflacionário, Rangel (1986) apontou para a estrutura oligopólica, associando-a à capacidade ociosa da produção nacional, o que indicava a origem inflacionária nos custos e não na demanda, a qual se mantinha restringida – dada a desigualdade de renda. A capacidade ociosa constituiu-se como consequência da grande quantidade de investimentos realizados durante a expansão industrial sem que o mercado interno tivesse acompanhado esse crescimento. Como agravante, encontrava-se a falta de competitividade, em geral, dos produtos industriais no mercado externo, desestimulando o aumento da capacidade produtiva. Assim, no início dos anos 1960, a economia brasileira encontrava-se às voltas com a alta inflacionária e com suas dificuldades em expandir o emprego e aumentar o mercado interno[32].

A capacidade ociosa na produção levou, segundo Bresser-Pereira (1987a), ao aumento dos custos para o setor industrial, gerando, evidentemente, a diminuição dos lucros. Algumas medidas tomadas pelo empresariado para evitar a queda dos lucros foram a elevação dos preços dos produtos (num mercado em que a concorrência era frágil, por causa da estrutura

[32] Para Bresser-Pereira (1987, p. 144), a crise brasileira revelava-se de forma estrutural: "Nesses termos, entre 50 e 60, enquanto a população urbana crescia 5,4% ao ano, a taxa de crescimento do emprego industrial foi de apenas 2,6%. No mesmo período, a participação do setor industrial no PNB cresceu de 20 para 29%, enquanto a percentagem da população ativa empregada na indústria decresceu de 14 para 13% [...]. Nos anos sessenta, porém, o problema se agravaria, e surgiria o desemprego industrial de forma aberta, não apenas devido à incapacidade da economia absorver aproximadamente um milhão de novos trabalhadores que se oferecem ano a ano no mercado de trabalho brasileiro, mas também a uma redução em termos absolutos do emprego industrial em diversos setores [...]. Dada a tendência inerente ao sistema capitalista de criar desemprego ao mesmo tempo em que concentra a renda, nas épocas de prosperidade [...], não é de se estranhar que, setor industrial por setor industrial, à medida que se esgotavam as possibilidades de substituição de importações, entrassem em regime de capacidade ociosa. Ora, seria exatamente esta capacidade ociosa, resultante fundamentalmente da concentração de renda, que se tornaria um dos pilares da inflação brasileira dos anos sessenta [...]."

oligopólica) e a pressão junto ao Estado para a ampliação das vendas do setor privado ao setor público e para a expansão do crédito bancário.

Essa defesa da manutenção das taxas de lucro pelo empresariado gerava o crescimento dos gastos estatais. Cada vez mais endividado, o Estado brasileiro aumentava suas emissões e elevava a carga tributária para cobrir o déficit – o que colaborava para a tendência de alta inflacionária na economia nacional. O país passava por uma inflação de custos que tinha entre seus principais fatores o lucro do empresariado, que continuava garantido.

Por outro lado, o início da década de 1960 representou perdas do salário real para o trabalhador brasileiro. Segundo Bresser-Pereira (1987a), como exemplo desse fenômeno, houve uma queda, entre 1958 e 1966, de 38% no salário mínimo real no estado da Guanabara. A partir de 1961, a queda foi vertiginosa: de Cr$ 79.906 para Cr$ 61.603 em 1962, e Cr$ 55.019 em 1963. Em outro caso, o autor aponta as quedas salariais no segmento da indústria de transformações e no segmento comercial atacadista do mesmo estado (BRESSER-PEREIRA, 1987a, p. 54). Além da evidente piora nas condições de vida do trabalhador, a redução real dos salários significou uma restrição ainda maior do já limitado mercado de consumo, desdobrando-se na redução dos investimentos na expansão industrial por parte do empresariado.

Diante do cenário de crise econômica, o pensamento desenvolvimentista voltava-se para os próprios limites de seu projeto, procurando novas propostas que fossem capazes de enfrentar a concentração de renda e a desigualdade social, o desemprego e o desequilíbrio monetário. Nesse sentido, dentro do campo desenvolvimentista, começa a ganhar corpo a defesa de reformas estruturais no país, com a proposição de alterar a dinâmica de desenvolvimento a que se assistira nas últimas décadas: era preciso aliar crescimento com distribuição de renda, produzindo justiça social.

Porém, se o campo desenvolvimentista poderia ser, até aquele momento, identificado como ligado à defesa de uma política econômica baseada no planejamento estatal e no crescimento industrial – em que pesem as diferenças a respeito de como se daria a participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional –, as propostas para a superação dos entraves ao desenvolvimento, experimentados na virada da década de 1950 para a de 1960, trataram de definir, com maior nitidez, as diferentes interpretações constituídas no campo desenvolvimentista. Para Bielschowsky (2000, p. 410),

> Apareciam, então, as primeiras manifestações analíticas do pensamento econômico brasileiro sobre a inviabilidade do crescimento econômico sem reformas distributivas e justiça social. Com elas, começava-se um novo período de debate

> econômico, em que as correntes de pensamento passariam a caracterizar-se não mais pela posição diante da questão pura e simples da estruturação de um parque industrial, mas pela posição que assumiam no que diz respeito à interação de crescimento e distribuição de renda.

Os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público, ao final da década de 1950, passariam a se identificar com essas questões e a incorporá-las em suas análises. Ao aproximarem-se das problemáticas da desigualdade social e da distribuição de renda, inclinavam-se para o campo reformista, na tentativa de encontrar respostas para a crise brasileira. Para Celso Furtado (1961), a heterogeneidade das estruturas nacionais aliada à baixa diversidade produtiva, à insuficiência de poupança e à reduzida capacidade de importar conformava as causas do processo inflacionário brasileiro. Com o rápido crescimento industrial experimentado, o país vivia um cenário de rigidez na oferta, em contraste com uma dinâmica significativa na procura, gerando as altas tendências de inflação; além disso, era preciso enfrentar o desequilíbrio no balanço de pagamentos, motivado pela necessidade contínua de uma economia de caráter subdesenvolvido realizar importações, mesmo em momentos de estagnação ou declínio das exportações.

Assim, para enfrentar uma inflação estrutural, era preciso recorrer ao planejamento industrial, visando a uma maior flexibilidade da oferta diante do dinamismo da procura, adaptando-a. Em outras palavras, para derrotar a inflação, era preciso superar a própria condição de subdesenvolvimento – em longo prazo, por meio de planejamento que identificasse antecipadamente modificações da estrutura de procura e condições para promover a oferta. Dessa forma, Furtado (1961) opunha-se às políticas recessivas, que visavam a estancar o desequilíbrio externo por meio da redução da taxa de investimentos. Rechaçava, portanto, a subordinação da política de desenvolvimento às políticas monetaristas.

O combate à inflação, de acordo com esse autor, passava, necessariamente pelo debate sobre a concentração de renda e a política fiscal. A manutenção do desenvolvimento exigia a continuidade da expansão dos investimentos do Estado – em verbas e em obras. Contudo, tal financiamento estava sendo feito à custa do crescimento inflacionário, pois o Estado não possuía os recursos necessários. Para mudar esse quadro, Furtado (1961) defendia o aumento da tributação sobre os setores que se beneficiavam do crescimento econômico, para que o Estado pudesse enfrentar os pontos de estrangulamento da economia brasileira. Ao combater a concentração de renda pela tributação, ele acreditava que o Estado brasileiro teria condições de ampliar a poupança nacional e, por consequência, a capacidade de investir. Contudo, tal

proposta esbarrava no conservadorismo do Congresso Nacional que, dominado pelas elites nacionais, impedia uma reforma fiscal que as atingisse:

> Se tivéssemos de sintetizar em poucas palavras os pontos essenciais das tensões estruturais da nossa economia no presente, diríamos que estas decorrem da limitada capacidade de resposta do setor agrário aos estímulos econômicos que se manifestam através do mecanismo dos preços e da forma antissocial como se financia o grande esforço de investimento realizado através do setor público. Assim, do ponto de vista econômico, as reformas de base somente terão eficácia se efetivamente alcançarem esses dois objetivos mínimos: dotar o país de uma agricultura capaz de responder ao estímulo de uma procura crescente pela absorção de técnicas e de capitais e não pela elevação dos preços e da remuneração relativa dos grupos parasitários, e dotar o governo de um instrumento fiscal que capacite a financiar seus investimentos crescentes com recursos recolhidos naqueles setores que efetivamente estão sendo beneficiados pelo desenvolvimento que é fruto do trabalho de toda a coletividade. (FURTADO, 1961, p. 45)

O setor público desenvolvimentista não nacionalista também procurava se posicionar diante da crise. Dentre as tendências de desequilíbrio observadas por Roberto Campos (1969) estava também, evidentemente, a pressão inflacionária que, em sua visão, precisava ser conjugada, junto à ideia de estabilidade monetária, com o desenvolvimento econômico.

Opondo-se à tese estruturalista da Cepal de que, em países subdesenvolvidos, o crescimento da economia leva ao aumento da inflação, que só poderia ser dirimida no longo prazo, por meio de profundas transformações econômicas e sociais, Campos (0000) afirmava que esse desequilíbrio poderia ser combatido a fim de impedi-lo de se tornar cumulativo. No caso brasileiro, por exemplo, a inflação tinha, a seu ver, origem no excesso de demanda – estimulada pelo déficit no orçamento público, alta expansão de crédito e oferta insuficiente. Esses fatores deviam-se muito mais a problemas de gestão econômica do que a questões estruturais:

> De acordo com essa crítica, a pressão inflacionária proveniente da insuficiência de oferta agrícola seria resultante muito mais da política pseudo-estabilizadora de subsídios ao consumidor e/ou ao congelamento de preços, que encorajava artificialmente o consumo e desestimulava a produção, do que de uma hipotética rigidez estrutural de oferta agrícola, problema em princípio contornável mediante estímulos adequados. No que se refere insuficiência de serviços básicos como transporte, energia e comunicações, Campos atribuía tal situação à política de não elevação de tarifas. Posto em prática com o objetivo de evitar a alimentar a inflação no curto prazo, tal política acabava por fortalecê-la, porque descapitalizava as empresas públicas e afugentava os capitais privados, impedindo os investimentos necessários. (BIELSHOWSKY, 2000, p. 120)

Ao apontar a supervalorização do câmbio, que desestimulava a produção para exportação, e a carga elevada de tributos como seus principais fatores, Campos (1969)

afirmava que a inflação é que impedia a superação do estrangulamento externo, e não o seu contrário, como argumentava o pensamento cepalino. A alta inflacionária estava reduzindo a poupança e aumentando as tensões sociais, sendo necessárias medidas de estabilização monetária em equilíbrio com uma política fiscal que desse mais fôlego ao Estado para continuar mantendo os investimentos prioritários. Ao mesmo tempo, o Estado deveria cortar despesas públicas de consumo. A oferta de crédito deveria ser mantida, mas com políticas que visassem a conter sua expansão.

O embate com os desenvolvimentistas nacionalistas prolongava-se para a questão da remessa de lucros, e Campos (1969 apud BIELSHOWSKY, 2000) continuava a criticá-los por sua "irracionalidade". O economista era contrário à proposta de limitação da remessa, argumentando que ela correspondia a uma parcela pequena no balanço de pagamentos do país e do PIB nacional. Ele valorizava o investimento estrangeiro pelo efeito positivo no balanço de pagamentos, devido às exportações provenientes de atividades estrangeiras, e pelo desenvolvimento da capacidade produtiva e do incremento tecnológico, além do aumento da capacidade doméstica de poupança e investimento, na medida em que gerava riqueza.

A necessidade de ampliação da poupança e do investimento também centralizava as atenções de Campos (1969) quanto ao problema da distribuição de renda. Se havia concordância com as demais correntes desenvolvimentistas sobre a elevação dos salários de forma a acompanhar a elevação do custo de vida e da produtividade, ele era contrário ao que chamava de "distributivismo prematuro", quando o salário supera a soma dos outros dois fatores. Segundo Campos (1969 Apud BIELSHOWSKY), esse cenário levaria à repartição da miséria, quando o país precisava aumentar a riqueza.

Sobre outro tema latente do momento, a questão agrária, Campos (0000) dedicava-se a avaliar o problema da inelasticidade da produção agrícola, sem dar relevância à questão da distribuição fundiária. O maior problema estraria na produção, que deveria ser modernizada para produzir maior oferta e combater a inflação – reforçando as críticas ao subsídio ao consumo e à contenção de preços, que, em sua visão, desestimulavam a produtividade e mantinham a demanda em alta.

O aprofundamento das clivagens no campo desenvolvimentista não se explica~~,~~ tão somente, pela conjuntura de crise econômica, mas também pelas próprias dinâmicas dos processos sociais e políticos em curso no país. A classe trabalhadora, no início da década de 1960, demonstrava um grande poder organizacional e mobilizatório, representado tanto na institucionalidade política, com o crescimento contínuo da bancada de parlamentares ligada às suas demandas (sobretudo a do PTB), como nas cidades e no campo, por meio de movimentos

reivindicatórios e grevistas e do crescimento dos movimentos dos trabalhadores rurais, cujas Ligas Camponesas eram a maior referência.

O aumento da participação dos trabalhadores urbanos e rurais na vida política nacional tensionava o pensamento desenvolvimentista a reconhecer que o desenvolvimento industrial por si só não resolveria as mazelas sociais, que o planejamento econômico não significava, automaticamente, desenvolvimento do país. Eram necessárias reformas institucionais, um conjunto de medidas que visassem a modificações estruturais no Brasil. As históricas *reformas de base* – bancária, fiscal, agrária, urbana, eleitoral, administrativa e educacional – deveriam desmontar a reprodução da desigualdade no país.

O avanço da pauta reformista no início da década de 1960 ganhou espaço na sociedade brasileira durante o governo de João Goulart, o Jango. Eleito vice-presidente em 1960, Jango assumiu em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros, num contexto de instabilidade política e econômica. Filado ao PTB, sua figura era considerada, na política nacional, ligada às causas dos trabalhadores. Tendo sido ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas entre 1953-1954, em sua gestão ele concedeu aumento de 100% no salário mínimo, além de outras medidas que diminuíam o controle do Estado sobre os sindicatos (BENEVIDES, 1989). Na presidência, após sofrer resistências de setores mais conservadores para tomar posse (numa tentativa de golpe de Estado), Jango conquistou a vitória no plebiscito de 1962, que garantia a volta do presidencialismo, no lugar do parlamentarismo – imposto ao presidente como condição para assumir o cargo. Combatido pelos setores mais conservadores, Jango tampouco detinha a confiança expressiva do empresariado industrial nacional, que criticava sua trajetória e postura como abertamente favorável às demandas sindicais.

Em suma, a realidade social, política e econômica do país gerou um acirramento de posições, que teve como efeito a própria desagregação do desenvolvimentismo como ideologia.

> Daí em diante, os economistas reformistas manteriam, até fins dos anos 60, a crença de que a única via economicamente viável de desenvolvimento era a melhora da distribuição de renda. Os economistas conservadores, por sua vez, amadureciam uma estratégia de desenvolvimento do capitalismo, sem maiores preocupações com questões distributivas. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 410)

Ainda segundo Bielschowsky (2000), a discussão sobre as reformas de base, sobretudo em relação às reformas agrária, fiscal e bancária, demonstra com clareza essa desagregação, principalmente no que se refere à questão da desigualdade de renda. Nesse sentido, contrário à ideia da redução das taxas sobre o consumo de produtos básicos e sobre as camadas

populares, o empresariado industrial mobilizou-se para evitar que as reformas se projetassem para a taxação do lucro empresarial e das rendas das elites, justificando que a tributação deveria ocorrer no consumo, pois o nível de poupança do país já era, por demasiado, reduzido.

Quanto à reforma agrária em si, sem dúvida seu debate produziu divergências profundas. Para seus defensores, no setor público desenvolvimentista nacionalista, a reorganização da propriedade rural no combate aos latifúndios teria grandes impactos na desigualdade social. A redistribuição de terra, ao mesmo tempo em que garantiria a permanência das famílias no campo – evitando o massivo êxodo rural, o aumento do desemprego e da miséria urbana –, alteraria a própria estrutura produtiva e do mercado interno, elevando a produtividade e a oferta de alimentos no mercado brasileiro. Como consequência, a reforma agrária era vista como uma das chaves para combater a inflação e como forma de ampliar o próprio mercado interno, uma vez que sua realização daria condições para os trabalhadores rurais se sustentarem e, com isso, tornarem-se consumidores de produtos industriais também. Ou seja, a reforma agrária também seria fundamental para a continuidade do desenvolvimento industrial (TAVARES, 1974).

Na presidência, Jango buscou, num primeiro momento, equilibrar-se entre os setores conservadores e progressistas, a fim de conseguir estabelecer condições mínimas de governabilidade, após ser quase impedido de assumir o cargo (FERREIRA; GOMES, 2007). Porém, a conjuntura política e econômica do momento impedia a manutenção das tensões entre capital e trabalho dentro do pacto trabalhista. Ao lado das reformas de base e da crescente mobilização dos trabalhadores em torno de suas demandas (reformas – principalmente a agrária –, melhoria das condições de trabalho, campanhas salariais e lutas contra as demissões), o nacionalismo também foi um dos fatores que culminaram na articulação de setores conservadores – entre eles, o empresariado industrial nacional – contra seu governo.

Ao encampar as reformas de base como eixo central da sua política, Jango encontrou grandes resistências no Congresso Nacional para promovê-las. Suas dificuldades na articulação política com um Poder Legislativo encontravam justificativas, de acordo com os setores conservadores, na aproximação entre o presidente a as pautas propostas pela esquerda organizada nos sindicatos de trabalhadores e no movimento estudantil. Num contexto de ascendente polarização ideológica nos marcos da guerra fria (capitalismo x socialismo), o histórico de aproximação de Jango às causas trabalhistas era suficiente para os setores conservadores construírem a imagem de Jango como um comunista. Nesse sentido, sua política externa não alinhada aos Estados Unidos, superpotência capitalista, também

contribuiu para o fortalecimento da articulação golpista contra o presidente, sobretudo quando esse não-alinhamento significava, também, a adoção de um nacionalismo de certa forma hostil ao capital externo, visto este como uma das razões para os problemas econômicos estruturais do país.

O nacionalismo elaborado durante as décadas de 1950 e 1960, que conta com uma participação de peso do pensamento formulado no Iseb e na esquerda brasileira (sobretudo pela a influência do PCB), ganhou terreno na política janguista após as fracassadas tentativas de negociação da dívida brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, no ano de 1962 (TOLEDO, 1982). O processo já vinha se arrastando desde os anos finais do governo Juscelino Kubistchek – uma vez que Jango negou-se a aceitar a política ortodoxa exigida pela instituição. Ainda em 1962, Jango conseguiu aprovar a Lei de Remessa de Lucros no Congresso, que considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. Além disso, Jango defendia o avanço do controle nacional em setores considerados estratégicos, como na área de energia (criação da Eletrobrás, em 1962), nos setores de comunicação, por meio da nacionalização de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos e da revisão das concessões para a exploração de minérios por empresas estrangeiras. Tal verve nacionalista gerou uma rápida reação dos setores do país associados aos interesses estrangeiros, esgarçando ainda mais a tensa relação entre o governo e empresas estadunidenses, que diminuíram os investimentos no país e cortaram créditos – além da interrupção da renegociação da dívida externa.

Para esta dissertação, o mandato presidencial de Jango representava, essencialmente, a crise institucional vivida pelo país no que se refere à viabilidade do pacto trabalhista como prática política capaz de lidar com os conflitos expostos no fim do ciclo desenvolvimentista. Jango na Presidência da República expressava, de fato, a força que o PTB adquiria na sociedade brasileira. As reformas de base eram um projeto fomentado e defendido pelo partido, que desenvolveu, ao longo da República de 1946, relações com os movimentos populares – principalmente o sindical. As eleições parlamentares de 1962 confirmaram a ascensão do PTB diante dos outros dois partidos de expressão nacional, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

Inicialmente ligados à figura de Getúlio Vargas, o PSD e o PTB compunham, institucionalmente, a base do pacto trabalhista que governou o país na maior parte do período democrático – à exceção da presidência de Jânio Quadros (1961). Ainda que, internamente, os três principais partidos não fossem homogêneos, o que significa a existência de disputas

internas por divergências políticas entre diferentes setores, é possível traçar, minimamente, o perfil político de cada um, com o objetivo de se compreender melhor a dinâmica política da Quarta República (SOUZA, 2010).

No período, o PSD era o maior partido do país. Fundado pelos interventores estaduais do período do Estado Novo (1937-1945), a agremiação estava ligada, desde seu início, ao domínio da máquina estatal – sendo o único partido a possuir diretórios em todos os municípios do país – desde o advento da Quarta República. Seus integrantes originaram-se das elites agrárias e urbanas brasileiras. A oligarquia rural possuía grande influência no partido – o PSD tinha sua maior fração eleitoral justamente nas zonas rurais. Nas áreas urbanas, ele era integrado por profissionais liberais, grandes industriais e comerciantes ligados ao setor exportador, além de altos funcionários públicos, ocupantes de cargos de direções em empresas estatais. Politicamente, o PSD pautou sua atuação no ideal desenvolvimentista e no discurso modernizador, ao mesmo tempo em que estruturava seu poder na antiga política clientelista e no coronelismo, nas regiões rurais. O fato de ser o maior partido no Legislativo e no Executivo nacional, com grande controle da máquina estatal, consolidou no partido uma postura centrista, que visava à conservação da ordem política fundada pela República de 1946, a qual, por sua vez, estruturava-se na continuidade das desigualdades socioeconômicas existentes no país.

O PTB, por sua vez, tem sua origem relacionada ao vínculo entre o varguismo e a classe trabalhadora, construído no Estado Novo. Nesse aspecto, ele surgiu como uma força organizada auxiliar do varguismo, buscando evitar o aumento da influência do PCB entre os trabalhadores (BENEVIDES, 1989). Composto por setores urbanos, especialmente profissionais liberais, funcionários públicos ligados ao Ministério do Trabalho e lideranças sindicais ligadas ao regime do Estado Novo, o PTB possuía como base os sindicatos, colocando-se como representante dos interesses dos trabalhadores. Ao longo do período democrático, o partido cursou uma trajetória que se projetou para além da defesa e ampliação dos direitos trabalhistas, identificadas com o varguismo. Ele adotou em seu programa o desenvolvimentismo nacionalista, defendendo-o como condição para a melhoria da vida dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, o PTB elaborou uma plataforma reformista que indicava a necessidade de mudanças mais profundas para a continuidade do próprio desenvolvimentismo. Ao encampar as reformas de base como sua grande bandeira, o PTB passou a atuar como um partido mobilizador de massas, na medida em que as reformas, em seu conjunto, representavam demandas populares.

A UDN constituiu-se como o principal partido oposicionista na Quarta República. Formada por membros da oligarquia rural excluídos do poder durante a Era Vargas, ela também possuía uma consolidada base nos centros urbanos, especialmente na classe média. De caráter fortemente liberal, a UDN era o contraponto ao desenvolvimentismo, representado pelo PSD e pelo PTB. A postura elitista também era uma de suas marcas, revelada pela defesa de uma política antipopular e antiproletária, intransigente quanto ao avanço dos direitos trabalhistas e da participação dos trabalhadores nos processos político, que deveria ser combatida com forte repressão. Além disso, a UDN defendia a existência de um governo composto pelas elites como o único legítimo para dirigir o país, baseado numa moral conservadora (BENEVIDES, 1981).

Ao se contrapor ao desenvolvimentismo, o partido caracterizava-se como liberal e privatista, sobretudo quanto aos incentivos ao capital estrangeiro, defendidos no Congresso, e em relação ao apoio de multinacionais a seus candidatos nas campanhas eleitorais. Ainda, é preciso destacar a postura abertamente golpista do partido, que defendeu, durante todo o período democrático, interrupções constitucionais como forma de evitar que presidentes eleitos assumissem ou cumprirem seus mandatos, sob a argumentação de combater a corrupção, combater o comunismo, de questionar os processos eleitorais ou de qualificar os governantes como incapazes politicamente, uma vez que não representavam, integralmente, o comando do país de forma exclusiva pelas elites, como a UDN pregava: existência de poder autoritário e antipopular como única esfera realizável de democracia.

O fortalecimento do PTB exigia um novo reposicionamento do PSD, maior agremiação partidária do país. Nesse aspecto, as reformas de base e o próprio nacionalismo, ao serem defendidos pelo PTB, representavam uma mobilização política baseada na ampliação dos interesses das classes trabalhadoras na política institucional. O projeto de reforma eleitoral janguista é um grande exemplo desse processo, uma vez que defendia a extensão do voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente. Porém, a República fundada em 1946, juntamente com sua Constituição, possuía um caráter nitidamente conservador quanto às possibilidades de participação popular (RIBEIRO, 2013). Mais do que isso, pode-se dizer que a estrutura institucional do período democrático limitava consideravelmente a ampliação da participação política no país. Isso fica claro quando se analisa a hegemonia de um bloco de poder conservador no Poder Legislativo, controlado pelos interesses dos setores oligárquicos (latifundiários e agroexportadores) e industriais, que dominaram o Congresso desde a elaboração da Carta Constitucional, cuja comissão responsável foi controlada,

majoritariamente, pelo PSD e pela UDN – partidos representantes das elites nacionais. Segundo Ribeiro (2013, p. 42),

> Em decorrência de uma série de limitações, como a proibição do voto de analfabetos e de militares de baixa patente, os parlamentares encarregados da formulação do texto constitucional foram escolhidos por apenas 6% da população, demonstrando a fragilidade e o caráter elitista da democracia representativa brasileira durante a República de 1946. [...] Desta maneira, encaramos a Constituição de 1946 como um dos principais fatores responsáveis pela formação de uma estrutura política conservadora no país. Na prática, ela tornou-se um estatuto utilizado para garantir o privilégio das classes dominantes.

Ao assumir em condições políticas e econômicas no mínimo desvantajosas (tentativa de golpe e solução parlamentarista), Jango procurou governar aproximando-se dos setores mais conservadores do PSD e da sociedade brasileira – com o objetivo de desmontar a imagem de comunista e de formador de uma "republica sindicalista" –, que ameaçavam paralisar o governo.

O próprio *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* é um exemplo. Na tentativa de retomar o planejamento estatal na condução da economia, Jango e seu ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, lançaram o plano em 1962, objetivando reduzir a inflação, ajustar a dívida externa, controlar o déficit público e fomentar o crescimento econômico. Para atingir tais objetivos, o Plano Trienal visava, paralelamente, à desvalorização da moeda, ao corte de subsídios estatais à importação de trigo e petróleo, à contenção salarial do funcionalismo público e à promoção das reformas de base (CARONE, 1980). Assim, o plano, ao procurar conter a inflação por meio de uma orientação mais próxima da ortodoxia econômica, revelava a intenção de o Poder Executivo contornar as resistências dos setores mais conservadores ao governo, além de abrir possibilidades de renegociação da dívida externa com o FMI e manter os investimentos estrangeiros, sobretudo os estadunidenses, no país. Ao mesmo tempo, ele deixava clara a necessidade das reformas de base para o próprio desenvolvimento econômico do país em bases capitalistas.

Entretanto, o projeto acabou não se viabilizando. Ao propor um plano que defendia o contingenciamento salarial, Jango foi pressionado por sua base trabalhista, que não o aceitava, defendendo o avanço nas reformas de base. Por outro lado, em que pese a orientação ortodoxa no combate à inflação, o atrelamento do plano às reformas de base afastaram ainda mais o empresariado industrial nacional e as oligarquias de qualquer tipo de concessão política para a efetivação do projeto. A inviabilização de um novo planejamento econômico partindo de um governo representante do pacto trabalhista revela, em sua essência, o próprio esgotamento

desse modelo político, que encontra suas razões justamente na polarização das diferenças entre os setores que compunham o pacto trabalhista. Empresariado industrial e operariado divergiam de aspectos centrais do plano por razões distintas e, num momento de crise econômica que acirrava as defesas de seus respectivos interesses, a negociação política não se constituiu como uma saída para viabilizar o plano trienal. (CARONE, 1980)

A própria composição desequilibrada do Congresso Nacional (no qual a classe trabalhadora estava sub-representada), contribuía, inclusive, para a impossibilidade de uma nova etapa de construção política do pacto trabalhista em torno do plano trienal. A burguesia nacional – industrial, mercantil e financeira – via o plano como uma ameaça à manutenção de seus rendimentos. Rechaçava, portanto, o conjunto de reformas e classificava o plano como excessivamente estatizante e intervencionista. A oligarquia, por sua vez, combatia qualquer proposta de avanço na redistribuição de terras. Já o operariado criticava a estagnação salarial e apostava na mobilização política para avançar na conquista de aumentos reais, além de radicalizar a defesa das reformas de base. (RIBEIRO, 2013, p. 125)

Por fim, o Governo Federal não obteve resultados animadores nas negociações com investidores e credores estadunidenses. Como solução, adotou medidas ainda mais rígidas no controle de despesas e no acesso ao crédito, o que impactou o setor privado (houve uma queda de 30% no volume de créditos bancários obtidos). A contenção inflacionária, por sua vez, também não gerou os resultados esperados. Desse modo, Jango retomou os programas de subsídios às importações. A pressão das bases trabalhistas para a abertura de renegociações salariais também surtiu efeito, e o Governo Federal passou a conceder aumentos acima do teto estipulado junto ao FMI (40% de ajuste para as categorias funcionais, contra a média de 60% de aumento; isso sem contar o aumento do salário mínimo, em 56,25%). (SARMENTO, [s.d.])

Assim, considerando a forte oposição às reformas de base pela burguesia e pela oligarquia, reverberada pelos posicionamentos de PSD e UDN no Congresso, bem como o abandono das metas de controle de emissão e do déficit público, o Plano Trienal acabou naufragando. A opção de Jango em ceder às pressões dos movimentos dos trabalhadores também indicava que, diante do impasse, seu governo se posicionaria a favor das demandas dessa classe. Isso significou, em outros termos, uma radicalização de seu governo para um alinhamento junto ao que os setores organizados dos trabalhadores defendiam – dentre elas as próprias reformas de base –, acirrando ainda mais os conflitos de classe que o pacto trabalhista já não dava conta de contornar. Nesse aspecto, o cenário de polarização política representado pelo apoio ou rechaço às reformas desdobrou-se, na prática, no maior

distanciamento entre PSD e PTB na condução do governo, em que a atuação centrista do PSD passou a perder espaço para um posicionamento de oposição aos projetos governistas. Segundo Ribeiro (2013, p. 66),

> Por mais que o PSD e o PTB tenham construído famosas alianças políticas em âmbito nacional durante a República de 1946, ancoradas em práticas estatistas e corporativistas, defendemos a tese de que, no início da década de 1960, os pessedistas tornaram-se mais próximos ideologicamente dos udenistas do que dos próprios petebistas.
> [...]
> O sistema partidário nacional passou por uma transformação, marcada pelo surgimento de um novo eleitorado sob influência da urbanização e industrialização. Nesse contexto, a alta cúpula do PSD não soube acompanhar as modificações ocorridas no centro político-ideológico do sistema, distanciando-se, cada vez mais, do centro, rumo ao conservadorismo representado pela UDN. Porém, vale destacar que embora o PSD tenha se afastado politicamente do PTB durante a República de 46, alguns setores do partido permaneceram apoiando os projetos reformistas petebistas até a eclosão do Golpe de Estado.

Ao mesmo tempo, diante do impasse perante o Legislativo – as propostas reformistas, especialmente a da reforma agrária, estavam travadas –, o Poder Executivo adotou uma estratégia de se colocar na condição de porta-voz da vontade popular diante do Congresso Nacional. A virada tática de Jango, de abandono da postura conciliatória para uma postura mais aguerrida, de cobrança ao Congresso Nacional, em nome do povo, para realizar as reformas de base, aliviava as críticas que recebia dos movimentos sociais, mas também permitia às forças oposicionistas manipular, com maior espaço, um cenário de "baderna" "desordem", "anarquia" e "ameaça comunista".

Esse embate mais franco do presidente junto ao parlamento, verificado em seus discursos, como o do comício da Central do Brasil e o do Automóvel Clube (ambos em março de 1964), tinha o objetivo de identificar o governo com a mobilização popular para as reformas, na expectativa de que, assim, o Congresso pudesse ceder às pressões. Ao mesmo tempo, porém, fortaleceu a já conhecida articulação do campo golpista, na medida em que se consolidava um conflito político entre os movimentos populares e uma elite dirigente que agia disposta a passar por cima da legalidade para manter seu *status* político baseado na desigualdade socioeconômica. É nesse sentido que se deve entender como setores do PSD abandonaram um posicionamento centrista e conservador para engrossar as fileiras do golpe. Portanto, o esfacelamento do condomínio governista deixava claros, num momento de crise econômica e política, não só os limites do pacto trabalhista, hegemônico durante o processo de modernização do país, como também os limites da democracia forjada em 1946.

2.2 O EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO CENTRO DO GOLPE DE 1964

Esses limites tornam-se mais visíveis quando se analisa a articulação tramada em diversos setores da sociedade para desgastar o governo Jango. Para além do papel dos partidos e das Forças Armadas, o golpe de Estado desferido em 1964 que depôs um governo democraticamente eleito foi gestado na sociedade civil – tendo papel fundamental, nesse processo, a burguesia nacional, com forte destaque para setores de grande representatividade no empresariado industrial nacional.

É nesse sentido também que se deve refletir, de acordo com as considerações expostas pela dissertação, sobre as reconfigurações do pensamento desenvolvimentista. A convergência política entre o setor público desenvolvimentista não nacionalista e o setor desenvolvimentista privado ao longo da aprofundamento da crise politica e econômica nos governos de Jânio Quadros e Joao Goulart coloca em evidência a formação de um campo conservador em contraposição ao campo nacionalista, que se radicalizava na defesa pela reformas de base. Então, por mais que houvesse diferenças entre o rigor monetarista de Roberto Campos e as defesas contundentes da CNI em torno dos esforços para a manutenção de uma política de crescimento econômico, ambos se contrapunham à agenda das reformas de base encampadas pelos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público.

A articulação do campo conservador passa, necessariamente, pela compreensão de como se deu a movimentação política da burguesia industrial brasileira a partir da realidade econômica do país nos anos de desenvolvimentismo e domínio do pacto trabalhista. E, nesse aspecto, o contexto de internacionalização da estrutura industrial do país coloca-se como uma questão central. De acordo com Dreifuss (2008), o período pós-Segunda Guerra Mundial representou, para a economia brasileira, um desenvolvimento caracterizado pela predominância do capital transnacional e oligopólico, marcado pela subordinação ao centro capitalista (DREIFUSS, 2008, p. 59). A integração do capital estrangeiro à estrutura produtiva brasileira deu-se por meio da associação às empresas nacionais privadas e estatais – estas últimas por meio de *joint ventures* e da participação nas ações das empresas.

> O capital monopolista, mediado pela penetração de corporações multinacionais, redefinia a divisão internacional do trabalho e estabelecia um centro produtivo-chave e um bloco organizacional dentro da estrutura socioeconômica brasileira. A industrialização do Brasil seria integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira,

> determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional. (DREIFUSS, 2008, p. 71)

Assim, Dreifuss (2008) aponta para a formação de um novo bloco de poder, que reunia sua força econômica a uma eficiente organização administrativa e política, no seio de sua estrutura oligopólica. O capital monopolista, predominante, integrava os complexos financeiro-industriais, sendo difícil distinguir aqueles de caráter nacional ou associado daqueles de capital estrangeiro. Brasileiros ou transnacionais, esses complexos econômicos agiam como um bloco de poder, ao procurar confrontar os governos tidos como populistas sem, contudo, submeter-se à estrutura política tradicional do país. (DREIFUSS, 2008, p. 114)

Nesse aspecto, é importante destacar a concepção da formação de bloco de poder a partir das conceituações propostas por Poulantzas (1977). Farias (2009) explica que, para o pensador grego, as classes dominantes são constituídas por frações de classe, cuja existência está associada às estruturas econômicas e políticas da sociedade capitalista. As frações da classe dominante seriam, portanto, as burguesias industriais, comercial e financeira. Dentro de suas especificidades e interesses distintos na esfera econômica, as frações de classe comungam de estratégias políticas comuns para afirmar seu poder em relação às outras classes sociais. Ao mesmo tempo, conflitos entre as frações da classe dominante também ocorrem, gerando disputas no bloco de poder, que precisam ser mediados de forma política.

O Estado capitalista torna-se, dessa forma, um objeto de conquista do bloco de poder, na medida em que sua conservação permite a manutenção das relações existentes na sociedade capitalista. A luta política faz-se necessária para sustentar suas posições econômicas e os distintos interesses de suas frações, sendo preciso transformar suas demandas em interesse geral da sociedade como um todo, sob a lógica capitalista. Desse modo, o Estado é definido a partir das relações de classe, ou seja, sua prática política não se define automaticamente como a realização dos interesses da classe dominante, mas sim a partir de suas relações com os interesses das classes dominadas.

Poulantzas (1977) apropria-se do conceito de hegemonia para compreender a atuação política da classe dominante, cuja luta de classes possibilita a existência do bloco de poder, integrado por suas frações, uma das quais assumirá um papel dominante. Isso exige que o Estado também assuma uma autonomia relativa perante o bloco de poder, para se tornar um organizador político dos interesses das frações de classe burguesas e, ao mesmo tempo, desorganizar as classes dominadas, reproduzindo, assim, as relações de produção capitalistas. Mesmo a existência de grupos multifuncionais – conglomerados econômicos que atuam em mais de uma atividade (industrial, bancária, comercial) – não impede a necessidade de mediar

e organizar as relações do bloco de poder, tendo em vista os distintos interesses e a força política e econômica de uma fração de classe sobre as outras para a reprodução capitalista em determinado contexto histórico. Para Farias (2009, p. 98),

> Dadas a sucessão de políticas do Estado e as várias dimensões dessas políticas (monetária, cambial, industrial etc.), distribuindo os agentes em diversas frentes de conflitos, concebe-se uma abordagem dinâmica e flexível da problemática poulantziana das frações de classe dominante. Isso permite que se levem em conta as várias possibilidades: a emergência, a desaparição, a reaparição, o cruzamento de sistemas de fração. Assim, tem-se ora burguesia industrial versus comercial, ora industriais do centro econômico contra industriais da periferia do país, ora comércio atacadista versus varejista. Por um lado, a política econômica ou social do Estado torna-se o fator determinante de agregação das frações de classe dominante, que o fazem para defender ou rejeitar certas medidas governamentais. A prevalência sistemática nos benefícios dessas políticas especifica a hegemonia no interior do bloco no poder, sendo a homologia estrutural e a capacidade de pressão política sobre o aparelho do Estado os elementos principais na concretização dessa hegemonia ou de sua crise (bonapartismo). Por outro, os conflitos internos à classe dominante, à medida que condicionam as políticas do Estado, constituem um dos fatores determinantes da dinâmica do processo político (um outro é o conflito capital e trabalho). Dependendo da conjuntura histórica, variará o modo de articulação da competição intercapitalista com os embates entre o capital e o trabalho.

Refletindo sobre a realidade brasileira, o peso econômico do capital multinacional e associado estava consolidado na década de 1960, constituindo-se como a principal força econômica do país. Porém a hegemonia do pacto trabalhista impedia que seus interesses se efetivassem como controle político do Estado. Para garanti-los, seria necessário construir uma estrutura de ação política que influenciasse diretamente a formulação das políticas econômicas.

No limite, se o desenvolvimentismo proporcionou uma industrialização embasada na integração entre capital estrangeiro e nacional, o mesmo não se pode dizer quanto ao controle do Estado nacional por parte do capital multinacional e associado. Evidentemente, o interesse multinacional e associado do setor industrial fazia-se presente, mas isso não significava, no início da década de 1960, o domínio do Estado nacional, na medida em que os interesses do setor agrário-exportador e das camadas populares também possuíam forças consideráveis, tanto na mobilização política institucional (na qual a elite agroexportadora tinha grande poder, e os trabalhadores conquistavam cada vez mais espaço), como na própria disputa ideológica, discutida na seção 1, que apontava para as dicotomias entre modernização *versus* atraso e nacionalismo *versus* entreguismo. De certo modo, o capital multinacional e associado não encontrava reverberação de seus interesses na política institucional e na sociedade. Pelo menos, não à altura de seu peso econômico.

Para conquistar o Estado nacional, esse setor industrial precisou encontrar espaços de influência na estrutura do Estado e na sociedade civil. Para além de seu poder econômico, era necessário desenvolver uma estratégia que produzisse efeitos políticos práticos na condução da economia – buscando contornar adversidades relativas a seus interesses na estrutura estatal. Dessa forma, estabeleceu-se, entre o capital multinacional e associado e o Estado, políticas as quais Cardoso (1975) definiu como "anéis burocráticos" – redes delimitadas por um número determinado de agências da estrutura burocrática caracterizada por relações clientelistas entre segmentos do setor privado e da esfera pública[33].

Para Evans (2004), é nesse sentido que se deve compreender a formação, no país, de um *Estado regulador*. Por meio de um conjunto de diferentes técnicas administrativas de intervenção econômica, o Estado produz efeitos sobre a economia nacional, considerando seus objetivos – política industrial, tarifas e taxas cambiais, incentivos e subsídios, por exemplo.

A partir dessas considerações, a formação do Estado regulador no Brasil adquire um caráter específico, pois, diferentemente de seu processo nos países desenvolvidos do centro capitalista, não houve conflitos de classes que resultariam na organização da burocracia estatal. As disputas pelo poder deram-se entre os grupos dominantes, que já possuíam canais de acesso ao Estado, gerando uma burocracia estatal intimamente ligada a representantes do poder econômico oligárquico e burguês, associada ao capital estrangeiro – no que se configurou como uma aliança entre a tecnocracia e esses setores sociais, perpetuando-se o patrimonialismo, nos termos apontados por Faoro (2001). Com o golpe de 1964, tal relação se intensificaria ainda mais, reafirmando um modelo de desenvolvimento dependente autoritário.

O Estado regulador, portanto, forjou-se no país de maneira diretamente ligada a uma forma política autoritária – notadamente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), em que a sociedade civil e as instituições da república, como o Congresso e o Judiciário, tiveram suas atuações restritas diante do alto poder ditatorial concentrado no Executivo, que concentrou as responsabilidade pela formulação e desenvolvimento das políticas públicas a partir do seu corpo tecnocrático. Este, por sua vez, orientava sua produção e gestão a partir das relações de poder estabelecidas com as elites locais e multinacionais, excluindo o restante da sociedade civil, que tinha seu acesso vetado.

[33] Para Mattos (2006, p. 144): "A contribuição de Cardoso é importante porque mostra como o autoritarismo no Brasil, legitimado seja por políticas populistas, seja por altos índices de crescimento econômico, teria sido incorporado na base de funcionamento do sistema político. E, como consequência do fenômeno do Estado regulador, o crescimento da burocracia estatal teria sido também incorporado como forma de garantia do exercício de poder político autoritário pelas classes dirigentes e por aqueles a elas associados por meio dos anéis."

O caso mais emblemático, em relação aos "anéis burocráticos", foram os grupos executivos e de trabalho criados no governo Juscelino Kubistchek – elaborados, justamente, para dinamizar os projetos de desenvolvimento industrial sem que houvesse a necessidade de se passar por toda uma estrutura burocrática do Estado nacional –, controlados pelas elites econômicas tradicionais (oligarquias e setor exportador). Destacam-se na dinâmica desses anéis o papel desempenhado pelos escritórios de consultoria tecnoempresarial, como o Centro Brasileiro de Produtividade (CBP) e a Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos (Consultec), criados para servir às articulações do empresariado multinacional e associado com a administração estatal. Esses escritórios prestavam serviços de consultoria para o setor privado e para o setor público, em assuntos de perícia e orientações técnicas, estudos de viabilidade, planejamento e eficiência na administração. O CBP, no setor público, por exemplo, prestava serviços ao BNDE, ao Geia, ao Instituto Brasileiro de Petróleo, à Carteira de Crédito Industrial e Agrícola do Banco do Brasil. Já no setor privado, tinha entre seus clientes a CNI, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fierj) e a Votorantim. A CONSULTEC, por sua vez, teve grande desenvoltura entre o setor público e o privado, trabalhando para empresas privadas e estatais, além de políticos brasileiros[34]. Entre seus membros, encontravam-se diversa pessoas ligadas à administração pública – como Roberto Campos (Presidente do BNDE na administração Juscelino Kubistchek), Edmar de Souza (BNDE), Eduardo Silveira Gomes (consultor da Sumoc), John Cotrim (diretor das Centrais Elétricas de Furnas), Glycon de Paiva (CVRD e BNDE), Lucas Lopes (ministro da Fazenda no governo Juscelino Kubistchek), Otávio Gouveia de Bulhões (Sumoc) – e de entidades empresariais privadas, como Mario Henrique Simonsen (CNI), João Mello Flores (FGV e Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira) e Harold Cecil Polland (Unitor S.A.).

Membros da CONSULTEC também organizaram a Análise e Perspectiva Econômica (Apec), que contava com economistas, administradores públicos e empresários do setor privado. Além de funcionar como uma organização tecnoempresarial, a Apec produzia publicações visando a exercer influência sobre o empresariado industrial – destacavam-se

[34] "As atividades da CONSULTEC se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, de preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais. A CONSULTEC preparou inclusive o programa apresentado ao Congresso em 192 pelo então Primeiro-Ministro Tancredo Neves, assim como o Plano Governamental referente ao petróleo, que o primeiro ministro comissionou também a esse escritório técnico. A posição da tecnoburocracia e as ligações econômicas de membros da CONSULTEC foram especialmente vantajosas aos setores de mineração, petróleo, energia e transporte, aos quais a CONSULTEC serviu como consultora. Ela exerceu papel crucial complexo BNDE-SUMOC-CACEX, agências chave para o crescimento multinacional e industrial durante o governo de Juscelino Kubistchek. Um levantamento dos empréstimos concedidos pelo BNDE e das recomendações e estudos econômicos subjacentes a esses empréstimos mostrou que 50% de tais pareceres haviam sido fornecidos pela CONSULTEC." (DREIFUSS, 2008, p. 95)

análises sobre a economia nacional, empresas públicas e a defesa do capital privado para o desenvolvimento do país. Sua participação e influência eram consideráveis na Escola Superior de Guerra (ESG) – núcleo de formação do pensamento orgânico das Forças Armadas: entre seus quadros estavam alunos, professores e palestrantes.

As associações de classe também desempenharam um papel organizativo importante para a promoção dos interesses multinacionais e associados, revelando o nível de integração entre o capital nacional e o capital estrangeiro. Entidades como a Fiesp, a CNI e a Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap) tinham entre seus membros empresários representantes das multinacionais (DREIFUSS, 2008, p. 103). Muitos de seus membros participaram e/ou financiaram ações políticas e ideológicas para derrubar o governo João Goulart, que se desdobraram na criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). A própria Conclap, criada em 1955, atuou de forma militante nos ataques ao "populismo" de Jango, à política de controle de preços, ao direito de greve, à estabilidade de emprego; na defesa do capital estrangeiro, das empresas privadas e da necessidade do equilíbrio monetária e financeiro. Muitos de seus membros integraram a ESG como alunos ou professores.

Além das entidades patronais tradicionais, as associações de classe setoriais foram instrumentos criados na década de 1950 pelo bloco multinacional e associado para ampliar sua influência no Estado. Ao reunir interesses específicos de um setor industrial, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação de Máquinas, Veículos e Autopartes (Amvap) agilizavam as demandas dos setores que representavam junto ao poder público, constituindo-se como espaços para essas articulações. Criadas na década de 1950, fortaleceram a lógica estabelecida pelos grupos executivos de Juscelino Kubistchek, que visavam a acelerar a industrialização. A Abdib, por exemplo, integrava o Geimape, responsável pelo planejamento e programação das linhas de produção da indústria pesada. (DREIFUSS, 2008, p. 107)

Contudo, a possibilidade de o projeto político do empresariado multinacional e associado ser legitimado pelas urnas demonstrava claros limites, visto que representantes das demandas populares continuaram a conquistar mandatos. Além disso, o setor agrário-exportador mantinha considerável controle do eleitorado, verificado por sua forte base congressual, estendida em diversos partidos – principalmente PSD e UDN.

Se os anéis burocráticos consolidavam espaços de influências nas políticas do Estado para os interesses do bloco multinacional e associado, o Ipes e o Ibad constituíram-se como

entidades de formação ideológica e ação política do empresariado. Foram instrumentos que procuravam unificar o empresariado em torno de pautas que reunissem a oposição ao campo reformista, durante o governo João Goulart.[35]

O país apresentava um quadro de crise econômica fundamentada no processo de industrialização estabelecido. Juntamente, o cenário político indicava um fortalecimento das posições dos setores trabalhistas e do nacionalismo para enfrentar a crise, durante o governo Jango. Nesse cenário, a estrutura montada pelo setor multinacional e associado passou a operar no sentido de derrubar a ordem democrática vigente. De acordo com Dreifuss (2008, p. 117),

> Quando os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias prenunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder.

Criado em 1961, o Ipes tem sua origem vinculada a reuniões entre grupos de empresários paulistas e fluminenses[36]. Dedicava-se a estudos sobre a conjuntura econômica e política nacional, procurando atingir o empresariado e mobilizá-lo por meio da publicação de livros, reuniões e conferências. Também visava a atingir o conjunto sociedade brasileira por meio de livretos, folhetos e filmes, disseminando sua propaganda antijanguista. Já o Ibad, criado em 1959, configurou-se como um instrumento de combate ao comunismo no Brasil, tendo por objetivo influenciar diretamente a economia e a política nacional, sob o lema da "defesa da democracia". Assim como o Ipes, o Ibad recebia contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros para financiar políticos e campanhas eleitorais, no Poder Legislativo

[35] Para o presidente da Fiesp e líder da UDN na época, Raphael Norchese, "O IPES surge com o objetivo de esclarecer primordialmente a classe empresarial que, diga-se de passagem, precisa mais do que qualquer outra classe saber realmente quais são os limites ideias do regime de livre iniciativa no campo econômico" (NORCHESE apud DREIFUSS, 2008, p. 181).

[36] Dreifuss (2008, p. 198, 700-717) apresenta uma série de listas com lideranças empresarias e entidades que participaram do Ipes. Dentre os nomes, destacam-se os industriais Antonio Carlos Pacheco e Silva (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp), Raphael Noschese (Fiesp), Gilbert Huber Jr (Conclap), José Ignácio Versiani (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara – Fiega), Zulfo de Freitas Mallman (Centro de Indústrias Guanabara), Bento Ribeiro Dantas (Centro Industrial do Rio de Janeiro – Cirj), Paulo Mário Cerne (Sindicato Nacional da Indústria de Cimento), Gustavo Bhorgoff (Amvap), Mário Henrique Simonsen (CNI), Jayme Torres (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Lélio Toledo Pizza (Anfavea), Luiz Dumont Villares (Abdib), Olavo de Carvalho (Firj), João Baylongue (Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico).

e nas disputas estaduais. O Ibad fornecia dinheiro, materiais em geral para campanha, faixas, cartazes e propagandas, que eram produzidas pela própria entidade. No congresso, o braço do Ibad era a Ação Democrática Popular (Adep), que reunia políticos de diversos partidos, majoritariamente da UDN e da ala conservadora do PSD. O Ibad organizava a propaganda política de seus candidatos e era responsável também pelo *lobby* no Congresso. Juntos, o complexo Ipes/Ibad angariou o apoio de cerca 500 lideranças empresariais de corporações multinacionais e associadas, financiando suas ações. (DREIFUSS, 2008, p. 182)

Mesmo que observada de forma breve, a movimentação do empresariado industrial nacional indica sua atuação dentro do bloco de poder multinacional e associado de forma consciente (DREIFUSS, 2008). Em outras palavras, a participação ativa do empresariado industrial nacional por meio de suas associações de classe, grupos de pressão, parlamentares, escritórios técnicos, grupos de ação política e grupos de produção ideológica deixa clara a opção política do setor em partir para o rompimento constitucional e institucional a fim de salvaguardar seus interesses. Mais que isso, o golpe de Estado deve ser considerado uma ação de classe, tendo o empresariado industrial nacional papel relevante como articulador do projeto de poder do capital multinacional e associado.[37]

É nesse sentido, também, que se deve pensar o estabelecimento de relações entre a cúpula das forças armadas e o setor multinacional e associado do empresariado industrial, representado pelas interpretações da realidade brasileira formuladas pela ESG. Os cursos montados nesse aparelho ideológico contaram com a participação intensa do empresariado industrial brasileiro. Essa articulação moldou um projeto de desenvolvimento econômico nacional autoritário, estruturado no domínio do Estado por uma elite civil e militar[38].

A dinâmica política da democracia de 1946 travava os interesses da elite nacional, gerando tensões de maneira a aprofundar o colapso do pacto trabalhista, na medida em que as forças populares conquistavam cada vez mais espaço político na sociedade brasileira. A

[37] Algumas reportagens publicadas recentemente apontam para a necessidade de se continuar o debate sobre a participação civil no golpe (AMORIM, 2013; 2014a; 2014b; URIBE, 2014).

[38] "O grupo da ESG dentro do IPES, conduzido pelo General Golbery, General Herrera e General Liberato, estava ligado ao movimento maior que reunião os generais Jurandir Bizarria Mamede, Cordeiro De Frias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Idálio Sardenberg, João Bina Machado e Antonio Carlos da Silva Muricy [...] Um passo crucial foi dado pelo núcleo do grupo IPES/ESG quando organizou-se o estado-maior informal do movimento. Esse estado-maior informal era chefiado pelo General Humberto de Alencar Castello Branco, que se havia ligado aos militantes do IPES. O estado-maior era formado pelos generais Ernesto-Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery do Couto e Silva. O general Ademar de Queiroz executou a tarefa de reunir o General Castello Branco e o grupo IPES; ESG com o General Golbery, General Jurandir Mamede, General Heitor Ferreira e General Ernesto Geisel. A finalidade desse estado-maior informal era a consolidação de uma rede de militares em todo o Brasil e, numa etapa posterior, coordenar a ação militar para depor João Goulart." (DREIFUSS, 2008, p. 391)

contraofensiva política e ideológica comandada pelo setor multinacional e associado na crise do desenvolvimentismo mudou a correlação de forças, inclusive, da própria elite nacional. O golpe de 1964 contou com o amplo apoio do setor agrário-exportador, ao impedir, também, possibilidades de reformas radicais na estrutura agrária. Porém, significou, no limite, a subordinação das oligarquias rurais ao projeto de modernização industrial capitaneado pelo setor multinacional e associado em conluio com as Forças Armadas, cuja visão política e de desenvolvimento econômico do país havia sido forjada de forma conjunta. O projeto de poder instaurado pela ditadura civil-militar reorganizou o comando do Estado nacional ao realizar um desmanche das estruturas políticas burocráticas que serviam para a perpetuação dos interesses do setor agrário-exportador.

Para Evans (1993), tal movimento de reorganização política conformou o surgimento de um Estado intermediário[39] no Brasil que, forjado desde a administração Juscelino Kubistchek, acentuou-se no período da ditadura civil-militar. As estruturas do Estado oligárquico foram dando lugar a uma organização extremante centralizada no Executivo e nos seus órgãos ligados à Presidência da República, que preencheu seu quadro burocrático por meio de um sistema de apadrinhamentos e relações de interesses privados; tais interesses, por sua vez, desarticularam a possibilidade de um planejamento estatal integrado.

Desse modo, uma burocracia tradicional passou a conviver com uma burocracia ligada à ideia de bolsões de eficiência, localizada em alguns órgãos, como o BNDE e a Petrobrás. Contudo, os próprios bolsões de eficiência, nessa organização, estavam comprometidos com a prática clientelista, sobretudo quando intimamente ligadas ao exercício do Presidente da República e seus órgãos executivos, deixando de se projetar para um planejamento estatal a longo prazo:

> O incrementalismo, ou reforma por acréscimo, provavelmente resulta em expansão descoordenada e dificulta muito mais a execução da seletividade estratégica. Tendo assumido o poder com a intenção de encolher o Estado em pelo menos 200 000 cargos, os militares brasileiros acabaram criando centenas de novos órgãos e empresas, muitas vezes redundantes e ampliando a burocracia federal de 700 000 para 1 600 000 cargos. Tentar modernizar por meio de acréscimo gradativo também reduz a coerência organizacional do aparelho de Estado como um todo. Na medida

[39] O Estado intermediário seria uma caracterização localizada entre outros dois modelos de Estado: O Estado predador e o Estado desenvolvimentista. A primeira definição caracteriza um estado privado, tomado por interesses particulares de uma alta cúpula governante, unida por círculos de relações íntima, que reafirmam o patrimonialismo numa estrutura autoritária. É um estado a serviço de demandas particulares, que não objetiva, em momento algum, a coletividade, o que impede sua autonomia. Já o Estado desenvolvimentista baseia-se na eficiência econômica, com uma burocracia coesa a partir de um ideal de meritocracia tecnocrática, a partir de planos de carreira estatais, o que aliança seus funcionários a um compromisso com o Estado, adquirindo uma consciência corporativa que, por sua vez, confere-lhe autonomia, na medida em o Estado estaria mais ligado e aberto à sociedade civil.

> em que novas unidades são acrescentadas, surge uma estrutura maior e ainda mais barroca. O aparelho resultante tem sido caracterizado como "segmentado", "dividido" ou "fragmentado". É uma estrutura que não somente dificulta a coordenação política, como estimula o recurso a soluções personalistas. (EVANS, 1993)

Ao mesmo tempo, tal estratégia permitiu, por meio dos bolsões de eficiência, o desenvolvimento industrial nacional – mesmo com o Estado se submetendo às divisões entre as elites econômicas dominantes, o que prejudicava sua atuação planejadora a partir de uma orientação administrativa integrada. Com o aprofundamento dos anéis burocráticos em detrimento de uma institucionalização das relações entre industriais e Estado, desenvolveram-se áreas com caraterísticas coerentes e excepcionais, do ponto de vista de sua eficácia institucional – ainda que apoiadas em relações estreitas e clientelísticas com o setor privado.

Numa realidade econômica de consolidação do setor industrial como principal atividade do país, a partir da ideia de planejamento econômico, entende-se o golpe de 1964 como um avanço do empresariado industrial brasileiro associado ao capital multinacional no domínio das estruturas do Estado, com o objetivo expresso de favorecer suas demandas, conflitadas, por um lado, pela luta política das organizações populares que exigiam reformas, e limitadas, por outro lado, por uma organização política institucional e estatal que servia, ainda, à manutenção de uma forte influência das elites agrário-exportadoras nas decisões políticas e econômicas nacionais.

O deslocamento dessas oligarquias do centro do poder, iniciado em 1930, atingiu, assim, um novo patamar com a ditadura civil-militar – sobretudo com a limitação do Poder Legislativo e da supressão do sufrágio para a escolha dos governadores estaduais. Evidentemente, ao se associar ao novo bloco de poder de forma subordinada, o setor agrário-exportador confirmou sua decadência política no comando nacional, ao mesmo tempo em que, diante da conjuntura política polarizada, não lhe restava outra saída a não ser associar-se a um projeto de poder elitista, contrário às demandas populares, muito mais ameaçadoras à manutenção de seu *status*.

Ao fomentar um projeto político autoritário, o empresariado industrial nacional atuou de forma decisiva para o desenvolvimento da indústria no país de maneira associada a sua inserção na economia capitalista internacionalizada. O crescimento industrial baseado na concentração de capitais ganhou um novo fôlego com o novo regime: as reformas de base, a outra saída para a crise do desenvolvimentismo, foram sepultadas. A ditadura civil-militar – ao censurar, prender, expulsar e matar aqueles que defendiam outros modelos de desenvolvimento para o país – propiciou o avanço da industrialização brasileira baseado no

aprofundamento do capital multinacional e associado na economia nacional e na exclusão social, econômica e política da classe trabalhadora. Tomado o Estado, a burguesia multinacional e associada transformou seus interesses particulares em interesse nacional. Às forças que se opunham, o tratamento dado foi o de inimigas da nação.

Entender o empresariado industrial nacional como um ator de grande importância na superação do pacto trabalhista e do próprio desenvolvimentismo, como sujeito no processo histórico de desenvolvimento econômico nacional, coloca-se, portanto, como um aspecto fundamental para analisarmos a dinâmica desse processo. Se o seu fortalecimento, como classe, deu-se por meio de um crescimento industrial sustentado num contexto de participação do capital estrangeiro e de intervenção estatal – esta por meio de inversões diretas na indústria e do planejamento econômico –, seria um equívoco apontar sua fragilidade política ou uma ideia de passividade como classe social justamente devido a essas condições, dada sua própria formação histórica. Consciente do cenário econômico e político do país, o empresariado industrial nacional articulou-se para ampliar seu domínio sobre o Estado e a sociedade brasileira de forma estratégica. Tratou de transformar seu peso econômico em peso político. Ao golpear a democracia, confrontou as forças populares e submeteu as elites tradicionais a um projeto que ampliaria seu poder.

Considerando o cenário político e econômico descrito no presente capítulo, é possível afirmar que a crise do pacto trabalhista, após o esgotamento do processo de industrialização na virada da década de 1950 para 1960 expôs a fragilidade democrática da República de 1946. Se a conservadora República não dava mais conta de garantir a modernização conservadora do país, o empresariado industrial nacional optou por sua inviabilização. O desenvolvimento dependente, sustentado pelo tripé Estado-capital estrangeiro-capital nacional, seria reforçado no novo regime. Junto com ele, a desigualdade social e a concentração econômica – já crescentes nas décadas anteriores.

A conquista do Estado pelo bloco de poder multinacional e associado confirma-se quando analisada a ocupação dos cargos da burocracia estatal[40]. De acordo com Dreifuss (2008, p. 439), a tecnocracia composta majoritariamente por civis ligados aos industriais e banqueiros deveria receber o nome de "tecnoempresários":

> Depois de abril de 1964 as posições de poder foram ocupadas por um grande número de ipesianos e ibadianos e por pessoas que as apoiavam, e que haviam participado da campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o

[40] O Capítulo IX da obra de Dreifuss (2008) esmiúça com maior detalhamento a ocupação dos cargos de Estado por membros do Ipes/Ibad.

> trabalhismo. A elite orgânica dos interesses financeiro-industriais-multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho de Estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia [...]. O controle direto do aparelho do Estado, através dele, dos outros setores das classes dominantes e das classes dominadas da sociedade foi, se não a forma mais completa de levar à frente os interesses do grande capital, pelo menos a forma eficiente e segura à disposição dos interesses financeiro-industrial – multinacionais e associados.

Nesse aspecto, deve-se compreender a ligação umbilical entre a ESG e o complexo Ipes/Ibad, dada pela participação de muitos dos seus membros nos cursos e ações do complexo. A ideologia da Segurança Nacional, formulada nesses espaços, orientou o novo governo, sendo os membros da ESG responsáveis pelas diretrizes referentes às políticas nacionais, e os membro do Ipes/Ibad, pelas diretrizes políticas e econômicas. A força da ESG no comando dos postos chave do Estado nacional revela também a estratégia de o empresariado multinacional e associado contar com um forte respaldo político, baseado na autoridade das Forças Armadas diante da sociedade civil, visto que o programa político e econômico do novo regime era impopular. Ao ocupar cargos do alto escalão do Estado, os militares da ESG conferiam ao novo regime a aparência de um Estado comandado por técnicos, neutros e imparciais diante da política tradicional – quando expressavam, decididamente, o comando do Estado por uma nova elite política, composta também pelo setor multinacional e associado.

A integração entre os militares e o empresariado multinacional e associado também se confirma na formação do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do novo regime, montado por militares ligados ao Ipes e cuja base de dados recolhida entre 1961 e 1964 foi incorporada pelo novo órgão. O SNI atuou como uma central de informações, enredando diferentes setores do regime às suas diretrizes ao desempenhar um papel fundamental na disseminação da doutrina de Segurança Nacional. Ao tornar-se um espaço de manipulação da vida política, procurava garantir a efetividade do regime. Como uma rede informações, contou com o apoio do empresariado industrial nacional, via Ipes, para combater os grupos de esquerda, não só do ponto de vista da elaboração de relatórios e análises sobre a realidade nacional, como também no financiamento do aparelho repressivo desenvolvido durante o período.

No Ministério do Planejamento, umas das pastas "civis" de maior importância da ditadura, o Ipes mais uma vez emplacou seus quadros ou colaboradores nos principais cargos, a começar pelo ministro – Roberto Campos (ligado à CONSULTEC e professor da ESG). O Ministério do Planejamento foi o responsável pela elaboração do Plano de Ação Econômica

do Governo (Paeg), que implementou as primeiras reformas econômicas e sociais da ditadura, entre 1964 e 1967. É esse mesmo ministério que cria também o Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), que assegurou a participação do empresariado privado na formulação do planejamento nacional.

O avanço do tecnoempresariado na área econômica estatal foi marcante, com a presença de ativistas e ex-ativistas do Ipes em várias esferas, dirigindo as reformas e programas econômicos defendidos pelo grupo antes do golpe. O Ministério da Fazenda, o Ministério da Indústria e Comércio, a Sumoc, o Banco Central (criado para substituir a Sumoc, de acordo com a proposta dos ipesianos), o Banco do Brasil, o BNDE e os recém-criados Conselho Nacional de Economia, Conselho Monetário Nacional e Fundo de Financiamento para Aquisição de Equipamento e Maquinário Industrial, todos se tornaram espaços de políticas governamentais comandados pela elite orgânica formada no Ipes. O Sistema Financeiro Nacional também se tornou um espaço de controle dos tecnoempresários do Ipes, ao ocuparem postos de comando nos bancos estaduais, na Caixa Econômica Federal, disponibilizando recursos para os projetos empresariais privados regionais. A reforma do Sistema Financeiro comandada pelos ativistas do Ipes, além de incluir formalmente no sistema bancos e instituições financeiras privadas, permitiu maiores investimentos nas companhias de capital aberto, estimulando a integração entre os setores financeiro e industrial. Essa integração econômica entre bancos e indústrias, junto à modernização da Bolsa de Valores – que abriu espaço para diversos investimentos, inclusive da classe média –, visava à dinamização da economia nacional a partir do controle acionário de sociedades anônimas por bancos ou por *joint ventures*.

Ainda segundo Dreifuss (2008), a necessidade de reformas na economia nacional para trazer de volta o crescimento do país também teve como alvo, por parte do empresariado multinacional e associado organizado via Ipes/Ibad, a estrutura agrária. É pelo Ipes que encontramos a proposta do Estatuto da Terra, que dirigiu a tímida reforma agrária do regime. A Lei Básica da Reforma Agrária procurou modernizar a produção rural, por meio de uma rede de tributos que forçavam os grandes proprietários a aumentarem a produtividade e do incentivo à incorporação das atividades agrícolas ao projeto a agroindústria. Sob a tutela do recém-criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), os empresários e tecnoempresários concentraram, portanto, as políticas agrárias, isolando o Ministério da Agricultura, no qual os interesses das oligarquias tradicionais ainda se faziam valer.

A intervenção do complexo Ipes/Ibad também foi sentida nas políticas efetuadas contra os trabalhadores. Pelo Ministério do Trabalho, criou-se uma nova legislação

trabalhista, que objetivava a intervenção nos sindicatos rurais e urbanos combativos, colocando interventores (sindicalistas "pelegos" ligados ao Ipes desde os tempos de conspiração) como as novas lideranças sindicais. O tecnoempresariado formulou uma legislação que proibia greves políticas e de solidariedade, além de dificultar as paralisações por questões econômicas. O controle dos recursos de seguridade social foi realocado para um novo ministério, o da Previdência Social, barrando seu uso pelos sindicatos, o que significou uma situação de menor autonomia para a organização dos trabalhadores.

Um dos mais representativos ataques à classe trabalhadora deu-se na eliminação da estabilidade por tempo de serviço, atingida após dez anos de emprego numa mesma empresa. Em seu lugar, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), formulado por membros do Ipes. Foram extintos também programas de assistência aos trabalhadores que deveriam ser custeados pelos empregadores, reduzindo a segurança social e econômica desses trabalhadores. A diminuição da seguridade e a criação do FGTS desdobraram-se na queda do padrão de vida dos trabalhadores e no crescimento da rotatividade no emprego nas zonas mais industrializadas. Tal rotatividade favoreceu a diminuição nos salários (demitidos conseguiam novos empregos na escala mais baixa salarial) e a insegurança jurídica, na medida em que a perda de estabilidade inibia ações na justiça trabalhista por temor da perda do emprego.

Foi nessa conjuntura de fratura, perseguição e desmobilização das classes trabalhadoras, somada ao desmonte de conquistas sociais e trabalhistas, que a ditatura civil-militar garantiu o arrocho salarial como uma das práticas centrais em seu programa de retomada do crescimento econômico baseado no desenvolvimento industrial. Para que as inversões do capital multinacional e associado se concretizassem, num contexto de economia internacionalizada, era necessário garantir a segurança de sua rentabilidade, excluindo qualquer possibilidade de ameaça ao aumento dos lucros. Confirmar-se-ia, assim, a opção por uma saída do quadro de estagnação econômica e aumento da inflação montada no sacrifício dos trabalhadores. Nesse modelo de desenvolvimento econômico, a produção industrial continuaria voltada para o consumo das elites e da classe média, enquanto o arrocho salarial agiria de maneira dupla – excluindo os trabalhadores do acesso ao consumo de bens duráveis com alto investimento tecnológico e mantendo o lucro do empresariado industrial por meio da alta exploração do trabalho. Para lidar com os efeitos das contradições de uma estrutura socioeconômica que ampliava e intensificava – ao invés de reduzir – as desigualdades, foi

montado um aparato estatal repressor extremamente eficaz, com ajuda direta (técnicas, métodos, meios e financiamento) do empresariado multinacional e associado[41].

É preciso destacar, ainda, o alinhamento da política externa ao regime aos Estados Unidos, estendido para o favorecimento das atividades políticas e econômicas estadunidenses no país. As tensões com o imperialismo, marcantes no período democrático, praticamente despareceram. No plano estritamente político, o Brasil foi um grande aliado no continente, contribuindo para as articulações golpistas patrocinadas pelos Estados Unidos nos países da região, além de fornecer inteligência para a repressão aos movimentos dissidentes[42], conhecida como Operação Condor.

No plano econômico, o desenvolvimento dependente conquistou um novo *status*, sendo explicitamente assumido: a ditadura procurou afirmar a dependência ao capital estrangeiro como um aspecto positivo, em contraposição, ao menos no campo da economia, ao nacionalismo encampado pela esquerda, que apontava o capital estrangeiro como um dos principais entraves ao desenvolvimento nacional. Pelo contrário, na modernização dirigida pelo regime, os investimentos estrangeiros eram vistos como fundamentais e, por isso, inclusive, ganharam ampla atenção na política econômica, que favorecia as inversões estadunidenses por meio de garantias especiais e da derrubada das restrições sobre a remessa de capital e de lucros para o estrangeiro.

2.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR COMO EXPRESSÃO DO PODER DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL (1965-1974)

Diante da conjuntura de crise econômica, a ditadura civil-militar implementou, inicialmente, no governo Castelo Branco (1964-1967), o Plano de Ação Integrada do Governo (Paeg) comandado pelos ministérios da Fazendo e do Planejamento. Para conter o processo inflacionário, o Governo Federal adotou medidas recessivas: cortou gastou e elevou os juros, com a finalidade de restringir o crédito. Além disso, estabeleceu uma política salarial que reduziu seu valor progressivamente, ao impedir que os aumentos dos ordenados ultrapassasse

[41] Um dos casos mais emblemáticos é o do empresário Henning Albert Boilesen, dinamarquês, presidente da Ultragaz, conhecido por ser um dos organizadores da "caixinha" para financiar a Operação Bandeirantes (Oban) (GASPARI, 2002).

[42] Também são conhecidas as articulações da participação do Estado estadunidense no golpe de 1964, que contou com apoio decidido da Agência Central de Inteligência (CIA) ao complexo Ipes/Ibad (DREIFUSS, 2008).

a taxa de inflação. Como resultado, a inflação caiu de 91,% para 30% entre 1964 e 1967 (BRITO, 2004).

O novo regime também promoveu alterações no sistema tributário e financeiro, com a finalidade de aumentar a capacidade de arrecadação de recursos para financiamento da economia nacional em investimentos produtivos. No âmbito tributário, impostos em cascata foram convertidos em impostos do tipo valor adicionado (como o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM e o Imposto sobre Serviços – ISS); a União centralizou a maior parte dos impostos e aproveitou-se dos fundos fiscais, com destaque para o Programa de Integração Social (PIS) e o FGTS, como importantes fontes de poupança compulsória (BRITO, 2004). Houve também a criação do sistema de correção monetária, buscando conter os atrasos no pagamento de tributos. Já na área financeira, foram criados dois órgãos fundamentais para a política monetária e cambial do regime – o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. Ainda, reformulou-se o mercado de capitais, com o objetivo de estimular a captação de recursos pelas empresas na Bolsa de Valores, e revogou-se, como já mencionado, a lei que regulamentava o teto para a remessa de lucros de empresas multinacionais.

Feito o ajuste recessivo – principalmente sobre as classes trabalhadoras – e criadas as condições para o aumento da capacidade do fluxo de inversões estatais e privadas na economia, a partir de 1967 a política econômica do regime passou a privilegiar o crescimento econômico, reorientando, para isso, a política de créditos e de juros (SINGER, 1976). Em seu planejamento, o desenvolvimento industrial, montado no consolidado tripé de capitais – estatal-estrangeiro-nacional –, foi recolocado como vetor do crescimento. Sob o comando de Antonio Delfim Netto no Ministério da Fazenda, a guinada expansionista na política econômica da ditadura baseou-se na retomada dos investimentos públicos na área de infraestrutura, aproveitando as melhores condições financeiras adquiridas pelo Estado após as reformas promovidas pelo Paeg. Nesse aspecto, houve também um aumento significativo das inversões nas empresas estatais, principalmente por meio da criação de subsidiárias - 231 empresas estatais foram criadas entre 1967 e 1973 (GREMAUD;PIRES, 1999).

Outro pilar para a retomada do crescimento econômico deu-se a partir da expansão fiscal e de créditos para o consumo, o que estimulou as indústrias a saírem da operação ociosa em que se encontravam para a atividade em plena capacidade, sem a necessidade de grandes investimentos. O crédito ao consumidor, direcionado para a aquisição de bens de consumo duráveis, proporcionou um crescimento de 26% ao ano desse setor industrial durante o período 1967-1973 (FURTADO, 1982). A expansão da atividade industrial é revelada

também pelo aumento nas importações em bens de capital entre 1970-1973. Além do estímulo ao consumo de produtos industrializados, a expansão creditícia foi um instrumento utilizado para a habitação, aliada ao aumento dos gastos públicos na área (infraestrutura) – o setor da construção civil, nesse mesmo período, cresceu em torno de 15% ao ano (SUZIGAN, 1996).

Por fim, não obstante o reaquecimento industrial ter se sustentado primordialmente no mercado interno, observa-se uma nova orientação voltada também para a exportação de artigos industriais – com a finalidade de manter-se o equilíbrio na balança comercial (GREMAUD;PIRES, 1999). Desse modo, o Estado formulou uma série de estímulos, entre linhas de crédito especiais e incentivos fiscais, bem como operou uma política cambial pautada em minidesvalorizações da moeda, procurando dar maior competitividade internacional aos produtos fabricados em território nacional.

O lançamento de uma série de instrumentos voltados para o crescimento da atividade industrial e para a ampliação do consumo confirma a manutenção, na ditadura, do ideal de planejamento econômico. Nessas bases, o planejamento do Estado deve ser entendido como uma política, a essa época, já historicamente reivindicado pelo empresariado industrial brasileiro – sendo fundamental na experiência histórica do desenvolvimento da indústria no país e de sua fração nacional. Também, portanto, uma evidência do poder da burguesia industrial nacional na organização política da ditadura civil-militar. Tal condição reafirma-se quando observado o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento dependente para a economia nacional, dada a intensa participação das multinacionais no complexo industrial do país. Ainda, a despeito de as reformas do Paeg terem possibilitado uma maior capacidade de investimento, destaca-se a opção de o regime financiar o crescimento da economia brasileira por meio do endividamento externo, o que certamente atendia às demandas do bloco de poder multinacional e associado, interessado na internacionalização da economia (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

O quadro de expansão econômica mundial na década de 1960 indicava uma grande liquidez de crédito internacional a juros reduzidos e com possibilidades de alongamento dos prazos. A captação de recursos externos foi instrumentalizada por meio da Lei n.º 4.131, de 1962, e da Resolução n.º 63, de 1967, já na ditadura. A primeira permitia o acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, enquanto a segunda garantia a captação de recursos no exterior pelos bancos nacionais. Dessa forma, houve um grande estímulo à realização de empréstimos, puxado, sobretudo, pelas empresas multinacionais – tanto no setor industrial como financeiro – e pelas empresas estatais e privadas nacionais. Assim, o recurso à poupança externa não se explica por um processo de estrangulamento interno, mas como

uma estratégia de desenvolvimento que arrastava ainda mais a economia nacional ao seu caráter dependente – em suma, uma estratégica do bloco de poder multinacional e associado, que fortalecia seu peso econômico no país.

Como resultado dessa política econômica, durante o elevado crescimento entre 1967 e 1973, fenômeno que ficou conhecido como "milagre econômico", a dívida externa triplicou, e a concentração de capital em grandes conglomerados foi privilegiada, consolidando as características oligopólicas já então marcantes no Brasil. Se o país indubitavelmente obteve um crescimento extraordinário, este foi puxado pelo grande capital e destinou-se a beneficiar apenas uma parcela da população brasileira. Além do arrocho salarial – justificado pela proteção ao aumento dos custos para as empresas e pelo ímpeto de conter a inflação –, mesmo num momento de aumento do PIB, o crédito para o consumo e a construção de moradias destinou-se às classes médias e à elite, alijando as classes populares desse processo (SINGER, 1976). Essa lógica de exclusão das classes populares das riquezas materiais produzidas pelo crescimento econômico era uma das faces do real desenvolvimento brasileiro (OLIVEIRA, 2003). A exploração do trabalho à qual foram submetidas essas classes conjugava-se com sua própria marginalização, ambas fundamentais para a garantia da alta lucratividade como um fator de dinamismo da economia brasileira. Confirma-se tal condição quando se observa, por exemplo, a diminuída importância do consumo de bens não duráveis para o crescimento econômico – um fator indicativo da manutenção de classes populares em situações materiais mais precárias.

O cenário de retomada do crescimento econômico brasileiro a partir do final dos anos 1960 passa, necessariamente, pela considerável liquidez internacional e pelo aproveitamento da capacidade ociosa da indústria existente no país. Ao mesmo tempo, o saldo da balança comercial durante o *milagre econômico* foi se tornando negativo, na medida em que sustentava o acelerado ritmo de crescimento. Nesse sentido, de acordo com Lamonica e Feijó (2011, p. 125), deve-se destacar também a manutenção de uma política industrial voltada para a substituição de importações:

> Vale observar que a economia brasileira não se desenvolveu "voltada para fora", e em grande medida, suas fases de crescimento, dado se tratar de uma economia dependente de capital externo, foram condicionadas pelos contextos internacionais de maior ou menor liquidez. Na ausência de um setor exportador dinâmico, o déficit externo era coberto com fluxos de capitais autônomos. Entretanto, o aprofundamento do processo de industrialização buscou deliberadamente, até fins dos anos 1970, reduzir as importações de bens industrializados passando a fabricá-los no país.

A questão do déficit na balança comercial, entretanto, deve ser analisada em conjunto com o pagamento de juros. Houve uma política de crescimento pautada no endividamento do Estado e das empresas como saída para a estagnação econômica, na direção de continuar o processo de mudança na estrutura da economia nacional por meio da substituição de importações – de forma concomitante ao estímulo às exportações de produtos industrializados. Se esse processo gerou uma diversificação da atividade produtiva no país, é preciso observar que a continuidade da substituição de importações gerava uma maior demanda para a compra de produtos estrangeiros fundamentais na manutenção das novas atividades industriais (matérias-primas, peças e componentes). Ao estabelecer no mercado interno a sustentação do crescimento econômico, aumentava-se o endividamento, o que reforçava o estrangulamento externo, que, por sua vez, era enfrentado com novos estímulos à substituição de importações, financiado por novos endividamentos.

Ao mesmo tempo, esse processo de desenvolvimento industrial do país fomentou-se na monopolização da economia que, somada à contração de empréstimos, produziu a ascensão do capital financeiro sobre o desenvolvimento nacional, tornando-o hegemônico de forma precoce. Configurou-se, durante a ditadura, o rebaixamento dos salários a partir da repressão política aos trabalhadores, juntamente à modernização econômica, de modo que um movimento contrarrevolucionário impulsionou transformações modernizantes no país, expresso na expansão do capital monopolista concomitantemente à retomada de uma acumulação primitiva.

> Essa necessidade de homogeneização monopolística é que será a determinante principal para os esforços tendentes a manter alta e elevar, quando possível, a taxa de lucro dos setores mais capitalistas da economia, *verbi gratia*, da indústria. Essa necessidade afetará todas as variáveis da reprodução do capital: por ela, mantém-se, por exemplo, uma estrutura de proteção tarifária extremamente alta; por ela, fundamentam-se todas as formas de incentivo à capitalização e de subsídio ao capital, aparentemente paradoxais, quando a economia mostra taxas de expansão surpreendentemente altas. A homogeneização monopolística é não somente uma necessidade de proteção de mercados, mas, principalmente, uma necessidade da expansão das empresas monopolísticas em áreas de setores da economia ainda não sujeitos às práticas da monopolização. Assim, mantendo-se alta a taxa de lucro e, pelo subsídio ao capital, elevando-se a taxa de lucro potencial nas áreas e setores não monopolizados, forma-se um superexcedente nas superempresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas da economia. (OLIVEIRA, 2003, p. 101)

Essa dinâmica de desenvolvimento enfrentaria uma nova realidade a partir da crise internacional provocada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973. O crescimento econômico puxado pela industrialização via substituição de importações fora posto em risco num momento em que o país não havia diversificado por completo sua matriz industrial e

encontrava o processo de substituição de importações não somente atrelado, mas condicionado à dinâmica externa internacional.

Como resposta à desaceleração econômica e ao fim do milagre, a ditadura civil-militar redobrou sua aposta na continuidade do processo de industrialização por meio do aumento do déficit externo, financiado pelo fluxo de capitais autônomos que entravam na economia nacional. Nesses termos, o governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), organizado para garantir em alta a taxa de investimentos, que se desdobraria na continuidade do processo de industrialização.

O II PND tinha como uma de suas metas aumentar a participação dos artigos industrializadas na pauta de exportações, buscando contrabalancear o crescimento do déficit no balanço de pagamentos – decorrentes do alto valor do petróleo após o primeiro choque e da contínua deterioração dos termos de troca dos produtos do setor agroexportador.

Para sair da condição de extrema dependência externa ocasionada pelo intenso crescimento econômico com base na necessidade constante de se adquirir petróleo, a política econômica orientou-se no sentido de priorizar o processo de substituição de importações nos setores de capital-intensivo e tecnologia-intensiva – ampliando o parque industrial brasileiro ao fomentar o setor de bens de capital e intermediário, e procurando criar setores de ponta, capazes, inclusive, de concorrer no mercado internacional. Por fim, é preciso afirmar que o II PND também manteve uma política industrial baseada em medidas protecionistas – evidenciadas por barreiras tarifárias e administrativas, reduzindo a concorrência, no mercado interno, de artigos industrializados produzidos no estrangeiro –, além de continuar com a prática de incentivos fiscais e crédito, a fim de assegurar uma alta taxa de investimento na indústria (CASTRO; SOUZA, 1988.

Ao final da década de 1970, o Brasil apresentou um crescimento econômico considerável, embora com significativa redução após 1974. Os resultados obtidos explicam-se, indubitavelmente, pela implementação de um complexo parque industrial aliado aos investimentos estatais realizados na infraestrutura, geradores de um novo dinamismo econômico sustentado pela atividade industrial – consolidando, portanto, a mudança da característica produtiva brasileira ao longo do século XX para o setor secundário. Como marcante particularidade desse processo de mudanças, intensificado a partir da década de 1950, com um período de estagnação entre 1960-1967 e retomado com grande força até 1981, apresenta-se o mercado de trabalho: ao final da década de 1970, a mão de obra na indústria correspondia a 24% dos trabalhadores, enquanto no setor primário atingia os 30% (BAER; GUILHOTTO; FONSECA, 1986).

Nesse sentido, há um reforço não só da visão de que a modernização brasileira se deu num cenário de marginalização de boa parte da classe trabalhadora, como a constatação de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tardio, tem como um dos seus dínamos um violento processo de expropriação dos trabalhadores, passível de se verificar quando analisada a participação dos diferentes setores no crescimento da indústria. De acordo com Baer, Guilhotto e Fonseca (1986, p. 32), os setores intensivos em escala, entre os quais se incluem os intensivos em ciência, aumentaram de 51,5% em 1970 para 53,1% em 1980; a indústria intensiva em trabalho, por sua vez, cresceu de 15,2% para 17,2%; já a indústria ligada aos recursos naturais apresentou uma queda de 32,6% para 29,6%. Considerando que a indústria, nesse período, continuou a aumentar sua participação no PIB, é possível observar a diversificação da produção, quando verificada sua participação nas exportações: entre 1971 e 1980, os produtos manufaturados passaram de 16% para 38,8%, com destaque para aqueles ligados ao uso intenso de tecnologia e capital, como máquinas e equipamentos, materiais de transporte e produtos de metal.

Recuperando o histórico de desenvolvimento industrial a partir da segunda metade do século XX, observam-se claramente as diferenças entre o primeiro período, experimentado na década de 1950, e o segundo, a partir de 1967 até 1980. Se ambos foram fundamentados na substituição de importações, deve-se ter a ciência de que esse modelo não havia se esgotado ao fim do primeiro ciclo. Na medida em que o ideal desenvolvimentista apresentara limites na condução econômica do país, sua superação por meio de uma guinada conservadora de caráter nitidamente antipopular garantiu a continuidade do processo quando criadas as condições para a expansão e diversificação dos setores industriais, expressas por meio de uma política econômica que assegurava altos lucros às inversões estrangeiras e nacionais na indústria, incentivadas por um planejamento econômico cuja essência encontrava raízes na manipulação de instrumentos econômicos (linhas de crédito, protecionismo, fim da taxação a remessa de lucros, financeirização), na formação de oligopólios, na participação estatal em setores que exigiam um grande volume de inversões e no ataque aos salários e direitos dos trabalhadores.

O primeiro período de substituição de importações baseou-se nas indústrias de bens de consumo, com crescimento centrado nos setores de materiais de transporte e elétrico, e dos de química, farmacêutica e perfumaria, além de plásticos. Nas indústrias de base, com crescimento menor, destacam-se os setores de mecânica e metalurgia. Nesse momento, segundo Baer, Guilhotto e Fonseca (1986), denota-se uma diversificação da estrutura industrial, mas com pouca interligação, fato que será alterado no segundo período. Entre 1967 e 1981, o desenvolvimento industrial verticalizou-se, puxado pelo setor mecânico e químico,

enquanto a participação do setor têxtil e de alimentos bebidas apresentou uma queda, e os setores de material elétrico e transportes estabilizaram-se.

A grande participação das indústrias pesadas e de bens de consumo duráveis em relação aos demais setores (bens não duráveis, sobretudo) são um indicativo da concentração de renda no país como estruturante no modelo de desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse sentido, o crescimento dos setores de mecânica, transportes e química revela o aumento do consumo de bens duráveis, automóveis, peças e de derivados do petróleo (gasolina, gás, etc.), respectivamente. A referida concentração de renda é ainda mais significativa quando se apresenta como condição necessária para a acumulação de capitais. Para Oliveira (2003, p. 100),

> o nível de renda mais elevado das classes médias decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição que essas novas ocupações guardam em relação à estrutura produtiva, em termos de escala social global. [...] Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e que fins ele serve dentro do sistema? Aqui, se pré-esboça, sinteticamente, a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível de mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se.

Esses processos de transformação passaram, também, pelo aumento da interdependência entre os diferentes setores industriais – significando um alto grau de completude da indústria brasileira quando da consolidação dos setores pesados, que passaram a fornecer no mercado doméstico os insumos antes importados. Ainda que nos setores químicos, farmacêutico e de plásticos essa tendência não verifique, o decréscimo das importações de insumos foi notável nos demais setores.

Em um olhar mais próximo, tal característica relaciona-se com a mudança tecnológica na indústria. Se na década de 1950 o equipamento industrial era composto basicamente de maquinário de segunda mão importado dos países desenvolvidos, no segundo período foram equipamentos com alto grau tecnológico produtivo que comandaram a expansão industrial, o que se confirma quando observados o declínio da participação da mão de obra no valor adicionado e o aumento da produtividade por trabalhador. Ainda assim, durante todo o segundo período de desenvolvimento industrial o arrocho salarial permaneceu intacto – e cristalizado, falsamente, como um fator inflacionário – ou seja: a serviço dos altos lucros empresariais. Nos setores de tecnologias intensivas em mão de obra (borracha, energia, água, saneamento e construção civil), também houve crescimento na intensidade de capital.

Para se compreender a estrutura econômica nacional ao final desse processo, é preciso pensar de que modo o desenvolvimento dependente brasileiro, necessariamente, atualiza e repõe sua dinâmica. Na medida em que a industrialização tardia se completava, seu propósito/objetivo de independência econômica já não mais fazia sentido, dada a integração do Brasil com a economia internacional. Financiada pela poupança externa, via endividamento internacional, a consolidação do Brasil como país industrial exigia um equilíbrio na balança de pagamento que o condicionava a orientar a produção de artigos industrializados para o exterior. O Brasil chegara ao patamar de país industrializado e confirmava, ao mesmo tempo, que sua modernização tardia não o levara, automaticamente, ao lugar de país desenvolvido. Pelo contrário, reforçara seu subdesenvolvimento ao optar por um modelo altamente excludente e violento contra a maior parte de sua população, alienada de cidadania, direitos políticos e participação na riqueza produzida.

Se o expressivo crescimento econômico, em tão pouco tempo, encontra no desenvolvimento dependente a condição *sine qua non* para esse processo, deve-se conjugá-lo com a constatação de que a integração/reatualização do país no circuito internacional de produção e troca de mercadorias reafirma-se, mais uma vez, em sua história, por meio de um processo violento e excludente destinado a favorecer as elites dominantes; estas, por sua vez, detém tal *status* justamente por estarem conectadas, de forma absoluta, às elites internacionais. O desenvolvimento nacional, portanto, deve ser problematizado categoricamente, na medida em que esteve a serviço das classes dominantes. Em outras palavras, nação e nacionalismo não podem ser entendidos senão como ideologia, ao esconder seu verdadeiro sentido: o domínio da internacional capitalista e a exclusiva independência da burguesia, esta realmente livre diante da sociedade civil brasileira.

A narrativa aqui proposta opta por compreender a participação do empresariado industrial nacional como ativa, articulada e pragmática dentro bloco de poder multinacional e associado, que reunia os interesses industriais e financeiros nacionais e internacionais. Dessa forma, a presente dissertação aproxima-se das vertentes teóricas que entendem que, se a burguesia industrial nacional não assumiu exclusivamente o papel de protagonista nesse processo, também não se pode dizer que ela foi passiva (BOSCHI, 1979). O que houve, nesse entendimento, foi a tomada do Estado pelo bloco de poder multinacional e associado, que teve como essencial a participação dos industriais brasileiros, seja do ponto de vista da militância golpista, do apoio financeiro ou da ocupação de cargos estratégicos no novo regime. A ditatura civil-militar representou, portanto, não a fraqueza da burguesia industrial nacional ao se submeter a um Estado autoritário cuja presidência era dominada pelos militares, mas a

força dessa fração de classe, na medida em que se observou seu avanço no controle da máquina estatal, revelado nas políticas econômicas, sociais e trabalhistas implementadas pelo novo regime. Quanto à associação ao capital multinacional (industrial e financeiro), as posturas da burguesia industrial reforçam a consolidação de sua dependência estrutural em relação a ele, não só para o desenvolvimento do país como para a própria indústria nacional.

No que concerne à ampliação da participação do Estado nacional na economia durante o regime, o caminho deve ser o mesmo – de não entender esse processo exclusivamente como um aspecto que comprove a debilidade do setor industrial nacional. O empresariado industrial nacional foi parte dirigente das políticas econômicas promovidas, e é inegável que sob esse período a indústria obteve grande crescimento, sendo que muitos grupos nacionais do setor fortaleceram-se. Nesse aspecto, além da formação de uma burguesia estatal, como aponta Martins (1984), a partir de um Estado regulador com uma proposta de intervenção direta na economia (EVANS, 2004), denota-se a formação de grupos privados nacionais do setor industrial que obtiveram enorme crescimento durante o período ditatorial, como é o caso do setor da construção civil (CAMPOS, 2014). Por fim, para a consolidação da racionalidade capitalista na sociedade brasileira, nos termos apontados por Florestan Fernandes (2005), a conquista do Estado pela burguesia nacional, dadas as particularidades da formação política e econômica do país, foi estratégica para a continuidade do processo de modernização capitalista no Brasil.

Contudo, o crescimento do poder pelo bloco multinacional e associado evidentemente não simbolizou um período de completa harmonia entre os distintos setores que o compunham, por mais que sua atuação em conjunto no golpe e a própria montagem do novo regime demonstrassem uma considerável convergência – intensificada, inclusive, nos anos de chumbo. O que interessa é avaliar que as tensões existentes no consórcio que se apoderou do Estado eram geridas dentro das estruturas criadas pelo novo regime, caracterizadas por seu viés antidemocrático e antipopular no que se refere ao comando político e econômico da nação. Ou seja, as crises e os tensionamentos para a acomodação dos distintos interesses viriam se resolver no nível da tecnoburocracia empresarial que marcou a gestão do Estado e as políticas econômicas da ditadura (MATTOS, 2006), cujo Poder Executivo, na figura da Presidência, responsabilizava-se pela regulação dos conflitos. No caso da burguesia industrial nacional, se por um lado o crescimento e a diversificação de suas atividades durante o período fortaleceram seu papel econômico, político e social, por outro, podem ter dificultado um posicionamento mais claro, coeso e coerente do setor diante das possibilidades e

variabilidades no processo de acumulação de capitais. Para Renato Raul Boschi (1979, p. 122),

> É possível, por exemplo, supor algum tipo de variação na perspectiva política dos grandes grupos industriais nacionais nos diferentes setores da atividade industrial dependendo do seu grau de competitividade, internamente e em relação aos outros dois grupos compostos pelas empresas estatais e estrangeiras. Os setores altamente oligopolizados caracterizados por serem domínio típico dos grupos industriais nacionais poderiam, por exemplo, mostrar uma tendência para uma posição mais nacionalista no que se refere às empresas estrangeiras, por temerem uma redução no seu grau de controle sobre o mercado. Ao mesmo tempo, esses grupos poderiam tender a favorecer a intervenção estatal em maior medida, dado que o Estado seria chamado a proteger o mercado de interferência de grupos externos [...] Por outro lado, os setores dos grupos industriais nacionais sujeitos à maior competição por parte das empresas estrangeiras poderiam favorecer uma perspectiva mais internacionalizada quanto à questão das corporações multinacionais, uma vez que a cooperação tenderia a ser percebida como alternativa mais adequada do que seu deslocamento do setor.

Por esse prisma, deve-se compreender melhor a estrutura estatal montada para realizar os interesses dos setores empresariais e, de forma mais detida, analisar as relações desenvolvidas entre Estado e burguesia industrial nacional do ponto de vista das interações entre ambos. Assim, o próprio crescimento do poder econômico do setor estatal deve ser analisado juntamente à capacidade de o setor privado articular-se e fazer-se representado dentro do próprio Estado autoritário estabelecido.

Tal cenário de análise aponta para um processo de modernização econômica a partir da manutenção das políticas clientelistas – práticas constituintes do Estado brasileiro. Em sua versão modernizante, as políticas clientelistas foram classificadas como os "anéis burocráticos" (BOSCHI, 1979). Era nos anéis burocráticos que se definiam as políticas públicas, caracterizadas por sua forma fragmentada e, no limite, com relativa autonomia diante do poder central (MATTOS, 2006). Nesse sentido, a conquista do Estado, a partir de 1964, pelo bloco de poder multinacional e associado, descrita nesta seção do trabalho, evidencia a montagem de tal estrutura. Portanto o projeto de poder instaurado pela ditadura civil-militar aprofundou, em termos econômicos, e ampliou, para o nível político, a presença do capital multinacional e associado, na medida em que este foi definitivamente incorporado ao pacto de governança das elites dirigentes. Pode-se afirmar, assim, que o capital estrangeiro expandiu-se e diversificou-se em diferentes atividades industriais, a partir de uma visão estratégica do Estado, fundamentada num projeto de Segurança Nacional e de rápido desenvolvimento econômico.

Diante de uma estrutura assentada nos "anéis burocráticos"[43], o planejamento econômico estatal fez-se valer por meio da definição das áreas privilegiadas de atuação do setor privado nacional e estrangeiro, bem como da própria participação ativa do Estado na economia – notada, sobretudo nas áreas da economia nacional que não possuíam investimentos vultosos do capital privado, seja ele brasileiro, estrangeiro ou associado. Dominado pelo bloco de poder multinacional e associado, o Estado assumiu uma atuação à sua semelhança – acumulando funções empresariais e políticas, ampliando sua presença na economia e garantindo a participação dos diferentes setores do empresariado nas definições das diretrizes políticas e econômicas ligadas a seus interesses específicos.

De acordo com Martins (1985), a ditadura civil-militar organizou um Estado empresarial que escapava do seu sentido público e adentrava as questões do mercado. Um Estado altamente burocratizado e diante de uma sociedade civil enfraquecida (mas não passiva), que se projetou para além de seu papel normativo: era árbitro, mas também parte interessada.

> Em consequência, a ampliação da capacidade normativa do Estado é refratada através de múltiplas instâncias, por agências intermediárias que não exercem apenas a função de correias de transmissão de políticas públicas decididas em instâncias superiores, mas podem, elas próprias, gerar suas próprias políticas, dada a considerável margem de liberdade e arbítrio na implementação de decisões. [...] Não menos importante, as orientações seguidas por tais agências muitas vezes se entrechocam, dada a superposição de competências que se foi criando no rastro da expansão rápida e desordenada do aparelho do Estado [...]. Do ponto de vista de organização interna do aparelho do Estado, é este, a nosso ver, o problema central: a multiplicidade dos *loci* de decisão com o enfraquecimento simultâneo da capacidade institucional dos órgãos centrais para se imporem sobre o conjunto do sistema [...]. Se é exato que essa diversidade no interior do aparelho do Estado é de certa forma funcional para o sistema, na medida em que muitas de suas agências atuam também como arenas de articulação de interesses do setor privado, não é menos exato que a multiplicidade de "lógicas" aumenta o grau de entropia de qualquer tentativa de planejamento. (MARTINS, 1985 p. 238)

[43] De acordo com Cardoso (1975 apud MATTOS, 2006), a partir da ditadura civil-militar, há uma sofisticação maior dos anéis burocráticos, centrados na tecnocracia estatal e capazes de articular distintos interesses: "os setores industriais exportadores, os setores contratistas de obras, os setores extrativo-exportadores, o grande capital multinacional e o capital financeiro mobilizado para sustentar a nova etapa da acumulação e do crescimento econômico [...] Um interesse específico que pode unir, momentaneamente ou, em todo caso, não permanentemente, um 'círculo de interessados' na solução de um problema: uma política energética ou rodoviária, o encaminhamento de uma sucessão estadual, a defesa de uma política tarifária etc. O que os distingue de um lobby é que são mais abrangentes (ou seja, não se resumem ao interesse econômico) e mais heterogêneos em sua composição (incluem funcionários, empresários, militares, etc.) e, especialmente, que para ter vigência no contexto político-institucional brasileiro, necessitam estar centralizados ao redor do detentor de algum cargo".

* CARDOSO. 1975.

A entropia do planejamento governamental ocorre, justamente, como desdobramento da partilha do Estado entre o bloco de poder multinacional e associado, num momento em que as demais classes da sociedade, em especial a trabalhadora, viam-se impedidas de fazer qualquer contraposição. Assim, a lógica do planejamento econômico dispunha-se de forma dual e complementar, entre as políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento industrial (Paeg, e I e II PND, bem como os diversos instrumentos de estímulo ao crescimento da indústria, como expansão creditícia do consumo, protecionismo, arrocho salarial etc.,) e o comando dos diversos órgãos governamentais pelos diferentes setores do bloco multinacional e associado. Em outras palavras, o planejamento econômico do Estado estava fundamentado na autonomia empresarial no controle dos órgãos tecnocráticos, conjugada a uma política macroeconômica favorável e uma política social repressiva, permitindo um desenvolvimento industrial digno da impressão que o milagre econômico deixou.

2.4 O FIM DO MILAGRE E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE PODER NO REGIME

Entre 1966 e 1973, o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura funcionou a pleno vapor. O espaço para o crescimento e planejamento dos diferentes setores industriais, envolvendo empresas multinacionais, nacionais e estatais, aliado ao momento de grande liquidez internacional, gerou uma "entropia planejada" que não se configurava como entrave ao processo de crescimento da economia – muito pelo contrário. Um paralelo interessante sobre a ação do Estado pode se dar também na montagem de seu aparelho repressivo que, no mesmo período, adquiriu um grau de eficiência e autonomia assustador, a ponto de se tornar incontrolável quando o quarto presidente militar, Ernesto Geisel, iniciou seu mandato, em 1974 (GASPARI, 2004). É justamente nesses dois *fronts*, de combate à desordem econômica e à política do aparato repressor que seu governo gastaria as fichas para manter o regime soberano, inclusive para conduzir a seu próprio desfecho. Ao ensejar esse movimento, Geisel foi de encontro a dois de seus pilares, anunciando sua própria ruína, que pode ser entendida, paradoxalmente, como planejada – lenta, gradual e segura – para a elite econômica e para os agentes da repressão.

No *front* político, o governo Geisel anunciou a "distensão", projeto de abertura política a partir de medidas liberalizantes realizadas pelo Poder Executivo. Dentre as mais significativas, encontravam-se o abrandamento ou a suspensão parcial da censura prévia aos

meios de comunicação e a realização das eleições de 1974 com maior possibilidade de participação da oposição consentida pelo regime – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – inclusive com permissão para fazer campanha. O processo de distensão elaborado pela presidência significava uma avaliação do desgaste político então experimentado pelo governo. Com o desmantelamento da luta armada, o discurso de guerra à ameaça subversiva da esquerda já não se sustentava. Porém o aparato repressivo não arrefecera. A sistematização da violência do Estado e o controle policial sobre a sociedade estavam enraizadas no regime de 1964, o que apontava para uma situação política insustentável, tendo em vista a permanência da sua legitimidade perante à sociedade – constantemente posta em cheque pelas reiteradas denúncias de violação aos direitos humanos, que manchavam a reputação do regime tanto internamente como no cenário internacional.

Ao assumir, Geisel levara consigo a incumbência de pôr fim à autonomia do aparato repressivo, o que significava, no limite, dar fim à própria ditadura – a qual se estruturava justamente nesse aparato. A escalada de desordem e anarquia militar nos dez primeiros anos do regime escancarava a fragilidade da hierarquia, valor tão caro para as Forças Armadas. Nesse sentido, ameaçava a própria solidez das Forças Armadas no comando político do regime. Para acabar com o descontrole dos porões do regime, que não perdoavam ninguém, de jornalistas a sindicalistas, passando por membros do clero, seria preciso enfrentar a resistência dos próprios militares. Ao mesmo tempo, o regime procurou preservá-los dos crimes cometidos pelo aparato repressor, controlando a abertura política de modo a manter impunes os repressores.

Essa abertura "lenta, gradual e segura" significou, portanto, um tensionamento constante com os movimentos organizados da sociedade brasileira que contestavam a ditadura e empenhavam-se pelo reestabelecimento pleno das liberdades democráticas. Com novo fôlego a partir da renhida liberalização do regime, diferentes setores da sociedade civil – estudantes, sindicatos, setores da Igreja, intelectuais e o próprio MDB – empreenderam, no decorrer do governo Geisel, uma luta política mais ampla e aberta contra a ditadura.

Porém, as expectativas desses grupos viam-se às voltas com as posturas do ditador, que se aproveitava do aparato repressivo para frear o ímpeto dos movimentos organizados – imprimindo, assim, seu ritmo rumo ao fim do regime, controlando o processo e resguardando os agentes, militares e civis, que sustentavam a ditadura. Com isso, Geisel – bem como seu sucessor, o general João Figueiredo –, ganhava tempo para enquadrar os setores mais violentos das Forças Armadas e também da sua base de apoio civil, descontentes com a abertura política e dispostos a resistir. Concomitantemente, aproveitava-se do aparato

ditatorial para impedir, dessa forma, que a pressão para o fim da ditadura se tornasse insuportável para o governo, ameaçando-o – pondo em risco o acobertamento dos inúmeros crimes cometidos pelo regime. Por outro lado, o general justificava a distensão controlada pela ameaça de uma guinada autoritária dos setores mais conservadores do regime, o que colocaria em risco o compromisso firmado para a abertura política. (DINIZ, 1984)

No *front* econômico, Geisel teve de lidar com a queda do crescimento econômico e com o aumento da taxa de inflação e do endividamento externo. A conjuntura internacional, até o momento favorável para o financiamento da indústria no país, alterou-se quando, em 1973, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quadriplicam o preço do barril (no que ficou conhecido como *o primeiro choque do petróleo*). Com isso, as importações de petróleo – fundamentais para a expansão econômica, dado que era esse combustível fóssil a principal matriz energética –, juntamente como o encarecimento dos bens de capital e insumos adquiridos no exterior, levaram à explosão do déficit no balanço de pagamentos, uma vez que as exportações brasileiras não davam conta de contrabalancear esse desequilíbrio, sendo necessário o aporte das reservas cambiais que o país possuía para manter a produção industrial em altos índices. Ao mesmo tempo, a elevação do preço do petróleo gerava impactos no controle da inflação, visto que os valores deveriam ser repassados aos preços dos produtos (FURTADO, 1982).

De acordo com Gaspari (2003), em 1974, já em sua primeira reunião ministerial o então ditador anunciou, como maior prioridade para o governo, a intenção de contornar o quadro econômico desfavorável e manter o elevado crescimento econômico. Ele estava determinado a manter o crescimento econômico como alavanca de sustentação política do regime, a partir do entendimento de que a legitimidade deste era resguardada pelo desempenho da economia, uma vez que a violência política e a violação dos direitos humanos escancaravam sua debilidade[44].

> O numero mágico dos 10% do PIB era moeda corrente. Ao ser convidado para o Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen mantivera essa meta e dissera a Geisel que uma das condições para obtê-la era não cortar investimentos públicos: "Não é hora de fazer isso... Se nessa crise mundial o Brasil consegue, em 74, até 10% ou 9%, um crescimento bastante grande [...] o senhor consegue uma projeção internacional muito boa". (GASPARI, 2003, p. 437)

[44] O governo Geisel censurava os jornais em relação a notícias sobre a desaceleração do crescimento econômico (GASPARI, 2003).

Diante de um cenário de aumento do preço do petróleo, mas também de continuidade de elevada liquidez no mercado financeiro internacional – expressa pelos juros baixos –, a opção do Estado brasileiro foi manter o modelo de desenvolvimento, por meio do endividamento externo, para sustentar as importações de petróleo. Ou seja, a continuidade da política econômica voltada ao crescimento ancorado na expansão industrial demonstrava favorecer os interesses da indústria no Estado brasileiro, descartando a possibilidade recessiva que levasse à queda no consumo de produtos industrializados e, consequentemente, da importação de petróleo e do déficit externo.

A política econômica do governo Geisel teria como grande carro-chefe, representante máximo dos esforços voltados à manutenção do crescimento industrial, o II PND. Esse plano constituiu uma resposta à anunciada desaceleração do crescimento econômico e, simultaneamente, um redirecionamento da expansão industrial para os setores que pudessem, em médio e longo prazo, diminuir o peso das importações para o sustento da indústria instalada (na continuidade do processo de substituição de importações) e assim, equilibrar o balanço de pagamentos – o que seria reforçado com as políticas de estímulo à exportação de produtos manufaturados (de maior valor agregado).

Para chegar e essa nova estrutura produtiva, que visava a reduzir a vulnerabilidade externa do país em relação às possibilidades de manter o crescimento econômico (com a diminuição das importações e o aumento das exportações, almejando o reestabelecimento do equilíbrio na balança comercial), o governo lançou mão de instrumentos que atrelaram, ainda mais, o desenvolvimento econômico nacional ao estrangeiro, por meio da captação de empréstimos para financiar as atividades industriais – mais uma demonstração de força do bloco multinacional e associado, em todos os seus setores – industriais e, inclusive, financeiros. Assim, o governo Geisel aproveitou-se da liquidez internacional da época: o sistema financeiro internacional estava em expansão, e encontrou na América Latina e nos países subdesenvolvidos grandes oportunidades de negócios fora do Primeiro Mundo após o primeiro choque do petróleo – Estados Unidos e Europa Ocidental estavam em um momento de contração econômica (GASPARI, 2003, p. 442). Essa estratégia era incentivada pelos juros baixos. Virtualmente negativas, se estimadas as projeções de inflação das moedas utilizadas para a contratação de empréstimos, as taxas em 1974 chegavam as 20% de juros reais negativos – quando nominalmente encontravam-se em 8%.

O dinheiro dos chamados petrodólares estocado nos bancos passou a ser emprestado mundo afora. Para o Brasil, com dificuldades de financiar o processo de industrialização por substituição de importações devido à alta do petróleo, isso significou uma injeção de US$ 2,8

bilhões em 1974, contra US$ 700 milhões em 1973 – o que aumentou seu déficit comercial em quase US$ 7 bilhões. O estímulo aos empréstimos também se deu pela redução de dez para cinco anos no prazo dos empréstimos internacionais. Desse modo, no II PND, a expectativa do governo era alcançar um crescimento médio do PIB de 10%, enquanto o da indústria deveria atingir 12%. (GASPARI, 2003)

Com uma política de planejamento econômico voltada para a indústria de base[45], o II PND revelou uma postura mais agressiva do Estado nacional no desenvolvimento desse setor, cujo aporte de capitais necessário era muito volumoso – a tal ponto que a estratégia de endividamento baseou-se sobretudo nas empresas estatais, o que alterou, inclusive, a característica da dívida brasileira, que viu a parte pública ultrapassar a privada. As empresas estatais desenvolveram, nesse sentido, uma série de investimentos na produção mineral, com destaque para o alumínio, carvão, zinco, bauxita, cobre e minério de ferro, além da aposta na diversidade de matrizes energéticas, como o Pró-Álcool, a construção de hidrelétricas (Itaipu é o exemplo mais emblemático) e de usinas termonucleares (Angra I e Angra II). Além disso, o regime procurou, por meio de incentivos fiscais e creditícios[46], manter a atividade industrial em alta, dando suporte, sobretudo, às empresas nacionais, mais vulneráveis. A criação de reservas de mercado, por exemplo, no setor de informática, também se colocou como uma política de proteção às indústrias brasileiras.

A estratégia de desenvolvimento sustentada pelo II PND logrou resultados em manter a expansão da economia em taxas expressivas, ainda que sem o mesmo vigor do período do milagre[47]. Puxado pela indústria, que cresceu, na média, 35% entre 1974 a 1979, o país obteve uma média de crescimento em torno de 6,5% ao ano. A "marcha forçada" (CASTRO; SOUZA, 1988 engatada pelo II PND deixou, contudo, uma marca de desequilíbrio no tripé Estado-multinacionais-empresas nacionais. Além do agigantamento estatal, simbolizado pelo surgimento de novas empresas e agências, houve também o já comentado endividamento público, com o crescente endividamento externo, pois as empresas estatais foram utilizadas estrategicamente para bancar esse endividamento, juntamente com a transferência de dívidas em dólares das empresas privadas para o Banco Central, financiada pelos depósitos na moeda local. Para se ter uma ideia, entre 1974 e 1977, a dívida foi acrescida em US$ 15 bilhões, que

[45] O II PND previa US$ 255 bilhões invertidos na indústria de base.

[46] O BNDE foi parte central dessa estratégia: duplicou sua capacidade de financiamento, realizando empréstimos acime de US$ 1 bilhão às grandes empresas industriais, com um teto de 20% no cálculo da correção monetária – aprofundando o caráter monopolista da economia brasileira (BRITO, 2004).

[47] Havia, também, outras questões estruturais que anunciavam a dimensão da crise: em 1974, por exemplo, o déficit comercial foi o triplo do esperado – US$ 4,5 bilhões; já a inflação fechou em 35%, contra a previsão de 20%. (BRITO, 2004)

seriam somados a mais US$ 17 bilhões nos dois anos seguintes[48]. Ou seja, na tentativa, bem-sucedida, de ampliar a diversificação do parque industrial instalada no país, o Estado assumiu uma dívida que inviabilizara sua própria capacidade de financiamento, ao aumentar exponencialmente seus gastos e, ao mesmo tempo, manter uma série de vantagens ficais e concessões de créditos às empresas privadas, estrangeiras e nacionais, que comprometiam o próprio orçamento público. À espreita, a flutuação das taxas de juros para empréstimo, baixas num momento de liquidez internacional, mas comprometedoras em um cenário de retração econômica internacional.

O desequilíbrio no tripé Estado-multinacionais-empresas nacionais não pode ser compreendido apenas como um fenômeno da conjuntura econômica, uma resposta às dificuldades da economia brasileira e, sendo assim, uma das consequências do planejamento ditado pelo II PND. Uma dimensão mais ampla do que o II PND representou passa, obrigatoriamente, por inseri-lo no contexto de inflexão política na organização administrativa do Estado pelo governo do presidente Geisel. O destaque para os aspectos políticos ganha contornos mais evidentes quando, a despeito do crescimento da participação das empresas estatais na economia – o que é de extrema relevância para a dinâmica econômica – a política econômica de Geisel continuou a privilegiar o bloco de poder multinacional e associado, tendo sua fração industrial vivido um período de crescimento de suas atividades (ainda que em um ritmo menor). Em síntese, ao reunir condições para promover o desenvolvimento econômico em marcha forçada, em benefício da própria burguesia industrial, o governo Geisel desarticulou a estrutura de poder montada pelo próprio regime com participação direta do setor, na qual assentavam os anéis burocráticos que exerciam de fato as políticas econômicas.

Ao assumir a presidência, Geisel encontrou um Estado altamente atomizado, cujas franjas detinham uma autonomia significativa. A partir disso, estabeleceu uma série de medidas destinadas a racionalizar a formulação e a gestão de políticas públicas, modificando o organograma federal ao introduzir uma série de novos mecanismos e rotinas decisórias. Ele centralizou o poder real na cúpula do aparelho do Estado, sobretudo a partir da criação do CDE, em meados de 1974. Ao mesmo tempo, Geisel buscou manter a participação do empresariado por meio do diálogo com os ministérios. Essas políticas faziam parte de um conjunto maior, articulado ao processo de abertura política do regime, iniciado em seu

[48] Segundo Gaspari (2003), o crescimento da dívida externa foi da ordem de 286%. Cerca de US$ 12,6 bilhões entre 1969 e 1973. Em 1874, foi para US$ 17,2 bilhões – um salto de 2,3% para 6,8% do PIB, situando-se numa taxa de 12% de endividamento acima dos países subdesenvolvidos que importavam petróleo.

governo. Nesse sentido, cabe lembrar que a centralização do poder na Presidência consistiu numa uma ação que se espraiou para todos os âmbitos do Estado, tendo como um de seus principais alvos o aparato repressivo, detendo este, no momento, um grau de autonomia que resultava numa escalada insustentável de violência contra a sociedade civil. Desse modo, a distensão iniciada com Geisel sinalizava um duplo movimento, simultâneo: uma maior abertura do Estado às demandas da sociedade civil, porém "lenta, gradual e segura", isolando-a de seus núcleos decisórios.

O CDE ocupou um lugar destacado nos espaços de decisão do governo. Suas atribuições burocráticas e sua composição fizeram dele um aparelho político de grande importância. De acordo com Codato (1997), o CDE funcionava como uma espécie de árbitro do Estado, e sua função mais destacada era a de exercer um controle sobre a formulação e implementação das medidas de política econômica. O órgão elevou o poder da Presidência da República, reforçando a centralização no Estado autoritário (BOSCHI; DINIZ, 1979). Ele revela, assim, a visão que o governo detinha sobre os agentes econômicos:

> Geisel queria impor sua racionalidade ao projeto de governo. Alterara a essência da gestão da economia. Tirara as decisões do ministro da fazenda, levando-as para a sua. O Brasil era governado por um general convencido de que a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país e, por isso, o "Estado tem que dirigir". O presidente não queria ser apenas um supervisor da economia, pretendia comportar-se como seu indutor. (GASPARI, 2004, p. 46)

> Formara o caixa bilionário de fortalecimento do BNDE buscando uma fonte de fortalecimento do poder econômico do palácio do Planalto. Quisera induzir a iniciativa privada a crescer sob a liderança de grandes estatais não só porque não confiava no empresariado, mas também porque o estatismo de sua geração (à esquerda e à direita) derivava de uma visão autoritária do poder. Tinha preferência pelas empresas do governo porque, ao robustecê-las, poderia infundir hierarquia e ordem ao mercado. Hierarquia e ordem eram dois conceitos essenciais a sua maneira de pensar. (GASPARI, 2004, p. 50)

Por meio da concentração da burocracia, a reforma administrativa de 1974 convergiu para um centro único, situado no topo do governo, todos os processos decisórios mais importantes do setor público, possibilitando uma maior integração vertical entre as estruturas do Estado e entre seus órgãos econômicos, garantindo a coesão do sistema estatal e buscando acabar com a segmentação das estruturas internas de funcionamento administrativo que operavam por lógicas diversas.

Por fim, o isolamento da principal instância decisória no interior do sistema estatal foi realizado por meio de uma reformulação dos ramos do aparelho econômico do Estado, ao eliminar os mecanismos de representação corporativa presentes nos principais conselhos

setoriais de política econômica. Isso dificultou ao máximo que os interesses de um setor ou grupo em particular atingissem diretamente os escalões superiores da administração pública (MARTINS, 1985). Assim, o governo afastava a influência das disputas políticas entre frações e grupos presentes no interior do processo decisório.

Esse novo modelo organizacional redefiniu as relações internas na burocracia, minando os laços entre o empresariado e os órgãos do Estado e, por assim dizer, o sistema corporativista e o acesso de organizações privadas às esferas decisivas. A marginalização do conjunto do empresariado dos centros decisórios mais importantes, com o esvaziamento dos procedimentos usuais de articulação de interesses e a concentração de poder nos escalões mais altos do sistema estatal, gerou uma grande insatisfação no bloco de poder multinacional e associado, especialmente no empresariado industrial nacional, muito fortalecido no período 1964-1974.

Portanto, o governo Geisel, ao reformar a administração estatal e centralizar as decisões no comando da economia, buscava dar fôlego ao regime, sufocado pelo fim do milagre e pela própria anarquia militar que dele tomara conta acintosamente ao longo dos governos linha-dura de Artur da Costa e Silva e Emílio Médici (GASPARI, 2002). Entretanto, o entendimento de que a continuidade do desenvolvimento econômico ofereceria uma maior margem de manobra para o regime conduzir seu próprio fim, ao menos no campo político – diante das pressões da sociedade civil –, chegava ao limite da própria sustentação política da ditadura: sua base civil encontrava-se alijada do centro decisório e, particularmente, o empresariado industrial nacional enxergou nessa nova condição uma ameaça a seus interesses, sobretudo diante das outras duas partes do tripé econômico.

Esse momento é de grande importância para compreendermos o movimento de desagregação do apoio do empresariado nacional à ditadura civil-militar. Observa-se, a partir de então, o empresariado nacional exigindo publicamente – e de maneira crescente – uma maior participação na definição dos conteúdos da política econômica.

2.5 O DESCONTENTAMENTO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL E SEUS IMPACTOS NA DITADURA

A primeira manifestação de descontentamento diante do regime ditatorial dirigiu-se expansão acelerada da "intervenção" estatal na economia. A partir do final de 1974[49], parte do empresariado industrial nacional inicia uma série de questionamentos e intervenções contrárias tanto à ampliação das funções empresariais (o crescimento "desordenado" das empresas públicas através da criação ilimitada de *holdings* e subsidiárias), quanto ao aumento da própria atividade regulatória do Estado.

Se essa insatisfação pode ser entendida como uma reação à marginalização do empresariado industrial nacional naquele momento, deve-se dizer que atingia também o próprio modelo de desenvolvimento promovido a partir de 1964 (GASPARI, 2004, p. 54). Em 1971, ainda no governo Médici, 17 das 30 maiores empresas que atuavam no Brasil eram estatais – em 1962, eram 12. Em 1972, o Estado era proprietário de 46 das 100 maiores empresas não financeiras do Brasil, e de 9 das 100 maiores empresas manufatureiras (contra 7 em 1966). A participação do setor público na indústria passara de 8%, em 1966, para 15% em 1971. Ao final do mesmo governo, 45,8% do patrimônio líquido das 5.257 empresas não agrícolas pertenciam ao Estado. (GASPARI, 2004).

A chamada *campanha contra a estatização* seria, portanto, ainda que talvez não de forma plenamente consciente, a manifestação do interesse do empresariado nacional em disciplinar o intervencionismo Estatal no mercado, por meio da reconstrução ou da criação de mecanismos corporativistas que barrassem o caráter "burocrático", "fechado", "elitista" e "excludente" dos processos de decisão da política econômica (CRUZ, 1984).

Haveria, assim, uma ligação significativa entre as demandas políticas por maior participação e as críticas ao processo de estatização, já que tais críticas caminhavam precisamente no sentido de manter o Estado dentro de certos limites bem específicos, em áreas que não implicassem a competição com a empresa privada, tornando-se crucial o controle político dos rumos da intervenção estatal na economia (BOSCHI; DINIZ, p. 1979).

Observa-se, entretanto, que a principal motivação desse movimento antiestatizante aparecia de forma decidida mais contra a estrutura autoritária do regime político, reforçado

[49] De acordo com Gaspari (2004), a campanha contra a estatização foi inaugurada em um seminário organizado por Eugenio Gudin, no Rio de Janeiro. E economista voltava à tona depois de perder espaço com a vitória do ideal de planejamento. As críticas à estatização eram reforçadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que lançou uma série de reportagens sobre o tema no ano.

pela reforma administrativa de 1974[50], do que pela participação do Estado na economia. Ou seja, embora a forte presença estatal tivesse se tornado uma questão importante no que tange ao desenvolvimento e ao papel do setor privado na economia, de fato isso não era tão preocupante quanto a destruição dos canais diretos ao topo do aparelho do Estado. A campanha contra a estatização, que ganhou força a partir do primeiro semestre de 1975, configurou-se como o primeiro reposicionamento do empresariado industrial na nova conjuntura política vivida no governo Geisel. Insatisfeitos com a política econômica governamental, os industriais souberam aproveitar a abertura política para manifestar publicamente suas discordâncias com o governo, abrindo um novo capítulo nas relações com a ditadura. Desse momento em diante, sobretudo a partir de 1977, empresários do setor passaram a expor, de forma cada vez mais constante, suas diferenças com o regime.

Considerando o contexto de mobilização política da época para o aprofundamento do processo de abertura, a campanha contra a estatização, mesmo sem que isso constasse de seus objetivos, contribuiu para acuar o regime. Assim, ainda que sem intenção, ela entrou no bojo das críticas ao autoritarismo, reforçando o campo democrático, que apostava na polarização contra a ditadura.

Ademais, a própria existência da campanha contra a estatização debilitava as bases do regime, pois a manifestação pública de um dissenso vindo de uma das partes da coalizão política não podia ser simplesmente reprimida ou ignorada, contrastando com a pretensão do Estado ditatorial de ser o único e verdadeiro promotor do interesse nacional (CRUZ, 1983, p. 54). As contradições da ditadura vinham à tona, expostas pelo seu núcleo de poder:

> A plutocracia combatia um futuro que não lhe convinha fazendo de conta que não percebera o passado estatizante que lhe conviera. (GASPARI, 2004, p. 55)

Aberta a possibilidade de divergir do regime e criticá-lo, e diante de um cenário real de abertura política, alguns empresários passaram ampliar suas demandas, vislumbrando o fim do Estado de exceção, colocando-se a favor da extinção do Ato Institucional n.º 5 (AI-5). No segundo semestre de 1977, após as medidas autoritárias firmadas com o "pacote de abril"[51],

[50] "Um presidente que mandasse não estava nos planos da plutocracia que a ditadura cevava" (GASPARI, 2004, p. 50).

[51] Geisel dissolveu o congresso por duas semanas e editou medidas que provocaram uma reforma política: "Para manter o controle dos cargos executivos, determinou-se o retorno, em 1978, das eleições indiretas para governadores, ao contrário da lei vigente, que previa eleições diretas. A ampliação do mandato do presidente da República, a ser eleito pelo Congresso, também em 1978, de cinco para seis anos [...] Para controlar o Senado Federal, previu-se a eleição indireta, pelas assembleias legislativas e delegados das câmaras municipais, de um terço dos senadores. Em relação à Câmara dos Deputados, fixou-se o limite máximo de 420 deputados, estabelecendo-se que a justiça eleitoral definiria, nesses limites, e proporcionalmente, o número de

para conter o avanço oposicionista nos Legislativos e Executivos do país, os protestos da sociedade civil por democracia se multiplicaram. Para Bresser-Pereira (1978), há, nesse momento uma o colapso da aliança entre o empresariado nacional e a tecnoburocracia. A burguesia brasileira então "já não pleiteia uma simples suspensão do processo de estatização, mas propõe diretamente a redemocratização do país" (BRESSER-PEREIRA, 1978, p. 9-10), juntamente com outros setores organizados e que já possuíam essa bandeira há mais tempo.

> A ruptura que então se dá "entre a burguesia e a tecnoburocracia é, assim, uma iniciativa da primeira em busca de maior autonomia política nos quadros de um regime democrático". Não bastava ser a classe economicamente dominante; era preciso ser também politicamente dirigente. Igualmente, pode-se dizer que "combatendo a estatização, a burguesia manifestava sua insatisfação com a tutela tecnoburocrática". (BRESSER-PEREIRA, 1978, p. 262)

Não obstante o *pacote de abril* ter sido um momento de endurecimento da ditadura quanto ao controle político do processo de abertura, seria simplificado por demais confirmar que houve uma ruptura entre burguesia e tecnocracia, sendo esse o ponto de colapso do regime. Isso seria confirmar a existência de uma dualidade entre Estado e burguesia que não existia. Seria mais sensato procurar um entendimento que remeta a uma crise do regime civil-militar, em que a necessidade de manter a expansão da economia sustentada pelo desenvolvimento industrial – compreendida como a política econômica do regime, justamente por ela representar os interesses do bloco de poder que comandava o Estado – exigiu um rearranjo político-administrativo, o que gerou descontentamentos nos próprios setores que compunham os núcleos de poder do Estado, dada sua perda de influência no processo decisório.[52] Nesse sentido, o mais interessante é se aproximar de uma reflexão que desvele não uma queda de braço entre tecnoburocracia e burguesia, mas um processo centralização do poder, que enfraqueceu os anéis burocráticos, justamente nos quais o tecnoempresariado, nos termos colocados por Dreifuss (2008), exercia seu poder.

Tal complexidade se faz necessária também de forma a considerar que, entre o empresariado industrial nacional, a ruptura explícita com o regime do qual fora sócio não foi um movimento homogêneo – ao menos naquele momento. Tampouco se pode dizer que o

---

deputados por cada estado, respeitando-se um teto máximo (55 deputados) e mínimo (seis) [...] Esses procedimentos introduziam mudança capital, pois subdimensionavam a representação dos estados mais populosos e dinâmicos, onde o governo se enfraquecia, superdimensionado a dos estados menos populosos, onde ele mantinha força." (REIS FILHO, 2014, p. 113)

[52] "O grande empresariado convivia bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância. Sentia-se desorientado diante de um presidente ditatorial, porém imprevisível. Se alguém pudesse explicar o que significava, quanta custava e como terminaria a 'lenta, gradativa e segura' distensão, ele poderia fazer sua escolha. Se fosse possível antever a exata direção da política econômica, também seria possível escolher". (GASPARI, 2004, p. 72)

passo seguinte e natural do setor foi a defesa da democracia como uma bandeira consensual. Pelo contrário, a defesa da volta ao pleno Estado de Direito e das liberdades políticas foi tema bastante polêmico. Dessa forma, é importante guardar as diferenças entre um setor do empresariado nacional mais propenso à abertura e seu conjunto, quando se discutem suas tendências políticas.

Por tudo isso, é preciso reafirmar que a questão da democracia política não se colocava nos mesmos termos que as defesas para reaver a liberdade econômica bloqueada pelo regime autoritário, simbolizada pela campanha contra a estatização. Para Gaspari (2004, p. 91),

> Foi sob essa mistura de saúde e incerteza que o empresariado nacional se acomodou a uma das mais brilhantes estratégias de sua história. Precisava de uma bandeira que lhe permitisse "lutar pela liberdade sem lutar pela democracia", reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo.

Assim, devem-se separar nitidamente as manifestações de descontentamento diante do formato institucional que o sistema decisório assumiu a partir da reforma administrativa, cujo maior símbolo é a instituição do CDE, da oposição ao regime civil-militar. Na mesma toada, rechaça-se a fusão do debate pela restauração de canais privilegiados de acesso ao aparelho do Estado com a luta pelo aprofundamento da liberalização política, iniciada durante o governo Geisel. Para Sebastião Cruz (1984), inclusive, a luta pelo restabelecimento do Estado de Direito por parte da burguesia industrial nacional, a partir de meados de 1977, conformou-se como uma adesão a uma tendência política já em curso, e não propriamente por uma liderança a partir de um novo projeto de hegemonia, como sugere Bresser-Pereira (1978). Tratava-se, na realidade, de um pequeno grupo de empresários que desde fins de 1976 e início de 1977 vinha se manifestando publicamente pelo aprofundamento da abertura política.

Nota-se que esses industriais ganharam espaço para defender seus posicionamentos justamente nos veículos midiáticos – sobretudo na imprensa escrita. Com o abrandamento da censura no governo Geisel, é pela mídia que esse grupo consolida a defesa do retorno à democracia, constituindo uma frente pró-abertura entre os empresários brasileiros e expondo, de maneira mais clara, as divergências no setor, principalmente em relação às entidades patronais, como a Fiesp, a Fierj, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e a CNI, que se mantinham alinhadas ao regime. Outra observação importante a fazer é que os empresários pró-abertura eram ligados, em sua maioria, às indústrias de base – setor que obteve considerável expansão durante a ditadura civil-militar.

Durante o jantar oferecido pela revista semanal *Visão,* de orientação liberal, em dezembro de 1977, Antônio Ermírio de Moraes, diretor-executivo do grupo Votorantim, recebeu o prémio "Homem de Visão" do ano. Na homenagem a ele prestada, por diversas vezes ele foi destacado como um representante legítimo do empresariado industrial brasileiro, por sua criticidade ao Governo Federal e por simbolizar o ideal de empresário nacional: capaz de crescer sem o suporte do Estado ou em associação com as multinacionais. Em seu discurso, Antônio Ermírio de Moraes afirmava que "Com a normalização da vida política do país, o AI-5 desaparecerá. É apenas uma questão de tempo" (ERMÍRIO, 1977, p. 12). Ainda, desferiu opiniões sobre as relações com do setor privado nacional com as estatais e a multinacionais.

> Com o objetivo de amortizar parcelas da dívida externa, "empreitada hercúlea", afirmou que "há trabalho para todos", empresas estatais e empresas privadas nacionais e estrangeiras. "Insisto sempre que é necessária a demarcação dos campos reservados à inciativa publica e particular. O principal marco divisório é, fatalmente, o vulto dos investimentos necessário que, quando muito acima das possibilidades da empresa privada nacional e preferivelmente em áreas ondem empresas do Governo já atuem, deve ser responsabilidades dessas mesmas empresas publicas. Não acredito em desestatização, mas sim na proliferação das áreas onde a empresa estatal já está implantada". Para ele, o capital estrangeiro deve ser acolhido "em áreas da inciativa particular lacunosas mas adicionado empreendimentos e não apenas substituindo os empresários nacionais pela aquisição de suas empresas". "Só não o vejo bem quando aqui aporta anunciando a produção mas na realidade vem de catálogo em punho demonstrando que sua real intenção é dar um balanço na área e verificar qual empresa nacional que melhor lhe convém. A postura que considero positiva é a do trabalho, que empreenda, que inicie, que lute conosco, que plante alicerces novos e não apenas retoque a pintura da fachada para escrever nela uma nova denominação". (ERMÍRIO, 1977, p. 12)

Em relação à abertura política, Ermírio tinha sua opinião respaldada por colegas do setor – uns de maneira mais entusiasta, outros mais comedidos, como seu irmão, José Ermírio de Moraes, que se dizia "a favor da institucionalização do regime, exatamente nos termos colocados pelo Presidente da República"; ou como Giordano Romi, diretor das Indústrias Romi S.A: "Ser contra ou a favor do AI-5 não é bem a situação. O ato foi um instrumento usado pelo regime e é claro que, com o tempo, deverá ser revisto, na medida em que a situação de hoje já não é a mesma. Eu acho que estamos caminhando para uma revisão." Ou ainda como Eurico Pfisteren, diretor da Alumínio S/A: "Sou a favor da institucionalização do regime, com a extinção do AI-5." Já Claudio Bardella, presidente da Bardella S.A. (indústria mecânica), numa posição mais radical, afirmava que "O problema é mais amplo. O AI-5 é apenas um dos instrumentos que existem no atual contexto político nacional. O projeto é global, sou a favor de uma normalização global". José Mindlim, da Metal Leve S/A, era categórico: "sempre me declarei a favor da abertura política". O presidente da Abimaq, Einar

Kok, reiterava a liberdade empresarial de emitir opinião e contestava um regime que impedia a renovação política.

Todavia, segundo Cruz (1984, o aparecimento público dessa divergência só pode ser entendido se levarmos em conta o contexto de disputa de projeto político polarizado que antecedia as eleições municipais de 15 de novembro de 1976 e que se desdobraria em novos acontecimentos nos meses posteriores. No final de 1976, a conjuntura política acirrada e tensa empurrava o país para um dilema. Ou seriam necessárias medidas autoritárias para o impasse político que se aproximava, com a provável vitória do MDB, ou o aprofundamento e a aceleração do processo de distensão, com maior força para a oposição imprimir o ritmo após as eleições. Durante a disputa, empresários apoiaram candidaturas oposicionistas e se pronunciaram publicamente a favor das liberdades civis (CODATO, 1997).

Entretanto, com a ameaça real da vitória emedebista, a reação do governo foi violenta: com o pacote de abril, a ditadura reafirmava que a distensão seria feita no seu tempo, e não como boa parte da sociedade civil já demonstrava querer. Essa "vanguarda empresarial" acabou se recolhendo após tamanha exposição – numa espécie de resguardo, enquanto os diversos setores da sociedade civil continuaram a sair às ruas. Somente no início de agosto de 1977 uma significativa parcela do empresariado industrial aderiu de fato à luta pela democracia, organizando-se em torno dela.

O pragmatismo do empresariado industrial mais uma vez demonstrou sua viabilidade na consolidação do poder político do setor. No entendimento desta dissertação, afinal, seu desembarque do regime necessariamente implicava riscos, calculados a partir da própria caminhada de sucesso experimentada até o momento: expor uma divisão na coalizão que sustentava a ditadura num momento de clara centralização do poder em torno da Presidência poderia colocar em dificuldades seus próprios negócios. Por outro lado, a adesão à luta democrática, no seu início, parecia pouco estimulante para que o empresariado industrial se incorporasse de fato a ela. Como hipóteses levantadas por esta dissertação, dentre os motivos para essa situação encontram-se, primeiramente, as próprias incertezas quanto à força do movimento pela redemocratização, às voltas com o endurecimento do governo Geisel frente ao processo de distensão – caminhar para um cenário incerto não está entre as características da racionalidade dos industriais brasileiros. Não menos importante, levantar a bandeira da democracia implicava participar de um movimento mais amplo, de uma luta já enraizada na sociedade brasileira, cujo protagonismo dificilmente seria hegemonizado pelo setor, ainda mais por sua marcante identificação junto à ditadura.

No limite, encampar a volta da democracia obrigava o empresariado industrial nacional a permitir a abertura para as demandas dos movimentos organizados, tão combatidos e oprimidos pela ditadura – em especial a classe trabalhadora (a mediação nos conflitos entre capital e trabalho, portanto, teria de ocorrer de outra forma). Seria preciso criar uma defesa política da democracia que pudesse garantir, ao menos, os interesses estratégicos do empresariado industrial – e que foram priorizados desde o golpe de 1964. Ainda, fundamentalmente, seria preciso criar um discurso comum no próprio setor, capaz de fazê-lo crer que o restabelecimento do Estado democrático de direito lhe beneficiaria – condição sem a qual dificilmente o empresariado industrial nacional teria êxito nas disputas políticas frente aos demais setores da sociedade e inclusive dentro de seu próprio bloco de poder, diante das multinacionais. Ou seja, a presente pesquisa entende que a apresentação de uma pauta política, social e econômica coesa impunha-se para a negociação democrática sobre os rumos do país que despontavam no horizonte da abertura, sobretudo quando essa negociação se daria com grupos de oposição ao regime, cada vez mais fortalecidos na sociedade.

À medida que, no final do governo Geisel, delineou-se com maior clareza a sobrevivência do processo de abertura política, com o contínuo enquadramento da "linha-dura" das Forças Armadas, o grupo de industriais pró-democracia adotou uma postura mais nítida perante a opinião pública. Buscou apresentar seus princípios para a elaboração de um projeto de país fundamentado na democracia que lhe fosse próprio. Desse modo, fortalecia a pressão em torno da democracia (afastando-se publicamente do regime) e, simultaneamente, iniciava suas tomadas de posição frente aos temas considerados essenciais pelo setor. O objetivo era claro: marcar a entrada da indústria nacional no debate político. Esse grupo entendia a democracia como uma questão de tempo e, com ela, o advento de uma Nova República. Desse modo, precisava traçar uma estratégia eficiente para garantir seus interesses nas disputas pela conformação do novo regime político que se anunciava.

Essa estratégia exigia uma mínima coesão política entre os industriais brasileiros – o que não estava consolidado naquele momento. De acordo com Sebastião Cruz (1984), a campanha pela democratização, por parte desses empresários, enfatizou a necessidade de um redirecionamento da política econômica, um maior diálogo entre governo e empresários, e o estabelecimento do Estado de Direito com ampla participação da sociedade civil. Por outro lado, os empresários que mais se destacaram em 1977 na defesa da abertura mantiveram-se críticos ou distantes da primeira campanha (contra a estatização). Inversamente, os que permaneceram defendendo o autoritarismo militar "formaram a linha de frente da ofensiva" antiestatizante em 1975. (CRUZ, 1984, p. 187, 183, 185)

Em 1978, essa clivagem ainda latejava. Em 1º de junho de 1978, um grupo de empresários brasileiros, dos diversos setores, inclusive o industrial, entregou um documento ao futuro presidente da República e então chefe do SNI, João Baptista Figueiredo. A carta expressava críticas à estatização e também à abertura política comandada por Geisel, a qual Figueiredo assumira o compromisso de continuar. O documento foi entregue em mãos ao próprio Figueiredo, que recebeu 11 empresários para uma reunião em Brasília, que durou cerca de 30 minutos. Sobre a política econômica, o documento volta à carga contra a estatização:

> Desde o após-guerra, quando se intensificou o processo de industrialização do país, os sucessivos governos adotaram uma política econômica voltada para o desenvolvimento com grande apoio às indústrias de base. O Estado, de acordo com essa orientação, interveio sempre ativamente na economia, em grande medida procurando preencher os vazios deixados pela iniciativa privada. Acontece, porém que, como é notório, em mais de uma etapa desse processo, diversas circunstâncias foram induzindo sucessivamente nossos governos a adotarem medidas claramente conceituadas estatizantes [...] Com respeito às empresas privadas foi adotada uma política de pesados ônus tributários, da qual resulta a descapitalização e a consequente intervenção estatal visando a salvar algumas situações quando já insustentáveis. Em apreço, mas seja interpretada pela opinião pública estável e conservadora como uma volta ao clima anterior a 1964. (ESTATIZAÇÃO, 1978)

Sobre a abertura política, mesmo com certa resignação, os empresários colocam em dúvida se o momento era adequado, revelando preocupação com o crescimento do campo da esquerda e associando a permanência da ditadura ao desenvolvimento nacional:

> Sem dúvida, em relação à abertura política, cada empresário pensa livremente, segundo os ditames de seu patriotismo. Mas os signatários desta querem tornar presente a Vossa Excelência que, não negando de maneira alguma a conveniência de uma certa abertura cujo conteúdo e cujos limites vossa excelência certamente saberá determinar, veem entretanto com a maior apreensão a campanha demagógica que envolve atualmente a abertura política. Permitimo-nos formular uma pergunta: em 1978, quando as próprias democracias europeias mal resistem à pressão comunista, poderá o Brasil dar-se ao luxo de diminuir de modo impressionante as medidas de prudência que se revelaram indispensáveis e eficazes em 1964? Aqui se nos afigura tomar em todo o seu realce o nexo indissociável entre dois valores primordiais, que são a segurança e o desenvolvimento. Se as nossas leis deixarem de nos proporcionar segurança, é fora de dúvida que a continuidade do processo de desenvolvimento do país poderá vir a ser comprometido. (ESTATIZAÇÃO, 1978)

O documento encerra tecendo críticas aos "meios de comunicação social e os promotores da educação", acusando-os de subversão (ESTATIZAÇÃO, 1978). Além disso, demonstra preocupação com o resguardo simbólico do regime de 1964 para a sociedade brasileira.

> Uns e outros difundem a impressão de que só com a modelagem de uma mentalidade nacional eivada de princípios socializantes é possível resolver os problemas do país, e ora insinuam ou até apregoam que toda a obra socioeconômica realizada depois de 1964 nada teve de útil; desta forma a opinião pública é influenciada em sentido contrário aos governos revolucionários. Restaurar, junto aos setores assim influenciados, a verdadeira imagem da Revolução é uma necessidade, se se quer cortar o passo ao descontentamento e à agitação, com que tanto lucram os subversivos. (ESTATIZAÇÃO, 1978)

O documento foi assinado por 102 empresários, com destaque para o então presidente da CNI, Domício Veloso da Silveira, e outros presidentes de federações industriais, como Fabio Araújo Mota, da Fiemg.

Tal carta era sintomática dos receios políticos que atormentavam o empresariado desde 1977. Naquele ano, além das mobilizações estudantis (GASPARI, 2004, p. 407), o país assistiu ao início dos movimentos reivindicatórios do ABC paulista, que ganhariam força em 1978 e 1979. Em julho do mesmo ano, 1977, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), juntamente com o Banco Mundial, comprovou a manipulação dos índices oficiais de inflação de 1973 – estipulados em 12%, quando na realidade, atingiram os 22,5%. Com isso, o reajuste salarial dos trabalhadores ficara com uma defasagem de 34%, em 1977. Houve uma intensa mobilização dos sindicatos do polo industrial do ABC paulista exigindo a reposição. O governo impediu o avanço da reivindicação na Justiça do Trabalho, mas recebeu os sindicalistas – numa reunião que contou com os ministros do Planejamento, Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio. Ao final, rechaçou qualquer possibilidade de atender a pauta, mesmo tendo sido responsável pela falsificação dos índices, em mais um episódio de desmoralização política do regime.

Em 1978, o movimento operário do ABC voltaria a se mobilizar, por meio das greves. Em maio, 2 mil trabalhadores metalúrgicos da Scania cruzaram os braços, exigindo um aumento de 20% em seus salários. Em seguida, 14 mil metalúrgicos da Mercedes-Benz e 11 mil da Ford também paralisaram suas atividades. De acordo com Bianchi (2001, p. 00): "Também houve paralisações na Cofap, Phillips, Otis, Motores e Perkins, entre outras. Ao longo daquele ano, cerca de meio milhão de trabalhadores realizaram greves".

A abertura política passava por um de seus momentos mais tensos de afirmação, com a eclosão do movimento grevista no ABC. Nesse sentido, a reação dos empresários signatários do documento entregue ao sucessor de Geisel revelava a preocupação de que a mobilização dos operários atingisse parte significativa do empresariado. Essa reação ganhava peso, quando avaliada a própria atitude tomada pela Fiesp, que pediu intervenção federal ao governo Geisel no ABC, para acabar com o movimento grevista. Além disso, a entidade patronal orientava as

empresas a enfrentar as greves sem fechar acordos diretos com o empregados, mas suspendendo os grevistas, demitindo por justa causa e fechando os portões das fábricas, a fim de impedir as mobilizações em seus interiores.

Os alertas dados pelo empresariado aos riscos que a abertura política trazia, junto a um movimento de recrudescimento da Fiesp, exigiram uma resposta mais contundente por parte dos industriais brasileiros pró-abertura. A partir desse momento, esses empresários passaram a se expor mais publicamente, por meio de entrevistas individuais e formulação de documentos coletivos, expressando seus posicionamentos. Antônio Ermírio de Moraes, por exemplo, ao participar de um debate sobre a distribuição de renda, condenou o documento da Fiesp que clamava por repressão do Governo Federal. Disparava contra a entidade: "lamentavelmente, a Fiesp é hoje uma entidade totalmente minada pelo capital estrangeiro". Continuava, afirmando que as diretorias das entidades empresariais não representavam os interesses do empresário brasileiro, responsabilizando o Governo Federal por incentivar diretorias submissas, que apenas o adulavam. Supreendentemente, elogiava os grevistas: "é o mais sério, disciplinado, respeitável e patriótico que já vi". (ERMÍRIO, 1978)

O empresário ainda assinalava sua distância do autoritarismo do regime, que perseguia seus críticos:

> Afirmou terem diversos empresários recebido pressões do governo: "Muitos foram admoestados por estarem falando e houve ameaças de se negar empréstimos do BNDE e do Banco do Brasil, para quem continuava falando". Ermírio de Moraes lembrou a fundamental importância desses empréstimos para a sobrevivência de muitas empresas. (ERMÍRIO, 1978)

Um fato marcante nessa disputa pública dentro do bloco de poder multinacional e associado dá-se com a divulgação do "documento dos oito" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)), escrito por industriais dirigentes de grandes empresas nacionais privadas – sobretudo do setor da indústria de base –, justamente um dos mais que mais se desenvolveram sob o governo Geisel. Eram eles: Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Paulo Villares (Indústria Villares S/A), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setubal Filho (Duratex), Paulo Vellinho (Grupo Spinder-Admiral) e Severo Gomes (Parahyba S.A. e ex-ministro da Indústria e Comércio de governo Geisel).

O documento ganha mais peso político também pelo fato de esses empresários serem reconhecidamente identificados como lideranças pelo próprio conjunto do empresariado. Eleitos em 1977 como líderes da classe por seus pares, em ampla consulta realizada pelo

periódico *Gazeta Mercantil* em sua edição especial de final de ano, o *Balanço Anual*[53], esses empresários jogaram seu prestígio em favor da volta do regime democrático. Reunidos no "Fórum empresarial" organizado pela revista, em junho de 1978, o documento foi apresentado ao público por oito dos dez principais líderes eleitos em 1977[54].

Nesse ponto, é importante ressaltar a movimentação desses empresários dentro do próprio bloco de poder multinacional e associado, que reunia, evidentemente, outros setores da burguesia nacional e internacional. Isso significa dizer que a guinada democrática do grupo não indicava, em momento algum, uma ruptura com o capital estrangeiro, fosse industrial ou financeiro. A defesa da democracia pelo "documento do oito", portanto, não pode ser confundida com um fortalecimento do nacionalismo entre os industriais, mas como uma clara sinalização do desgaste da estrutura política que mantinha o tripé econômico, apontando a necessidade de se pensar uma nova relação entre as partes dentro de um novo sistema político e institucional que pudesse garantir a hegemonia burguesa no controle do Estado. E nesse, sentido, compreende-se o movimento desses empresariais brasileiros, a fim de barganhar espaço político e econômico frente ao capital financeiro e às multinacionais, na medida em que o quadro de transição democrática se aproximava.

Na contextualização do momento político e econômico em que manifesto é realizado, deve-se destacar também sua intrínseca relação com a Abdib (BRANDÃO, 2007). Desde 1976, a entidade demonstrava preocupação com os rumos econômicos tomados pelo governo Geisel. A política econômica, na avaliação da Abdib, rateava quanto ao apoio às indústrias de base brasileiras, previstos no II PND – para a entidade, o governa estava favorecendo as multinacionais no processo de substituição de importações. Por diversas vezes, nesse ano, os boletins da Abdib apresentavam críticas nesse tema, denunciando a opção do governo pelo capital estrangeiro. Para os empresários do setor, por mais que o governo orientasse as empresas estatais, principal consumidor do setor de bens de produção privado, elas

[53] A eleição foi feita por meio da consulta de 5 mil dirigentes das maiores empresas privadas, de todos os setores, nacionais e multinacionais, que operavam no país, sendo 4.950 votos computados. "A pesquisa que revelou (e consolidou) as novas lideranças foi elaborada dentro dos seguintes critérios: primeiro, cada resposta teve o mesmo peso para o cálculo, independentemente do porte, da origem ou da região de onde ela se originou; segundo, embora 83% das respostas tenhas vindo identificadas, foram computadas as que chegaram incógnitas; terceiro, cada empresário podia indicar seis nomes: três com autoridade para falar pelo empresariado brasileiro como um todo e três para falar pelo seu ramo específico de atividade e, quarto, a simples citação do nome do empresário valia-lhe um ponto, independentemente de estar sendo mencionado em primeiro, segundo ou terceiro lugar" (BALANÇO, 1977).

[54] Em ordem, os dez eleitos de 1977 foram: Claudio Bardella Severo Fagundes Gomes, José Mindlim, Antonio Ermírio de Moraes Paulo Villares, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Paulo DArrigo Vellinho, Laerte Setúbal Filho, Amador Aguiar, Jorge Gerdau Johannpeter. Aguiar e Antunes foram os únicos que não endossaram o "documento dos oito".

continuavam a optar pela importação de produtos. Além disso, eles faziam queixas contra os financiamentos externos para os projetos do II PND, que vinculavam tais inversões à compra de máquinas e equipamentos dos países financiadores. Em março de 1976, Claudio Bardella e Carlos Villares, presidente e vice-presidente da entidade, chegaram a se reunir com Geisel, e entregaram-lhe uma carta de reivindicações com os seguintes pontos:

> 1) Definição de uma política industrial para o país que defina de forma clara os objetivos a serem atingidos, as áreas prioritárias a serem desenvolvidas, a participação do empresário nacional, a forma e a amplitude da participação do capital e tecnologia estrangeira e o nível de desenvolvimento do próprio governo; 2) que a política industrial para o setor de bens de capital seja consolidada num conjunto de leis que garanta sua permanência e continuidade por um longo prazo; 3) que o mercado nacional de bens de capital passe a ser considerado como uma reserva natural do país; que a liderança dos projetos de engenharia seja sempre conferida às empresas privadas nacionais de engenharia; 4) seja estabelecido um sistema de consultas entre governo e empresa privada; 5) que não sejam permitidos acordos e trocas bilaterais que envolvam a importação de bens de capital já fabricados no país; 6) que seja evitada a diluição do mercado entre muitos fabricantes impossibilitando que seja alcançada economia de escala. (BRANDÃO, 2007, p. 14)

Ainda em 1976, o governo lançou, como resposta, o documento *Ação para a Empresa Privada Nacional*, que estabelecia uma definição mais clara sobre as áreas da economia destinadas às estatais, às multinacionais e às empresas nacionais, além de propostas de incentivo para estas últimas. Em março de 1977, o governo solta a Resolução n.º 9 do CDE.

> A Resolução No 09 estabelecia, entre outras, as seguintes determinações: 1) empresas e órgãos estatais só realizariam importações de máquinas e equipamentos somente quando não houvesse similar nacional; 2) realização de um esforço de progressiva nacionalização de componentes; 3) a preferência, em caso de consórcio para fornecimento, seria dada àquela sob liderança de empresas nacionais. (BRANDÃO, 2007, p. 18)

Contudo, os acenos do governo Geisel não se demonstraram suficientes para aplacar a insatisfação dos empresários ligados à Abdib. Numa expressão sintomática do descompasso dentro do bloco de poder multinacional e associado, outra polêmica envolvendo os diferentes interesses do tripé veio à tona, quando o regime anunciou que a Petrobrás contava com isenção total para a importação de equipamentos. Além de ferir as garantias estipuladas na Resolução n.º 9 do CDE, a medida referente à Petrobrás indicava que a crise econômica brasileira chegara ao II PND, obrigando o governo a rever as metas de inversões programadas, o que significava reduzir investimentos para o setor privado.

As críticas da Abdib ao regime reiteravam-se em relação à realidade econômica nacional, apontando para a falta de rumos na política industrial, a desorganização das

indústrias de base, revelada pela produção dos mesmos equipamentos por empresas diferentes, e a frustração quanto à consolidação de uma reserva de mercado para os produtos das indústrias brasileiras, acompanhada da desnacionalização do setor. Carro-chefe da política econômica de Geisel e principal acelerador do crescimento em tempos de "marcha forçada", a indústria de base, mesmo com essas prerrogativas, passava pela falta de sintonia entre as partes do tripé.

Desde 1977, portanto, observa-se que empresários nacionais da indústria de base, muitos deles ligados às Abdib ou à Abimaq, estavam criticando o governo de forma individual ou por meio de suas entidades – no caso a Abdib (por meio de seus boletins). Indo além, como já foi visto nessas posturas individuais, havia posicionamentos explícitos pró-abertura e pelo fim do Estado de exceção, caracterizado pela vigência do AI-5. Em 1978, no último ano do governo Geisel, a sucessão presidencial vinha à tona e, com ela, os rumos da abertura política. A intensificação da luta pela redemocratização e a entrada definitiva do movimento operário na correlação de forças obrigou o empresariado industrial nacional a defender com mais veemência suas concepções políticas e econômicas. Num momento de transição de governo, abria-se espaço para tentar influenciar os caminhos do país. Os mais conservadores aglutinaram-se em torno do documento entregue ao futuro presidente, alegando ter a esperança de serem mais ouvidos por Figueiredo do que haviam sido por Geisel. (FOLHA de S. Paulo, 2 jun. 1978)

A resposta dos industriais pró-abertura veio logo na sequência, com o "documento dos oito" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20). Se também alegavam a necessidade de canais diretos com a Presidência, eles rechaçavam o endurecimento político como resposta às pressões pela abertura. Pelo contrário, acenariam positivamente para as mobilizações dos trabalhadores e para o reestabelecimento da democracia. Emblematicamente, sinalizavam o esgarçamento das relações com Geisel e vislumbravam um novo momento com a chegada de um novo governo, adotando uma nova postura: o setor da indústria nacional que mais cresceu durante a ditadura já não estava firme em sua sustentação – o setor revelava-se insatisfeito com os rumos econômicos (crise econômica) e políticos do regime, que continuava a se utilizar dos recursos autoritários, como o AI-5, para impor seu poder (tal qual o episódio do *pacote de abril*).

Lançado em 26 de junho de 1978, o "documento dos oito" firmou posição diante dos principais pontos em debate na sociedade e no meio empresarial. Iniciado com um preâmbulo, o manifesto se dividia em três partes, indicando-as como pontos fundamentais para o desenvolvimento nacional: questão econômica, questão social e questão política.

Em seu preâmbulo, os oito empresários expõem as justificativas para a sua elaboração, reivindicando-o como fruto de uma série de debates no "Fórum da Gazeta Mercantil" – reuniões periódicas nas quais os empresários eleitos por seus pares reuniam-se para discutir os problemas nacionais. Ungidos pela legitimidade conferida por seus próprios colegas empresários, os oito signatários advertiam que as posições assumidas no manifesto prolongavam-se como perspectivas para os próximos dez anos, almejando contribuir para um debate público, com toda a sociedade, sobre as questões nacionais. Admitiam, assim, o peso político e social do empresariado industrial nos rumos do país:

> Na qualidade de dirigentes de empresas e, como tal, conscientes da dimensão social e mesmo política de nossa atividade, pensamos submeter nossas ideias ao exame dos vários setores da sociedade brasileira e, em especial, dos homens públicos e do empresariado. Desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituição políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira. Se, porventura, as opiniões aqui expressas servirem de alguma forma para delinear os caminhos do futuro, acreditamos ter dado, ainda que modestamente, nossa contribuição de cidadãos atuantes. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Em seguida, o manifesto inicia sua análise sobre a conjuntura econômica nacional. Reconhece a mudança estrutural da economia nas últimas décadas – "já ultrapassamos a condição de meros exportadores de produtos primários e estamos caminhando para um estágio industrial avançado" –, e afirma que o crescimento e diversificação das atividades industriais deve permanecer, sendo a melhor solução para o enfrentamento da crise econômica e para o próprio desenvolvimento do país, no sentido de vencer o atraso de algumas regiões e incluir a população que se encontrava marginalizada. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Segundo o documento, havia um consenso de que a tônica do desenvolvimento industrial fosse firmada na consolidação da indústria de base, integrada a um planejamento junto aos outros setores da indústria, no sentido de reafirmar o processo de substituição de importações:

> Nesse sentido, cumpre hierarquizar corretamente as prioridades, abandonando objetivos inatingíveis, e executar com eficiência o programa de substituição de importações. Evidentemente, os demais setores, em especial o de bens de consumo de massa, deverão acompanhar o ritmo de expansão da indústria de base, de modo a se evitarem estrangulamentos. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Essa defesa do processo de substituição de importações reflete uma preocupação central diante da concorrência das empresas estrangeiras. Ela visava a garantir que os artigos

produzidos em território nacional, em especial aqueles fabricados pela indústria de base, fossem consumidos pelos demais setores da indústria nacional, estatais ou empresas privadas de bens de consumo. Naquele momento, já eram conhecidos os pleitos da Abdib para assegurar, junto ao Governo Federal, a preferência na compra de equipamentos nacionais do setor privado pelas companhias estatais – ideia endossada pelo manifesto dos oito ao relacionar o processo de substituição de importações com o fortalecimento da indústria nacional, que avança no documento com críticas ao desequilíbrio no tripé econômico:

> Sabemos que o almejado equilíbrio entre os três protagonistas principais do processo de industrialização ainda está longe de ser alcançado. A empresa privada nacional padece de fragilidade preocupante, a empresa pública escapou dos controles da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais adequadas e claras de atuação. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Para os empresários, a superação da fragilidade no setor privado nacional estava condicionada à criação de mecanismos de capitalização, à disponibilidade de tecnologia e estabelecimento de critérios para sua absorção, e ao controle dos gastos das empresas estatais.

Sobre a capitalização, o manifesto aponta para um alto endividamento das empresas privadas nacionais, o que comprometia seus investimentos, e criticava o sistema financeiro privado, por concentrar suas atividades em aplicações de curto prazo, quando era necessária a disponibilidade de fundos de longo prazo para a realização de altos investimentos que pudessem colocar as indústrias nacionais em condições de concorrer com as estatais e as estrangeiras. E continuava alegando que a incapacidade de o sistema financeiro assumir riscos maiores e mais complexos na mobilização de capital, para gerar uma grande acumulação em longo prazo, agravava o endividamento externo, levando a uma ciranda financeira cuja consequência era a redução dos investimentos produtivos e o aumento da inflação, gerada pela elevação dos custos devido à rentabilidade dos juros:

> O endividamento externo em grande escala, que inicialmente cumpria a função não desempenhada pelo sistema financeiro nacional, com a desaceleração da economia mundial e, posteriormente, da economia brasileira, passou a se constituir no mecanismo básico de especulação e de elevação de taxas de juros. O afã governamental de promover a entrada de empréstimos externos, para pagar os jutos e amortizar o principal da elevada dívida já contraída, tem levado as autoridades a forçarem a manutenção de taxas de juros internas artificialmente altas ou, pelo menos, a não se esforçarem por lhes reduzir o nível. Simultaneamente, o aumento sistemático das reservas cambiais, obrigando a expansão da base monetária, conduz o governo a uma política de dívida pública destinada a enxugar "dinheiro de câmbio". Com isso, os títulos passam a oferecer taxas de rentabilidade cada vez mais elevadas que, por sua vez, vão fazendo subir o patamar da taxa de juros. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Portanto, o discurso dos oito empresários aponta para o restabelecimento das relações entre os setores que compunham o bloco de poder multinacional e associado. Ao fazer essa crítica, reivindica uma nova postura do sistema financeiro privado nacional por meio de uma reforma a qual interrompesse o papel do endividamento externo na dinâmica econômica nacional, que favorecia o capital financeiro. Esse rearranjo deveria se estender também às indústrias estrangeiras e estatais.

Por exemplo, em relação à disponibilidade de tecnologia, o documento é firme ao exigir mais flexibilidade do governo nos critérios para a indústria privada nacional adquiri-la no estrangeiro. Ao mesmo tempo, exige a regulação do ingresso de capitais externos "aos quais deveriam ser aplicados critérios de seletividade, pois a simples não concessão de incentivos é insuficiente para impedir investimentos supérfluos, suscetíveis de causar sérias perturbações de mercado" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20). As críticas à participação das empresas estrangeiras continuam categóricas, ainda que houvesse, por parte do manifesto, o reconhecimento de sua importância para a economia nacional no passado, presente e futuro:

> Mas já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco. Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a Nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Frente às estatais, o documento defende a homogeneização tecnológica de escala, bem como a subordinação das estatais à política industrial definida, "de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses da economia nacional" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20). Claramente, o documento procura, assim como em relação às industrias estrangeiras, estabelecer limites para a participação do Estado na economia. A defesa da indústria nacional privada feita pelo manifesto não deixa de apelar também à valorização da pequena e média indústria, "base da livre iniciativa", a partir de uma politica industrial específica para essas empresas.

Sobre a área econômica, o documento finaliza com a demanda uníssona do empresariado nacional: a volta imediata do acesso às estruturas de decisão do Estado. Segundo o manifesto, a concretização da política industrial preconizada implicava "os órgãos encarregados da formulação" da política econômica a "abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas

da política industrial, ainda que não interferindo nas decisões administrativas" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20). Ao final da primeira parte, o manifesto faz um aceno ao empresariado do setor primário, destacando o papel da agricultura como primordial para o sucesso da política industrial defendida, além de reivindicar também a incorporação de representantes do meio rural na formulação das políticas agrícolas.

A necessidade das mudanças na política econômica, "em problemas básicos da nação", obriga os empresários a tocar na questão social – "todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico convive com desigualdades sociais profundas" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20). Assim, nessa segunda parte do manifesto chamam atenção os posicionamentos para além das questões puramente econômicas, com o entendimento de que estas estão diretamente ligadas aos aspectos sociais do país. Sem discutir as razões e a natureza da desigualdade, os empresários avaliam que a estabilidade social no país estava em risco, sendo urgente a elaboração de uma política social.

O documento segue especificando quais seriam as bases da política social: política salarial justa, "que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários", condição para a volta do outro pilar: a "legítima negociação entre empresários e trabalhadores, o que exige liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, e dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical" (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20).

Além da reivindicação por liberdades sindicais e melhoria dos salários, os empresários exigiam um Estado comprometido com a melhora dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento, habitação, transporte), por meio da ampliação dos investimentos públicos. Para o aumento desses investimentos, propunham a revisão do sistema tributário, de forma a "tornar mais equânime o imposto de renda", com taxação progressiva das rendas de capital e com a reavaliação dos incentivos fiscais, a fim de remanejar recursos para as áreas mais carentes. Outra medida seria o uso da dívida pública para captação de recursos, "desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício de títulos públicos de prazo mais longo", para "reaproveitar os recursos financeiros de forma mais produtiva", o que retiraria a dívida pública do emaranhado especulativo em que se encontra". Finalmente, o manifesto faz mais uma carga contra o crescimento do Estado, ao exigir a racionalização de seus gastos como forma de aumentar os recursos, "quer estabelecendo prioridades mais refletidas, quer conferindo mais austeridade à gestão do Estado." (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

A importância dada à questão social concretiza-se quando o manifesto destaca os gastos sociais como chave para o desenvolvimento econômico, desde que as sugestões de reforma econômica sugeridas fossem realizadas:

> Os gastos sociais podem servir de apoio para a recuperação plena da economia, iniciando um novo período de expansão, desde que, é verdade, sejam solucionados concomitantemente os problemas financeiros que mencionamos. A subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado para o setor produtor de bens de consumo, e o programa de investimentos público em infraestrutura urbana terá poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos na proporção exigida pelo crescimento demográfico. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Na terceira e última parte do manifesto, mais curta e direta, ele não deixa dúvidas sobre a viabilização das propostas econômicas e sociais apenas em uma nova conjuntura política, fundada no restabelecimento da democracia. Um movimento ousado, em que, pela primeira vez, de maneira oficial e pública, representantes de grande relevância do empresariado industrial nacional condicionavam as possibilidades de transformações socioeconômicas à obrigatoriedade da mudança político-institucional:

> Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe – o regime democrático. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

É significativa a centralidade com a qual a democracia é defendida para se evitar o pior dos cenários para o empresariado – a intensificação dos conflitos de classe. A essa análise, soma-se a percepção do empresariado de que as desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento econômico fomentado pela ditadura civil-militar estavam a ponto de fraturar a sociedade brasileira, sendo necessário findar com um regime marcado pela rigidez autoritária, sob pena de um colapso social ameaçador para as elites nacionais. Uma realidade plausível na consciência da elite industrial, se considerada a escalada dos movimentos grevistas em 1978. É necessário observar, também, que a defesa de um regime democrático implicou o reconhecimento velado de que o regime político existente era uma ditadura – uma constatação simbólica por parte de um manifesto representante de um dos setores que mais se beneficiaram do regime então em vigor – justamente por sua ativa participação.

Neste momento, portanto, opera-se uma ruptura na visão empresarial sobre o regime. Se antes ele era a garantia da existência do desenvolvimento capitalista no Brasil, resguardado como a solução contra a ameaça socialista – o que minimamente, garantiu que todo o aparato autoritário montado fosse, no melhor dos casos, relevado pelo empresariado[55] –, com o manifesto esse mesmo regime passa a simbolizar, justamente, uma ameaça à liberdade representada pelo capitalismo. Depreende-se, daí, então, a associação explícita entre a livre iniciativa e economia de mercado à democracia e o Estado de Direito:

> Mais do que isto, estamos convencidos de que o sistema da livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

A publicização do "documento dos oito" obteve forte repercussão, contribuindo para o fortalecimento da luta democrática. Em primeiro lugar, pelas duras críticas públicas à política econômica do governo Geisel, distanciando-se do regime. O manifesto ataca o II PND, ao sugerir "o abandono de objetivos inatingíveis" e a hierarquização de prioridades; reclama da "fragilidade do setor privado", da perda de controle da sociedade sobre as empresas estatais e do favorecimento às empresas estrangeiras; e condena o sistema financeiro e o endividamento externo. (SÓ DEMOCRACIA, 1978, p. 20)

Em segundo lugar, pelo compromisso firmado por oito figuras públicas relevantes do meio industrial na defesa incondicional da democracia. Em terceiro, pelo fato de o documento propor, mesmo que de maneira geral, mudanças na economia e priorização do enfrentamento dos problemas sociais. Ou seja, trata-se de um documento com postulados claros, no sentido de orientar qual deveria ser o posicionamento do empresariado industrial nacional sobre os problemas brasileiros, tendo em vista os próximos anos, colocando-se a volta da democracia como uma condição irreversível. Desse modo, o documento vai além da defesa da democracia, a qual é vista como um ponto essencial para as mudanças exigidas por ele. Os signatários do "documento dos oito" procuraram, assim, pautar uma agenda para o país pós-ditadura, direcionando suas demandas não apenas ao governo, mas também à sociedade. A explícita intenção de dialogar com a sociedade civil, expressa logo em seu preâmbulo, confirma-se com a abordagem dos temas sociais e políticos e, mesmo, econômicos, numa

[55] Quando a realidade mostra o apoio direto de boa parte do setor à consolidação de um Estado autoritário,.

perspectiva de se construir uma base de interesse nacional, que não se restringisse aos interesses específicos do setor.

Dessa base, definiam-se quais os pontos fundamentais para esses empresários, tendo em vista um novo momento para o país. Na parte econômica, o planejamento estatal e o estabelecimento de uma política industrial são defendidos de maneira peremptória. A visão do Estado como estratégico para o desenvolvimento nacional permanecia, portanto, como um ponto característico do pensamento da burguesia industrial nacional, reforçando-a como um polo contrário ao liberalismo econômico. Esse posicionamento também é identificado no destaque que o documento dá ao Estado como promovedor de serviços considerados direitos da população, e a preocupação em criar condições de investimentos governamentais nessa área.

A permanência de um pensamento consolidado na visão de desenvolvimento econômico nacional estendia-se também à manutenção do tripé capital estatal, capital privado nacional e capital privado estrangeiro, para o crescimento industrial. Entretanto, nesse ponto, o documento afirma a necessidade de um rearranjo entre as partes, com regulamentação da participação estrangeira e controle das atividades econômicas estatais, junto a uma política governamental de incentivos à indústria nacional – grande, média e pequena. Aliada a essa política de incentivos e ao controle das multinacionais e estatais, encontrava-se uma crítica que seria sistemática durante todo o processo de *transição política*: o alto rendimento do capital financeiro como um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, o "documento dos oito" pleiteava uma redefinição das relações no bloco de poder multinacional e associado a fim de garantir maior protagonismo econômico para a indústria nacional, fosse diante de suas congêneres estatais e multinacionais, fosse diante do capital financeiro. O que leva a entender o restabelecimento do sistema democrático como o caminho que possibilitaria o aumento do seu poder – uma movimentação reforçada por um discurso que reivindicava diretamente a participação do empresariado nacional na política econômica como um avanço da democracia, sendo esta, por sua vez, defendida como a garantia para a existência duradoura de uma economia de mercado baseada na livre iniciativa.

Tal raciocínio alçava o empresariado a uma posição ativa no campo democrático, forjando uma identidade entre a burguesia industrial e a democracia. Uma postura arrojada para o momento, em que o manifesto deixava claro à burguesia nacional industrial que defender a democracia significava defender os seus interesses (e vice-versa). A inflexão democrática aprofunda-se quando o documento acena à livre organização sindical, à

legalização das negociações entre patrões e trabalhadores e à criação de uma política salarial – tomando o rumo inverso da dinâmica trabalhista da ditadura, que tanto os beneficiara. O recado dos oito empresários, naquela conjuntura, não poderia ser mais direto aos seus pares: era tempo de não temer mais o jogo democrático, sendo preciso não só aceitá-lo, mas identificar-se com ele, afim de tornar-se capaz de influenciá-lo.

No encontro em que os líderes empresariais divulgaram o manifesto, manteve-se a tônica do "documento dos oito". Foi reafirmada a defesa da democracia, mas sem vinculação partidária, evitando-se a desqualificação política do manifesto e reforçando-se o interesse empresarial em se colocar acima dessas questões, construindo a imagem de um grupo preocupado com a nação, e não com seus interesses. Em matéria do jornal *O Estado da São Paulo* (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7) Severo Gomes afirma:

> Somos oito empresários cuja proposta é a democracia como único regime capaz de levar ao capitalismo que desejamos. Mas ninguém aqui está querendo formar partido político.

José Mindlin completava o raciocínio:

> Em primeiro lugar, nossa posição nem é demolidora, nem de confrontação. É uma reflexão sobre os problemas do país de hoje, mas que não se esgotam aqui. Pretendem ter uma perspectiva de dez anos. No entanto, não negamos que vivemos um momento de transição entre duas equipes de governo, o que torna oportuna uma reflexão sobre nossos caminhos... Enfim estamos aqui para propor um debate.
> [...]
> Estávamos não preocupados com problemas especificamente com problemas empresariais, mas com problemas globais da nação. Estamos prontos a aceitar as vantagens e desvantagens, vitórias e revezes da democracia, sem preocupações com a posição individual ameaçada. (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7)

Antônio Ermírio de Moraes preferiu ressaltar a liberdade da sociedade diante do Estado como um princípio "revolucionário" dos empresários:

> Nossa grande preocupação é com o fato de que atualmente é o Estado que controla a sociedade. Estamos propondo uma revolução copernicana, uma transformação política que possibilite o controle do Estado pela sociedade. (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7)

A verve "radical" foi ressaltada por Claudio Bardella, ao reafirmar o compromisso democrático e a referência nos empresários dos países desenvolvidos, que conviviam com partidos de tendências socialistas:

> Nossa posição é de defesa do regime de economia de mercado, ou seja, o regime capitalista. Mas é evidente que estamos prontos a aceitar não só as vantagens mas também as desvantagens do regime democrático. E numa democracia todas as correntes de opinião devem ser admitidas (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7)

Nesse tópico, foram questionados por um jornalista: "Os senhores estão optando pela democracia contra exacerbação do poder do Estado. E se vier a acontecer que, democraticamente, o povo venha a optar por um modelo econômico ainda mais controlado pelo Estado?" (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7). Para responder à questão, Severo Gomes foi no limite da retórica democrática:

> Estamos no caminho certo quando a sociedade controla o Estado mesmo quando tenhamos por consequência que essa sociedade venha a optar por uma participação maior do Estado na vida da sociedade e da economia. O importante é que a sociedade continua controlando o Estado. (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7)

Contudo, quando perguntado se empresários desejavam uma transformação política imediata ou gradual, Severo Gomes respondeu, sozinho: "Acho que, quanto a isso, divergimos." (OS EMPRESÁRIOS, 1978, p. 7). Não à toa, a preocupação do documento e da fala de seus signatários era deixar claro que se tratava de um conjunto de propostas e debates, tendo em visto os próximos dez anos. Se havia consenso quanto à necessidade da democracia, seria por demais imaginar, num momento de incertezas políticas e econômicas, os empresários tomando a dianteira da frente democrática. Por trás do discurso pró-democracia, escondia-se a urgência de o empresariado não perder o bonde da história – era preciso assegurar à categoria a condição de desempenhar um papel relevante na transição para a democracia, o que não é o mesmo que se afirmar como prócer de um novo regime que ainda não existia e cujos riscos de perda do poder político adquirido durante a ditadura ressoavam no ânimo empresarial – como ficara exposto no documento conservador entregue à João Baptista Figueiredo, que pedia "maior cautela à abertura política, para evitar o que aconteceu com Portugal e Espanha, que abriram e desandaram" (ESTATIZAÇÃO, 1978).

Objetivamente, o "documento dos oito" cumpriu um papel fundamental na "guinada democrática" do empresariado industrial nacional. Tornou-se referência de orientação política não apenas dentro do setor, mas para toda a burguesia nacional – o que pode ser medido pelas eleições seguintes do *Balanço Anual* da *Gazeta Mercantil*: seus oito signatários apareceram constantemente na lista dos dez maios votados. Desse modo, pode-se dizer que esses empresários capturaram a posição de liderança não apenas entre os industriais, mas entre a burguesia nacional, além de serem vistos como interlocutores das multinacionais. As

lideranças das entidades patronais tradicionais, pelo contrário, estavam longe de receberem grande confiança do empresariado – sendo bem menos lembradas entre seus pares. Internamente, a disputa entre os grupos contrários e a favor do aprofundamento da abertura política estava decidida a favor dos últimos.

Alçados a representantes do pensamento da burguesia nacional, os empresários do "documento dos oito" eram em sua maioria do setor industrial, concentrados nos bens de produção. Desse grupo, Claudio Bardella, José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau e Severo Gomes obtiveram visível protagonismo, identificado no destaque midiático em torno dessas figuras, o que fortaleceu a relação de representatividade de suas posições no meio empresarial, reafirmada a cada ano por suas colocações entre os dez maiores líderes da eleição do *Balanço Anual*. A permanência desse *status* de liderança de forma sucessiva durante todo o período de transição democrática, atravessando os governos de João Figueiredo e José Sarney, indica o fortalecimento da influência das posições desse grupo no conjunto do empresariado nacional, como será discutido na seção 3 deste trabalho. Além disso, reforçou a linha política alternativa aos sindicatos patronais como esfera de representatividade da classe. Somada à atuação dos órgãos setoriais – como Abdib, Abimaq e Sindicato Nacional da Indústria de Componentes par veículos Automotores (Sindipeças) –, estava a identificação da classe com figuras empresariais, que simbolizavam seus interesses. A então direção da Fiesp, alinhada ao regime, sentiria esses efeitos e perderia seu comando para Luis Eulálio Bueno Vidigal, do Sindipeças, eleito pela chapa de oposição para comandar a entidade em 1980. Eleito em oitavo lugar como liderança empresarial em 1978, Vidigal alinhava-se ao grupo do documento dos oito.

É certo que, no final de 1978, os empresários eleitos nesse ano – praticamente os mesmos escolhidos na eleição anterior[56] – sofreram críticas por não manterem o mesmo tom das declarações públicas do "documento dos oito". Em uma breve nota na *Gazeta Mercantil*, afirmavam:

> Nossa primeira palavra é de agradecimento. Em junho último os componentes deste FÓRUM submeteram a debate público pontos de vista sobre alguns problemas relevantes que afetam a sociedade brasileira. Manifestaram sua opção por uma sociedade aberta em que a empresa privada desempenha papel fundamental, e sua convicção de que a construção dessa sociedade pressupõe requisitos de apresentação, participação e legitimidade.

[56] Foram eleitos, do primeiro ao décimo lugar: Claudio Bardella, Antônio Ermírio de Moraes, Severo Fagundes Gomes, José Mindlin, Paulo Villares, Amador Aguiar, Laerte Setúbal Filho, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, Hélio Penna Beltrão, Manoel da Costa Santos.

> A reeleição da maioria dos integrantes do FÓRUM, se de um lado significa a aprovação dos conceitos que vimos sustentando, impõe-nos o compromisso de aprofundar o diálogo com nossos companheiros empresários que participaram dessa escolha, especialmente com as pequenas empresas que constituem a base do sistema de livre iniciativa.
> Nesta oportunidade em que o FÓRUM se enriquece com o ingresso de novos participantes, livremente escolhidos pelo empresariado nacional, parece-nos chegado o momento de conferir ao FÓRUM maior estabilidade e, ao mesmo tempo, ampliar-lhe o âmbito recorrendo à ativa participação das lideranças setoriais e regionais apontadas na pesquisa da GAZETA MERCANTIL. É o nosso firme proposto estreitar contatos com todos, alargando as oportunidades de cooperação e as bases de representação.
> Espera o FÓRUMna medida de suas responsabilidades, desincumbir-se com humildade da grave responsabilidade de traduzir as aspirações do empresariado nacional com relação à melhor maneira de construir neste país sociedade desenvolvida e justa.
> Ao fazê-lo, pretendemos tão-somente ao interesse do país, fortalecendo o regime de livre inciativa e a empresa privada nacional, e procurando contribuir para a superação dos conflitos e obstáculos que anteponham a esses objetivos. (O COMPROMISSO, 1978)

O posicionamento explicitado nessa carta, com tom mais conservador, entretanto, não significou uma mudança de pensamento entre os empresários. Parece estar mais próximo de uma mudança tática.

O "*documento dos oito*", em caráter de manifesto, cumpria sua função, de marcar publicamente o compromisso desses empresários com a democracia. O que é diferente da maneira como eles viam sua construção. Desse modo, deve-se entender a carta de setembro 1978 como uma variação do pragmatismo empresarial.

Sem dúvida, num cenário que indicava a piora do quadro econômico e crescente desgaste do governo, essa pressão empresarial lhes proporcionou um maior peso político no governo João Baptista Figueiredo, que se iniciaria em 1979 e precisava manter-se em condições políticas para continuar com o projeto de abertura "lenta, gradual e segura" – um mote que agradava ao empresariado nacional, em meio à crescente mobilização popular e aos temores de uma radicalização política dos movimentos pró-democracia.

A reação do governo à movimentação do empresariado nacional produziu uma série de modificações na estrutura, organização interna e modo de funcionamento do Estado brasileiro pós-1979. A fim de responder às pressões sociais acumuladas no último período, o presidente general Figueiredo (1979-1985) procurou organizar o governo de forma diferente, com uma burocracia mais acessível ao diálogo, refazendo as articulações do grande capital nas políticas Estatais, facilitando o acesso dos empresários a estrutura burocrática (CODATO, 1997). Ao mesmo tempo, o governo Figueiredo continuou comprometido com a abertura nos moldes que o regime preconizara, e intensificaram-se os debates sobre como e em quais condições políticas seria feita a democracia. As críticas recebidas pelos industriais devido à carta tímida

publicada no final de 1978 deixavam claro também que, se a burguesia industrial defendia a democracia, essa deveria ser feita de forma incondicional e explícita a todo o momento. Ao se aproximar do campo democrático, o empresariado industrial sujeitava-se às críticas e cobranças públicas de suas falas e ações – para que estas demonstrassem firmemente princípios e convicções democráticas. Um novo momento na relação entre o empresariado industrial e a sociedade civil fora estabelecido, e os anos Figueiredo e Sarney colocariam à prova qual democracia os industriais brasileiros eram capazes de propor à nação.

3 EMPRESARIADO INDUSTRIAL E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA (1979-1988)

A terceira seção deste trabalho mantém a estrutura das anteriores, buscando caracterizar o pensamento do empresariado industrial nacional e sua atuação política, considerando o contexto econômico e político do país, no período abarcado. Reforça-se, nesse aspecto, a proposta da dissertação, que procura um entendimento sobre como esse setor organizou-se para defender seus interesses políticos e econômicos, de acordo com a realidade nacional, de forma a entrelaçá-los.

O período compreendido por esta seção engloba os anos finais de transição política do regime autoritário para o estabelecimento da democracia, com o advento da Nova República. Assim, as discussões e reflexões projetam-se sobre os governos Figueiredo (1979-1985), o último presidente-ditador, e Sarney (1985-1989), primeiro presidente civil, eleito de forma indireta por meio do dispositivo eleitoral consagrado pela ditadura e responsável por organizar o retorno completo ao Estado Democrático de Direito – levando, desse modo, a um novo momento histórico: a *Nova República*, que se confirma com a instauração da ANC e a promulgação da Constituição de 1988.

Os objetivos desta seção constituem-se na direção de refletir sobre qual foi o papel desempenhado pela burguesia industrial nacional em um período extremamente conturbado da economia nacional, no qual a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro praticado durante os anos de ditadura atinge seu grau máximo. Ao mesmo tempo, o processo de transição política rumo à democracia caminhou de forma concomitante à crise econômica, constituindo-se como um espaço privilegiado para a análise dos posicionamentos do empresariado industrial quanto ao papel do Estado e da iniciativa privada na economia nacional; das relações com as multinacionais e com os setores da burguesia financeira e mercantil; das relações com os trabalhadores organizados e sua visão sobre os direitos sociais e trabalhistas.

Parte-se, portanto, da compreensão de que os anos finais de transição política, que ocuparam praticamente toda a década de 1980, formaram um período no qual a participação dos industriais na disputa pelos novos rumos econômicos e políticos do país demonstrou-se vital para a manutenção e avanço de seus interesses, ao se considerar o encerramento de um ciclo político e o início de um novo. Nesse sentido, cabe também, à presente seção, uma reflexão sobre como o momento de transição política e confirmação da Nova República, sob

os princípios democráticos, exigiu novas formas de atuação do empresariado industrial nacional, tanto em suas relações com o Estado, como junto aos demais setores da sociedade civil brasileira, fosse para a preservação de posições de poder conquistadas durante o regime autoritário; fosse para o avanço de suas posições perante novos espaços de poder – caso do Legislativo – ou perante um espaço cada vez mais importante a ser disputado: a opinião pública.

A seção 3 está dividida em duas subseções principais, que também se subdividem. A primeira, a subseção 3.1, procura abordar o contexto político e econômico dos governos Figueiredo e Sarney e o papel desempenhado pelo empresariado industrial no período. Já a subseção 3.2 dedica-se a uma análise mais detida sobre o processo Constituinte brasileiro, considerando os temas centrais para o empresariado industrial na elaboração da nova Constituição, assim como as ações empreendidas pelo empresariado nas disputas políticas em torno da ANC.

A subseção 3.1 divide-se obedecendo à periodização dos governos Figueiredo e Sarney. Em relação ao mandato do último ditador, a presente dissertação orienta sua análise para as disputas em torno do projeto de abertura política proposto pelo governo, que se opunha às lutas pela democratização empenhadas por diversos setores da sociedade civil brasileira, procurando observar quais foram as posturas tomadas pela elite industrial diante dessa dinâmica. Isso interessa na medida em que os empresários do setor atuaram a fim de consolidar sua posição de interlocutor político no campo da luta democrática, aberta desde o governo Geisel – o que os obrigava também a adotar posturas conservadoras em relação ao avanço do próprio campo político democrático, avaliando possíveis perdas no seu protagonismo político em relação às demais forças políticas surgidas no processo de transição.

Com a eleição da chapa oposicionista à ditadura no Colégio Eleitoral e o início do mandato de José Sarney, vice-presidente eleito, aprofunda-se o processo de redemocratização do país. Nesse momento, de composição de um novo governo, a dissertação observa como o empresariado industrial relacionou-se com o novo governo, de modo a preservar e, evidentemente, ampliar sua influência no Estado num momento em que diversas forças políticas também disputavam espaços para articular seus interesses na conformação das novas relações políticas entre governo e sociedade civil. Assim, o empresariado industrial precisava efetivar, na prática, uma atuação política dentro de um contexto democrático, dando-lhe formas ao mesmo tempo em que também era conformado por ele, no sentido de que não mais poderia se apoiar, exclusivamente, em recursos autoritários.

Contudo, uma análise da atuação política do empresariado industrial nos dois governos estaria incompleta caso a dissertação deixasse de realizar alguns apontamentos em relação às questões econômicas nacionais que tanto ocuparam as discussões nos período compreendido pelos dois governos em questão. A escalada inflacionária e a crise da dívida externa foram alvos de intensos debates, e o setor industrial procurou, a todo momento, participar ativamente, ou ao menos influenciá-las, das decisões tomadas pelos governos Figueiredo e Sarney para enfrentar a crise econômica, bem como teve de se posicionar diante das demandas provenientes de outros setores da sociedade civil – notadamente a classe trabalhadora.

Portanto, na presente seção, a conjuntura de agravamento da crise econômica, bem como as propostas e os planos elaborados para sua solução também constituem um dos fios condutores da narrativa aqui formulada. Nesse ponto, o debate econômico e os posicionamentos do empresariado industrial constituem um campo revelador do pensamento dos empresários do setor quanto à crise de um modelo de desenvolvimento econômico que tanto havia lhe beneficiado, e quanto às saídas propostas pelos industriais para a crise, o que contribui para se compreender a visão que o empresariado tinha para o próprio setor industrial e para a economia nacional, diante de um cenário em que o conflito distributivo aparecia com grande expressividade.

Na subseção 3.2, a dissertação concentra-se em realizar um estudo de caso sobre a ANC. Neste momento, o foco da discussão coloca-se nas estratégias e mobilizações políticas adotadas pelo empresariado industrial para, num primeiro momento, eleger seus pares para a ANC ou apoiar parlamentares ligados a seus interesses; e, num segundo momento, para conseguir aprovar, na Carta, um texto que fosse favorável à iniciativa privada, sobretudo em relação ao papel do Estado na economia. Nesse sentido, analisa-se também como o empresariado industrial organizou-se, juntamente como os demais setores da burguesia nacional, a fim de barrar, na Constituição, direitos trabalhistas e sociais que foram pautados pela classe trabalhadora.

Para as reflexões sobre os posicionamentos do empresariado industrial no que concerne às questões políticas do governo Figueiredo e Sarney, a dissertação baseia-se nas análises elaboradas por Bresser-Pereira (1987b), Codato (1997), Bertoncelo (2010), Lamounier (1989), Skidmore (1988, Diniz (1997) e Fernandes (1982). Já quanto às questões voltadas para o cenário econômico vivido pelo país na década de 1980, baseia-se nas obras de Furtado (1982), Bresser-Pereira (1987b), Castro e Souza (1988), Macarini (2009), Hermann (2005) e Castro (2005).. Tanto para as discussões econômicas como políticas, incluindo seus

entrelaçamentos, a dissertação procurou analisar os discursos produzidos pelo empresariado industrial na época, recorrendo aos registros dos periódicos e de documentos produzidos pelo próprio empresariado. Na subseção 3.2, além das análises realizadas a partir de fontes primárias, com destaque para os periódicos, a dissertação procurou fundamentar-se nas análises de Diniz, Boschi e Lessa (1989), Coelho (1988), Rava (2010), Marcelino, Braga e Domingo (2009), Cruz (1997), Rodrigues (1987), Fleischer (1987) e Monclaire (2008).

Cabe ressaltar, ainda que brevemente, a continuidade do destaque, como na seção 2, da figura de Antônio Ermírio de Moraes como representante do pensamento industrial. Tal concepção reafirma-se pela proeminência de sua atuação nos debates públicos do período, com notável reconhecimento entre seus pares, confirmado pelas sucessivas eleições como liderança empresarial nacional realizadas pelo periódico *Balanço Anual*, ligado à *Gazeta Mercantil*. Além de sua evidente atuação e articulação política na época, Ermírio de Moraes projetou-se ao longo de toda a década de 1980 como o perfil idealizado do empresário industrial brasileiro, cumprindo um papel determinante para a criação de uma imagem pública do setor que se viabilizasse como um interlocutor com a sociedade civil, em relação aos debates políticos e econômicos do período. Nesse aspecto, ainda que o tema não se constitua como parte integrante da análise, fica a reflexão sobre a construção da mídia empresarial em torno de sua figura pública como representante do empresariado, num momento em que a burguesia industrial não podia prescindir de posicionar-se nos debates colocados na sociedade brasileira, condição fundamental para o exercício da democracia – situação oposta ao período ditatorial, em que essa necessidade não se colocava.

A atuação de Antônio Ermírio de Moraes como principal figura política do empresariado industrial revela-se também por sua candidatura ao governo do estado de São Paulo pelo PTB nas eleições de 1986, em que obteve uma porcentagem considerável dos votos (27%), ficando em segundo lugar – perdeu para Orestes Quércia (41%), do PMDB, mas manteve-se à frente de outro notório empresário e político, Paulo Maluf (20%), do PDS. Finalmente, não faltaram também, no período, especulações em torno da candidatura do industrial para a prefeitura de São Paulo (1988) e para a Presidência da República, em 1989.

Em tempo, é preciso observar que as análises sobre o empresariado industrial nacional realizadas na seção 3 procuram dar conta de levantar os pontos de discordância existentes dentro dessa própria fração de classe, assim como as diferenças e convergências nos posicionamentos políticos e econômicos existentes entre as frações de classe da burguesia nacional, bem como com relação às multinacionais.

3.1 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS GOVERNOS JOAO BAPTISTA FIGUEIREDO E JOSÉ SARNEY, E O PAPEL DESEMPENHADO PELO EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO PERÍODO

3.1.1 O governo Figueiredo (1979-1985): tensões entre a abertura e a democratização

A movimentação realizada por empresários da indústria nacional, ao procurarem distanciar-se do regime e se incorporar ao campo democrático, pode ser mais bem compreendida quando se observam também aspectos gerais da economia brasileira na segunda metade da década de 1970. Embora o crescimento econômico no período entre 1974 e 1981 tenha sido, em média, de 5,4% ao ano, puxado pelos investimentos no setor industrial, a realidade econômica e social ao longo desse mesmo período revelava problemas estruturais do desenvolvimento nacional. Além da própria desaceleração do crescimento, o que afetava as taxas de lucro do setor, as preocupações empresariais no final da década estavam sintonizadas com a percepção de que a degradação do quadro social – permeada pelo aumento da desigualdade, da concentração de renda[57] e da inflação, e expressada pela explosão de movimentos reivindicatórios – era fruto da política econômica empreendida pelo regime.

De acordo com Furtado (1982), o choque nos preços dos derivados de petróleo em 1974 provocou uma pressão sobre os preços de intercâmbio externo, resultando na sua deterioração e limitando, consequentemente, a capacidade de importação da economia brasileira. O equilíbrio no balanço de pagamentos estava ameaçado, ao mesmo tempo em que o sistema industrial operava em capacidade máxima. Desse modo, a oferta encontrava-se rígida, e a inflação dava sinais de fortalecimento – em 1973, ficou em 16%; no ano seguinte, atingiu 35%. Além do enfrentamento da restrição externa, a ameaça inflacionária voltava a pesar. Como discutido anteriormente, a opção do governo Geisel em manter o crescimento econômico nessas condições teve como base o aumento do endividamento externo. Tal opção revelava, segundo Furtado (1982), a manutenção do crescimento acelerado com base no consumo de bens duráveis, em detrimento da capacidade de elevar o autofinaciamento, por

[57] Em 1979, 4% da população economicamente ativa (PEA) de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, ganhavam acima de dez salários mínimos, enquanto 40% dela recebiam até três salários. A desvalorização salarial impunha-se: se em 1959 um trabalhador que recebia salário mínimo levava 65 horas de trabalho para comprar os alimentos necessários para sua família, ao final da década de 1970 esse número subiu para 153 horas. Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrava que 44% das famílias brasileiras viviam na linha da pobreza (renda inferior a dois salários mínimos). (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995)

meio da poupança interna, que continuou a ser canalizada para o financiamento do consumo. Desse modo, por mais que o II PND vislumbrasse mudar a estrutura industrial de modo a reduzir o coeficiente de importações, ampliando a base industrial e o "potencial autotransformador da economia" (FURTADO, 1982, P. 48), as políticas implementadas se mostraram equivocadas:

> No período de 1967-73, durante o qual ocorrera uma melhora significativa nos termos do intercâmbio (+20 por cento), o déficit em conta corrente na balança de pagamentos alcançara a média anual de 2 por cento do Produto Interno. Isso numa fase em que a margem inicial de capacidade ociosa emprestara notável flexibilidade ao sistema, conforme assinalamos. A situação que se apresentava em 1974 era extremamente inversa: rigidez da oferta interna e degradação dos termos de intercâmbio. Todo empenho no sentido de elevar a taxa de investimento, que não se fundasse num aumento do esforço de poupança, teria que engendrar forte pressão inflacionária. Foi para absorver parte dessa pressão que se abriram as portas às importações, fazendo saltar a divida externa de 12,5 para 21,2 bilhões de dólares entre 1973 a 1975. (FURTADO, 1982, p. 48)

A explosão da dívida impactou diretamente a capacidade de importar – seu custo entre 1973 e 1978 aumentou mais rápido que as exportações e a formação da poupança interna. O serviço da dívida, por exemplo, passou de US$ 3,4 bilhões para US$ 10 bilhões, o que exigiu um aumento da participação das exportações para seu pagamento (de 39% para 73%). A opção pelo financiamento do desenvolvimento via poupança externa tornou-se a base para uma política anti-inflacionista, significando a permanência da busca pelo crescimento a partir do consumo de bens duráveis, favorecendo, sobretudo, os setores industriais dominados pelas empresas multinacionais e a população de alta e média renda[58]. Empresas privadas e públicas financiaram empréstimos no exterior com o auxílio de uma política cambial sobrevalorizada, o que desestimulava as exportações, reforçando o desequilíbrio. Para combater a queda nas exportações, o regime lançou mão de uma série de subsídios, acabando por incrementar o déficit financeiro que, por sua vez, era financiado por altas taxas de juros e garantias cambiais contra a desvalorização cambial e a inflação.

> O que interessa reter desse quadro é que o endividamento externo exacerbado da segunda metade dos anos 70 foi um subproduto de uma política antiinflacionária que pretendeu eludir o caráter estrutural das tensões que originavam a inflação. Não é de surpreender que hajam avançado paralelamente endividamento externo e inflação, pois o primeiro ao imobilizar o governo realimentou a segunda. O custo desse endividamento para a sociedade foi tanto maior quanto em grande parte ele foi fruto das facilidades dadas aos especuladores que realizavam operações de arbitragem no mercado de dinheiro, financiando-se no exterior a baixo custo sem incorrer em qualquer risco de câmbio. (FURTADO, 1982, p. 51)

[58] Para maiores informações macroeconômicas, ver Hermann (2005).

Furtado (1982) afirma que o recurso à poupança externa não foi utilizado para mudar estruturalmente a economia do país, o que aumentaria sua capacidade de autotransformação. Entre 1975 a 1979, a taxa de investimento em capital fixo não se alterou em relação ao quinquênio anterior, mantendo-se em 23,7%. Já a participação do consumo no PIB registrou um aumento de 4 pontos percentuais (de 76% para 80%). Ao mesmo tempo, durante esse período, houve uma significativa queda na relação produto-capital, desdobrando-se na desaceleração do crescimento. Tal conjunto de fatores indicava, ainda segundo Furtado (1982), a necessidade do aumento da taxa de investimentos por meio de maior participação da poupança interna[59].

> Ora, uma tal diretriz se chocaria com a lógica do modelo de crescimento fundado na expansão do mercado dos bens de consumo durável. Daí que nada haja sido feito para reduzir a participação dos bens duráveis (esterilizadores de poupança) no consumo. É natural, portanto, que os esforços feitos para frear a tendência ao declínio na taxa de crescimento do Produto hajam provocado forte sucção de recursos externos [...] Posto que o serviço da dívida externa compete com os investimentos na absorção da poupança, se esse serviço cresce mais do que o Produto a taxa de investimento deverá declinar. Essa situação se vem evitando mediante o refinanciamento permanente da dívida. (FURTADO, 1982, p. 54)

Já para Castro e Souza (1988, diferentemente da análise de Furtado (1982), ao final do governo Geisel, em que pesem as críticas ao modelo de desenvolvimento baseado na poupança externa e seus limites estruturantes, o país estava atendendo às expectativas centrais do II PND. A tendência ao processo de substituição de importações foi assegurada: a importação de bens de capital foi reduzida de 12%, no período 1971-1973, para 3,5%, entre 1981-1983[60]. A partir de 1978, houve um crescimento contínuo do quantum nas exportações (exceto em 1982), com uma maior variedade em sua pauta: a participação dos bens básicos

[59] O industrial Antônio Ermírio de Morais aproximava-se das críticas elaboradas por Furtado (1982) em relação à poupança interna, mas preferia focar, ao seu estilo, na ideia de eficiência: "O problema não é de poupança insuficiente, é de poupança mal aplicada. A euforia do investimento nacional, drogada pela poupança alheia, perturbou a nossa capacidade mental de avaliar riscos. Hoje, estamos descobrindo, um tanto quanto perplexos, que o excesso de velocidade faz o Brasil derrapar na curva da inflação e mergulhar no abismo da dívida [...] [...]quem poupa 20% do PIB, como estamos poupando, pode 'cacifar' um plano de crescimento auto-sustentado. O diabo é que não estamos fazendo bom uso dessa poupança, até aqui exaurida em aplicações improdutivas, especulativas, postergáveis. Ilustrando a tese: este ano, quem aplicou dinheiro do próprio bolso na agricultura, perdeu 17%. Quem congelou o mesmo recurso em caderneta de poupança, ganhou 15%." (BETTING, 1982)

[60] "Na pauta de importações, esse item caiu 17,9% entre 1974-78 para 9,3% em 1981-83. O peso do petróleo importado no consumo final de petróleo no Brasil, que foi crescente até 1979, quando atingiu 86%, caiu para 77% em 1983. Essa queda relativa nas importações de petróleo refletiu também outro efeito estrutural do II PND: a substituição do insumo na matriz energética brasileira, cuja participação reduziu-se de 43% em 1978 para 34% em 1983." (HERMANN, 2005, p. 105)

diminuiu de 65%, em 1973, para 32%, em 1984, enquanto a de bens manufaturados cresceu de 23% para 56% no mesmo período.

Tal análise compreende que o II PND foi fundamental para a modernização nacional, ao diminuir desequilíbrios na indústria entre os setores de bens de capital e de consumo, sendo importante para conseguir gerar as balanças comerciais superavitárias na década de 1980[61]. Assim, quando João Baptista Figueiredo tomou posse na Presidência da República em 1979, o Brasil estava em seu 12º ano consecutivo de crescimento econômico. Contudo, o atrelamento do desenvolvimento nacional à dependência externa tornava o país mais vulnerável às turbulências econômicas globais. Logo em 1979 houve o segundo choque do petróleo, que elevou o preço do barril de US$ 15 para US$ 35, além de aumentar a taxa de juros internacionais, devido à subida dos juros básicos nos Estados Unidos – reduzindo a liquidez mundial e causando dificuldades para a economia brasileira (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 48), tanto para a obtenção de novos empréstimos como para o pagamento da dívida do país, acordada a juros flutuantes.

Em um primeiro momento, o governo Figueiredo optou por enfrentar a piora no cenário econômico por meio de um ajuste recessivo – ao contrário do que fora realizado após o primeiro choque do petróleo, em 1974. Para conter a demanda e enfrentar a inflação, o ministro do Planejamento Mario Simonsen restringiu o acesso ao crédito bancário e reduziu os gastos públicos, os subsídios e os investimentos no setor produtivo. Implantou também uma nova política cambial, pautada nas desvalorizações da taxa de câmbio, a fim de estimular as exportações e melhorar a situação do balanço de pagamentos.

Entretanto, a tendência de queda na atividade econômica devido ao ajuste recessivo gerou uma série de pressões e críticas do meio empresarial, tanto no setor privado como entre as estatais. Simonsen foi substituído por Delfim Netto, com grande aprovação e expectativa por parte do setor industrial – o ministro era identificado aos interesses industriais, sobretudo pela memória dos anos de milagre, conduzido pelo novo-velho ministro. Segundo Codato (1997, p. 329),

[61] "No que se refere ao plano propriamente dito, o II PND cumpriu toda a sua conturbada trajetória, como um produto de gabinete, incapaz de obter o apoio (e muito menos a mobilização) de uma sociedade que não participou de sua elaboração e não tinha como trabalhar a sua execução. Esta falta de respaldo político e participação social deve ter custado muito. E isto não apenas pela razão trivial de que qualquer plano ou política ganha em vigor quando discutida e aceita pela sociedade, mas, concretamente, pela carência de apoio frente a interesses menores ou mesmo escusos que ameaçavam mutilar a estratégia. Acrescente-se a isso o fato de que a corrupção e a impunidade, tão características do ambiente fechado das ditaduras, impuseram severos estragos à consecução de diversas metas. Nada disto, porém, impediu que – a um custo seguramente superior ao necessário – a transformação da estrutura produtiva almejado pelo II PND tenha, em grande medida, se realizado. O que fracassou foi a chamada 'estratégia social', de acordo com a qual seria necessário realizar 'políticas distributivas enquanto o bolo cresce'". (CASTRO; SOUZA, 1988, p. 46)

> Delfim Netto procurou o mais rapidamente possível, depois de anunciar o tabelamento dos juros, retomar o contato com o grande capital e abrir ao empresariado um canal de comunicação direta com o executivo. Assim o ministro do Planejamento convocou uma série de dez reuniões com cento e vinte "homens de negócios", divididos em grupos de doze e distribuídos em setores estratégicos do comércio e da indústria, além de presidentes e diretores das associações de classe mais importantes, a fim de reunir apoio ao seu programa de estabilização.

À frente da economia, Delfim Netto procurou manter o crescimento econômico e combater a alta inflacionária. Ainda em 1979, promoveu a primeira maxidesvalorização cambial do cruzeiro, intencionando redirecionar a demanda para os bens de produção nacionais e provocar o crescimento das exportações, em busca de um maior equilíbrio no balanço de pagamentos. Porém a manobra acabou por aumentar os custos dos produtos e insumos importados, pressionando a inflação.

O crescimento inflacionário também se explica pela correção das tarifas públicas, realizada para conter o déficit público, que era visto como mais um vetor da inflação. Com isso, a inflação, já ao final de 1980, atingiu os 110% (HERMANN, 2005). Outro motivo para esse processo foi a criação do novo regime de reajustes salariais, que passou a ser semestral e não mais anual, devido à rápida deterioração dos salários causada pela inflação alta. A indexação da economia por causa da correção monetária frequente alimentou a inflação inercial, dinâmica fundamentada na inflação ocorrida juntamente com a expectativa da inflação futura, assegurada pelos mecanismos de indexação. Assim, os ajustes de preço e salários tinham curta duração, já que a escalada inflacionária derretia os aumentos reais de cada correção monetária.

Mesmo com essas adversidades, a política econômica de Delfim Netto colheu dois anos de expressivo crescimento – 6,8% em 1979 e 7,9% em 1980. Esses números devem-se à política de desvalorização cambial, com o consequente aumento das exportações, e à participação, na economia, dos investimentos públicos e privados gerados pelo II PND (HERMANN, 2005 p. 105). No *front* do balanço de pagamentos, contudo, o desequilíbrio manteve-se, na medida em que déficit comercial cresceu em razão do aumento dos preços dos produtos derivados do petróleo, e também devido à alta dos juros internacionais, gerando um aumento nas despesas. O país via-se obrigado a queimar suas reservas internacionais para honrar seus compromissos (US$ 12 bilhões para US$ 7 bilhões entre 1978 e 1980).

Assim, o Brasil entrava na década de 1980 precisando rever o quadro de deterioração das contas externas, em um cenário ainda mais desfavorável internacionalmente – a dívida dos países subdesenvolvidos explodia, gerando desconfianças no mercado financeiro, e a

economia dos países desenvolvidos esboçava entrar em recessão. Nesse sentido, a tentativa heterodoxa de manter o crescimento com combate à inflação, empreendida por Delfim Netto, deu lugar a uma inflexão ortodoxa no comando da economia. O ajuste externo foi alçado à condição de principal meta do país, levando a economia nacional a um processo recessivo a partir de 1981. O regime procurou desestimular a demanda, com o intuito de reduzir as importações, estancando a saída de dólares. Para isso, cortou os gastos públicos, restringiu ainda mais o crédito, congelou salários, levando a sua redução real, e aumentou a taxa de juros interna (BERTONCELO, 2009 p. 78). No plano externo, as exportações continuaram a ser estimuladas, com o objetivo de aumentar a captação de dólares, gerando saldos que seriam pagos aos credores. Estava encerrada a estratégia de crescimento com endividamento.

Já no final de 1980, havia uma grande preocupação por parte do empresariado industrial nacional quanto à adoção de medidas restritivas. Em reportagem de setembro de 1980, por exemplo, o *Diário Comércio e Indústria*, ligado ao empresariado nacional, noticiou o encontro entre empresários, no Rio de Janeiro, autointitulados "Clube dos Trinta" (EMPRESÁRIOS, 1980). Os industriais atentavam para o fato de que, caso a política monetária não alcançasse os resultados esperados, o governo poderia endurecer as medidas estabilizadoras no ano seguinte, levando à falência pequenas e médias empresas que já estavam com dificuldades de se manterem rentáveis, ameaçando assim a indústria nacional:

> Na opinião de todos os participantes, a manutenção da política restritiva em 1980 já será suficiente para uma provável "quebra" de um grande número de pequenas e médias empresas. "A hipótese de um continuísmo dessa política, a exemplo de estratégias estabilizadoras, como a proposta pelo FMI, significará também um desfecho trágico para empresas de maior porte que já começam a ter graves problemas de rentabilidade". Para os empresários, a falta de um tratamento especial para pequenos e médios representantes da iniciativa privada implica, consequentemente, perda da identidade da indústria. Com o aumento de falências e concordatas dos segmentos tradicionais da economia, basicamente representados pelas Pequenas e Médias Empresas, a tendência é a inevitável desnacionalização desses setores, afirmaram. (EMPRESÁRIOS, 1980)

O Sindicato das Indústrias de Equipamentos Mecânicos e Materiais Elétricos do Rio de Janeiro sugeria o fim do limite de 45% para a expansão de crédito para as pequenas e médias empresas, enfatizando críticas às altas taxas de juros do mercado para a contratação de empréstimos[62]. As críticas também se estendiam à burocracia governamental para a liberação de recursos para as microempresas.

[62] Segundo Antônio Carreira, presidente do sindicato: "A situação é tão constrangedora – enfatiza – que em uma reunião recente com diversos pequenos empresários do meu sindicato, alguns deles falavam abertamente que não pagavam IPI, ICM, além de não arrecadarem INPS". (EMPRESÁRIOS, 1980)

Para a Abdib, as medidas contracionistas não serviam para o país, em fase de desenvolvimento, sobretudo pelo impacto que a redução das importações teria na cadeia produtiva nacional. O vice-presidente da entidade, Eduardo Uchôa, defendia uma mudança nas políticas de controle inflacionário: "É melhor uma inflação alta, porém estável, sem a quebra maciça das empresas privadas, do que uma inflação pequena promovida às custas de um modelo recessivo e estagnador" (EMPRESÁRIOS, 1980). Além disso, Uchôa via a redução dos investimentos do Estado na economia como mais um problema a ser enfrentado pela indústria privada nacional, na medida em que os programas prioritários do governo concentravam-se no setor energético (petróleo e álcool) e mineral, interrompendo as encomendas no setor de bens de produção.

A reportagem do *Diário Comércio e Indústria* (EMPRESÁRIOS, 1980) também destacava a polêmica entre os setores industrial e financeiro nacionais, mais uma vez centrada nas críticas de Antônio Ermírio de Moraes aos bancos, numa palestra realizada em Fortaleza para 300 empresários. Em sua fala, latejavam as diferenças internas da burguesia nacional: o industrial acusou os banqueiros de "agiotas" por emprestarem apenas a juros altos, com garantias de retorno, e pelo fato de não serem produtivos. A fala de Antônio Ermírio gerou uma nota pública da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). No documento, a entidade alegava que os juros altos não resultavam em lucros elevados, na medida em que o governo vinha controlando as taxas de empréstimos, estreitando a margem de lucros do setor[63]. A Febraban também voltava suas críticas para a inflação, aproveitando para atacar o discurso industrial:

> Uma inflação com os índices atuais não permite captar recursos mais baratos, abaixo das taxas oficiais que já causam uma enorme transferência de renda daqueles que poupam para aqueles que tomam emprestado a taxas altamente subsidiadas. Taxas de juros irreais, negativas em termos reais, significam que os milhões de pequenos poupadores estão subsidiando os tomadores, particularmente as grandes organizações. [...] A acusação de que os bancos nada criam poderia ser verdadeira se somente a indústria tivesse capacidade de poupar. Assim, investiria a indústria suas próprias poupanças em seus próprios negócios. (EMPRESÁRIOS, 1980)

[63] "Para a Febraban, os bancos captam recursos numa ponta e os aplicam na outra. Enquanto a escassez de recursos aumenta, as taxas de empréstimos sobem acompanhando a ascensão das taxas pagas na captação aos poupadores. De fato, ultimamente, como o Governo vem controlando as taxas de empréstimos, e os investidores vêm exigindo maior remuneração das suas poupanças, o que tem ocorrido é um estreitamento das margens de intermediação cobradas pelos bancos, refletidas nas taxas de rentabilidade decrescentes ao longo dos últimos quatro anos, de acordo com dados levantados e publicados pelo Banco Central do Brasil, segundo os quais em 1977 a rentabilidade do patrimônio líquido foi de 23,9%, em 1978, 13,2%, em 1979, 10,1% e, em 1980, esperamos algo inferior, havendo, já em junho, um número significativo de bancos com taxas de lucros inferiores 2% do seu patrimônio." (EMPRESÁRIOS, 1980)

Como resultado dessa política alinhada ao monetarismo, o país enfrentou um período de recessão entre 1981 e 1983, com uma redução média anual de 2,2% ao ano[64]. Nesses anos, a balança comercial brasileira tornou-se superavitária – fenômeno explicado pelo ajuste recessivo e os efeitos do II PND. Porém a alta dos juros internacionais complicava a captação de recursos, além de manter em uma crescente os encargos da dívida externa. A situação tornou-se ainda pior com a insolvência de Polônia e Argentina e a moratória mexicana, o que dificultou o acesso ao capital estrangeiro no mercado internacional para países subdesenvolvidos. Assim, a perda das reservas internacionais não foi estancada: os altos juros praticados internacionalmente e a desconfiança dos investidores em aplicar capital no país, mesmo com a taxa interna de juros alta, levaram à elevação das despesas, forçando o país a gastar suas reservas internacionais, que foram diminuídas para US$ 4 bilhões em 1982.

Diante da explosão da crise da dívida em um cenário recessivo, a ditadura recorreu a um acordo com o FMI, ao final do ano de 1982, para cumprir seus compromissos, obtendo um empréstimo de US$ 4,2 bilhões. Porém esse acordo exigiu da política econômica uma acentuação das manobras recessivas, com maior restrição ao crédito e nova maxidesvalorização do câmbio em 1983 (30%). Além disso, a carga tributária também foi elevada e os investimentos públicos reduzidos, o que diminuiu a taxa de investimentos. O objetivo era claro: não bastava apenas inibir a demanda, era preciso diminuir também o déficit público. Esse ajuste externo promovido pelo regime no início da década de 1980, juntamente com os efeitos na estrutura produtiva realizados pelo PND, logrou atingir superávits primários recordes em 1983 e 1984. Contudo o processo inflacionário não teve o mesmo destino. A correção monetária acabava por realimentar o aumento dos preços no mercado e elevar os encargos da dívida pública, que mantinham suas despesas crescentes devido aos altos juros praticados internamente, apesar das restrições impostas pela política fiscal. Ao mesmo tempo, a capacidade de arrecadação do Estado diminuía, por causa da recessão econômica e da erosão da receita do governo causada pela escalada inflacionária. Consequentemente, em 1984, o déficit do governo atingiu 24% do PIB; a dívida pública, 14%; e a inflação acumulada no ano, 223% (HERMANN, 2005 p. 112).

[64] "A inflação, ao final de 83, ultrapassou os 200%, reduzindo o valor real dos salários (apesar da indexação pelo INPC) e o desemprego subiu em consequência da redução da atividade produtiva. Segundo dados do IBGE, houve queda de 66,7% da oferta de empregos na indústria em setembro de 1983 em relação ao mesmo mês em 1982, atingindo os níveis médios dos anos de 1965 a 1967. Além disso, revertendo as tendências das duas décadas anteriores, a forte recessão do início do 80 fez aumentar a incidência de pobreza. A proporção de famílias pobres passou de 17,7% em 1980 para 30,9% (sobre o total de famílias) em 1983". (BERTONCELO, 2009, p. 80)

A crítica à política econômica ortodoxa reverberava fortemente no empresariado industrial, que, ao aumentar seu tom, distanciava-se do governo. No final de dezembro de 1982, Antônio Ermírio de Moraes, mais uma vez, tecia ataques aos juros altos e às dificuldades para o pagamento da dívida externa (ANTÔNIO ERMÍRIO, 1982). Defendia o incremento das exportações para pagar a dívida, mas reclamava dos juros reais "de 30 a 50%", o que seria um impeditivo para o setor produtivo, e prosseguia:

> Estamos literalmente "administrados" pelos banqueiros. Os de fora, via Fundo Monetários Internacional. Os de dentro, via monetarismo predatório, que já morreu e não foi avisado. A escassez institucionalizada de crédito impede a queda do juro pelo funcionamento natural do mercado. A lei da oferta e da procura veste a camisa da oferta: há sempre tomadores em fila dispostos ao pagamento de qualquer taxa. [...] O volume de crédito vai continuar curto e só uma baixa voluntária, orquestrada pelos próprios banqueiros, fará do crédito um insumo de preço justo. Não me cabe discutir se isso é poético ou não. Se for poético, azar: só a poesia pode salvar o Brasil. (Antônio Ermírio. **Folha de S. Paulo**, 24 dez. 1982)

Além da escalada na cobrança política ao setor financeiro, a subida de tom contra o governo Figueiredo e o ministro Delfim Netto resgatava a ideia do excesso de intervenção do Estado na economia. Retomava assim, em meio ao agravamento da crise econômica, a ideia da culpa do governo por sufocar a livre iniciativa na economia, o que acentuava o perfil do empresariado industrial nacional em seu dúbio discurso de exigir maiores investimentos do Estado no setor produtivo, com a abertura de créditos e diminuição dos juros, ao mesmo tempo em que reclamava do "excesso de governo no mercado". A solução para crise estava no protagonismo da indústria nacional, idealizado pelo empresário:

> A retomada da produção interna, que prefiro chamar, niponicamente, de reativação do trabalho brasileiro, deve começar por uma imediata redução da "taxa de governo" por sobre o mercado. Nós, empresários, sabemos errar sozinhos, sabemos arriscar sozinhos. Não temos necessidade de tutela de alguns tecnocratas de gabinete e muito menos de uma tecnoburocracia agora administrada, de fora para dentro, pelos jovens economistas profissionais do FMI. Não é um Struckmeyer não sei das quantas que me vai dizer o que eu devo fazer, o que eu posso fazer, quanto, como, onde e quando. Isso já virou um vexame nacional, pelo amor de Deus! E não foi por falta de aviso. (Antônio Ermírio. **Folha de S. Paulo**, 24 dez. 1982)

No campo político, o governo Figueiredo manteve o ritmo de lenta distensão que caracterizou a abertura política de seu antecessor. Fazia concessões, ao mesmo tempo em que procurava ditar autoritariamente os rumos do processo. O novo general-presidente assumiu o comando do país meses após uma série de medidas liberalizantes realizadas pelo o governo Geisel, em 1978, que extinguiam o AI-5, reestabeleciam o *habeas corpus* e a suspensão da censura prévia ao rádio e à televisão (a censura aos meios impressos já havia sido levantada

anteriormente). Importante lembrar que essas medidas foram tomadas após o pacote de abril, o qual assegurou ao regime novos mecanismos para manutenção da maioria congressual e nos governos estaduais. A extinção do AI-5 foi um grande marco no processo de abertura, uma vez que restabeleceu o Estado de Direito. Para Daniel Arão Reis Filho (2014), iniciava-se, assim, a transição democrática, que terminaria com a Constituição de 1988, dando fim ao regime de 1964. Portanto, entre 1979 e 1988, o país não vivia mais sob um Estado de exceção. Tampouco um regime democrático (REIS FILHO, 2014). Para Codato (2005)[65], a distensão promovida por Geisel e continuada por Figueiredo[66] representava o projeto de institucionalização do autoritarismo:

> Em vista disso, pode-se presumir que o objetivo estratégico da reconversão liberal do regime militar era a institucionalização de uma série de dispositivos autoritários que, depois de encerrado o ciclo dos generais, garantissem legitimidade, estabilidade e funcionalidade a um novo modelo político nem "populista", nem plenamente "democrático", em função dos riscos do segundo converter-se no primeiro. [...] A opção que prevaleceu foi a de implantar uma forma de governo mais estável, previsível e controlada, em que o sistema de partidos e a rotina eleitoral, que surpreendentemente haviam se convertido, na década de setenta, num meio poderoso de protesto contra o regime, não pusesse em xeque o autoritarismo; nem desse oportunidade aos "excessos" do período populista, representados pelo avanço da mobilização popular sob o comando de uma liderança "carismática e demagógica". (CODATO, 2006 p. 97, 99)

Durante esses dez anos, praticamente, a transição democrática mobilizou uma sociedade civil cada vez mais robusta, em que os diferentes interesses constituídos foram sendo postos em disputa ao mesmo tempo em que um consenso ia se formando em torno da ideia de que esse processo de restabelecimento de um regime democrático seria regulado

---

[65] "Trata-se da institucionalização do *autoritarismo*, ou, mais exatamente, da institucionalização de certos dispositivos de controle da sociedade pelo Estado. Nas palavras tortuosas do Presidente Ernesto Geisel: 'Os instrumentos excepcionais de que o governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem [...] almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, [mas] antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto institucional' (DISCURSO DE GEISEL, 1974, p. 5). A imaginação política criadora posta em prática deu no seguinte: em outubro de 1978, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional n. 11 (à Constituição de 1967), que conjugava reformas políticas com a permanência das 'salvaguardas eficazes'. Ela abolia o Ato Institucional n. 5, restabelecendo o *habeas corpus*, suspendia a censura prévia para rádio e TV, revogava as penas de morte e prisão perpétua, restaurava a independência do Judiciário etc. Mas também garantia, ao mesmo tempo, os poderes discricionários do Executivo. No lugar do AI-5 foram introduzidas na Constituição certas 'salvaguardas para a defesa do Estado', tais como o 'estado de emergência'. Excluída a necessidade de consultas prévias ao Congresso, o estado de emergência poderia ser decretado pelo próprio Presidente da República. Ao contrário do que ocorria no AI-5, o Presidente não estava autorizado a legislar, mas a imunidade parlamentar não foi totalmente restabelecida. Embora o chefe do Executivo não mais pudesse cassar mandatos e suspender direitos políticos, os parlamentares seriam processados pela ditadura nos casos de 'crimes contra a segurança nacional'." (CODATO, 2006, p. 98)

[66] A famosa frase de Figueiredo no início de seu mandato é uma metáfora significativa da institucionalização do autoritarismo: "Quem for contra a abertura, eu prendo e arrebento".

pelas disputas eleitorais (LAMOUNIER, 1989). Nesse sentido, ainda que a abolição do AI-5 seja um feito marcante na trajetória da abertura política, é possível observar que, desde as eleições de 1974, os movimentos oposicionistas, reunidos primeiramente em torno do MDB, apostavam na polarização política e no caráter plebiscitário que o sistema bipartidário permitia. Portanto, se a transição democrática, de fato, iniciou-se em 1979, suas raízes se estendem até 1974, ao considerar-se que a lógica do avanço do campo democrático manteve suas principais características – ascensão de movimentos reivindicatórios e crescimento da oposição institucional por meio do calendário eleitoral. De acordo com Lamounier (1989, p. 37),

> O que ocorreu aqui foi uma acumulação gradual de pressões, canalizada e balizada pelo processo eleitoral. As eleições funcionaram de fato, como indicadores do grau em que o regime autoritário perdia legitimidade e ao mesmo tempo como o mecanismo agregador de novas pressões contra ele.

Para Lamounier (1989), a despeito do autoritarismo do regime, três formalidades democráticas foram mantidas, ainda que com distorções, pelo regime. Primeiramente, havia troca de presidentes, evitando uma ditadura personalista, o que cristalizaria com mais força seu caráter antidemocrático; houve a manutenção de um calendário eleitoral mínimo, o que preservou certa credibilidade no processo, mesmo com os casuísmos impostos pela ditadura para manter a formação de maiorias; por fim, associando-se ao ponto anterior, a oposição que sobreviveu à ditadura – ou seja, que não foi exterminada, como os grupos revolucionários, ou exilada – optou por participar do jogo eleitoral nas regras do sistema, sobretudo a partir de 1974, quando a opção revolucionária já estava descartada.

Segundo Bresser-Pereira (1987b), esse jogo entre oposição e regime se estabeleceu de maneira dialética, opondo a "abertura" à "democratização". O primeiro termo se refere à estratégia adotada pela ditadura para realizar as mínimas concessões, imprimindo um ritmo vagaroso – o que garantia a legitimidade do processo desencadeado (havia de fato, uma abertura política), o qual se realizava por meio do atendimento gradual de demandas colocadas pelo campo democrático e, concomitantemente, preservava o bloco de poder. Assim, a parte da sociedade civil que se organizava em torno do segundo termo, a democratização – trabalhadores, estudantes, setores da Igreja Católica, da classe média e do empresariado industrial[67] –, almejava concessões do regime, enquanto procurava a viabilidade

[67] Para Bertoncelo (2009, p. 173), "os protestos contra a ordem política autoritária se intensificaram, com as mobilizações de entidades profissionais e de associações estudantis, com a volta do movimento grevista à cena pública. Essa onda de protestos estimulou um 'surto associativista', uma redefinição das formas de ação

eleitoral ao longo dos escrutínios da década de 1970 e 1980. Dessa forma, o estabelecimento de um campo de negociação entre governo e oposição por meio do jogo eleitoral, para Bresser-Pereira (1987b) e Lamounier (1989), privilegiou um processo de transição política conservador.

> O governo se beneficiou de várias maneiras da continuidade desse processo, inclusive, o que é muito importante, com uma perda gradual dos ônus inerentes a sua anterior postura repressiva. Em suma, o governo pôde capitalizar os benefícios políticos de uma atmosfera progressiva de "normalidade", como se trocasse as perdas de legitimidade devidas ao descontentamento com seu passado por ganhos fundados na crescente credibilidade de suas intenções. "Paradoxalmente", a erosão da legitimidade do regime, iniciada em 1974, correspondeu a uma revitalização da autoridade do governo – posto que tal autoridade foi, desse modo, investida no papel de condutora do processo de "descompressão", mais tarde rebatizado de normalização e, finalmente, de redemocratização. O jogo eleitoral foi, nesse sentido, a expressão institucional de uma negociação implícita entre a oposição parlamentar (apoiada, é claro, pela "sociedade civil") e os setores menos intransigentes das forças armadas – ou do regime como um todo. (LAMOUNIER, 1989, p. 37)

O "desgarramento" da figura do governo à identidade com o regime, nos termos apontados por Lamounier (1989), pode ser observado quando se analisa o prestígio político com o qual o mandato de Figueiredo iniciou sua trajetória, numa de suas principais bases de apoio. O empresariado nacional, em especial o industrial, o setor que mais havia se afastado do regime durante o governo Geisel, forneceu, no início, um forte apoio ao novo general-presidente. Para Codato (1997, p. 312),

> A fim de responder às pressões sociais do último período, o General Figueiredo armou uma estrutura burocrática diferente, mais aberta e receptiva, reconstruindo os antigos canais de participação do grande capital nos assuntos do Estado e pavimentando novas vias de acesso ao seu aparelho. Houve, de fato, uma restauração dos padrões corporativistas suprimidos no pós-74 e uma redefinição dos centros de poder real.

O reestabelecimento da base política do regime foi fundamental para a manutenção do controle do processo de transição – reforçando a abertura em detrimento da democratização. Naquele momento, Dilson Funaro, então vice-presidente da Fiesp, afirmava:

> O presidente Figueiredo demonstra uma grande vontade unir a nação [...] e boa parte do ministério está tentando acompanhá-lo. Os ministros estão interessados em ouvir a sociedade e desejam discutir os problemas. Brasília, hoje, é uma cidade muito mais

coletiva e a formação de novas identidades coletivas, tanto entre frações de trabalhadores manuais quanto entre profissionais de camadas médias, em torno de reivindicações por direitos civis, políticos e sociais. Fundamentalmente, houve um processo de autonomização política de amplas camadas sociais, que extravasou o aparato corporativo-estatal, sustentando a construção de formas mais pluralista de articulação de interesses e demandas".

> aberta ao diálogo e isso trará uma grande contribuição ao desenvolvimento. (VEJA[68], 1979 apud CODATO, 1997, p. 312)

Assim, Figueiredo atendia às reivindicações empresariais, tão significativamente representadas pelo "documento dos oito" (SÓ DEMOCRACIA, 1978), reorganizando a estrutura institucional do Estado para incluir a iniciativa privada nacional nos centros de decisões da política econômica. Nesse sentido é que se deve compreender também a guinada da política econômica em seu governo que, se no primeiro ano adotou uma postura ortodoxa, a partir de 1980 optou pela retomada do crescimento, atendendo às demandas do empresariado industrial nacional. Ao recompor, minimante, a base estrutural do regime, o governo Figueiredo garantiu o espaço de negociação institucional do processo de transição. Já em 1979, o Congresso aprovou a Lei da Anistia, demanda histórica dos movimentos de oposição. Mas, uma anistia duvidosa: se por um lado assegurou um passo a mais na normalização política do país, com o reestabelecimento de direitos políticos aos opositores do regime, por outro perdoou os crimes cometidos pelos agentes da ditadura, equivalendo os "crimes políticos" dos membros da oposição à tortura, às mortes e aos desaparecimentos perpetrados pelo regime.

A aprovação da Lei da Anistia no Congresso nesses termos também confirmava a constituição de um espaço institucional de transição política que buscava isolar os grupos mais reacionários do regime, sobretudo dentro das Forças Armadas, os quais repudiavam a abertura política, e também os grupos oposicionistas mais à esquerda, que viram seu projeto de Anistia 'Ampla, Geral e Irrestrita' ser implementado de maneira conservadora (REIS FILHO, 2014).

Outro aspecto que caracterizou o conservadorismo no andamento da transição democrática no início do governo Figueiredo foram as reformas no sistema político-partidário (SKIDMORE, 1988). Para esvaziar o caráter plebiscitário das eleições, o regime enviou uma lei para o Congresso, em 1979, reestabelecendo o pluripartidarismo, com objetivo de dividir as oposições, então concentradas legalmente no MDB. Enquanto almejava a divisão da oposição, o regime transformava a Aliança Renovadora Nacional (Arena) no PDS, mantendo sua unicidade, *a priori*, e procurando aproximar-se de setores oposicionistas mais conservadores, que poderiam compor com o governo na nova realidade pluripartidária, quebrando a dicotomia que se instalara na dinâmica política. Surgiram da reforma, além do

[68] VEJA. 8 ago. 1979.

PDS, o PTB, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o PT e o PMDB, herdeiro do MDB e maior força política da oposição.

Além da reforma partidária, o regime também cancelou as eleições municipais de 1980, adiando-as para 1982, em conjunto com a de governadores, que seria direta pela primeira vez no regime, e para o Legislativo estadual e federal. Ainda, em novembro de 1981, o governo, sempre com aprovação do Congresso, alterou as regras das eleições de 1982, proibindo coligações eleitorais. Evidentemente, os objetivos eram frear a força oposicionista na disputa eleitoral que, a despeito do pluralismo partidário, manteve-se com caráter plebiscitário. Entretanto, a vitória oposicionista de 1982 foi atenuada por essas reformas. Ainda que tenha conquistado 59% dos votos, a oposição não conseguiu obter maioria no Congresso[69]. Nos estados, a oposição conquistou governos chave, das unidades administrativas mais populosas e industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná – todos do PMDB, com exceção do PDT no Rio de Janeiro.

Os freios da abertura política ao processo de democratização estavam relacionados à dinâmica política desenvolvida pela sociedade civil. Especialmente por parte dos movimentos estudantis e, sobretudo, da classe trabalhadora (REIS FILHO, 2014). As greves no ABC em 1979 e 1980 demonstravam a força de reorganização do operariado, causando impactos no planejamento da "abertura" – essa não poderia sair do plano previsto pelo regime. O levante dos trabalhadores causava abalos na saída pelo "alto" programada pelo bloco de poder, especialmente no setor industrial, forçando o governo a reprimi-las em nome da ordem num cenário econômico cada vez mais caótico, que se desdobrava na piora da condições de vida da população. Em 1979,

> Houve o enfrentamento com os patrões, apoiados pelo governo. E a mobilização da legislação autoritária contra o movimento dos operários. Em pouco tempo, o Sindicato dos Metalúrgicos foi fechado, a diretoria, destituída, as lideranças, presas. [...] Afinal, sobreveio o revés, porém a derrota não foi catastrófica. Ao contrário, os líderes acabaram liberados e se tornaram rapidamente heróis de seus liderados, reforçados em sua autoridade e prestígio. A aliança entre patrões e governo revelara-se de modo insofismável. Aquele governo tinha um lado – os patrões – e o apoiava com todas as forças. (REIS FILHO, 2014, p. 129)

Em 1980, não foi diferente. A despeito das conquistas junto ao Governo Federal de reajuste salarial semestral, em vez de anual, a fim de diminuir as perdas com a inflação

[69] "Na câmara dos deputados, a oposição (somando todos os quatro partidos – PMDB, PTB, PDT e PT) superava o número do PDS com 240 a 235, mas no senado o PDS gozava de uma vantagem de 46 sobre os 23 da oposição. No colégio eleitoral (que elegia o presidente), o PDS conservava uma maioria de 359 a 321." (SKIDMORE, 1988, p. 63)

(próximas aos 100%), e do escalonamento no reajuste, para uma maior redistribuição de renda na base, as demais pautas dos trabalhadores do ABC careciam de atendimento: aumento real de salário (15% acima da inflação), direito a representação sindical no espaço de trabalho, jornada semanal de 40 horas e estabilidade no emprego. A resposta do governo foi violenta, com novas prisões, intervenção no sindicato dos metalúrgicos e impedimento da negociação direta com o empresariado. De todas as formas, o movimento grevista do ABC tornou-se representativo de toda uma mobilização da classe trabalhadora para a conquista de direitos que tomou o país, revelada pelo elevado número de greves e paralisações ocorridas ao longo da década de 1980. De acordo com Codato (2006, p. 96), se entre 1980 e 1983 as greves giravam em torno de 150 movimentos, em 1983 elas atingiram 347; em 1984, 492; e em 1985, 619. Já em 1986, foram 1.004 greves, e em 1987, 2.193.

A luta por direitos e a repressão enfrentada pelos trabalhadores escancaravam a faceta autoritária do processo de abertura política, o que fortalecia o campo oposicionista na disputa eleitoral, levando os partidos contrários ao governo a angariarem os votos das classes trabalhadoras (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 132) nos principais centros do país – o que contribuiu para o aumento da pressão no campo da democratização[70]. Ao mesmo tempo, reforçavam, no campo situacionista, a opção pela abertura "lenta, gradual e segura", na medida em que o fortalecimento dos movimentos sociais despertava a reação dos setores reacionários, sobretudo das Forças Armadas que, inclusive, apostaram em ações terroristas para tentar impedir a continuidade do próprio processo de abertura planejado pelo regime (SKIDMORE, 1988). Este, por sua vez, também tratava de não investigar e punir os responsáveis pelos atentados ocorridos na década de 1980, preservando os militares envolvidos. A movimentação política do regime durante a transição democrática indicava, portanto, o reforço do caráter da abertura, no sentido de constituir um espaço político que isolasse movimentos radicais à esquerda e à direita. Tal espaço de negociação chamou a atenção de Florestan Fernandes (1982, p. 32) sobre a perspectiva da opção feita pelo campo oposicionista em não romper com a abertura imposta pelo regime, permitindo o protagonismo das iniciativas gradualistas encampadas pela ditadura, em detrimento do ativismo democrático:

> Como poderia uma ditadura tão exclusivista e intolerante apossar-se da palavra de ordem da transformação democrática da sociedade? [...] Ela se arroga o papel de campeã da causa democrática, como paladina de uma transição lenta, gradual e

[70] Além da participação nas campanhas dos candidatos do (P)MDB, a própria criação do PT revela a opção dos trabalhadores pela via eleitoral e de negociação sindical.

> segura para a democracia... Tal arrogância encontra acolhida – e é natural que encontre – nos vários estratos das classes burguesas. Porém, não recebe o devido combate e desmascaramento nos diversos "setores radicais" ou confronto político sério à esquerda, onde seria natural que se desmistificasse não só a democracia burguesa mas, principalmente, os ideais de "democracia esclarecida" das elites e a versão que assume na impostura sem disfarces da ditadura.

A inviabilidade de um rompimento radical com o regime, ou do vislumbre de um processo revolucionário, demonstrado pela capacidade repressiva que o regime detinha no processo de transição, configurando um Estado de Direito autoritário, empurrava a oposição paro o espaço legal da disputa eleitoral, onde ela reverberava, em votos, a força das demandas pró-democracia. Ao mesmo tempo, a pressão pela democratização que ia tomando conta da sociedade civil tinha seu ímpeto freado pela dinâmica institucional, uma vez que a participação nesse jogo político era condicionada pela submissão às regras impostas pelo regime.

Nesse aspecto, ainda, é preciso atentar que o terrorismo de direita, mesmo que minoritário, pairava utilmente como uma ameaça de recrudescimento do regime caso a abertura se transformasse, de fato, em democratização, o que significaria a perda do controle político por parte do bloco de poder. Nesse sentido, a oposição representada pelos partidos optou por negociar, e não recusar, a abertura proposta pelo regime, evitando correr o risco de ver o grupo político mais à direita bloquear, ou até mesmo forçar o retrocesso nas conquistas obtidas desde o início do processo de abertura. De modo que essa construção política adotada pelo governo e pela maioria dos movimentos oposicionistas organizados gerou uma transição extremamente lenta, cautelosa. De acordo com Skidmore (1988, p. 69),

> Quando o presidente Geisel prometeu a redemocratização, em 1974, houve um profundo ceticismo. Ainda assim, os militares pró-democracia prevaleceram, apesar das repetidas ameaças da "linha-dura". Não menos importante, os militares moderados consideravam a posição civil, embora nenhum dos lados admitisse isso, como capaz de cooperar no tenso processo de mudança para um estado menos arbitrário. Até mesmo os líderes da guerrilha empenhavam-se na pacificação política. Nenhum membro significativo da esquerda pregava a ação armada. Era uma época de intenso debate político, mas dentro da estrutura criada pela abertura.

Assim como Skidmore (1988), Bresser-Pereira (1987b) entende que a dinâmica entre a abertura e a redemocratização caracterizou-se pela sobreposição da negociação ao conflito. Nessa dinâmica, a crescente força da sociedade civil em relação ao regime ocorreu de forma conservadora, sem "arriscar-se a um processo completo de democratização" (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 130). Sua origem remonta ao que o autor classificou como um frágil e impreciso "pacto social democrático de 1977", ocorrido após o início do processo de

"democratização da sociedade civil[71]", a partir de 1975, quando setores da classe média, estudantes e sobretudo os trabalhadores conquistam maior espaço político, como desdobramento da distensão iniciada em 1974 (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 00). A entrada desses novos atores na cena política ganhou novas dimensões quando setores do empresariado nacional, em especial os grandes industriais, aderiram à bandeira pelo retorno da democracia, estabelecendo um consenso mínimo em torno dessa pauta na própria sociedade civil, como discutido na seção 2 deste trabalho.

Tal consenso na sociedade civil forçava o regime a responder com movimentos mais efetivos nessa direção, ao final do governo Geisel. Ao mesmo tempo, o realinhamento do empresariado industrial nacional à abertura proposta pelo regime no início do governo Figueiredo, a partir da reacomodação da participação e dos interesses do setor no governo, significava que o desembarque empresarial da sustentação ao autoritarismo – que representaria o fim da ditadura – ocorreria também de forma, lenta, gradual e segura, forçando a existência, na sociedade civil, de outro consenso, conservador, já apontado pelo "documento dos oito" (SÓ DEMOCRACIA, 1978) : se a democracia estava associada a melhores condições de vida para o povo brasileiro, sendo necessária maior atenção por parte do Estado às questões sociais, sua existência condicionava-se à consolidação do regime de mercado baseado na iniciativa privada.

Assim, o empresariado nacional, com proeminência do setor industrial, prestava-se a uma posição de duplo caráter, revelador de seu pragmatismo – apoiando a democracia, na mesma medida em que buscava dar contornos a ela, reduzia suas próprias potencialidades. Desse modo, as lideranças empresariais reunidas em torno do "documento dos oito", tão questionadas ao final de 1978 por ocasião de seu suposto "recuo" quando da pressão pelo retorno à democracia, respondia de forma clara – ao apoiar politicamente o governo Figueiredo em seus primeiros quatro anos – de qual tipo de democracia aceitaria participar.

Para Florestan Fernandes (1982), a burguesia nacional, por mais que pudesse desvincular-se da ditadura, não o fazia porque esta cumpria o papel de garantir o poder político daquela diante das transformações sociais resultantes do próprio desenvolvimento industrial, que consolidaram o proletariado como uma classe capaz de se articular politicamente na luta por direitos econômicos, políticos, jurídicos e sociais – direitos de que,

[71] Bresser-Pereira (1987b, p. 101) entende por "sociedade civil a dimensão política da base material da sociedade. Nestes termos, a sociedade civil se distingue do povo, porque neste todos os cidadãos são formalmente iguais perante à lei, enquanto na sociedade civil as classes e frações de classe aparecem organizadas e ponderadas de acordo com poder político e/ou a importância econômica que possuem. A sociedade civil é, portanto, uma expressão do poder real da sociedade."

até então, ele estava privado, embora se trate, inclusive, de direitos próprios de uma democracia burguesa.

> Isso faz com que as classes burguesas, por mais descontentes que estejam com a ditadura, dependam dela para ter um respiro: "a volta à normalidade", de uma perspectiva burguesa, associa dialeticamente o desaparecimento da ditadura com a transição para a "democracia", ambas segundo um padrão de transformação lenta, gradual e segura. As pressões do tope da sociedade conferem, portanto, um amplo espaço político à ditadura, no qual ela pode movimentar-se, defender-se e até ganhar elasticidade para parecer ser o que não é. As duas coisas, isoladamente e em conjunto, concorrem para o mesmo efeito: o regime se despoja de alguns de seus traços e funções, mas incorpora outros e, o que é deveras relevante, pode preservar quase intocável o seu núcleo de poder. (FERNANDES, 1982, p. 11)

Essas condições revelavam, segundo Florestan Fernandes (1982), a reposição da *crise do poder burguês.* O desenvolvimento econômico nacional nos anos 1970 fora construído sob as égides da *autocracia burguesa*, sendo essa forma resultante da crise do poder burguês existente na década de 1960, resolvida com a articulação do golpe de Estado e a institucionalização gradativa da ditadura. Contudo, o próprio desenvolvimento capitalista gerou ou revigorou as forças que pressionavam a ditadura contra as restrições às quais a sociedade brasileira estava submetida[72].

A unificação dos diferentes setores da burguesia multinacional e associada diante da conjuntura dos anos 1960 formou a base de sustentação da ditadura representadas, no limite, pelo tripé econômico e pela tutela militar. Ao congregar a heterogeneidade dos setores burgueses numa base unificada, a ditadura consolidou-se ao efetivar os interesses comuns da burguesia multinacional e associada, conquistando sua legitimidade em razão dos expressivos resultados econômicos que aprofundaram o desenvolvimento capitalista do país atrelado ao sistema internacional. Para Florestan Fernandes (1982), o fortalecimento dos diferentes setores da burguesia multinacional e associada sob a égide da ditadura apresentava, entretanto, desequilíbrios que viriam a abalar a unificação desse bloco de poder, diante dos limites e contradições que o modelo de desenvolvimento apresentava após o "milagre" e diante do alargamento da ordem burguesa, que necessariamente incluiu as demais classes da sociedade brasileira no desenvolvimento capitalista – classes estas que passaram a exigir os

[72] "O desenvolvimento capitalista desigual concedeu aos estratos dominantes das classes burguesas várias vantagens na condução da contrarrevolução, da guerra civil e da ditadura de classe. Porém, também cerceou o terreno que poderia conferir solidez, eficácia e permanência àquelas vantagens, o que fez com que elas se evaporassem sem alimentar uma transmutação política. A ditadura viu-se diante do impasse de refazer-se continuamente, e do desafio maior de não poder impedir o crescimento e o desdobramento das forças sociais que pareciam batidas e enquadradas pela república institucional". (FERNANDES, p. 1982, p. 48)

direitos até então monopolizados pela grande burguesia multinacional e associada, configurando uma "revolução social dentro da ordem" (FERNANDES, 1982, p. 122).

> Essa parte da transformação proletária da ordem burguesa não pode ser evitada dada certa diferenciação, amadurecimento e consolidação do capitalismo. Não se pode ter, ao mesmo tempo, uma sociedade de classes típica da época atual e padrões de relações de classes típicos de uma sociedade escravista ou semi-escravista. Se o referido estágio só se configura como processo histórico-social neste fim de século, isso se deve ao fato de que o desenvolvimento capitalista se desenrolou sem as reformas e "revoluções" concomitantes à transformação capitalista. Tais reformas e "revoluções" estão surgindo, e é da lógica das coisas que elas se imponham pela pressão econômica, social e política das classes trabalhadoras. (FERNANDES, 1982, p. 122)

No flanco interno, entende-se aqui que o *poder burguês* foi desvelando suas contradições, quando observada a consolidação de um capitalismo monopolista e internacionalizado que resultou numa industrialização concentradora, a qual, por sua vez, ampliou, ao longo do regime, as desigualdades no tripé capital estatal-multinacional-nacional dentro do bloco do poder multinacional e associado[73]. Nesse contexto, a "campanha contra a estatização", o "documento dos oito", em suma, toda a movimentação empresarial na segunda metade da década de 1970 é a expressão do *drama* da burguesia industrial nacional diante do domínio desequilibrado do setor estatal e do setor multinacional – este tanto na área industrial como na área financeira.

Quando um grupo de industriais, notadamente aqueles que geraram e orbitaram em torno do "documento dos oito" acena com a bandeira democrática, tal movimento se caracteriza como de duplo caráter, ao pressionar o Estado e as multinacionais com a retórica democrática, buscando, ao mesmo tempo, estabelecer qual democracia tal grupo estava disposto a negociar com as demais classes da sociedade civil, tentando, assim, impedir sua radicalidade. A negociação estendia-se, portanto, aos dois lados: dentro do tripé, alertando sobre a necessidade de uma reconfiguração política e econômica do regime; e diante da sociedade civil, que cobrava aquilo que a burguesia dependente nacional jamais tinha sido capaz de empunhar como bandeira – a existência de uma democracia burguesa.

Para o setor multinacional, de acordo com Florestan Fernandes (1982, p. 112), a existência ou a persistência da ditadura vinha-se tornando, em certo grau, uma ameaça a seus próprios interesses:

---

[73] "No momento em que a contrarrevolução se desgasta e enfrenta a ameaça que não pode impedir (pode deter por algum tempo), coloca-se de novo a questão da base social de sua capacidade coletiva de dominação (em escala nacional) e de poder real (como poder de classe, diretamente fundado na situação de interesses das classes burguesas, e, em especial, como poder de classe mediado pelo Estado). Todas as classes burguesas se fortaleceram. Mas, não se fortaleceram por igual. (FERNANDES, 1982, p. 97)

> Uma ditadura prolongada, que não seja intrinsicamente títere, liberta contradições entre *capital nacional e capital estrangeiro*; combinado ao poder absoluto, que aumenta a autonomia relativa dos grupos internos que controlam o poder na ditadura, isso pode suscitar pressões internas favoráveis a reintensificação da revolução nacional (mesmo em setores conservadores das classes burguesas) Outro, está na contenção da revolução democrática: uma ditadura prolongada, de pés e mãos atadas à conciliação entre burguesia nacional e imperialismo, tem de responder ao requisito deste de impedir a instabilização política (isto é, de garantir a segurança dos investimentos e a continuidade da incorporação)[74].

A intensificação da luta de classes durante a abertura promovida pelo regime, impulsionada pela deterioração do quadro social brasileiro obrigava, portanto, o bloco de poder multinacional e associado a se movimentar como um todo, externamente, e internamente. Unidos, minimamente, pela defesa da propriedade privada e pelo alçamento da iniciativa privada como pilar de uma futura democracia, os setores que compunham o bloco de poder multinacional e associado caminharam, estrategicamente, para a unção do *pacto social*, visando, segundo Florestan Fernandes (1982, p. 109), à manutenção da dominação burguesa sobre a sociedade civil, com objetivo de arrefecer as possibilidades, cada vez mais concretas, de fraturas sociais ameaçadoras a seu poder.

O vigor que os movimentos sociais e as derrotas eleitorais deram à demanda pela democracia impôs, assim, a *necessidade de conciliar*, de modo a afastar a possibilidade de que a crise do poder burguês se transformasse em seu colapso. O apoio à abertura política, sobretudo após o realinhamento do empresariado industrial ao regime no período Figueiredo, significou a compreensão de que era preciso considerar o fortalecimento político da sociedade civil, empurrada pelos trabalhadores, como um caminho sem volta – o que exigia um novo tipo de postura para a manutenção do poder burguês, no qual a democracia seria parida à fórceps pela ditadura, constituindo-se como seu prolongamento.

> A ditadura deixou de ser prioritária para esses setores mas não perdeu o caráter de uma necessidade inelutável, ao mesmo tempo econômica, social e política. O ideal, para eles, seria que ela se mantivesse, renovando-se e crescendo, de modo a gerar uma democracia de participação ampliada estável, esterilizada e controlada pelo tope das classes dominantes (ou seja, por suas elites no poder). O melhor dos mundos possíveis passa, portanto, para tais setores, pela ditadura, porém segundo uma lógica burguesa de capitalismo dependente internacionalizado: ao destituir-se, a ditadura

[74] Florestan Fernandes (1982, p. 20) ainda aprofunda um pouco mais essa mesma visão: "Um rápido bosquejo permite demonstrar essa constatação. As grandes corporações estrangeiras, por exemplo, já sob o governo Geisel identificavam-se com uma descompressão política acompanhada de uma inibição do 'braço militar'. Já então preferiam algum restabelecimento do sistema representativo, nos moldes da democracia forte, com a saturação militar localizada de certas funções do Estado, que compatibilizasse um desenvolvimento capitalista com segurança sem os custos econômicos e os riscos políticos de uma ditadura militar mais ou menos incontrolável pelo tope da sociedade civil."

> daria à luz não o seu avesso ou o seu contrário, mas uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o reino de partidos e a rotina eleitoral. [...] Dentro dessa lógica, a forma política democracia seria o melhor antídoto contra a mudança social revolucionária e, no fundo, a única resposta inteligente à questão posta pela ditadura por outros meios. (FERNANDES, 1982, p. 99)

Bresser-Pereira (1987b) destaca também, como razões para a longevidade da transição democrática, o fato de as crescentes revoltas populares em 1979 e 1980 não terem se constituído como um movimento organizado contra a ditadura, ainda que escancarassem seu caráter elitista e antipopular como insustentável. Já a classe trabalhadora organizada, sobretudo do setor industrial, mas também no setor de serviços, mobilizou-se em torno do PT e do PMDB, optando por participar do jogo eleitoral proposto pela abertura. Ambos os partidos, em especial o PT, aglutinaram os movimentos sociais mais à esquerda, questionando, ainda que internamente e, portanto, dentro das regras colocadas, o regime.

A formação de uma sociedade absolutamente desigual durante os anos da ditadura civil-militar também contribuiu para a predominância, na classe média, de um perfil conservador que contribuiu para a lentidão do processo de transição democrática. Desejosa por mudanças, mas sem dar margem para os riscos de uma transformação política radical que pudesse alterar suas condições de vida, a classe média[75], com exceção de setores mais radicais, apoiou movimentos organizados que pregavam a democracia, mas sem radicalidade. Nas eleições de 1982, seguindo a análise de Bresser-Pereira (1987), a classe média dividiu-se entre o PMDB e o PDS, o que ajuda a compreender a política de "descolamento" da antiga Arena em relação à ditadura, buscando legitimar-se na sociedade civil por meio de posicionamentos mais liberais do ponto de vista político, para assim se fazer um partido representativo dentro do consenso pela transição democrática estabelecido na sociedade civil[76]. Na mesma toada conservadora, o empresariado nacional também se dividiu na disputa

[75] Para Florestan Fernandes (1982, p. 22): "As classes médias mostram duas faces principais. A do seu setor moderno, vinculado às grandes empresas e à tecnocratização do poder estatal, em todos os níveis, que permanece preso às posições predominantes nos estratos da grande burguesia. [...] Todos convergem em busca do desenlace mais simples: o aperfeiçoamento do regime ditatorial vigente, sem maiores riscos para as posições que galgaram (ou lograram manter) na sociedade civil e no controle direto ou indireto do aparelho do Estado. A outra face das classes médias tem sido chamada de 'tradicional', por vincular-se às antigas profissões liberais, à velha burocracia empresarial e estatal ou a várias atividades que perderam significado econômico, com a diferenciação do regime de classes, porém não perderam sua importância psicológica, social, cultural e política. Esse setor se fragmentou ao longo das alterações da república institucional. Uma parte, decrescente, conservou sua lealdade às posições da grande burguesia. Outra deslocou-se abertamente para a oposição legal e, principalmente, para a desobediência civil mais ou menos articulada. Contudo, tende a prevalecer, mesmo nesta última conglomeração, uma ótica pudente e iluminista."

[76] Reforçando o fenômeno de deslocamentos de sentido apontado por Daniel Arão Reis Filho (2014, p. 135), em relação ao processo de transição democrática: "A sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em corpo estranho. Redesenhou-se o quadro das relações complexas

eleitoral, sustentando apoios no PSD e nos candidatos moderados do PMDB, reafirmando seu comprometimento com a continuidade de uma transição democrática negociada. Ainda, antes da proibição de coligações, parte do empresariado, sobretudo o financeiro, mais próximo do liberalismo econômico, participou da formação do Partido Popular (SKIDMORE, 1992), que acabou se fundindo ao PMDB, empurrando este último para posições centristas, diminuindo sua radicalidade. De acordo com Bresser-Pereira (1987b, p. 148)[77]:

> Essa tendência do PMDB para a direita pode ser comprovada pelas relações do eleitorado após as eleições. De acordo com pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em agosto de 1983, 19,%% dos que votaram no PMDB, em 1982, votariam agora em um partido claramente mais à esquerda, o PT, enquanto apenas 4,1% passariam para o PDS. Os eleitores de esquerda abandonavam, assim, o PMDB. Em contrapartida, os eleitores do PDS migravam principalmente para o PMDB (16,6%), depois das eleições. Essa falta de radicalizações na política brasileira atual e principalmente no maior partido da oposição, o PMDB, é talvez a garantia maior que o processo de democratização, afinal, continuará e de se conseguirá eleger um governo com legitimidade no Brasil. É a garantia principal de que uma solução golpista e, portanto, um novo fechamento político não ocorrerá no Brasil. (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 148)

Liderado pelos industriais, o empresariado nacional integrante do bloco de poder multinacional e associado que dirigiu o país durante a ditadura tornava-se, assim, o principal vetor da transição democrática dentro de um paradigma conservador. Fincava os pés no PDS e no PMDB, conquistando uma condição privilegiada no processo de transição, ao se colocar como interlocutor dos anseios do regime e da oposição. É nesse sentido também que se compreende a diminuição da possibilidade golpista, cada vez mais restrita aos círculos militares reacionários, uma vez que a interrupção e o retrocesso radical na transição democrática colocava-se de forma contrária aos próprios interesses do empresariado nacional.

Nesse sentido, é possível refletir sobre a percepção, entre o empresariado nacional, de que o recrudescimento autoritário geraria uma instabilidade política sem proporções, visto que isso significaria o rompimento do consenso mínimo construído na sociedade civil em torno da democracia – o que traria uma situação de imprevisibilidade política e desordem social para um cenário relativamente estável construído ao longo da dinâmica existente entre "abertura" e "democratização". Sem dúvida, um cenário muito mais ameaçador para seu principal interesse

---

entre sociedade e ditadura, que apareceu permanentemente hostilizada pelas gentes. Constituiu-se o silêncio sobre o amplo movimento de massas que, através da Marcha da Família com Deus pela liberdade, legitimou socialmente a vitória do golpe. Desapareceram as pontes e cumplicidades tecidas ao longo anos 1970 que, no limite, constituíram fundamentos do próprio processo de distensão, lento, seguro e gradativo. Figuras notáveis e veneráveis instituições, que haviam apoiado a ditadura no início ou em algum outro momento, apareceram reapresentadas como democratas sem mácula".

[77] Sobre a aproximação do empresariado nacional, incluindo o setor industrial, do PMDB, ver artigo de Bresser-Pereira (1982b).

– o de manter e até ampliar seu poder político no processo de transição para um novo formato institucional – e que vinha, de certa forma, obtendo considerável sucesso. O fortalecimento do autoritarismo tampouco asseguraria maiores possibilidades de acumulação de capital e expansão do setor privado, dado o isolamento político[78] a que um governo assumidamente autoritário estaria sujeito – situação bem diferente daquela encontrada no momento do golpe de 1964, em que havia uma nítida polarização entre diferentes projetos na sociedade civil.

O PMDB caminhava, assim, para se constituir, dentro dos parâmetros da transição conservadora, como uma alternativa viável de poder para a burguesia nacional. O fato de o PMDB, como partido reformista, possuir compromissos com a classe trabalhadora e com setores da classe média à esquerda não significava um risco para a burguesia nacional, mas a possibilidade de congregar os diferentes interesses a partir da negociação, que tanto caracterizava o processo de transição democrática: se o PMDB não representava integralmente os interesses do grande capital, também não se configurava como uma ameaça.

Nesse aspecto, ainda que em 1982 boa parte do empresariado, sobretudo o mais conservador, estivesse identificada com o partido do governo, determinados setores, especialmente o industrial, no qual se incluem as lideranças ungidas pelo Fórum da *Gazeta Mercantil*, estavam se alinhando ao PMDB – o PDS constituía-se como a base da burguesia mercantil, ligada à agroexportação e, portanto, com relações com o empresariado rural. As eleições de 1982, das quais o PMDB foi o grande protagonista, deram ao partido, e não ao PDS, desgastado por representar o governismo diante da onda oposicionista, de fato, a legitimidade forjada pela sociedade civil em torno da democracia: o partido angariara a confiança de setores de todas as classes da sociedade brasileira.

O retumbante avanço do campo oposicionista nas eleições de 1982 também deve ser compreendido como a derrocada do que restava da legitimidade da ditadura: a deterioração da economia do país. A recessão iniciada em 1981 e que se prolongou até 1983, em um contexto de variações na condução da política econômica – o governo iniciou com uma tendência ortodoxa, que em seguida foi abandonada para depois ser retomada – demonstravam sua ingovernabilidade, o que contribuiu para o fortalecimento das oposições, que gozavam do apoio de setores da burguesia, elemento fundamental para seu crescimento, como já discutido.

Nesse contexto, o aprofundamento da crise econômica e a inflexão monetarista promovida pelo governo afastavam o empresariado industrial nacional do governo,

[78] No plano das relações exteriores, a pressão dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, no sentido do reestabelecimento do Estado de Direito e de uma normalidade democrática encontrava-se em num nível mais forte a partir da presidência de Jimmy Carter (1977-1981).

fragilizando-o e pondo em risco o próprio projeto de abertura, fortalecido com o realinhamento do empresariado industrial ao regime no início do governo Figueiredo que, por sua vez, fora sacramentado com a volta de Delfim Netto ao comando da política econômica. Nos anos de recessão, o PIB industrial apresentou uma queda aproximada de 5,4%, sendo os setores de bens de capital e intermediários os mais atingidos pela retração econômica – com queda de 53,6% e 11,4%, no período. (BAPTISTA, 1993)

O desgaste do governo junto ao empresariado, sobretudo nos setores mais modernos da indústria, tornou-se crescente durante a recessão[79]. Segundo enquetes realizadas pela revista *Exame* no meio empresarial (BERTONCELO, 2010, p. 81), em 1981, 24% dos empresários consideravam o governo bom. Já em 1983, apenas 13% diziam o mesmo. Já o número daqueles que o avaliavam como ruim ou péssimo aumentou de 28% para 43% no mesmo período. O derretimento da confiança da burguesia nacional em Delfim Netto também era evidente: Em 1981, 37,5% consideravam sua condução ruim ou péssima, e 28,5 % a viam como excelente. Em 1983, os números atingiram 60% e 12%, respectivamente.

Dessa forma, entende-se que a piora do quadro econômico afetava diretamente o empresariado nacional, ao mesmo tempo em que sua continuidade sem reais perspectivas de reversão poderia desdobrar-se no descontrole político da abertura, impulsionando as pressões democráticas. A preocupação empresarial era fruto de uma análise bem fundamentada da realidade. Relembrando os dados de Codato (2006): se em 1981 e 1982 foram registrados 150 e 144 movimentos grevistas, em 1893 esse número atingiu 347. Além das demandas salariais, em um cenário de compressão da renda do trabalhador, seus principais alvos eram a política econômica e o acordo com o FMI, que radicalizou as medidas recessivas e de arrocho salarial[80]. A movimentação política dos trabalhadores indicava uma conjuntura cada vez mais radicalizada, caminhando para o *"indesejável conflito de classes* ("documento dos oito". SÓ DEMOCRACIA, 1978), arrastando multidões para as ruas e estreitando a solidariedade entre os trabalhadores – os metalúrgicos do ABC chegaram a cruzar os brações em solidariedade à greve dos petroleiros.

---

[79] "A estratégia de combate à crise, que privilegiava medidas de impacto recessivo, gerou enormes reações internas, o que enfraqueceu as bases de apoio social e político das autoridades governamentais. De um lado, camadas empresariais dos setores públicos, membros da aliança sociopolítica articulada no Estado, opuseram-se fortemente na estratégia recessiva porque viam no crescimento econômico o valor básico a ser alcançado." (BERTONCELO, 2009, p. 173.)

[80] De acordo com Bertoncelo (2009, p. 83), "a recessão causou, desde 1982, um recuo nas faixas salariais mais elevadas e um alargamento da faixa salarial inferior. Em 1981, a parcela da população com rendimentos de até 1 salário mínimo correspondia a 32,1% da PEA. Em 1982, esse valor chegou a 40,8%. Por outro lado, a faixa entre 10 e 20 salários mínimos recuou 34% do total da PEA para 27% nesse mesmo período."

No dia 21 de junho de 1983, foi convocada a primeira greve geral na ditadura civil-militar – o *Dia nacional de greve com manifestações,* contra "as políticas econômica e salarial, os acordos com o FMI, a repressão estatal e o elevado custo de vida" (BERTONCELO, 2009, p. 85). O movimento atingiu os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, mobilizando 2 milhões de trabalhadores do setor público e privado[81]. As revoltas populares também começavam a se intensificar, sobretudo na cidade do Rio de janeiro e em São Paulo – na capital paulista, além das manifestações, houve saques, confrontos com a polícia e depredações.

A acentuação da crise social com a derrocada da economia brasileira exigia do empresariado industrial nacional uma atuação política cada vez mais eloquente, de modo a se equilibrar entre, de um lado, o avanço dos setores populares e suas pautas intrinsicamente democráticas e, de outro, o sustento da desestruturação lenta e gradual do regime, fundamental para seus interesses. Nesse aspecto, é emblemática a fala de Osvaldo Setúbal, da Duratex, em 3 junho de 1983:

> Além de pôr em perigo a própria continuidade do processo de abertura, a crise atual envolve o risco de que as cotas de novos encargos sejam repartidas de modo desigual e venham a gerar tensões sociais incontroláveis. (SETÚBAL Apud SKIDMORE, 1988)

Assim, o risco da continuidade de abertura significaria a perda do controle desse processo, tanto pela radicalização dos movimentos sociais, acelerando a democratização e forçando o campo da oposição democrática a se radicalizar também, como pela ameaça de fechamento do regime pela cúpula militar, pressionada pelos setores mais conservadores. Diante desse contexto, em agosto de 1983, o Fórum de líderes da *Gazeta Mercantil* produziu um novo manifesto – conhecido como o "documento dos doze" (DOCUMENTO, 1983). Dos signatários do documento, dez eram empresários do setor industrial – Antônio Ermírio de Moraes, Claudio Bardella, Jorge Gerdau, José Ermírio de Moraes, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Manoel da Costa Santos, Paulo Vellinho, Paulo Villares, Severo Fagundes Gomes –, um do setor financeiro – Olavo Setubal –, e um do setor de serviços – Abílio dos Santos Diniz. Oito deles também haviam assinado o *documento dos oito* (SÓ DEMOCRACIA, 1978), de 1978. Dividido em quatro partes, mais o preâmbulo, o documento

[81] Concentrando-se nas categorias dos "metalúrgicos e trabalhadores da indústria automotiva, trabalhadores da indústria química e petroleira, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos federais e estaduais, professores da rede pública, trabalhadores de transportes urbanos, médicos e funcionários da saúde e bancários" (BERTONCELO, 2009, p. 86).

faz uma análise da economia nacional, conjugando uma série de propostas, sendo sua última parte dedicada a uma defesa da democracia.

Em seu preâmbulo, o documento (DOCUMENTO, 1983) reconhece os "efeitos" destrutivos da crise econômica a todos os países do globo, mas afirma que há uma responsabilidade pelo "agravamento dos problemas" no Brasil. Em um primeiro recado, diz que "não será pela recessão sem destino que o Brasil alcançará seu futuro", numa clara insatisfação com a falta de planejamento na direção econômica do governo, levando à imprevisibilidade. Em seguida, afirma confiar na "tradição do povo brasileiro" em superar momentos críticos da história nacional:

> A tradição do povo brasileiro legou-nos o compromisso de avançar em meio às dificuldades. Ao abalo provocado pela primeira Revolução Industrial, respondemos com a independência, com a manutenção da integridade nacional e com a expansão cafeeira. Os transtornos da Grande Depressão do final do século XIX foram rechaçados pela Abolição da Escravatura, pela Proclamação da República e pelos primeiros passos da Indústria. O desafio de 1929 foi contestado por uma vigorosa política de industrialização que erigiu as bases do Brasil moderno. Nas incertezas dos anos cinquenta, saltamos etapas com a estratégia grandiosa do plano de metas. (DOCUMENTO, 1983)

Interessante observar a avaliação do grupo diante da história nacional, buscando referências no setor agroexportador e no próprio desenvolvimento industrial, além de inserir a proclamação da República e o fim da escravidão como respostas à crise econômica do século XIX. Sobre os últimos 20 anos vividos pelo país, correspondentes à ditadura civil-militar, nenhuma avaliação é feita – gesto compreensível diante da necessidade de o empresariado desgarrar-se do regime perante a opinião pública. O preâmbulo finaliza já com uma indicação sobre a necessidade de uma resposta à crise, definindo uma saída democrática que, no seu entender, passava pela negociação:

> Sabemos que a comunidade brasileira está disposta ao sacrifício para alcançar seu destino. Sabemos, também, que numa sociedade democrática este sacrifício tem que ser decidido pela forma do diálogo e do entendimento. É nesse espírito que oferecemos à Nação um conjunto articulado de ideias que possa orientar a reconstrução do país. (DOCUMENTO, 1983)

A primeira parte é dedicada às questões financeiras. Ataca "as taxas de juros exorbitantes", culpando a desordem financeira do Estado, com o aumento da dívida pública e a "inadequada estrutura de capital e de financiamento do setor privado". Exige o fim das políticas paliativas na área, que "contribuem somente para um adensamento do clima de incerteza que sufoca o espírito empresarial".

Sobre a dívida, o documento aponta a necessidade de "desdolarizar a economia", realizada a partir da transformação do dólar como referência para as operações financeiras internas:

> Diante do risco cambial implícito nessas operações há um duplo movimento: os devedores procuram defender a solvabilidade de seu patrimônio antecipando a liquidação de suas obrigações em dólares, os aplicadores concentram suas operações nos ativos denominados em dólares. Daí decorre uma arbitragem do mercado no sentido de que as taxas de remuneração e de empréstimo sejam determinadas pelas expectativas acerca das variações cambiais. Na situação de asfixia cambial aguda que atravessamos, este fenômeno provoca a elevação generalizada da taxa de juros. (DOCUMENTO, 1983)

Em seguida, os empresários sugerem a transferência para o Estado das dívidas assumidas em dólares. O objetivo era sanear as empresas públicas, que foram largamente utilizadas para a contratação das dívidas. Outro ponto referente às finanças públicas é a questão da reforma do sistema tributário, criticada por ser insuficiente, mal distribuída e mal administrada, citando o abuso na multiplicação de subsídios e incentivos e o casuísmo na criação de impostos. O documento segue, em mais um movimento de ataque ao setor financeiro, expressando a inadmissibilidade de os ganhos patrimoniais ligados à especulação financeira estarem "imunes aos sacrifícios exigidos nesse momento".

As propostas para lidar com a dívida brasileira, na opinião dos empresários, passava por disciplinar as empresas estatais, a fim de mantê-las produtivas nos setores estratégicos, fundamentais para todo o parque industrial brasileiro. Antigo foco de reclamações do setor privado, as estatais são vistas por esses empresários como pilares da economia nacional, sendo necessário capitalizá-las, para reverter o quadro de endividamento pelo qual passaram, por meio da responsabilização do tesouro nacional pelas dívidas externas contraídas. Na visão do documento, as estatais endividadas significavam dificuldades para todo o setor industrial produtivo:

> Sua política de preços deve refletir a variação dos custos unitários de produção mais uma margem normal de lucro sem que se pretenda repassar para o conjunto da indústria o ônus dos pesados compromissos financeiros. (DOCUMENTO, 1983)

O documento continua propondo o fechamento das empresas estatais irrecuperáveis, bem como um controle maior para aquelas que não fossem diretamente produtivas:

> Finalmente, resta apontar para a urgência de se estabelecer regras de controle público para as empresas estatais. A subordinação formal ao Estado não tem impedido que as empresas públicas frequentemente cometam desmandos de toda

> ordem, tomando decisões que desconsiderem as normas elementares da racionalidade econômica. É importante que o Congresso Nacional aprove uma lei regulando a criação, objetivos, operação e normas de fiscalização das empresas estatais. Essa lei deve estabelecer com clareza os limites de endividamento das estatais em relação à evolução do capital próprio. (DOCUMENTO, 1983)

Sobre o setor financeiro privado, os empresários rechaçavam as propostas mais à esquerda, de estatização, e as mais liberais, que pediam a desnacionalização, pois ambas colocariam em risco o setor privado nacional como um todo. A solução viria com uma reforma financeira que possibilitasse aos bancos privados brasileiros participar de investimentos diretos na cadeia produtiva nacional, condição essencial para as transformações tecnológicas e de escala na indústria, que já estavam em ritmo acelerado nos países desenvolvidos.

A primeira parte do documento também procura relacionar as reformas financeiras no sistema público e privado ao combate à inflação, esperando que tais reformas enfrentassem a especulação financeira, cambial e mercantil. Segundo o documento, tais fatores impediam o "alinhamento dos preços e torna[va]m incerta a atividade produtiva". Ainda, sobre a inflação, finalizando a primeira parte, o documento indica a preocupação dos empresários com a questão social, procurando um posicionamento que pairasse acima de seus interesses. Nesse sentido, defende negociações salariais diretas entre trabalhadores e empresários como uma das possíveis formas de se evitar a escalada inflacionária.

Dessa forma, os empresários iam delimitando as feições que o Estado deveria assumir, intervindo o menos possível na política salarial. Posicionava-se também pela redução da participação direta nos setores produtivos da economia a partir do fechamento de estatais e, como explicitado, da menor intervenção nas relações de mercado – preços e salários. Ao mesmo tempo, procurava mostrar compreensão sobre a necessidade de medidas extremas, como o controle de preços, para não desvalorizar o salário dos empregados, configurando seu aceno para a classe trabalhadora:

> Além, disso, o patamar já atingido pela inflação recomenda a adoção de uma política de rendas que compatibilize os reajustes de preços e salários. Como regra geral, os critérios de correção de valores devem ser estabelecidos e fiscalizados pelas partes interessadas com a arbitragem do Estado. O controle de preços – remédio extremo – deverá ser temporário e se restringir aos setores de maior poder de mercado. Diante da desigualdade social brasileira, não de pode deixar de proteger a base dos salários e seu respectivo poder de compra. (DOCUMENTO, 1983)

A segunda parte do documento dedica-se a propostas de cunho mais amplo em relação à retomada do desenvolvimento econômico. Inicia defendendo o investimento na renovação

tecnológica, abrindo espaço para novas matrizes energéticas que diminuiriam a dependência do petróleo, identificada como um dos motivos para o endividamento econômico. Assim, a ampliação do uso do álcool, estimulado pelo programa Pró-Álcool é defendido, além da eletrotermia. Os investimentos e o aperfeiçoamento da política de informática iniciado no governo Geisel também são valorizados, comparando-se o uso da informática aos progressos conquistados com a eletricidade, o aço, a química e a metalurgia. Para o setor agrícola, o documento elogia a modernidade do agronegócio nacional, mas pede do governo uma política creditícia mais estável, assim como maior clareza para a fixação de preços mínimos, bem como e novas práticas protecionistas, à altura daquelas feitas pelos países centrais.

Dentro da ideia de retomada do desenvolvimento, os empresários fazem um alarde em relação ao aumento do desemprego, acentuado sobretudo no setor industrial, e demonstram preocupação com o subemprego e a falta de oportunidades para os jovens. Em seguida, associam que "qualquer política de emprego tem como pressuposto a retomada do crescimento econômico", mas apontam suas limitações, conformando o papel que o Estado deveria assumir na geração de empregos – mais ativo:

> Ao Estado caberá programar os investimentos públicos de forma a maximizar a geração de empregos por unidade de gasto e colaborar com a iniciativa privada no treinamento dos trabalhadores deslocados pelo avanço das técnicas. Há poucas dúvidas sobre a composição desejável dos gastos governamentais. Os investimentos na área social são exatamente aqueles que mais empregam, além de enfrentarem as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação popular, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente (DOCUMENTO, 1983)

Nesse sentido, embora os empresários fossem explícitos quanto à redução do papel do Estado nas relações de mercado, como discutido anteriormente, esse papel deveria ser robusto nos outros aspectos da economia. Além disso, mais uma vez o documento coloca como um ponto central as melhores condições de vida para a população, sendo o Estado o principal responsável por garanti-las. Dessa forma, é possível observar a formulação de um discurso sobre o Estado bastante característico do setor industrial do empresariado nacional, mais próximo da mentalidade desenvolvimentista.

A terceira parte do documento segue essa linha mesma de pensamento, afastada do liberalismo econômico, quando trata das relações econômicas internacionais do país. Afirmando que as condições para o alto endividamento dos países subdesenvolvidos haviam desaparecido a partir do início da década de 1980, sobretudo a partir da queda do comércio mundial, o documento expressa preocupação com as políticas tomadas pelas economias centrais, uma vez que a desaceleração mundial impactava sobremaneira os países periféricos,

como o Brasil. Centralmente, os empresários viam na elevação das taxas de juros estadunidenses, "sem precedentes", a principal razão para as dificuldades de obtenção de empréstimos para o pagamento da dívida. As críticas às nações centrais do capitalismo é eloquente:

> A reconstrução da ordem econômica internacional tem encontrado resistências nas atitudes míopes dos países líderes do mundo ocidental. Está claro que sem reformas de profundidade serão inviáveis uma recuperação sustentada no comércio mundial e a normalização dos fluxos financeiros, com taxa de juros compatíveis. É irrealista acreditar que o estrangulamento externo da economia brasileira possa ser dirimido pela ação espontânea do mercado. (DOCUMENTO, 1983)

O pensamento empresarial segue urgindo a necessidade de um "programa global de rearticulação do mundo capitalista", por meio de medidas de regulação internacional, mas limita-se a dizer que essas são improváveis num "horizonte previsível". O apelo à comunidade internacional, claramente, dirigia-se aos acordos realizados com o FMI, juntamente com suas exigências, que levaram o país a recessão. O tom é dramático:

> É preciso que nossos credores e governos de países amigos compreendam que é uma temeridade submeter o país a um ajuste recessivo sem tempo certo de duração e com resultados danosos aos interesses do Brasil. A retração prolongada da atividade produtiva conduzirá inevitavelmente à derrocada empresa brasileira e poderá até colocar em risco a permanência do sistema de livre iniciativa. (DOCUMENTO, 1983)

A sobrevivência do setor privado nacional, segundo o documento, estaria ameaçada caso o país não recuperasse sua capacidade de investir e renovar a tecnologia produtiva, o que viria, apenas, com o fim das políticas recessivas. O alerta ao risco do fim do sistema de livre iniciativa não se explicava de acordo com o documento, apenas pelas dificuldades econômicas das empresas, mas também pela deterioração do quadro social que a crise implicava. As tensões sociais estavam aumentando devido ao desemprego e à desvalorização salarial, configurando um cenário "intolerável para os brasileiros e indesejável para o mundo ocidental", o que traria à tona o tão temido conflito de classes. Assim, na opinião dos empresários, a escalada de um conflito muito provavelmente punha em risco os interesses capitalistas não apenas nacionais, mas em nível global, dada a importância do país. O medo do fortalecimento e ascensão de movimentos populares torna-se patente, quando transformado em alerta para toda a comunidade internacional.

O sufoco brasileiro para o pagamento da dívida externa, com todos os riscos analisados pelo documento, dirigiam-se, portanto, à necessidade de sua renegociação. Em

princípio, o país deveria evitar qualquer tipo de instabilidade, fosse no plano social (ameaçado pela crise) ou no econômico, com o anúncio da moratória, que traria profundas consequências diante da "comunidade financeira internacional". A estabilidade política do país, portanto, estava condicionada à reabertura das negociações da dívida:

> É imprescindível, portanto, um acordo com os bancos estrangeiros que assegure a renovação automática dos pagamentos referentes ao principal e aos juros pelo prazo mínimo necessário. O acordo deve estipular taxas de juros suportáveis, condizentes com a evolução da nossa capacidade de pagamento. Isto envolverá entendimentos com os Governos e bancos Centrais dos países credores e com os organismos multilaterais. (DOCUMENTO, 1983)

A terceira parte finaliza com a defesa de uma bandeira clássica do setor industrial nacional, tributário de "uma vigorosa política de substituição de importações", para aliviar o estrangulamento externo. Este, por sua vez, também deveria ser combatido por políticas de incentivo às exportações, com a preservação da taxa de câmbio "como instrumento de competitividade dos produtos nacionais", além de ofensiva diplomática para acordos bilaterais e ações para combater práticas protecionistas dos países mais industrializados, podendo isso ser obtido com o apoio das empresas estrangeiras, "que podem desenvolver uma ação política e comercial de abertura e ampliação de mercados". É importante destacar que, diferentemente do documento dos oito, esse é o único momento em que os empresários signatários do documento de 1983 referem-se às indústrias multinacionais, e para solicitar sua colaboração – o que revela um arrefecimento, pelo menos formalmente, das críticas a esse setor, que era acusado, ao final da década de 1970, de ser beneficiado em detrimento da indústria nacional.

A quarta parte do "documento dos doze", a mais curta, é dedicada ao "inabalável compromisso com a democracia". Recuperando o documento dos oito, inclusive citando trechos seus, os signatários do manifesto deixam transparecer também de forma inabalável sua avaliação do processo de transição democrática, alinhada à proposta de abertura do governo:

> É inegável que a abertura democrática deu passos significativos: a reconquista da liberdade de imprensa, a revogação do Ato Institucional No 5, a anistia tão ampla quanto reivindicavam as oposições e, recentemente, a realização de eleições diretas para os governos estaduais. E isto deve ser creditado, antes de tudo, ao discernimento do presidente Ernesto Geisel e à determinação do presidente João Figueiredo. (DOCUMENTO, 1983)

Destaca-se, nesta declaração, uma mudança de postura em relação a 1978. Se, no documento dos oito, o posicionamento dos empresários empurrava o jogo político para a

democratização, cinco anos depois o discurso empresarial parecia determinado a segurar o ímpeto democrático dentro das formas concebidas pela abertura. Um sinal claro, para além do elogio ao governo Figueiredo e, até a Geisel, é sua avaliação sobre a anistia, considerada ampla como a oposição desejava, quando em realidade, embora importante e histórica, ela esteve aquém daquilo que os movimentos organizados em torno dessa pauta desejavam.

Por fim, o documento reconhece a democracia como "um grande anseio nacional", sendo necessária a participação de todos os segmentos da sociedade e a autonomia dos três poderes. Ao mesmo tempo, coloca como desafio da democracia que estava nascendo "Um entendimento amplo em torno de um programa de austeridade", ou seja, que fosse aceito por todos os brasileiros, capaz de "distribuir com equidade os sacrifícios". Nesse aspecto, convém observar uma noção de democracia ligada ao consenso e à igualdade, limitando a democracia a pactos na sociedade civil e a uma igualdade de sacrifícios em um país cuja marca era a desigualdade social. Em letras maiúsculas, o documento termina elencando o consenso e o sacrifício como condições para "a construção de um BRASIL VIÁVEL", o que revela, no fundo, sua própria concepção de democracia: distante da utopia, arraigada no horizonte conservador no qual viabilizar, ou seja, negociar, era o único caminho possível.

Como resposta à publicação do documento, o presidente em exercício da República, o vice-presidente Aureliano Chaves, do PDS, convidou os 12 signatários para uma "reunião de trabalho", no final de agosto (EMPRESÁRIOS, 1983), para discutir ponto a ponto o documento. Uma reação rápida do governo, na tentativa de sustentar o discurso democrático, para ouvir as vozes dissonantes. Nesse sentido, a colaboração para a imagem de governo comprometido com a democracia foi uníssona entre os empresários[82]. Laerte Setúbal, ao final do encontro, afirmou que o encontro fora "uma aula de democracia" (EMPRESÁRIOS, 1983).

A disposição de Aureliano Chaves para o diálogo e os elogios que recebeu dos empresários também indicavam um movimento em direção à sucessão presidencial. Ao se colocar prontamente à disposição dos empresários, o político do PDS buscava apresentar-se como uma liderança viável para a burguesia nacional, o que lhe rendia comentários otimistas na mídia empresarial, que tanto destaque dava aos empresários dos documentos dos oito e dos doze:

[82] Para Abílio Diniz, o encontro fora produtivo e histórico, e a receptividade "foi muito boa e há disposição de estudar as reivindicações." Já Claudio Bardella ressaltou "a importância do fato de o Presidente e dois ministros dedicarem quase três horas à discussão com os empresários de propostas feitas por um segmento da sociedade." (EMPRESÁRIOS, 1983).

> Aureliano manifestou-se encantado com o espírito de colaboração dos empresários e fez votos de que reuniões como aquela se repetissem com bastante frequência. Mesmo porque o governo precisa ouvir setores interessados da sociedade antes de tomar suas decisões. Isso é essencial numa democracia. [...] No ato de maravilhar a distinta platéia com sua competência e com seu bom senso, estava sutilmente embutida uma singela mensagem: se vocês querem ser ouvidos na condução do país, apoiem um bom candidato no tempo oportuno. (EMPRESÁRIOS, 1983)

Nas discussões sobre o documento, houve consenso em torno da maioria dos pontos, sobretudo quanto a evitar a moratória da dívida e sobre a necessidade de uma reforma tributária para que, segundo Ermírio de Moraes, "haja uma melhor distribuição de renda". Contudo, em relação à chamada desdolarização da economia, de acordo com os empresários, não houve concordância, dada a necessidade apontada pelo governo de o país continuar atraindo dólares. Outro ponto de desentendimento deu-se quanto ao Decreto-Lei n.º 2.045, proposto pelo governo, que limitava os reajustes salariais, "porque o momento não é o de achatar salários, mas sim de achatar os juros bancários, que são exorbitantes", afirmou Antônio Ermírio, consolidando na postura empresarial o resgate da ideia de manter a renda e o poder de consumo no mercado interno. (EMPRESÁRIOS, 1983)

O acirramento da crise econômica esfarrapava os laços de legitimidade da ditadura, na medida em que o sucesso econômico do regime era um dos principais pilares de sustentação do bloco de poder multinacional e associado. A recessão econômica, politicamente, acelerava o processo de democratização. A publicação do documento dos doze e, logo na sua sequência, a reunião dos empresários com a principal liderança civil do PDS, no exercício da Presidência da República, demonstram claramente a nítida percepção do momento histórico vivido pelo país. A pressão pela mudança de governo tendia a aumentar conforme se agravasse a crise econômica.

A necessidade de projetar um fim do ciclo recessivo e a retomada do crescimento estava na ordem do dia, de modo a evitar-se um colapso social com consequências incontroláveis no horizonte político. Nesse sentido, a divulgação de mais um documento empresarial visava a balizar os posicionamentos da burguesia nacional diante das principais questões debatidas na sociedade civil: dívida externa, recessão, inflação, desemprego e transição democrática. Assim, entende-se nesta pesquisa que as opiniões defendidas pelo empresariado revelam a aposta redobrada em um posicionamento de interlocução entre o governo e a sociedade civil, de forma a viabilizar a abertura política nos moldes preconizados pelo regime. Para isso, impunha-se a negociação para um pacto social: a discussão sobre a dívida deveria ser feita sem rompimento com os credores externos; ao mesmo tempo, os sacrifícios contra a crise não poderiam prejudicar ainda mais a renda dos trabalhadores.

Dessa forma, o documento dos doze conseguia dialogar com alguns pontos da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), em defesa dos salários e pelo fim da política econômica recessiva. De acordo com Bresser-Pereira (1987b, p. 152), as movimentações do setor patronal e da classe trabalhadora indicavam a predisposição para a formulação de um pacto social a partir de seus setores mais mobilizados, fomentando uma nova legitimidade nesses meios:

> O interessante é que nem o Documento dos doze nem o CONCLAT em São Bernardo do Campo são manifestações "oficiais". Não têm a chancela do Estado. Quem tem essa chancela são as confederações e federação de empresários, de um lado, e de trabalhadores, do outro; são as manifestações do Estado corporativo brasileiro. E por isso mesmo não têm a representatividade dos doze empresários ou do CONCLAT, este ainda que dividido. Porque representatividade não é sinônimo de unidade. Se os empresários, da mesma forma que os trabalhadores, são classes imensas e complexas, não há por que esperar dessas classes unidade. O que se espera é que se organizem e que assim surjam dentro delas grupos ou organizações que representem de forma efetiva frações importantes. (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 152)

Contudo, conforme a crise econômica se prolongava, em 1983, a fundação de um pacto ficava cada vez mais atrelada a uma saída política construída a partir de um novo governo. No segundo semestre de 1983, as articulações em torno da eleição presidencial e a discussão sobre a possibilidade de haver sufrágio direto começaram a ganhar campo na política nacional, dando origem à campanha das *Diretas Já*, que em 1984 mobilizaria milhões de pessoas por todo o país. Comandada pelos governadores eleitos do PMDB em 1982, a campanha pelas diretas firmou o compromisso do partido com a democratização imediata, encurralando a abertura proposta pelo regime, cada vez mais isolado politicamente após a derrota eleitoral de 1982.

Diante dos dois caminhos, as lideranças empresariais do documento dos doze optaram por manter pontes para as duas opções. Apoiaram as diretas, mas procuraram manter certa distância do movimento, evitando se identificar diretamente a ele. Ao mesmo tempo, com as diretas empurrando o PMDB para uma postura mais radical, tentaram empinar a candidatura de Aureliano Chaves pelo PDS, o preferido também do ditador Figueiredo[83]. De acordo com Bertoncelo (2009, p. 188),

[83] "A contradição intrínseca da posição do Sr. Aureliano Chaves em relação à crise política brasileira – apóia as eleições diretas já mas candidata-se também pela via indireta – reflete com precisão a contradição das classes dirigentes brasileiras. Estas são favoráveis às eleições diretas em 1984 mas não acreditam que o movimento pelas diretas venha ser vitorioso, e portanto tratam de articular-se em função da escolha de um candidato indireto que possa fazer frente à ameaça intolerável representada pelos senhores Maluf e Andreazza." (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 162)

> Ressalta-se que, apesar do empenho das lideranças da campanha em atrair lideranças empresariais, estas não subiram aos palanques das diretas. De fato, boa parte deles preferia uma sucessão conduzida dentro das regras institucionalmente estabelecidas, de modo que se evitassem os efeitos sociais potencialmente mais transformadores associados a uma eleição direta. Entretanto, tais lideranças não estavam tampouco alinhadas com a orientação do chefe do executivo federal e dos dirigentes militares, temerosas de que um sucessor saído diretamente das hostes do regime não tivesse o apoio societário e político necessário para promover medidas de ajuste econômico de modo eficiente. A enorme mobilização sociopolítica em torna da campanha reforçou essa percepção.

Por isso, a escolha preferida recaía sobre o nome de Aureliano Chaves. Sua candidatura poderia ser potencialmente viabilizada dentro do PDS, para a eleição indireta. Além disso, pelo fato de o vice-presidente ter se posicionado favoravelmente à principal demanda das oposições ao longo da campanha das diretas (embora não participasse dela organicamente), Aureliano tornou-se o postulante à Presidência menos impopular dentro do PDS.

A aproximação entre as lideranças empresariais e a campanha a favor das diretas chegou ao auge quando da premiação de Antônio Ermírio de Moraes para o título "Senhor do Ano", organizada pela revista *Senhor*, no final de 1983. Em seu discurso, Ermírio de Moraes criticou a cúpula militar por sua posição contrária às diretas, atingindo o presidente João Figueiredo, que não cedia, apesar da força que o movimento social das diretas já demonstrava: "Eles precisam mudar sua mentalidade; existe um Brasil de hoje que eles precisam acompanhar" (ANTÔNIO, 1984). Sob aplausos dos empresários e com discurso inflamado, o homenageado fazia a defesa pelas diretas, associando-as à estabilidade social, mais uma vez confirmada como a principal preocupação dos industriais brasileiros:

> Que bom se o Congresso Nacional pudesse se reabilitar perante a Nação aprovando mudanças na Constituição. Seria um lavar de alma dos congressistas perante a Nação e o povo brasileiro. As eleições diretas são a possibilidade de neutralizar as grandes tensões sociais que crescem no dia a dia. (ANTÔNIO, 1984)

Em outro momento de ataque aos setores do PDS alinhados com Figueiredo, Ermírio de Moraes elogiou Aureliano Chaves e Marco Maciel, dois presidenciáveis que, a despeito da pressões do ditador, não mantinham suas posições favoráveis às diretas. Sobre Aureliano, declarou seu apoio explícito, no que foi acompanhado por Olavo Setubal, e lamentou o apoio de seu irmão, Jose Ermírio, a Paulo Maluf, assumindo as divergências dentro do próprio empresariado. Para, Setubal, banqueiro e ex-prefeito paulistano, numa visão mais moderada que a de Ermírio, Aureliano era "a grande ponte entre as eleições indiretas e a Nação, por ser o único que conta com respaldo popular". (ANTÔNIO, 1984)

Contudo, a disputa interna no PDS mostrou-se bastante ingrata para os apoiadores de Aureliano Chaves, dado o domínio da máquina partidária pelo ex-governador de São Paulo e empresário industrial Paulo Maluf, que representava a ala mais conservadora do partido, mas com alta rejeição em alas do PDS ligadas a Aureliano Chaves e no próprio meio empresarial, no qual Maluf não contava com os empresários do documento dos doze, identificados como as lideranças políticas do setor no processo de transição. Portanto, era reduzida a viabilidade de Maluf, tanto nas eleições diretas como indiretas, uma vez que não se tratava de um nome de consenso da base de poder da ditadura. Nesse embate, uma dissidência interna do PDS foi se formando ao longo de 1984, dispondo-se a compor com o PMDB para a eleição de um presidente oposicionista moderado no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, em mais um movimento de reforço da prática da negociação política que mantinha o conservadorismo não só vivo, mas como característica dominante da transição democrática.

As enormes manifestações públicas pelas eleições diretas para a Presidência nos três primeiros meses de 1984 não convenceram o presidente Figueiredo, a cúpula militar e a maior parte do PDS a ceder à pressão pela aprovação da emenda constitucional que autorizaria eleições livres para a Presidência, o que se explica pela provável derrota que viria das urnas, pondo fim à abertura política nos moldes concebidos pela ditadura. Com o acirramento das tensões políticas e prevendo o desgaste do apoio a uma candidatura identificada com o governismo, fadada a ter uma baixa legitimidade política após o impacto das Diretas Já, setores moderados do PSD, a chamada Frente Liberal, e do PMDB, com amplo apoio do empresariado nacional, costuravam uma alternativa para a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em caso de não aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Confirmada a derrota no Congresso da proposta de eleições diretas para a Presidência, consumou-se o acordo entre a Frente Liberal, liderada por Aureliano Chaves, e o PMDB, em torno do lançamento da candidatura de Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral, conformando a Aliança Democrática. Compondo a chapa como vice-presidente, estava José Sarney, ex-presidente a Arena. Com isso, a dissidência aberta no PDS demonstrava a perda de controle do processo político pela ditadura, mas não sua desmoralização política. Sarney representava a força da solução negociada, tão cara ao bloco de poder multinacional e associado. Contudo, não se pode afirmar que a viabilização da candidatura de Tancredo Neves e sua posterior vitória no Colégio Eleitoral tenha significado a consolidação de um pacto entre elites.

Ela parece representar muito mais a capacidade de o bloco de poder multinacional e associado participar do jogo político com extrema habilidade para se adaptar às mudanças na

realidade, e continuar preservando seus interesses. Isso fica demonstrado quando da percepção do terremoto político que o movimento das Diretas Já havia provocado no jogo sucessório e, assim, no próprio projeto de abertura. Ao ver naufragar, com a derrocada de Aureliano, o plano elaborado pela ditadura de eleger para a Presidência um político civil que fosse ligado ao governo, as elites empresariais nacionais redobraram sua aposta no discurso conciliatório, envergado desde 1978 e que abriu as possibilidades para sua aproximação com o PMDB, o que fortaleceu a viabilização do partido como principal liderança do processo de transição democrática.

Nesse sentido, vale lembrar os próprios posicionamentos tomados pelo PMDB, sobretudo por sua cúpula, orientada para o reformismo, aberta a adesões de diferentes campos políticos e com disposição para a negociação com o governo. Em relação a esse comportamento do PMDB, é possível refletir também sobre como a cúpula do partido, sobretudo aquela ligada aos governadores eleitos de 1982, jamais abandonou as negociações para a vitória no Colégio Eleitoral, preferindo preservar as conquistas oposicionistas a partir dessa prática e vislumbrando a continuidade do gradualismo da abertura. Como afirma Bertoncelo (2009, p. 184),

> O ponto é que a manutenção do ritmo crescente das mobilizações poderia ser interpretada, no campo adversário, como uma recusa a negociar, radicalizando ainda mais as disputas políticas [...] Por isso, apesar da postura oficial do PMDB (e dos demais partidos de oposição) em sustentar a luta pelo reestabelecimento imediato das eleições diretas, surgiram evidências de tentativas de frear a campanha pró-diretas por parte de lideranças oposicionistas.

De fato, a eleição de Tancredo Neves significou a vitória da negociação política, marcada pela contenção da radicalidade democrática e pela configuração de uma Nova República sob a égide da "conciliação nacional"[84], ou seja, sob a hegemonia burguesa, consolidada na segunda metade do século XX:

> A conciliação é a demanda fundamental da sociedade civil brasileira, particularmente da burguesia. E se consubstancia na pessoa de Tancredo Neves, que desde as eleições de novembro de 1982 vem falando insistentemente em conciliação e consenso. Daí a imensa força de sua candidatura. [...] Uma união sem precedentes na história política deste país, uma união em que a hegemonia ideológica é burguesa porque, no Brasil, a classe dominante continua sendo a burguesia e o modo de produção prevalecente na formação social brasileira continua sendo o capitalista. Mas uma união nacional da qual os trabalhadores representados pelo PMDB e

[84] A fala de Tancredo Neves, durante sua campanha em reunião com empresários em Manaus é emblemática: "Meu opositor me acusa de que a minha campanha tem desde banqueiros até comunistas. Tem mesmo. Porque represento a conciliação nacional. Mas isto não quer dizer que meu governo será incoerente". (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 176)

> presentes na campanha histórica pelas eleições diretas constituem um força fundamental e atuante. (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 182)

A ascensão de Tancredo Neves à Presidência representava o domínio da política de conciliação entre os diferentes setores da sociedade civil que apostaram, desde o início do processo, na via da negociação. Não à toa, os setores populares mais radicalizados, organizados em torno do PT, rejeitaram apoiar a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral, escancarando os limites do grande consenso construído em torno do PMDB e apontando que a principal oposição ao novo governo seria feita à esquerda e não à direita.

A conciliação esvaziou o ímpeto gerado pelas mobilizações das Diretas Já, ainda que Tancredo mobilizasse parte dessa força, dada a esperança e responsabilidade política imputadas a sua figura. Assim, mesmo fora do *script* inicial – graças às mobilizações populares –, segundo o qual se esperava a eleição indireta de um candidato do regime, a vitória da Aliança Democrática não deixava de transparecer o sucesso da política de abertura da ditadura:

> A estratégia alternativa, e que veio a ser vencedora no Colégio Eleitoral de 1985 era de fato uma variante da distensão geiseliana, isto é consistia em uma coalização entre os setores moderados e liberais do regime e os setores "confiáveis" da oposição, excluindo-se os radicais de ambos os lados, com apoio dos setores moderadas das Forças Armadas e neutralização – mas não repressão às oposições. Desse ponto de vista, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral [...] representou uma espécie de coroamento inesperado da distensão lenta gradual e segura preconizada pelo general Geisel. Esse longo processo que completou onze anos na data do Colégio Eleitoral, representou o sucesso de um pacto entre as elites, transado de cima, com consentimento popular, mas sem sua participação. (BRESSER-PEREIRA, 1987b, p. 182)

O fato de diversos setores populares participantes dos movimentos das *Diretas Já* terem dado seu apoio a Tancredo Neves impedia a constituição do tradicional pacto de elites da história brasileira em momentos de crise política, dada a relevância que esses setores conquistaram na luta democrática, não podendo ser ignorados ou massacrados pelas elites. Daí, portanto, a ideia de *pacto social*, ungido junto à eleição de Tancredo Neves, que teria como três pontos fundamentais, segundo Bresser-Pereira (0000, p. 00), o "retorno à democracia; a manutenção do capitalismo; e uma moderada desconcentração de renda". Assim, deve-se entender a própria construção da ideia de "pacto social" como o compromisso comum possível entre o bloco de poder que apoiou a ditadura e os movimentos pró-democracia que se fortaleceram entre 1974 e 1984. Sua essência, verificada a partir desses três pontos, é conservadora quando se avalia qual era o seu horizonte político e democrático, o

que indica a força política do bloco de poder multinacional e associado na transição democrática e o predomínio dos setores moderados na liderança do campo oposicionista.

Ou seja, o pacto social sinalizava uma base comum de negociação com diversos setores da sociedade civil, e não apenas entre as elites. De modo que a própria existência do pacto social significava, simbolicamente, a incorporação à transição democrática de setores das elites antes organizadas em torno da ditadura – entre elas, as lideranças do setor industrial. Assim, qualquer movimento político em torno da construção de um pacto social é, necessariamente, conservador, uma vez que exclui do horizonte político a intensificação da luta de classes, a qual poderia levar a uma ruptura política e a um confronto deflagrado no processo de transição, abrindo possibilidades para a emergência de uma democracia radical no país – algo que o PMDB jamais se propôs a fazer, tampouco os setores mais radicalizados da oposição lograram avançar no debate político nacional.

Assim, como já indicado, a vitória do PMDB no Colégio Eleitoral também deve ser entendida como o sucesso da estratégia montada pelo partido que buscou, pelas vias oferecidas pelo regime, ampliar sua representatividade na sociedade civil e capitanear o retorno à democracia, concebido também de forma pragmática pela maior força oposicionista organizada existente no país.

3.1.2 A Nova República e as disputas pela democracia diante da crise econômica: o governo Sarney (1985-1989)

A chegada de Tancredo ao poder indicava que a Nova República teria um parto demorado. Sem romper com a ditadura, mas negociando o seu fim, o novo governo comandaria a fase final do processo de transição democrática, cuja convocação da Assembleia Constituinte, a fim de fundar a Nova República seria feita a partir de uma coalização compromissada com a democracia mas repleta de herdeiros do regime. Nesse contexto, O "pacto social", palavra de ordem de toda a década de oitenta, era o único mote que poderia manter a precária conciliação em termos aceitáveis às forças políticas da transição democrática. Sem dúvida, as disputas políticas seriam intensas no governo Tancredo Neves.

Ao se constituir como o fiador da volta gradual a democracia, quando optou pela negociação com o regime, o governo eleito estendia os tensionamentos políticos inerentes ao equilíbrio do "pacto social" para os seus anos de mandato, confiando na popularidade de Tancredo Neves como o conciliador das disputas que naturalmente se dariam na Assembleia Constituinte para conformação da Nova República.

O apoio do empresariado industrial em torno do governo Tancredo Neves seguiu o curso da opinião pública nacional e do próprio apoio que muitos empresários deram a sua candidatura no Colégio Eleitoral. No início de 1985, antes da sua posse, prevista para março, os industriais também se mostravam favoráveis aos acenos que Tancredo realizava, em relação ao cumprimento dos compromissos da dívida interna, nas suas intenções de combater os escândalos financeiros que se avolumaram na ditadura e até no combate à inflação, sinalizando positivamente aos pedidos para que a classe empresarial não aumentassem os preços para conter a expectativa inflacionária[85] – admitindo, inclusive, o congelamento.

O apoio ao pacto social também era tema reiterado dos industriais[86]. Ao mesmo tempo, o apoio a Tancredo vinha acompanhado de sugestões, como o maior controle de gastos para evitar o aumento de impostos[87] a desdolarização da economia[88], feitas por Antônio Ermírio de Morais e o estabelecimento de um "pacto de juros", objetivando a sua queda em articulações entre o setor industrial e o setor financeiro[89].

Em almoço com o presidente-eleito, no final de fevereiro, o industrial defendia que, para combater a inflação, seria necessário a transformação da dívida em dólares das empresas estatais de energia e siderúrgica, em torno de US$ 37 bilhões à época, em ações lançadas pelo Tesouro Nacional. Com isso, argumentava que se reduziria o gasto com as estatais, com menos emissões, levando à diminuição da inflação. Nesse raciocínio, o industrial aproveitava para conceber também o que seria uma gestão "democrática das estatais":

> A abertura de capital das companhias de energia e siderurgia, segundo Antônio Ermírio, se prestaria para instituir a "democratização das empresas nas Bolsas até a sua privatização. Isso ajudaria a melhorar a poupança interna, além de tornar as

[85] Ver as reportagens – "Empresário afirmam que Tancredo Neves tranquilizou mercado" (JORNAL DO BRASIL. 07/01/1985); "Tratamento de choque a curto prazo (GAZETA MERCANTIL , 15/02/1985).

[86] "CNI acha viável pacto social" (JORNAL DO COMMERCIO, 09/01/1985)

[87] "Antes de pensar em aumento de impostos, o Governo tem que dar conta à opinião pública do que foi feito com os impostos já arrecadados. Quanto ao incentivo fiscal, não sei se deve ser dado. Todo incentivo fiscal é um vício e acaba sempre sendo aplicado em papéis. Acho que o Governo deve dar preço e ponto final". (GAZETA MERCANTIL, 18/03/1985)

[88] "Ermírio propõe a desdolarização da economia nacional" (DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA. 28/02/1985).

[89] "Antônio Ermírio propõe um "pacto de juros" (A GAZETA, 22/02/1985).

> empresas mais eficientes", assevera. (“Ermírio propõe a desdolarização da economia nacional”. DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA. 28/02/1985)

Outra saída para diminuir a inflação estava, de acordo com Antônio Ermírio, na redução imediata dos juros, dando um novo incentivo à produção industrial para aumentar a oferta de produtos e a competitividade. A indexação da economia via correção monetária também se constituía como outro fator a ser revisto de maneira gradual, para não deteriorar a economia, pois “anestesiava” os efeitos da inflação, mesmo em números tão altos que indicavam a sua inviabilidade. Mais uma vez, voltava a carga também para os gastos governamentais, exigindo o empenho de toda a sociedade para combater a inflação, ao insistir na comparação entre o enxugamento de gastos no setor privado e no setor público. Sobre a dívida externa, o industrial defendia a sua renegociação para prazos mais longos, justificando que antes seria preciso fazer o país voltar a crescer para ter condições de pagar a dívida. Por fim, alertava para o combate a suposta “anarquia” de setores da classe trabalhadora, sugerindo que Tancredo, mesmo aberto ao diálogo, exigisse impedisse a realização da “greve pela greve”[90].

Na mesma medida em que os industriais apoiavam Tancredo, sua súbita doença e o seu afastamento das funções presidenciais antes mesmo de assumir o cargo também trouxeram apreensão ao setor[91] que, diante da incerteza, freavam investimentos. Com a confirmação da morte de Tancredo Neves e a continuidade do vice-presidente Sarney no cargo num contexto crise econômica, o empresariado industrial procurou dar sustentação a Sarney, de modo a rechaçar posições consideradas mais extremadas tanto à direita como à esquerda sobre a sua condução ao cargo. Assim, num momento em que se a legitimidade de Sarney era questionada para conduzir a presidência, dada a eleição indireta para a presidência e as ligações do político com a ditadura, os industriais fecharam posição na cobrança às lideranças políticas para que o vice governasse, rechaçando a possibilidade da convocação de eleições diretas. Invocando a constituição de 1967, vigente sem os atos institucionais, Ermírio afirmava:

---

[90] Informações retiradas da reportagem “Antônio Ermírio admite integrar Conselho Superiror” (JORNAL DO BRASIL, 16/01/1985), em que o industrial estava cogitado para participar de uma espécie de conselho de notáveis do governo – uma iniciativa que não prosperou. Na mesma reportagem, Ermírio reforça a imagem de Tancredo junto ao pacto social, solicitando que o apoio de toda a sociedade a Tancredo seja incondicional, “porque ele transmite confiança com sua figura de estadista”.

[91] Ver a reportagem “Os receios da indústria (GAZETA MERCANTIL 11/04/1985); e a série de artigos de O GLOBO “Os empresário estão desanimados. O Brasil parou”, publicado em 11/04/1985).

> A pior coisa que poderia acontecer agora seria desrespeitar a Constituição [...] É preciso deixar bem claro que o Brasil não aguenta a realização de eleições diretas no momento. Agora é hora de manifestar todo apoio ao presidente José Sarney. O risco político de uma eleição direta já seria muito grande, podendo o país jogar fora toda essa demonstração de equilíbrio e maturidade que o povo e suas lideranças demonstraram durante o período. ("Ermírio de Morais rechaça eleições diretas já." GAZETA DO POVO 28/04/1985)[92]

Ironicamente, a ascensão de José Sarney à presidência reforçava o caráter conservador que a conciliação deu à transição democrática, em que o continuísmo dos grupos de poder da ditadura se fazia cada vez mais evidente na Nova República, tendo como símbolo o próprio presidente. O empresariado nacional, em especial o industrial, ao garantir o apoio incondicional[93] a Sarney em seu início de mandato demonstrava o quanto o setor estava comprometido com a formação de uma democracia relativa, regida pela ideia de conciliação e pacto social (CODATO, 2005. p. 99)[94]. O posicionamento, contrário a qualquer saída que não fosse a continuidade da presidência de Sarney à essa altura, poderia representar a desestabilização da costura política realizada que, mesmo enfraquecida, deveria prosseguir. Contudo, a própria situação de fragilidade política do presidente levava a embates sobre qual a forma de apoio que seria lhe dado. Enquanto as principais federações industriais, agrícolas, comerciais e financeiras condicionavam-no ao compromisso de reduzir o déficit público imediatamente[95], Antônio Ermírio de Morais se contrapunha criticando as exigências feitas a um governo recém-instalado, que deveria diminuir os gastos governamentais a partir do planejamento econômico, evitando medidas recessivas[96].

Sarney assumiu o comando do país com o desafio de garantir o estabelecimento da democracia e, junto a ela, o fim da crise econômica, a essa altura intimamente identificada à

---

[92] Continuava: "As consequência não seriam sentidas tanto agora, mas no futuro poruqe na hora em que tivermos uma nova Constituição, mais bem elaborada por representantes da sociedade que pensam nos problemas brasileiros, ela estará também sujeita a durar pouco tempo. Afinal se já se rasgou uma Carta por que não se poderia jogar fora uma segunda?" (A GAZETA DO POVO, 1985)

[93] Na reportagem "Todo apoio à Sarney" (GAZETA MERCANTIL, 15/080/1985), por exemplo, empresários, ABDIB e FIESP felicitavam o presidente pela defesa de uma nova ordem econômica mundial, condenando o protecionismo dos países desenvolvidos e as suas consequências para o pagamento da dívida externa.

[94] "A década de 1980 consumou assim os sonhos dos generais: uma 'democracia relativa', na curiosa expressão de Geisel. Logo, seria mais correto caracterizar o governo Sarney não como um governo 'de transição' para a democracia ou governo 'misto (semidemocrático ou semiditatorial), mas o último governo, no caso, civil, do ciclo de governos não-democráticos no Brasil"

[95] Diniz também destaca a contrariedade que permeou o discurso dos industriais contra a "gastança do governo": "Assim, os ataques ao aumento do déficits governamentais se faziam acompanhar de negociações para garantir verbas e recursos para os empreendimentos públicos responsáveis por encomendas ao setor privado. (DINIZ, 1997, p. 57)

[96] "Depois, vê as federações e confederações de indústria com novo documento público pedindo para que o governo reaqueça a economia" ("Antônio Ermírio é contra condicionar apoio a Sarney à redução dos gastos. O GLOBO, 28/04/1985).

ditadura. A esperança depositada em torno do novo governo dirigia-se à consolidação do pacto social por meio de uma combinação de combate a inflação e retomada do crescimento econômico sem medidas que prejudicassem a classe trabalhadora e/ou piorassem as desigualdades sociais. Num governo recheado de opiniões divergentes, com economistas de diferentes vertentes e políticos à esquerda e à direita, restava observar se Sarney, sem a legitimidade política de Tancredo Neves, conseguiria administrar as diferenças reunidas em torno do "pacto social".

Na política econômica, o governo Sarney ficou marcado pelos sucessivos planos monetários para conter a inflação, além das dificuldades em manter os pagamentos da dívida externa. Teve quatro ministros da fazenda, algo revelador das disputas em torno da política econômica a ser adotada dento da ampla coalização que o apoiava e que pudesse, ao mesmo tempo, ser capaz de manter o frágil pacto social em pé. Inicialmente, Sarney manteve o Francisco Dornelles, escolhido por Tancredo Neves, à frente da pasta. Contudo, a adoção de uma política ortodoxa por parte de Dornelles, reafirmando os compromissos com a dívida externa, e com adoção de uma taxa de juros alta para combater a inflação trouxe grande insatisfação, tanto nos setores empresariais como nos setores populares. Outro fator de desgaste foi o congelamento de preços por tempo indeterminado[97], o que gerava reclamações, sobretudo no setor produtivo, que afirmava, em maio ser difícil manter o apoio a política econômica[98] e que o controle de preços[99] era muito mais rígido no setor industrial do que no comercial[100].

Ao mesmo tempo, a permanência do déficit público fazia o governo pensar em elevar os impostos, aumentando as reclamações dos industriais[101]. Evidentemente, os juros altos também era um dos principais alvos do setor no início do mandato – um documento assinado por empresários paulistas foi entregue ao ministro do Planejamento João Sayad pedindo a redução artificial dos juros[102]. O avanço da crise levava a possibilidade de ajustes ainda

[97] "Indústria lucra menos, mas mantém ritmo de vendas" (FOLHA DA TARDE, 03/06/1985).

[98] "As empresas suportam só até fins de maio" (GAZETA MERCANTIL, 18/05/1985)

[99] Para Antônio Ermírio, a indústria "já deu sua cota de sacrifício e não tem mais gordura para ser cortada. O controle pelo CIP provocou uma defasagem de 20% nos preços. Uma inflação de 7,8 por cento é muito alta, já que em maio não aumentaram os combustíveis, a energia, o aço e os produtos industriai. Esses fatores, somados à intenção de elevar a carga tributária e a alta dos juros, estão minando a capacidade de investimento das empresas". (O GLOBO, 30/05/1985)

[100] "Antônio Ermírio diz que é preciso controlar o comércio" (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/04/1985).

[101] "Governo vai aumentar impostos se não baixar déficit público" (O ESTADO, 21/04/1985)

[102] "Empresários & Sayad" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 18/06/1985).

maior, como a possibilidade de congelamento do Imposto de Renda na fonte, prontamente rechaçado pelo empresariado[103].

A pressão empresarial voltava-se sempre para a redução do déficit público, mesmo nas manifestações de apoio ao governo Sarney[104] no combate a inflação que, só poderia ter sucesso com a redução do Estado, visão defendida também por industriais que participavam do governo, como Roberto Gusmão, ministro da Indústria e Comércio e Dilson Funaro, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com sua retórica de fortalecimento das empresas privadas nacionais e diminuição do Estado no setor produtivo[105]. Em reunião do presidente com empresários, em 14 de junho de 1985[106], em Brasília, para discutir o pacto social, o empresariado reconhecia os avanços na a quebra da expectativa inflacionária, causada pelo congelamento, e a manutenção do superávit na balança comercial, mas exigia a queda artificial e imediata nos juros, o que Dornelles continuava a rechaçar, alegando o alto déficit de caixa do tesouro – o que levava os industriais a desconfiar da viabilidade do pacto"[107].

Assim, a manutenção da política fiscal e monetária austera continuou duramente questionada ao longo dos primeiros meses na medida em que inviabilizava o "pacto social", ao caminhar para a recessão. As críticas ao tímido combate à especulação financeira indicavam que a batalha contra os juros altos continuaria a polarizar as diferenças dentro da burguesia nacional, opondo o setor industrial ao financeiro na disputa pela influência dos seus interesses no Estado. Em encontro na Gazeta Mercantil, após mais uma eleição vencida por Antônio Ermírio de Moraes como principal liderança industrial do país, as principais pautas elencadas pelo empresariado se reuniam em torno da desestatização da economia, especulação financeira, juros altos[108], renegociação da dívida externa[109]. Nesse momento, Antônio Ermírio

[103] "Pacote é vinculado à negociação com o FMI (ÚLTIMA HORA, 02/07/1985).

[104] Empresários aprovam os 90 dias da Nova República (JORNAL DO BRASIL, 23/06/1985).

[105] "Gusmão definirá política na ESG (CORREIO BRAZILIENSE 04/07/1985)

[106] Empresários presentes, sendo a maioria industriais: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Matias Machiline (Grupo Sharp), Murilo Mendes (Construtora Mendes Júnior), Abilio Diniz (Grupo Pão de Açúcar), Frederico Lundgren (Casas Pernambucanas), João Pedro Gouveia Vieira Filho (Grupo Ipiranga), Tasso Jereissati (Grupo Jereissati, do Ceará), Gert Schmidt (Fundição Tupy), Alexandre Gredene Bertele (Calçados Grendene) e Aníbal Bianchini da Rocha (produtor de soja no Paraná).

[107] "FIRJAN reclama do governo por não aproveitar a coesão nacional" (12/06/1985 JORNAL DO BRASIL)

[108] Em relação aos juros, as lideranças do setor industrial entendiam que o governo deveria realizar um tabelamento ("tabelem os juros". GAZETA MERCANTIL. 11/03/1986)

[109] Nesse ponto, haviam ainda muitas divergências. Para muitos industriais, a renegociação da dívida precisava ser realizada pois a necessidade de produzir superávits para o seu pagamento, com incremento nas exportações, tinha como consequência o escasseamento dos produtos no mercado interno, o que contribuía para a escalada inflacionário e satisfazia apenas os credores internacionais. Para outros, era preciso saldar logo a dívida para a

em seu discurso já apontava as sua preocupação para a consolidação entre a burguesia, inclusive no setor industrial, do lucro não operacional[110] das empresas, a partir de aplicações no mercado financeiro:

> a maior frustração do empresário, pois é uma prova de sua incompetência, um sinônimo de vergonha, ao fugir de sua finalidade de gerar riqueza. O que causa inflação no Brasil é o lucro sem o trabalho correspondente. (DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA, 09/08/1985)[111]

As dificuldades em manter o pacto social de pé já no primeiro ano de governo foram demonstradas também após pronunciamento do presidente à nação, em 23 de julho de 1985. Enquanto o discurso de Sarney em defesa da abertura econômica e do combate à inflação não empolgava os trabalhadores[112], contava com amplo apoio da burguesia que, mesmo com certos setores já desconfiados, como o industrial, continuava a apostar no governo. No dia 4 de agosto de 1985, os jornais de maior circulação no país estampavam, nos seus informes publicitários, um documento empresarial se referindo ao discurso de Sarney. Intitulado "Carta aberta ao chefe da nação", afirmava:

> Excelentíssimo senhor presidente da República: a iniciativa privada pode e deve assumir seu importante papel, no país, em seu destino de progresso. O desafio e a confiança que Vossa Excelência depositou na livre empresa[113], representam um chamamento irrecusável a todos os empresários, independente do tamanho e da atividade que exerçam. É preciso que nossa resposta esteja à altura dessa convocação e que possamos dialogar, com serenidade, construtivamente, com os demais segmentos da sociedade. Vamos usar imaginação, capital, técnica e criatividade para fazer a economia crescer. Conclamamos todos os empresários para

---

retomada do crescimento, mesmo que isso significasse a continuidade do ajuste sobre toda a população ("reduzir o principal da dívida", sugere Ermírio. O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/01/1986)

[110] "No final de Agosto, reforçava suas críticas: "Pior de tudo é a dívida interna. Está alimentado o quê? A agiotagem. Quando se olha o balanço de uma empresa, o lucro não operacional é quase tão grande quanto o operacional. Nossa finalidade empresarial é ter lucro operacional, investir em melhores tecnologias para baixar o custo e criar novos empregos (CORREIO BRAZILIENSE, 30/08/1985)

[111] Em reportagem, do jornal o GLOBO, "Antônio Ermírio atribui a alta ao mercado financeiro" em 21/08/1985, o industrial, além de pedir o fim da correção monetária, voltava as criticas a alta rentabilidades dos papeis financeiros como grande fator inflacionário: " O empresário disse ontem que sua afirmação pode ser constatada pelos índices econômicos registrados no primeiro semestre deste ano, quando o INPC e a inflação subiram 75 por cento, enquanto os papéis de renda fixa pagaram remuneração de 100 por cento, os CBDs e RDBs subiram 112 por cento, as ações 116 por cento; e os fundos mútuos de investimento cresceram 119 por cento, no mesmo período: "A inflação vem desse setor e a solução para isso é acabar com a maldita correção monetária que acomodou 130 milhões de brasileiros com uma inflação de 200, 300 e 400 por cento. Ninguém se incomoda com a inflação".

[112] Ver reportagens "Só falta entrar na realidade" e "sindicalistas ficam decepcionados", publicados pelo Diário Popular em 24/07/1985.

[113] A afirmação faz referência aos momentos em que Sarney enalteceu o papel da iniciativa privada: "É parte central da nossa estratégia atribuir ao setor privado o papel de agente dinâmico do desenvolvimento"; " A economia somente pode voltar a crescer em bases definitivas se forem restabelecidos a confiança e o estímulo da iniciativa privada, a qual deve ser o carro-chefe do desenvolvimento"

> atuarem nesse sentido, dentro das suas associações de classe e individualmente em suas empresas. A hora é esta e a convocação foi clara. Vamos trabalhar juntos para superar dificuldades, proporcionar condições de melhoria de vida ao povo, através do investimento produtivo, colaborando para tronar realidade as esperanças de todos os brasileiros que são também as de Vossa Excelência, o Primeiro Mandatário da Nação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/08/1985).

A pressão contra Dornelles por diferentes setores, sobretudo o industrial e das representações dos trabalhadores surtiu efeito: o ministro não resistiu e ao final de agosto de 1985 deu lugar ao empresário Industrial Dilson Funaro, da Troll, com amplo lobby e apoio de seus pares.[114] Já no primeiro encontro entre ministros e industriais, em setembro, a saída apontada era para a retomada de um crescimento, ainda que lento mas contínuo, a partir da redução de investimentos no setor público, por meio de privatizações, fechamentos e capitalizações das estatais, sendo mantidas apenas aquelas consideradas estratégicas.[115] Na reunião aventou-se também a possibilidade de um "acordo de cavalheiros" entre governo e empresários para a contenção do aumento dos preços, a fim de evitar o congelamento forçado. Contudo, tal acordo não saiu das intenções[116] e um novo congelamento começou a ser discutido, com apoio dos industriais[117]. A aproximação com os empresários nos meses seguintes continuou[118] durante o segundo semestre de 1985, com reuniões constantes e maior participação empresarial no governo, como na formação dos Conselhos Administrativos de 40 empresas estatais, em que foram convidados 80 empresários.[119]

Outra medida pró-industrial ocorrida com Funaro foi um acordo costurado pelo ministério da fazenda junto aos banqueiros para a redução imediata dos juros.[120] Em reunião que contou com a presença do presidente, do ministro, do industrial Antônio Ermírio de Morais e dos banqueiros Roberto Bornhausen (presidente da Febraban), Pedro Conde (BCM),

---

[114] "Visão otimista na luta inflacionária" (JORNAL DO COMMERCIO, 02/09/1985) e "Repercussões" (JORNAL DO BRASIL, 27/08/1985) retratam as expectativa do empresariado em torno de uma agenda mais voltada ao setor produtivo e um enfrentamento da ciranda financeira que alimentava a inflação, segundo os industriais.

[115] "Hora de deixar o país crescer" (GAZETA MERCANTIL, 26/10/1986).

[116] Para Antônio Ermírio, em sua constante argumentação contra o tamanho do Estado brasileiro, não adiantava o governo combater os empresários especuladores de preços se não diminuísse os gastos públicos. Ainda que elogiasse a redução dos juros e vislumbrasse o fim gradual da correção monetária para conter o fator inflacionário, o empresário sempre buscava apontar o governo como principal responsável pela inflação: "o próprio ministro Dilson Funaro informou recentemente que existem hoje mais 250 mil funcionários públicos completamente ocioso. Para mim, esse é o pior tipo de especulador, pois ele recebe salário do governo, pago por toda sociedade, e não trabalha. Ele está especulando com os recursos da Nação". Hora de deixar o país crescer" (GAZETA MERCANTIL, 26/10/1986).

[117] "O preço do drama" (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/11/1985).

[118] "As táticas de Funaro para conquistar o empresariado" (JORNAL DO BRASIL, 17/11/1985)

[119] "Empresários atuarão em estatais" (CORREIO BRAZILIENSE, 19/11/1985).

[120] Planalto e bancos: um acordo contra os juros (29/08/1985).

Amador Aguiar, Antônio Carlos de Almeida Braga, Lázaro Bandão (Bradesco) e Fernando Milliet (Banespa), ficou acordado um diminuição imediato dos juros.

Contudo, o enorme esforço para se chegar a um acordo referente a redução dos juros revelava também as dificuldades para se estabelecer um agenda mínima para o pacto social, envolvendo governo e os setores organizados da sociedade. No congresso da Conclat realizado em outubro, os trabalhadores reunidos apoiavam a moratória da dívida externa por dez anos, opondo-se ao discurso cauteloso de renegociação da dívida defendido pela burguesia. Tampouco concordavam com a proposta do presidente da CNI, Albano Franco, de um acordo de cavalheiros entre indústria e operários, para a redução da inflação[121]. Ao mesmo tempo, boa parte dos trabalhadores concordava com a opinião industrial de que o setor que mais deveria ceder era a burguesia financeira[122].

Os desentendimentos intrassetoriais marcavam também as dificuldades para o avanço do pacto. Em relação à escalada da inflação, tanto empresários como trabalhadores não chegavam a acordos em suas bases sobre a necessidade da trimestralidade para a reposição dos salários[123]. Enquanto alguns empresários e trabalhadores defendiam o reajuste salarial a cada três meses, outros, juntamente com o governo, acreditavam que tal política poderia pressionar ainda mais a inflação; havia também setores sindicais que defendiam os reajustes por antecipação, retirados dos lucros das empresas, afim de evitar o repasse dos preços aos produtos e outros que propunham o reajuste em escala móvel, sempre que a inflação alcançasse 30%.

A troca de críticas entre governo, setores empresarias e trabalhadores também afetavam o entendimento nacional. De um lado, o governo reclamava da falta de unidade entre os trabalhadores a partir das discussões sobre a representatividade sindical para realizar

---

[121] Segundo o representante sindical e proeminente liderança, Joaquim, Santos Andrade, o Joaquinzão: Nós temos visto estarrecidos a celebração de acordos de cavalheiros que nunca foram cumpridos. O acordo era feito pela manhã e os preços subiam à tarde. Por isso entraremos nas conversas exigindo acordos sérios ". ("Conclat indica dez nome para a negociação do pacto. FOLHA DE SÃO PAULO, 05/10/1987)

[122] Segundo Joaquinzão: "Eles ganharam antes, durante e depois do recesso e são os únicos que têm lucros de até 700% por mês." ("Conclat indica dez nome para a negociação do pacto. FOLHA DE SÃO PAULO, 05/10/1987)

[123] Os empresários favoráveis alegavam que enquanto a inflação permanecesse na casa do 200% anuais, a trimestralidade era inevitável para as condições de vida dos trabalhadores. Os contrários, como o industrial Matias Machline e o banqueiro Roberto Bornhausen, alegavam que a mesma poderia impulsionar ainda mais a inflação, bem como a antecipação da reposição. ("Trimestralidade: empresários divergem". DIÁRIO POPULAR 10/10/1985). Para Antônio Ermírio, além da possibilidade de se estabelecer ganhos de produtividade para evitar a inflação a trimestralidade "[...] é a questão de poder remunerar aquele que trabalham com você, a ponto que eles possam comer. Então, não é justo que numa inflação de 200 por cento você recebe ajusta semestral. Eu não entendo como é que pode receber, sinceramente. Está acima da minha capacidade de raciocinar." ("Empresário aceita a trimestralidade". CORREIO BRAZILIENSE 09/10/1985)

o pacto.[124] Do outro, rechaçava discutir a trimestralidade[125]. Ainda, era criticado por empresários, que continuavam a acusar os gastos governamentais como responsáveis pela inflação.

Diante das dificuldades em conciliar tantos interesses, Funaro e o ministro do Planejamento João Sayad procuraram uma saída baseada num programa de estabilização heterodoxo, o Plano Cruzado, a partir de uma série de medidas para conter a inflação, combinando o controle de preços, salários e câmbio a um funcionamento parcial dos mercados (BRITO, 2004, p. 23). O Plano Cruzado, assim, consistia na indexação total da economia para compensar a inflação, de modo a zerá-la. Para isso, a política econômica previa a prática de indexação constante de preços, salários, câmbios e juros, mudando a política adotada pala ditadura desde o Paeg, ao final de década de 1960, que estabelecia correções monetárias em intervalos de tempo maiores. O Plano Cruzado estabeleceu o congelamento de preços por um ano e lançou uma nova moeda para o país: o cruzado em substituição ao cruzeiro. Para garantir o cumprimento do congelamento de preços, o governo Sarney convocou a população para fiscalizá-los, voluntariamente nos mercados e demais estabelecimentos comerciais.

Com apoio dos industriais[126] e lançado no final de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado apresentou-se de forma bem sucedida ao longo do ano, vencendo a resistência inicial dos sindicatos dos trabalhadores. Sua *performance* inicial contribuiu para a popularidade do governo e do PMDB, que saiu amplamente vitorioso das eleições de 1986, para governador (apenas Sergipe elegeu outro partido) e para a câmara e o senado – que formariam a Assembleia Constituinte. Houve um crescimento de 20% do emprego nos quatro primeiros meses do ano em relação a 1985. O desemprego saiu de 4,4% em março para 3,8% em junho. A redução da inflação, que caiu de 15% em fevereiro para zero nos meses subsequentes animou o consumo e estimulou o aumento da produção (CASTRO, 2005 p. 125). O clima de confiança na retomada dos investimentos era demonstrado pela popularidade do Plano Cruzado, do governo Sarney e do ministro as fazenda entre o empresariado – atingindo níveis muito superiores aos de 1985:

> Reuniões promovidas pela Fiesp e pela Firjan produziram documentos favoráveis às autoridades governamentais. No dia 12 de março, jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo publicaram os resultados de uma pesquisa realizada com 430 empresários,

[124] "Conclat indica dez nomes para a negociação do pacto". (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/10/1987)

[125] "Intransigência é o busílis da questão" (JORNAL DO COMMERCIO, 22/10/1985).

[126] "Empresários estão confiantes" (DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA, 01/03/1986)

> salientado que 70,6% deles estavam satisfeitos com o chefe de governo e 86% manifestavam-se otimistas com o programa de estabilização econômica. Sucederam-se as declarações favoráveis, na medida em que a estabilização de preços e salários foi interpretada como um sacrifício exigido de todos os setores da população, empresários e trabalhadores, em prol da recuperação econômica do pais. Criou-se um clima de otimismo quanto à possibilidade de o pais finalmente conseguir superar suas dificuldades e criar condições para revitalização do capitalismo e o ingresso em um nova fase de desenvolvimento. (DINIZ, 1997, p. 59)

Nesse contexto, as pressões por aumentos salariais também cresceram, dentro do espírito da redução das desigualdades que embasavam o pacto social, arrancando conquistas adicionais aos do abono. Assim, a economia apresentava uma retomada contundente já observada no final de 1985. No setor industrial, por exemplo, o crescimento fora de 8,3% em 1985. A utilização da capacidade produtiva passou de 80% ao final desse ano para 86% ao final de 1986. Os bens de consumo durável, aproveitando-se da queda dos juros, teve um aumento de 33,3% em junho de 1986 com relação a junho de 1985 (CASTRO, 2005, p. 126). Nesse quadro, a própria expansão creditícia e os aumento real do poder de compra dos trabalhadores contribuiu para o aumento da atividade produtiva no país[127].

Contudo, já antes das eleições, os primeiros sinais das fragilidades do plano começavam a ser apresentados e só aumentariam após a disputa eleitoral. As dificuldades para o controle dos preços congelados foi revelada pelo ágio[128] cobrado em cima dos produtos pelos estabelecimentos comerciais. Os desabastecimentos provocados pelos setores produtivos contrários ao congelamento de preços também se tornaram mais frequentes.[129] (BRITO, 2004, p. 124)

A volta da pressão inflacionária, de acordo com Castro (2005), estava relacionada a piora do quadro fiscal. As receitas orçamentárias foram reduzidas devido ao fim do imposto

---

[127] De acordo com Macarini (2009, p. 17): o crescimento do PIB atingiu nesse ano 7,8% (e a indústria 8,3%). Ao contrário do período anterior, a massa salarial cresceu vigorosamente, impulsionada pela expansão do emprego e, sobretudo, pelo aumento do salário real: tanto o salário mínimo, reajustado em 12% acima do INPC, quanto o das principais categorias, que reivindicam com êxito a reposição plena da inflação passada, a recuperação de perdas sofridas em 1983-84 e a adoção de esquemas representando, na prática, reajustes trimestrais. Expressando a mudança de conjuntura doméstica a indústria de bens de consumo não duráveis registra o expressivo crescimento de 7,7%. Mas, certamente o líder da recuperação foi a indústria de bens de consumo duráveis (15,6%), seja pelo exercício de uma demanda reprimida até então, seja pelo estímulo da expansão das vendas a prazo. E, digno de nota, até mesmo a indústria de bens de capital exibe uma retomada (12,4%), embora muito diferenciada conforme o seu ramo. O crescimento industrial intensificou-se no segundo semestre de 1985 e início de 1986, enquanto a taxa de investimento experimentava uma ligeira reversão após anos de continuado declínio – sinais de que a economia brasileira exibia perspectivas promissoras de consolidação da recuperação, afastando as dúvidas e temores tão presentes em 1984.

[128] Antônio Ermírio de Morais fazia reclamações públicas ao ágio que, na sua visão era uma das facetas da "falência moral" do país – uma vez que os intermediários ficavam com os lucros que deveriam ser da indústria ("Verdades cruas". JORNAL DO BRASIL 25/010/1987)

[129] Para o Antônio Ermírio, o Plano Cruzado errou ao não orientar os gastos da poupança para as indústrias de base, dificultando o crescimento econômico e lavando o país a um risco de recessão com alta inflacionária. ("Antônio Ermírio diz que poupança foi gasta com supérfluos". FOLHA DA TARDE, 27/11/1987).

inflacionário e ao congelamento de preços de tarifas públicas. Ao mesmo tempo, os gastos estatais continuavam em crescente, sobretudo com as despesas e com a folha salarial, o que redobrava a série de pressões para o governo cortar gastos, sobretudo no meio empresarial. Esse, por sua vez, embora apoiador do plano, manteve seu conservadorismo para a realização de novos investimentos, revelando um comportamento ressabiado, sobretudo dos setores monopolistas, quanto à confiança numa plena recuperação econômica que garantisse altas taxas de lucro, dado o controle rígido de preços nesses setores pelo governo:

> Há indicações de que o grande capital permaneceu tão reticente quanto estivera nos anos de recessão e início da recuperação no tocante a engajar-se agressivamente em novos projetos de investimento. Por um breve período o setor dominante da classe capitalista, porquanto alvo de vigilância explícita (trata-se do segmento de preços "cipados"), viu-se na desafortunada contingência de defrontar-se com uma queda expressiva de mark-up (além de perder "receita inflacionária" dadas as novas regras do jogo), afetando a sua rentabilidade. Assim, numa conjuntura de incomum explosão do crédito, o grande capital optou por intensificar a reação de desendividamento iniciada durante a recessão, reflexo da sua decisão de esperar para ver, mantendo em compasso de espera os seus projetos de investimento (justamente aqueles de maior escala e, portanto, de maior efeito acelerador). (MACARINI, 2009, p. 23)

A expansão da demanda, avaliada como o principal fator inflacionário, levou o governo a planejar um pacote fiscal visando ao desaquecimento do consumo. Assim, o governo lançou o Plano Cruzado II, um pacote fiscal dedicado a aumentar a arrecadação em 4% do PIB. Além disso, foi permitido o aumento de preços do petróleo e do álcool, com o objetivo de evitar o aumento em outros momentos da cadeia produtiva. Também foram remarcados preços das tarifas de energia elétrica e telefone, além dos correios, leites e remédios. Imediatamente, o Plano Cruzado II gerou uma série de protesto, alguns violentos por parte das classes trabalhadoras (DINIZ, 1997, p. 75).

A manutenção prolongada do congelamento de preços também trouxe abalos definitivos na relação entre governo e industriais, que passariam a ser pautada por embates frequentes a partir do fracasso do Plano Cruzado, o que enfraqueceu muito o governo e a sua capacidade de reagir a crise econômica[130]. No início de janeiro de 1987, o presidente da

[130] De acordo com Macarini (2009, p. 36): Utilizando-se da elevação do IPI concentrada em poucos itens (automóveis, cigarros e bebidas) e da correção de preços e tarifas das empresas estatais (uma real necessidade, reconhecida de longa data) e, secundariamente, da redução de subsídios (restrita ao caso do açúcar – mas havia planos de estendê-la ao trigo, o que terminou sendo abandonado), a política econômica pretendeu finalmente atacar o desequilíbrio macroeconômico na sua raiz, transferindo um volume substancial de recursos do setor privado para o setor público (estimado pelas autoridades em 4,5% do PIB) e desacelerando o consumo. A contundência dos aumentos de preços – automóveis 80%, cigarros e bebidas 100%, gasolina e álcool 60%, tarifas de energia elétrica 21%, postais e telefônicas 80%, açúcar 25% –despertou a ira popular, desinflando a popularidade do governo (mensurada em pesquisas de opinião), e propiciou um fértil ambiente para a rápida proliferação das expectativas mais pessimistas nos mercados financeiros.

FIESP, Mário Amato, anunciou uma "desobediência civil" ao congelamento de preços, se esses demorassem mais para serem ajustados. O presidente da República respondeu de forma dura, acusando o empresariado de pregar a anarquia:

> Para que se verifique o estado de exaltação a que chegou esse estado de espírito, basta ver que dirigentes empresariais, num momento em que se procura consolidar o estado de direito no Brasil, o regime da lei, pregam a desobediência civil, a anarquia, e passam a ser aliados daquela coisa do século passado que é o Bakunin. (JORNAL DO BRASIL, 10/01/1987)

Para Sarney, havia um pessimismo do empresariado industrial mesmo com os bons índices do setor em 1986, quando houve crescimento de 12%. O discurso contra o "pessimismo do empresariado" ganhava mais força quando Sarney comparava-o com o comportamento dos trabalhadores:

> Eu acho que mais paciência tem tido os trabalhadores brasileiros, o povo pobre e sofredor que aguenta os índices de miséria absoluta, este sim o que constitui o verdadeiro problema e a vergonha nacional. Em ver de sermos ajudados para resolver os problemas, o que vem são atropelos para dificultar soluções. (JORNAL DO BRASIL, 10/01/1987)

O discurso do presidente, evidentemente, foi muito mal recebido pelos industriais que, entre panos quentes e respostas ríspidas, não escondiam mais o mal estar com o governo. Para Mário Amato, o presidente havia interpretado mal a sua fala, com uma "acusação fora de propósito". Mas mantinha a fala, afirmando que a situação do setor empresarial e insustentável"[131], solicitando o realinhamento de preços pela "sobrevivência das empresas" e aproveitando para se contrapor às estatais, pois o setor privado não dispunha de recursos para cobrir prejuízos, como no setor público. Antônio Ermírio, por sua vez, questionava a viabilidade do pacto social:

> O presidente Sarney está cometendo um enorme equívoco ao jogar a classe trabalhadora contra os empresários, num momento difícil como o atual. Mas que raio de pacto social é esse? (Para empresários, o pacto está "sepultado". O ESTADO DE SÃO PAULO. 11/01/1987)

Adiante, após reclamar da volta da inflação e da ciranda financeira e do esgotamento do Plano Cruzado ("nós sempre defendemos o Plano Cruzado, mas chega uma hora que não dá mais"), criticava o suposto privilégio às multinacionais, expondo ainda mais o distanciamento entre o presidente e os industriais: "O governo está segurando os preços da

[131] "Mas que raio de pacto é esse?" (O ESTADO DE SÃO PAULO. 11/01/1987).

indústria nacional, depois de ter cedido às pressões das multinacionais dos setores automobilístico, farmacêutico e de cigarros".

A reação por parte dos trabalhadores também é representativa da baixa credibilidade política que o governo Sarney dispunha em relação à sua capacidade de levar o pacto social adiante[132]. Na mesma reportagem, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC afirmavam que o presidente "adota uma prática que beneficia os poderosos e depois aparece na televisão dizendo que o trabalhador está sendo penalizado", sendo uma "demonstração de má fé, pois a desobediência civil por parte dos empresários já começou faz tempo, desde que a carne e outros produtos sumiram das prateleiras dos supermercados".

O embate sobre o descongelamento de preços seguia, com Antônio Ermírio reconhecendo que muitos empresários não respeitavam a demarcação de preços, mas ponderando que diversas empresas estavam à beira de falência por conta do tabelamento imposto pelo governo.

> "Se continuarmos desta maneira, sem enfrentar a realidade dos fatos, o Brasil está arriscado a sair da falência física para a falência moral. As poucas reservas morais deste país, por uma questão de sobrevivência, vão ser obrigadas a fazer reajustes de preços por contra própria [...]. Nós estamos no limiar disso. [...] A desobediência civil já existe. Eu acabo de mandar para o conselho interministerial de preços (CIP) uma relação de duas páginas repletas de fornecedores que estão cobrando sobre os preços de fevereiro de 1986 um mínimo de 30% até 220% de aumento." ("Política e corrupção: os problema do país". JORNAL DO BRASIL 20/01/1987)

Além do choque fiscal do Plano Cruzado II, o desabastecimento foi enfrentado com o aumento das importações pelo governo. Contudo, tal opção gerou uma deterioração das receitas de exportação, o que afetou a capacidade do governo em garantir os compromissos da dívida externa, já prejudicados pela manutenção do câmbio fixo entre fevereiro e dezembro de 1986. De acordo com Castro (2005, p. 129):

> Na realidade, nos primeiros meses do plano, os superávits da balança comercial permaneceram. Essa situação se alterou a partir do segundo semestre, com a queda das receitas de exportação, em função da defasagem cambial em termos reais e também pelo aumento das importações – ambos provocados pelo rápido crescimento [...] Finalmente, com expressiva piora das contas externas, foi decretada, em fevereiro de 1987, a moratória dos juros externos, o que diminuiu ainda mais a entrada de recurso externos no país.

[132] Diniz, ao retratar as reuniões tripartites no início de 1987 para a construção do pacto afirmava que "No decorrer das negociações, ficou patente a incompatibilidade das posições de empresários e trabalhadores sobre o realinhamento dos preços e política salarial, inclusive sobre a fixação do novo salário mínimo e critérios para os reajustes" (DINIZ, 1997, p. 76)

A troca de acusações sobre os preços entre os empresários se manteria, principalmente entre o setor industrial e o setor comercial, com o primeiro acusando o segundo de ágio. Os desentendimentos entre a burguesia industrial, a burguesia mercantil e o governo empurravam a continuidade do congelamento para o fracasso. Buscando uma saída, o governo passou a sinalizar a desistência do congelamento de preços nos mercados que, com correções mais frequentes, elevaram a inflação para a casa dos 20% em março de 1987, disparando o gatilho salarial.

Nesse sentido, a crise da dívida e a permanência de um quadro inflacionário minaram o apoio a equipe econômica. No início de 1987, o governo procurou o empresariado industrial para uma trégua no aumento dos preços por 120 dias após um novo realinhamento. A Fiesp, seguida pela maior parte das lideranças industriais, recusou a proposta, por entender que as estatais tinham seus preços realinhados com maior frequência pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e que o gatilho salarial com o crescimento inflacionário, prejudicava os industriais, que teriam seus preços congelados.[133] Em seguida, o ministro Dilson Funaro viu sua condição se esvair ao ver empresariado industrial se afastar a partir da declaração da moratória dos juros da dívida externa, recebendo duras críticas[134]. Funaro ainda tentou resgatar a confiança da burguesia nacional com uma série de reuniões no final de fevereiro com diferentes setores empresariais[135]; e no início de abril com apresentação de um plano de "Financiamento do desenvolvimento econômico no período 1987/1991"[136] mas suas tentativas tiveram fôlego curto: ao final do mesmo mês, estava demitido, dando lugar ao economista Bresser-Pereira.

[133] "Fiesp recusa alta de preços condicionada a uma trégua" (O GLOBO, 29/01/1987).

[134] Para Antônio Ermírio de Morais, a moratória fazia o país passar por um vexame internacional ao se colocar numa "posição de republiqueta", frente aos investidores e aos exportadores, que seriam mais duros para realizar negócios com o país, dada a desconfiança para cumprir com os compromissos assumidos, o que prejudicaria ainda mais a economia nacional, com o aumento dos preços ("Ermírio: posição é de republiqueta". O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/02/1987).

[135] O ministro se reuniu com 15 líderes empresariais, entre eles o presidente da CNI, Albano Franco e os presidentes da FIESP e FIRJAN, Mário Amato e Artur João Donato e os industrias Antônio Ermírio de Morais, Jorge Gerdau, Walter Sacca, Hugo Nardini e Paulo Cunha. ("Funaro dá 'injeção de ânimo a empresários". O ESTADO DE SÃO PAULO. 27/02/1987).

[136] "Empresários com Funaro. Eles jantaram ontem com o ministro. Mas não acham que seu plano vá resolver os problemas do país." (JORNAL DA TARDE. 04/04/1987). Interessante notar que tal plano de desenvolvimento foi apresentado no final de abril, como o industrial Antônio Ermírio de Moraes havia cobrado em entrevista ao jornal O GLOBO em 29/03/1987: "a situação é muito complexa. Faltam decisões básicas. Esperto que até o final de abril o Governo já tenha um plano, um roteiro para o seu desenvolvimento. Todos estão esperando por isso." Ainda, Ermírio pregava na sua retórica econômica recheada de moralidades, mais uma vez por um plano de austeridade centrado na redução do orçamento do governo, que deveria dar exemplo nos cortes, antes de cobrar o sacrifício da sociedade.

O esfacelamento do apoio dos industriais ao Plano Cruzado deve ser entendido numa perspectiva ainda mais ampla, que superasse a análise de que a inflação brasileira seria puramente inercial. De acordo com Diniz, era preciso observar a questão distributiva, que alterada de maneira abrupta e surpreendendo os setores mais poderosos e organizados do empresariado e da classe trabalhadora, dentro os quais se encontravam as grandes indústrias. Uma alteração dessa magnitude na distribuição de renda sem que houvesse enraizamento social – o que poderia ser viabilizado por um pacto que o governo era incapaz de promover tornou inevitável a perda de credibilidade da politica econômica e do governo em setores da sociedade civil que possuíam alta influência na formulação da opinião pública:

> Assim, se anteriormente os trabalhadores e os setores mais competitivos da economia eram grupos mais penalizados com as acelerações inflacionárias, enquanto o setor externo, os setores mais oligopolizados e o setor financeiro eram os que mais se beneficiavam, a implementação do Plano Cruzado determinou um ruptura da lógica até então prevalecente. A combinação de algumas medidas instituídas como a adoção do congelamento de preços (com as assimetrias que provocou) e da taxa de câmbio, com a introdução da escala móvel de reajuste de salários levou à inversão do poder relativo dos diferentes grupos sociais quanto à capacidade de cada um para defender-se da inflação, evitando perdas e obtendo ganhos. Se antes do Cruzado os exportadores, as grandes empresa e os trabalhadores mais organizados apresentavam maior capacidade de evitar perdas provenientes dos aumentos de preços, após sua implantação, esses grupos passaram a assimilar todo o custo do conflito distributivo. Por outro lado, as pequenas empresas e o setores mais competitivos, livres das restrições determinadas pelo congelamento, já que nesses setores a fiscalização revelou-se impossível, puderam repassar para os preços os aumentos de custos, mantendo e mesmo ampliando suas margens de lucro, uma vez que a demanda se apresentava aquecida. (DINIZ, 1997, p. 84)

O agravamento da crise econômica e social do país trazia uma situação de instabilidade política ainda não experimentada pelo governo Sarney, com o crescimento significativo de manifestações e greves de trabalhadores (2.188 paralisações no ano). Assim, ao mesmo tempo em que o empresariado industrial entrava em rota de colisão com o governo, exigia do mesmo a contenção da radicalização dos movimentos de trabalhadores, sob a justificativa de que esses ameaçavam a consolidação da democracia. Em entrevista à folha de São Paulo, em 13 de abril de 1987,[137] Antônio Ermírio alertava para o risco da volta dos militares caso a instabilidade política fosse aprofundada pelo que o empresário classificava como "imprudência da extrema-esquerda", referindo-se ao PT e às greves dos trabalhadores que estariam desrespeitando a Justiça por serem decretadas de forma ilegal, a despeito das acusações, por parte dos movimentos grevistas, de que Justiça brasileira estava ligada ao poder econômico.

[137] "Ermírio diz que crise pode provocar retorno dos militares (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/04/1987).

Antônio Ermírio não titubeava em defender a intervenções nos sindicatos, como estabelecia a lei vigente, caracterizando a intervenção como uma medida de força assim como a resistência à legalidade. Continuava afirmando que o acirramento dos conflitos políticos motivava setores da sociedade civil a pedirem o retorno dos militares e que o país deveria garantir a estabilidade política para realizar as próximas eleições, única garantia de aperfeiçoamento democrático. Por fim, reclamava da falta de um plano econômico "sério" do governo – o que afligia o setor industrial, caracteristicamente defensor do planejamento na economia.

Em junho de 1987, já sob novo comando, a equipe econômica lançou o Plano Bresser, voltado, mais uma vez, para a estabilização. Para combater a inflação, em 25% segundo o Índice Geral de Preços (IGP), e o déficit público, o governo se utilizou de políticas fiscais e monetárias ortodoxas, com juros reais positivos para forçar a redução no consumo e redução de investimentos, corte em subsídios, aumento de tarifas e impostos, além dos cortes de gastos (BRITO, 2004 p. 25). Isso indicava o diagnóstico, por parte do governo, de que a inflação era inercial[138] e de demanda.

A heterodoxia do plano seguia as tentativas do Plano Cruzado – o congelamento geral de preços e salários por noventa dias. Após esse período, o governo flexibilizou os preços e salários, a partir de reajustes mensais, em lugar do gatilho salarial. Em seguida, o governo liberou os preços, devolvendo-os às flutuações de mercado. Na política cambial, Bresser adotou as minidesvalorizações, evitando uma maior deterioração das contas externas e abrindo, assim, possibilidades de renegociação com os credores da dívida brasileira – em agosto de 1988, o Brasil firmou um novo acordo com o FMI, que ofereceu uma linha de crédito de US$ 1,4 bilhões. Em setembro do mesmo ano, a moratória seria suspensa.

Inicialmente, o Plano Bresser conseguiu reduzir a inflação – 26,% em junho, 3% em julho e 6,4% em julho. Contudo a maior defasagem entre a inflação e os salários a partir da correção mensal e falta de reposição na folha salarial do aumento das taxas dos serviços públicos no início do Plano Bresser geraram grandes descontentamentos nas classes trabalhadoras.Mobilizadas, arrancaram aumentos que reduziam as perdas salarias acumuladas, escorando-se no compromisso do governo em desconcentrar a renda, um dos elementos do pacto social (MACARINI, 2009, p. 42).

[138] De acordo com Castro (2005, p 121):" [...] A inércia inflacionária decorre da existência de contratos com cláusula de indexação. Numa economia indexada, a tendência inflacionária torna-se a própria inflação do período anterior e pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (safras agrícolas, choque do petróleo, etc) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, em vez de passageiras, são incorporadas à tendência."

As críticas à política econômica de Bresser por parte dos industriais continuavam a bater na contenção do déficit público[139], a permanência de uma taxa de juros altas[140], além de se dirigir para defasagem de preços. Para muitos industriais, estava compensando mais vender para o exterior do que no mercado interno[141], dado o congelamento de preços. A pressão contrária a um novo longo período de congelamento surtiu efeitos e no início de agosto começou a flexibilização, atendendo primeiramente o setor industrial de bens de produção[142].

No longo prazo, a inflação voltaria a crescer, não apenas pelas resistências dos trabalhadores a aceitar as perdas salariais como também pelo escalada no reajuste de preço quando iniciada a flexibilização – os produtores e as redes comerciais anteciparam seus aumentos a fim de se precaverem contra um novo congelamento. A escalada inflacionária minava a manutenção do Plano Bresser e, como ele, a própria figura do ministro. Em entrevista ao jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em 23/08/1987 ("Empresário diz que Plano fracassou, por Isabel Dias de Aguiar".) Antônio Ermírio de Morais afirmava que o Plano Bresser "já está fazendo água", devido ao crescimento da inflação e à volta do ágio, o que levaria a um novo choque de preços, que teria, como consequência, o sucateamento da indústria nacional, incapaz de fazer novos investimentos no maquinário, dada a redução da sua margem de lucro. O empresário reclamava que o setor vinha arcando com altos custos por conta do controle de preços efetivados pelo CIP, aumentando sua defasagem em relação a inflação acumulada. Tal cenário indicava a volta de um período recessivo combinado causado pela alta inflacionária, invertendo a tendência de crescimento indicada no primeiro semestre de 1987. Como resultado, em dezembro a inflação já atingia 14%. A defesa por uma reforma tributária por parte do ministério da Fazenda encontrou resistências no governo Sarney, o que levou Bresser-Pereira a se demitir do cargo na virada para o ano de 1988.

Ermírio aproveitava também para fortalecer o posicionamento da classe empresarial contrário ao alinhamento dos preços públicos como energia e insumos industriais à frente dos

---

[139] E essa altura da crise, Antônio Ermírio resgatava uma crítica comum do empresariado a governos que evitavam cortes mais drásticos nos gastos: alegava que Sarney realizava um "populismo desenfreado", sendo o mesmo uma "chaga nacional". Na mesma reportagem, Bresser defendia, diante do FMI, em Washington, um novo modelo de financiamento do déficit público: O setor público responde pela maior parte da dívida externa e a massa de juros dessa dívida representa mais da metade do deficit público. Já não é mais o deficit que provoca a dívida. Agora é a dívida que realimenta o deficit. ("Crescimento só com refinanciamento" FOLHA DE SÃO PAULO, 23/07/1987).

[140] Em encontro com Bresser na CNI, seu presidente, Albano Franco, fez um discurso contundente contra os juros (MACARINI, 2009, p. 46).

[141] "Votorantim prefere exportar o alumínio" (O GLOBO. 09/07/1987). A reportagem faz um panorama do setor de alumínio e apresenta as reivindicações da Associação Brasileira de Metais Não Ferrosos (Abranfe), voltada para a equiparação de preços, sob pena de haver uma redução nos investimentos.

[142] "O primeiro descongelado" (FOLHA DA TARDE 05/08/1987.)

preços privados[143]. Como saída para a crise da dívida que levava a alta inflacionária, propunha a conversão da dívida das estatais em capital de risco. Para Ermírio de Moraes, esse era o único caminho para que as estatais não embutissem em suas tarifas a necessidade de arrecadar para pagar a dívida externa[144].

Um mês depois, após ser eleito novamente a principal liderança empresarial pela revista *Balanço anual*, da *Gazeta Mercantil*, o industrial discursava cobrando a definição de uma política industrial até então inexistente no governo Sarney, "que defina de modo perene as áreas para os capitais nacionais, estrangeiros e estatal". Segundo reportagem da Folha de São Paulo, Ermírio defendia que

> A importância de uma política industrial para a retomada dos investimentos é fruto direto da necessidade de regras claras para a convivência empresarial. Isso vale tanto para as grandes quanto para pequenas empresas. No primeiro caso, Ermírio diz que é injusto, depois de décadas de investimento, uma empresa de repente se ver diante da concorrência de uma empresa estatal ou multinacional. Somente regras claras, definindo as áreas de atuação dos vários tipos de empresa, propicia ao empresário a segurança a partir da qual pode tomar decisões de longo prazo. Ou seja, o problema não é o excesso de presença estatal, já que é preciso reconhecer a necessidade tanto do capital estatal quanto do capital estrangeiro. O elemento de instabilidade decorre da falta de regras, um contexto de insegurança cujo principal responsável é o governo[145]. O empresário hoje está acuado, diante da opção entre investimento e aplicações financeiras. ("Antônio Ermírio de Moraes condena a falta de apoio a Bresser" FOLHA DE SÃO PAULO, 27/09/1987).

O aumento de impostos proposto pelo governo encontrou forte resistência na classe empresarial desde o início da posse de Bresser ministério. Já em junho, industriais como Paulo Vellinho, vice-presidente da Abinee, afirmavam categoricamente que a maioria não pagaria e voltavam a criticar a falta de austeridade do governo nos gastos e nos investimentos

[143] A inflação de custos resultantes compromete a capacidade de investimento. Quanto mais congelamento houver, maiores as defasagens impostas e mais difícil a recuperação dos investimentos." ESTADO DE SÃO PAULO, em 23/08/1987("Empresário diz que Plano fracassou, por Isabel Dias de Aguiar".

[144] "Essas empresas não têm tido muita chance de colocar a vida em dia, porque a cada nova desvalorização do cruzado, elas precisam de mais cruzados para pagar usas contras em dólar. Com preços congelados por período prolongado, a situação fica ainda mais difícil." ESTADO DE SÃO PAULO, em 23/08/1987("Empresário diz que Plano fracassou, por Isabel Dias de Aguiar".

[145] Na sua entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, o industrial exemplificava: "Ser empresário no Brasil é muito difícil. Especialmente quando o Estado exerce concorrência desleal com a iniciativa privada". Antônio Ermírio se refere à energia subsidiada oferecida à estatal Albras, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, por 20% do seu custo, pode produzir alumínio e exportá-lo ao Japão com desconto de US$ 25 por tonelada, sobre o valor cotado em Londres. Fenômenos como esse, além de desequilibrar o mercado, "agravam o déficit público e tornam mais distante a solução para a economia do País

planejados, como a ferrovia Norte-sul.[146] Para Bresser, o impedimento da reforma tributária foi o golpe fatal para a sua continuidade no ministério[147].

Ainda em outubro, com o agravamento da crise, Antônio Ermírio apontava a decepção com a Nova República[148], envolta em denúncias de corrupção e de responsabilidade sobre o país ("falta dignidade aos políticos"[149]) e com o próprio governo Sarney, incapaz de produzir algo que não fosse discursos[150]. A falta de prioridade ao social, era uma das evidências da incompetência governamental. Contudo, suas críticas se estendiam também ao conjunto do empresariado.

> O que acontece - e tenho falado isso a todos os empresários - é que nós raciocinamos só a curto prazo, e isso não é bom. Agora existe uma razão para raciocinarmos a curto prazo: os planos cruzados I, II e II acabaram coma grande maioria das empresas. Elas estão com dificuldades, inclusive para reinvestir, porque não têm ganho nada. Não resistem à inflação, porque o ativo imobilizado é maior do que o patrimônio líquido. As empresas não estão ganhando nada, como mostram os balanços. Tenho o hábito de lê-los e não porque jogo em bolsa. Não acredito nesse jogo. Eu nunca acreditei em jogo de bolsa. Em qualquer, país civilizado esse indivíduo (Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, diretor da Cobrasma, multado em CZ$ 50 milhões pela CVM por ter "supervalorizado" ações de sua empresa) estava na cadeia, não ia ser apenas multado. ("Sarney não governa e não trabalha". JORNAL DO BRASIL, 19/10/1987).

Ainda que pessimista, o industrial se mostrava paciente com a Nova República:

> a democracia é o caminho mais longo entre dois pontos. Ela se opõe à matemática, mas a gente tem que ter paciência. Se quisermos, por exemplo, reformar todo o Congresso Nacional, com uma simples eleição, isso não vai acontecer. Mas se tivermos paciência e quisermos reformar todo o Congresso, ao longo de três, quatro

[146] "Ninguém vai pagar". (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/06/1987).

[147] Para Macarini (2009, p 53), "Até a sua saída (em dezembro) Bresser ainda tentou articular um conjunto demedidas na área fiscal, englobando a extinção de alguns órgãos e a privatização de empresas estatais (com um sentido basicamente simbólico, como ele reconheceu a posteriori) e, sobretudo, um ensaio de reforma tributária direcionado a elevar a carga tributária (a mudança definitiva, esperava-se, viria com a Constituinte). Bresser sinalizava um aumento do imposto de renda incidindo sobre o estrato mais rico (estimado grosso modo em 20% dos contribuintes), ensejando uma diminuição da tributação sobre o estrato mais pobre. Durante a fase de balões de ensaio chegou a ser ventilado que se pretendia elevar o IPI sobre bens supérfluos. E, ainda que não se esperasse um grande efeito em termos de receita, o projeto incluía a tributação do patrimônio. O insucesso desse lance (e a vacilação novamente demonstrada pelo governo) precipitou a demissão de Bresser."

[148] Em certa medida, as crises do governo Sarney deixava claro que a construção democrática era algo muito mais complicado, politicamente, do que Antônio Ermírio poderia imaginar: "Antes, nós tínhamos um regime com disciplina e ordem, mas sem liberdade. Afora, temos liberdade, mas não temos ordem e disciplina" ("Ermírio, desconfiando de tanta radicalização". JORNAL DA TARDE 19/02/1988)

[149] Ermírio criticava o rompimento do PFL (dissidência do PDS que apoiou a chapa Tancredo-Sarney) com o governo no momento em que se renegociava a dívida extensa e sem que o partido entregasse os cargos públicos ocupados. ("Sarney não governa e não trabalha". JORNAL DO BRASIL, 19/10/1987).

[150] "Produção de discurso é fácil, mas a produção efetiva de uma porca, um prego, uma arruela demanda tempo, força de vontade, inteligência. Preparar discurso é muito mais simples, faz até no fim de semana, depois sempre tem alguém para fazer uma revisão." ("Sarney não governa e não trabalha". JORNAL DO BRASIL, 19/10/1987).

> eleições, ele estará reformado. Agora é preciso ver se nós vamos ter paciência para aguentar todos esses anos, o que nós temos feito de uma maneira um pouquinho irresponsável. ("Sarney não governa e não trabalha". JORNAL DO BRASIL, 19/10/1987).

O descontentamento dos industriais reverberava no governo. O jantar entre o presidente o os líderes do *Balanço Anual* de 1987, onde Antônio Ermírio e Mário Amato ficaram nas primeiras posições, marcado para o dia 21 de outubro foi cancelado após a entrevista de Ermírio para o Jornal do Brasil e a reunião do Fórum dos empresários, promovido pela *Gazeta Mercantil*, em que foi tirado um posicionamento crítico ao governo.[151]

Com a nomeação do economista Maílson da Nóbrega para o lugar de Bresser Pereira, o governo voltou a apostar na ortodoxia no combate à inflação (BRITO, 2004 p. 26), procurando estabiliza-la em 15% ao mês, além de renovar as medidas contracionistas para reduzir o déficit público.Foram congelados os valores nominais de empréstimo do setor público e houve os salários do funcionalismo público. Porém, o aumento de preços dos serviços públicos e nos produtos alimentícios fizeram a inflação sair do controle esperada a partir do segundo semestre de 1988 – atingindo 28% em dezembro e resultando num acúmulo de 1.037,56% ao longo do ano, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O gradualismo das medidas ortodoxas demonstrou-se insuficiente para reverter o quadro de alta inflacionária, o que levou a rediscussão da indexação da economia como um dos fatores responsáveis pela tendência crescente.

As medidas contracionistas também criaram condições para a volta da recessão e o aumento do desemprego, fraturando ainda mais a união em torno do pacto social já na parte final do governo da Aliança Democrática, eleita sob esse lema. A recessão alarmava o empresariado industrial[152], que via no incremento das exportações a possibilidade de reverter o quadro e de evitar as quebras das grandes indústrias, dado o cenário de hiperinflação interna, que prejudicava aquelas que tinham no mercado interno o principal destino da sua produção.[153] Em encontro na CNI, em comemoração a dia da indústria, o empresariado industrial procurou apoiar, em parte, as medidas contracionistas de 1988, ao menos no primeiro semestre – desde que o governo acenasse com a redução do déficit público, apelando a uma "racionalidade empresarial" para o Estado, que atacava a sua incompetência de

[151] "Fim de festa" (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/10/1987)

[152] Na reportagem "Ermírio diz já haver recessão" (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/1988), os empresários avaliavam o baixo crescimento industrial e no aumento do desemprego como fatores recessivos. Para Ermírio, "a maioria do empresariado está acovardada, poucos estão fazendo investimentos".

[153] "Para Ermírio, saída é exportar" (CORREIO BRAZILIENSE, 16/03/1988).

gestão[154]. Além disso, questionavam a política fiscal do governo, considerada "injusta" para o setor, e o crescimento da dívida interna, sendo necessária a capitalização das empresas estatais[155] e o fechamento das deficitárias, rechaçando a proposta do governo de compra das mesmas pelo setor privado nacional, que não teria capacidade financeira para tais operações[156].

A falta de credibilidade política do governo, internamente, com a crise econômica e as denúncias de corrupção e, externamente, abalada pela moratória, trazia novamente preocupações. De acordo com Antônio Ermírio, "Pode haver um levante popular e é preciso evitar isso [...] Precisamos eleger gente correta e que queira o bem do Brasil". O alerta de Ermírio, de crítica total à política nacional, realçava a gravidade do momento, onde o discurso moralista explicava os problemas nacionais, revelando a incapacidade do empresariado industrial em formular e defender uma política econômica capaz de retomar o crescimento:

> Estamos em falência moral. Falência moral é doença fatal. É bem mais séria do que falência econômica. [...] É um vírus que ataca quando o paciente exagera na prática da esperteza, falsidade, e trapaça [...] Quando atingidos pela doença, os governantes "passam a confundir suas responsabilidades públicas com seus interesses privados. E, uma vez contaminados, eles passam a se deslumbrar com as superficialidades do poder e da corte [...] Contrariamente ao estadista que pensa obstinadamente nas próximas gerações, os governantes contaminados concentram toda a sua astúcia nas próximas eleições. O vírus da falência moral deixa sequelas, das quais a mais grave [...] é a incontrolável atração pelo populismo e pelo oportunismo. ("Ermírio acha que com 4 anos haveria golpe". O ESTADO DE SÃO PAULO, 06/04/1988).

Uma das medidas apoiadas em peso pela burguesia foi a tentativa de desregulamentação gradual da economia, com menor intervenção estatal em diversos setores

---

[154] "Em discurso de homenagem na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Antônio Ermírio de Morais afirmava: ' um país que gasto com funcionário mais do que arrecada, tem pouca chance de se tornar uma nação. Nosso governo é enorme, caro e ineficiente. Exatamente na hora em que precisamos de um governo barato, pequeno e eficiente. Não é possível continuarmos com pessoas e órgãos cuidando dos mesmo assuntos e, pior ainda, impedindo que os problemas se resolvas. Esta é, sem dúvida, uma doença própria da máquina governamental. Qual é a empresa privada que permite a coexistência de pessoas com a mesma função e todas bloqueando soluções?". (Antônio Ermírio critica os gastos com o funcionalismo ÚLTIMA HORA, 06/04/1988)

[155] A proposta de capitalização das estatais povoou o pensamento empresarial durante todo o governo Sarney, ainda que ela, a despeito de alguns sinais positivos por parte do governo, não tenha vingado. Já em 1989, Antônio Ermírio continuava defendendo-a, inclusive, como saída para o estrangulamento causado pela dívida externa: "[...]o Brasil paga 40 por cento de sua pauta de exportação ao serviço da dívida. E eles sabem que acima de 20 por cento fica impossível, ou eles nos dão mais prazo ou então eles reduzem a dívida. Para reduzir a dívida, faria uma proposta: venha participar conosco das boas empresas estatais com ações preferenciais sem direito a voto, porque no momento em que essas estatais puderem trocar dívida externa por ações preferenciais, imediatamente começarão a dar dividendos, porque são colossos. É o caso da CSN, Usiminas, Cosipa, Cesp, Chesf e Furnas. São empresas de primeira categoria em qualquer parte do Mundo, que, uma vez capitalizados, imediatamente passariam a dar dividendos. Vamos trocar as dívidas por ações preferenciais. ("Um projeto empresarial para o país". O GLOBO. 08/01/1989).

[156] "Maílson aplaude críticas de empresários à política fiscal" (JORNAL DO BRASIL, 26/05/1988);

da economia, com a diminuição de regras e mecanismo de disciplina, procurando dar maior espaço para o "livre mercado". O fim do Imposto sobre Operações Financeiras para as importações foi bem recebido pela burguesia nacional. Ao mesmo tempo, o setor industrial externava a sua preocupação com a diminuição dos investimentos do setor público na economia, representados pelos cortes para o setor industrial, o que poderia acelerar a recessão e o desemprego.[157]

Com as medidas recessivas de 1988, a movimentação grevista continuou em alta no país[158]. Somada a um quadro de manutenção da inflação associada a perspectiva de crescimento negativo, tal conjuntura levava a Fiesp a buscar ressuscitar o pacto social. A essa altura, contudo, nem mesmo entre os industriais havia consenso quanto à possibilidade da proposta finalmente vingar.[159] Em meio a reuniões entre reuniões ao longo do segundo semestre, organizadas pela Fiesp, contando com a participação de trabalhadores e de representantes do governo, as dificuldades se acumulavam, com cobranças do empresariado ao governo e ao setor legislativo[160], pela redução dos gastos e pela não aprovação de uma série de medidas na constituinte que poderiam onerar as empresas. Já os setores mais radicais dos trabalhadores, ligados à CUT e ao PT, contrários ao pacto, recebiam a acusação de comunistas, sendo considerados dispensáveis para a formação do pacto[161]. Em resposta, a CUT dizia não negociar com o empresariado pois esse não teria nada a oferecer aos trabalhadores. Já às vésperas das eleições municipais, a ideia do pacto, dado o tensionamento político e a crise econômica, foi minguando. Em 1989, as discussões em torno do pacto já pareciam, entre os industriais, superada, cedendo lugar para a sucessão presidencial[162].

---

[157] "Maílson discute efeito de cortes com empresários." (FOLHA DE SÃO PAULO, 1988/06/06);

[158] Foram 2137 greves ao longo do ano. Ver: Noronha, E. (e outros). Mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século. São Paulo: Scrita, 1994.

[159] "Proposta de acordo divide empresários" (JORNAL DO BRASIL, 13/07/1988).

[160] "Empresários estão entre urgência e descrédito' (FOLHA DA TARDE. 21/07/1988). Reportagem repercute discursos empresariais que pediam a participação do executivo e legislativo nacionais para a efetivação do pacto, ao mesmo tempo em que duvidavam do mesmo, dada a proximidade das eleições e a impossibilidade dos políticos se comprometerem com medidas impopulares.

[161] "Ermírio diz que planalto discute acordo por temer um 'retrocesso' (26/10/1988). Segundo a reportagem, "Ermírio disse que os empresários "têm a responsabilidade de fazer o país voltar a investir". Segundo ele, é preocupante a obtenção de lucros financeiros maiores que os operacionais. "Isso leva o país ao caos."Indagado se o acordo sairia sem a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ermírio acusou a entidade e o PT (Partido dos Trabalhadores) de quererem tomar o Brasil, para implantar o "regime de Fidel Castro". Ele considera a CUT dispensável à formalização do acordo."

[162] "Empresários tentam definir seu rumo na sucessão presidencial" (GAZETA MERCANTIL, 31/03/1989). Na reportagem, empresários do setor comercial, industrial e financeiro revelam encontros para discurit o quadro sucessório e compartilhar pesquisas de opinião entre a classe. Sem encontrar, aquela altura, uma candidatura ideal, fechavam consenso quanto ao combate à candidatura de Lula, do Partido dos Trabalhadores. Para Amato "O Lula não! De jeito nenhum! O problema do Lula é que ele é contra o patrão e não ter isso, de forma alguma no país."

A estagnação econômica do país arrastada por um quadro de hiperinflação em 1988 levou a equipe econômica a lançar um novo plano de estabilização monetária, no início de 1989, batizado de "Verão". Os mecanismos de indexação foram eliminados, houve novos congelamentos de preços e salários por tempo indeterminado e novas medidas restritivas de despesas de custeio, restrições de crédito e de emissões de título pelo governo. Entretanto, a desindexação não reverteu a alta inflacionária e as suas consequências para instabilidade da economia.

> Além disso, os elevados juros praticados foram incapazes de conter o movimento de antecipação do consumo, movido pelo temor de explosão dos preços após o fim do congelamento. Os trabalhadores, insatisfeitos com as sucessivas perdas implícitas nas mudanças de índices, começaram a reivindicar reposições salariais.[...] Sem nenhum mecanismo de coordenação de expectativas devido a extinção dos indexadores, cada agente olhava o índice que melhor lhe convinha, e os períodos de reajuste de preços foram sistematicamente reduzidos. O resultado para economia foi um grande aumento da inflação, que ultrapassou 80% ao mês no começo de 1990. (CASTRO, 2005 p. 130)

Ao retomar o controle de preços aliado a uma política recessiva, o Plano Verão entrou em vigor com pouca credibilidade entre o empresariado industrial. Para esses, estava ficando claro que a melhor saída para o combate à inflação viria pelo aumento da produção industrial e agrícola, sendo necessário novos investimentos para o crescimento da atividade produtiva[163]. Sobre o congelamento de preços, a pressão era para que o mesmo durasse no máximo 45 dias – mais do que isso poderia haver uma dura reação por parte do setor produtivo, já muito descontente com o estabelecimento dos juros em 25%, o que beneficiava, segundo a visão industrial, as aplicações financeiras.[164]

O Plano Verão simbolizava assim, mais um momento de extrema tensão entre empresários e governos, deteriorando ainda mais as relações entre as partes, que já estavam difíceis desde o fracasso do Plano Cruzado. No final de maio, dez setores empresariais encontraram-se com o secretário especial de Administração e Preços[165] para solicitar aumentos nos preços dos produtos, reclamando dos baixos lucros e da defasagem nos custos. O nível de tensionamento pode ser medido pelo setor automotivo, um dos mais atingidos, segundo o empresariado. Para a Sindipeças, a defasagem do setor de autopeças chegara a 39,4%, explicada pelo aumento da mão de obra (40%), do preço do aço (24%), do cobre (20%) e dos combustíveis. O vice-presidente da entidade, Alberto Fernandes, deixava claro

[163] "Um projeto empresarial para o país". (O GLOBO. 08/01/1989).

[164] Ver " Ermírio associa plano do governo à recessão" (FOLHA DA TARDE, 26/01/1989) e "desacordo" (FOLHA DA TARDE, 03/02/1989).

[165] "Governo descarta novos reajustes" (DIÁRIO COMÉRCIO & INDUSTRIA (31/05/1989).

que o fornecimento de peças não seria normatizado sem o atendimento por parte do governo reajuste pleiteado pelo empresariado. Já a Anfavea demandava um reajuste de 14% para as montadores, para cobrir a defasagem nos preços dos carros, em 40%, mais o índice de reajuste concedido às indústrias de autopeças. A Associação Brasileira do Cobre, por sua vez, solicitava um aumento de 25% no preço do cobre, alegando prejuízos por conta dos aumentos salariais e nos preços dos insumos. Enquanto que o Sindicato da Indústria de Condutores elétricos pedia 35%. A Associação Brasileira das Indústrias de Plástico (Abiplast) reivindicava 55% de aumento nos preços, reclamando que a indústria de resina, que fornece a matéria prima para as empresas, já haviam tido permissão para dois aumentos. A despeito das solicitações, a resposta do governo foi negativa, endurecendo as relações com o empresariado.

Ainda, os empresários do aço também solicitavam mudanças nos preços, defasado em 30%. Por fim, sobravam acusações entre empresários de que determinados setores industriais não estavam cumprindo com o congelamento – uma discussão, diga-se de passagem, presente em todos os momentos de congelamento de preços no governo Sarney e que também envolvia críticas de políticos, trabalhadores e do próprio governo a industriais e empresários do comércio.

Com clareza, pode-se afirmar que ao final do mandato de Sarney, do ponto de vista econômico o governo da transição democrática não teve sucesso no combate à inflação. No entendimento da presente dissertação, tal condição revelava o próprio limite do pacto social que sustentava o governo Sarney, pressionado pelos trabalhadores contrários a medidas recessivas que resultassem em arrochos salariais mas que também não conseguia enfrentar o setor produtivo, que inviabilizava qualquer possibilidade de reduzir sua margem de lucro – sendo o desabastecimento uma das suas maiores evidências, expondo o conflito distributivo sobre a renda nacional como o cento da crise inflacionária (CASTRO, 2005, p. 119):

> Nele, cada grupo buscava se apropriar de uma parcela de renda maior para si, que, somadas, eram incompatíveis com a renda agregada da economia. Assim, a cada momento, uma parcela da população conseguia aumentar sua fatia na renda real através da reivindicação de um aumento de seus rendimentos (por exemplo, aumentos nominais de salários). No momento seguinte, porém, outro grupo reivindicava o direito ao aumento (seguindo o exemplo, os empresários subiam os preços de seus produtos), corroendo o ganho real obtido pelo primeiro e assim sucessivamente. Em resumo, era até possível, transitoriamente, alterar a participação de uma determinada categoria na renda nacional, mas ao longo do tempo a distribuição permanecia a mesma. O resultado para a economia, todavia, era um processo inflacionário.

Assim, a taxa média da inflação no governo Sarney (1985-1989) atingiu 471% ao ano. Outros indicadores, contudo, demonstram uma retomada do crescimento econômico – 4,3%

na média do quinquênio, contrastando com a primeira metade da década. A balança comercial saltou de US$ 5,4 bilhões para US$ 13,5 bilhões.

É Interessante observar também a variação dos setores na retomada do crescimento econômico. Sob a vigência do Plano Cruzado, em 1986, a indústria puxou o crescimento, 12% em comparação a 1985, atendendo sobretudo ao mercado interno nos itens de bens de consumo duráveis e assegurando um bom desempenho dos bens de capital, que se manteve ao longo dos anos seguintes. As exportações, por sua vez, declinaram 11% em relação ao ano anterior.

Já no Plano Bresser, em 1987, o setor primário expandiu 15%, puxando o crescimento do PIB: 3,5%. O consumo interno diminuiu devido às perdas salariais e ao aumento dos juros reais, desaquecendo a indústria. Por outro lado, as exportações, estimuladas pelas minidesvalorizações cambiais, pelo andamento dos projetos do II PND e pela queda do consumo interno a partir de 1987, aumentaram consideravelmente (média de 6% ao ano no período), contribuindo para o PIB positivo. As importações, por sua vez, seguiram a sua tendência na economia brasileira – aumentaram no maior período de crescimento, em 1986, para depois se reduzir com as minidesvalorizações e as políticas recessivas que levaram a contenção da demanda.

Ao final do governo Sarney, em 1989 o comportamento da economia brasileira combinava a hiperinflação com crescimento econômico. Nesse contexto nada mais simbólico do que, no ultimo ano do primeiro mandato da Nova República, os setores financeiros e industriais tenham mantido os seus lucros num cenário de dilapidação da renda do trabalhador brasileiro, em que pese a manutenção de baixas taxas de emprego. De acordo com Macarini (2009, p. 2):

> A inflação, por seu turno, após três experimentos fracassados na linha do choque heterodoxo, atingia o patamar considerado em meados da década a própria expressão do fracasso de uma política econômica incapaz de diagnosticar corretamente a realidade brasileira – e, sobretudo, ingressava numa trajetória de tal forma vertiginosa (25% ao mês em junho/1989, 54% em dezembro, acima de 80% em março/90) que parecia a confirmação, enfim, do temido desenlace final da hiperinflação. E conferindo uma aura paradoxal à conjuntura, a economia crescia em 1989 (o PIB 3,2%, a indústria 2,9% - com o IGP exibindo uma taca de variação da ordem de 1782,9% (enquanto frações ponderáveis da classe capitalista colhiam lucros invejáveis). [...] Uma amostra de grandes empresas não financeiras exibiu nesse ano taxas de lucro após o imposto de renda da ordem de 18,6% a 20,8% enquanto os grandes bancos nacionais privadas registravam uma taxa de lucro de 17,3% [...] examinando a rentabilidade das 500 maiores empresas, chega a uma taxa de lucro de 14%, a maior da década e comparável com os resultados observados, em 1980 e 1976, anos de crescimento econômico expressivo.

A economia nacional durante a década de oitenta teve que lidar com o esgotamento do desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações. Diante da deterioração do quadro econômico e social, num cenário de intensa disputa política na conformação da Nova República, os anos Sarney não foram capazes de dar uma nova orientação ao desenvolvimento econômico pautado no crescimento industrial. Sustentado por uma coalizão de forças por vezes, até, opostas entre si, o governo Sarney buscou a todo o tempo negociar as demandas dos diferentes setores da sociedade civil, sem conseguir propor uma nova matriz de desenvolvimento.

Nesse aspecto, tampouco uma nova política industrial foi, de fato, concebida e posta em prática, o que expressa o jogo de forças políticas envolvendo distintos interesses na grande burguesia. No caso dos industriais brasileiros, confirmou-se uma vez mais, uma atuação pragmática, cujo objetivo primordial era a manutenção dos lucros e o discurso a favor de uma distribuição mais bem marcada entre os setores estatais, privados e multinacional, muitas vezes travestido pela continuidade do protecionismo; além de uma forte retórica contra a burguesia financeira, numa disputa que, até o final do governo Sarney, demonstrava-se bastante travada para os industriais, dada a manutenção, na maior parte do período, de taxas elevadas.

Por outro lado, as negociações com a classe trabalhadora, num contexto de volta às liberdades democráticas, empurrava o empresariado industrial nacional para o discurso do pacto social, a fim de demonstrar vontade para a negociação política, necessária na democracia e, ao mesmo tempo, estabelecer quais seriam os limites da mesma. Após anos de repressão, arrochos salariais e aumento da desigualdade social, não se poderia ignorar as demandas dos trabalhadores, fortalecidos politicamente durante a derrocada da ditadura.

Contudo, a abertura para o pacto se posicionava, no jogo político, como a única possibilidade de viabilização da democracia, cerceando demandas que poderiam gerar transformações mais profundas na realidade nacional. Ou seja, ao pautar a Nova República pelo pacto social, o empresariado empurrava os trabalhadores para a negociação, forçando-os a assumir uma posição política de igualdade de poder diante da burguesia, ao menos formalmente, para as negociações em torno do pacto – ainda que, do ponto de vista econômico, a desigualdade de condições fosse latente – a classe trabalhadora era a mais prejudicada, tanto pelos momentos de recessão econômica, como pela alta inflacionária. A ideia de "sacrifícios" pelo pacto social, atingia, certamente, muito mais a classe trabalhadora do que a burguesia, atuando para a manutenção do poder pela última.

Sem uma dinâmica de acumulação endógena baseada nos investimentos estatais, ou no setor de bens de consumo duráveis ou pelo setor de bens de produção, a discussão sobre a política econômica centrou-se nos planos monetários, de ajustes externo, para combater os efeitos do ciclo de desenvolvimento anterior. Esse cenário reforçava a incapacidade do próprio empresariado industrial nacional em formular, de maneira coesa, uma política industrial que rompesse o caráter dependente do desenvolvimento econômico nacional, (essa continuava a sua essência) que se reiterava na crise: a década de oitenta ficaria marcada, para a indústria nacional, pela interrupção dos fluxos de recursos financeiros externos[166], o crescimento da dívida pública e da inflação, além da queda nas taxas de investimentos.

Nesse contexto, restou ao empresariado industrial redobrar suas apostas no discurso contra a ineficiência do Estado como responsável pelos problemas econômicos, tendo como alvo o déficit público; pela desestatização da economia e pelas altas taxas de juros; além de acusações, pelos setores do grande capital nacional (monopolista), mais autônomo (ou que tinham acesso a grandes linhas de crédito estatais), ao domínio da mentalidade financeira sobre a mentalidade produtiva nos próprios industriais brasileiros. Nesse sentido, ao exigir que o governo também participasse, como parte integrante, do pacto social, a elite industrial brasileira emparedava o governo, obrigando-a ceder, sobretudo na sua participação direta no setor produtivo, almejando o fortalecimento da empresa privada nacional: o pacto social, mais uma vez, se impunha nas entrelinhas como uma estratégia política da grande burguesia para a conservação do seu poder.

As duras críticas aos gastos do Estado, mesmo que reservadas ao déficit publico e à ineficiência da máquina administrativa, resguardando o investimentos nas áreas sociais, empunhada pelas lideranças empresariais – notadamente na figura de Antônio Ermírio de Morais – servem para a compreensão da visão ainda permeada de viés autoritário nos posicionamentos democráticos do empresariado. Se por um lado, havia um verniz social no discurso, e uma preocupação real com a renda do trabalhador, a escalada das formas de luta mais radicais, como as greves, eram rechaçadas, sob o manto da crítica ao radicalismo e à intolerância, que serviriam para a desestabilização da nascente democracia, através da ameaça pela lembrança constante de um recrudescimento por parte de setores mais conservadores. Pode-se arriscar a observação de que o discurso do pacto social se efetivava, na prática

[166] "Os mecanismos de criação de crédito e financiamento, ou seja, os mecanismos que possibilitam a transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários aos deficitários eram estreitamente vinculados à entrada de capitais externos. No momento em que esse fluxo foi interrompido, o país defrontou-se, de um lado, com uma dívida externa de grande magnitude e com a impossibilidade de servi-la nos prazos acordados e de outro, com a inexistência de instrumentos no sistema financeiro doméstico que substituíssem tais recursos externos." (PASSOS; CALANDRO, 1992, p. 123)

política, como um desdobramento do projeto de abertura política, ao vislumbra uma democracia controlada, em que o empresariado não se furtava a opinar sobre as demandas das classes trabalhadoras, em relação ao que seria melhor e pior para as suas condições sociais, políticas e econômicas.

Por outro lado, essa democracia restringida se alçava para o plano econômico, em que as críticas ao capital monopolista multinacional não apontavam para o rompimento do desenvolvimento dependente, até no seu momento mais crítico. A mesma situação se refletia nas críticas ao setor financeiro que, embora empunhadas pelas lideranças industriais e apoiada pelo grosso dos empresários do setor, não significou uma alteração no quadro de integração entre capital financeiro e capital industrial, com a subordinação do último ao primeiro. É nesse sentido que se deve compreender a impossibilidade dos industriais em formular uma política industrial autônoma, bem como a escolha pelos embates econômicos no campo das políticas monetárias, financeira e cambiais para o crescimento industrial, o que limitava completamente a orientação de um política que rompesse com a estrutura dependente da economia nacional.

A ausência de uma política industrial de longo prazo tornava-se mais grave com as mudanças tecnológicas no setor. Embora diversificado e com significativa integração intersetorial, havia uma considerável defasagem tecnológica[167] na estrutura produtiva nacional, em relação às economias centrais:

> Ao lado de setores tecnologicamente avançados, em termos de modernização das instalações e da incorporação de inovações de processo e de produtos, convivem segmentos atrasados, com nítida defasagem tecnológica, bacios níveis de produtividade e competitividade. Essas características resultam das especificidades do padrão industrial brasileiro, marcado pela implementação de medidas de política industrial predominantemente defensiva e pela ausência de uma estratégia de incorporação e difusão do progresso técnico. (PASSOS; CALANDRO, 1992, p. 122)

Outro aspecto que se manteve, a despeito do esgotamento da substituição de importações foi o protecionismo, na forma de fechamento da economia com reservas do mercado interno para os produtores nacionais privados e estatais e estrangeiros. Por meio do sistema de proteção baseado na politica cambial, barreiras tarifárias e não tarifárias para a importação; e pelos incentivos e subsídios de forma cumulativa e sem determinação de prazos

[167] Esses gastos aparecem concentrados em grandes empresas de capital nacional pertencentes a poucas indústrias – informática, equipamentos para automação, microeletrônica, máquinas-ferramentas, siderurgia, papel e celulose, petroquímica, autopeças e aeronaves (PASSOS; CALANDRO, 1992, p. 126)

mantendo a diversificação produtiva com altos custos e sem ganhos significativos de produtividade.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (ANC)

As disputas políticas sobre os rumos do desenvolvimento nacional a partir do reestabelecimento da democracia ganham contornos ainda mais intensos no governo Sarney ao se analisar a ANC. Imbuída de escrever uma nova Constituição para o país, a ANC, instaurada no início de 1987 e encerrado em outubro de 1988, simboliza um momento histórico fundamental para a compreensão das disputas políticas existentes durante a democratização, na medida em que diferentes posicionamentos sobre a democracia, o desenvolvimento econômico, os direitos políticos e sociais tornaram-se publicamente, o centro das atenções da sociedade brasileira. Se, por si só, a ANC já se configurava como um espaço vital para a negociação e a afirmação, ou não, dos interesses dos diferentes setores da sociedade civil, o seu contexto histórico, de crise econômica e consolidação de novos atores políticos tornaram-na, especificamente, um processo extremamente rico para se analisar os principais temas da questão nacional; e a participação do empresariado industrial diante dos mesmos, na luta política pelos seus interesses.

A defesa da instauração de uma Constituinte como meio para o retorno à legalidade democrática era uma bandeira do MDB desde, ao menos, o ano de 1971, quando foi elaborada a "Carta do Recife". Junto às defesas do Retorno ao Estado de Direito, a Anistia política e as eleições diretas para a presidência, a Constituinte constituía-se como um dos pilares da agenda política da oposição institucional (ROCHA, 2013).

De acordo com Rocha (2013), durante as eleições de 1974, o MDB reforçava sua proposta, ao lançar a campanha "Constituinte com Anistia". O sucesso eleitoral do partido em 1974, indicava a viabilidade das propostas emedebistas, o que nem o pacote de Abril foi capaz inibir: as medidas autoritárias de Geisel unificaram ainda mais o partido em torno da defesa de uma Constituinte, , presente na retórica do partido oposicionista, sendo reafirmada nas eleições de 1978 e quando da instauração do pluripartidarismo no Brasil, em 1979. Em 1982, não foi diferente e a Convocação da Constituinte aparecia como tema central da campanha nacional do PMDB. (ROCHA, 2013)

O mote por uma Nova Carta a partir de um processo constituinte ganhou mais força a partir do apoio dado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a partir de 1980 e das diversas ações coletivas surgidas na sociedade civil a favor de uma nova Carta Constitucional (MONCLAIRE, 2008, p. 4). Nesse momento, ganhou também espaço dentro dos círculos de poder do regime, que começam a admitir publicamente a viabilidade de uma Nova Constituição, levando-a para dentro da disputa abertura-democratização. Tal movimento produziu assim, a incorporação da luta pela Constituinte à sua dinâmica, gerando o seu prolongamento. Para Monclaire (2008, p. 280):

> Em razão da sua existência, de sua longevidade e do seu resultado, que significou o fim do regime autoritário, o processo constituinte brasileiro parece se confundir com a transição democrática iniciado na segunda metade dos anos 1970. Quanto mais os militares e seus aliados civis perdiam o domínio do jogo, mais o processo constituinte ganhava corpo. Se hoje, portanto de forma retrospectiva, essa relação é notória, ela já era fortemente percebida no momento dos fatos. As elites compreendiam que falar de uma nova Carta, de uma constituição democraticamente escrita, tendia a reforçar e a aumentar a ilegitimidade do regime militar. Elas adivinharam que quanto mais o regime sofria ou iria sofrer com a ilegitimidade, mais a ideia de seu fim se impunha; e elas perceberam que o momento o qual ele desapareceria iria depender notadamente de a eficácia dos meios tácticos escolhidos para combatê-lo. Reclamar a convocação de uma ANC era um dos seus meios possíveis. Ele foi empregado tanto pelos pró-democratas como pelos atores mais arraigados ao poder e a sua conversão do que à democracia.

Durante as negociações para a formação da Aliança Democrática, em meio às suspeitas dos rumos que o PMDB estava tomando ao se aliar com os dissidentes da base de apoio ao regime para vencer as eleições no Colégio Eleitoral, a chapa composta pelo partido e a Frente Liberal, em seu manifesto à nação, fez questão de anunciar sua defesa por uma Nova Constituição como mote da sua campanha. Dias antes do pleito indireto, em janeiro de 1985, Tancredo reafirmaria o compromisso, anunciando que a Assembleia Constituinte seria escolhida nas eleições previstas para 1986 (ROCHA, 2013, p. 57).

Com fraca legitimidade política, dado o seu passado de sustentação à ditadura, o recém-empossado Sarney procurou reverter o quadro desfavorável atacando em duas frentes: recuperação econômica e compromisso com a democracia. Pressionado, o Plano Cruzado e a ANC, ambos no ano de 1986, foram as duas respostas encontradas pelo seu governo que garantiram a sua legitimidade, ao menos momentânea, para a opinião pública. O presidente enviou um Projeto de Emenda Constitucional ainda em julho de 1985, anunciado a convocação de uma Constituinte soberana, livre, além de estipular sua forma: Parlamento unicameral, composto por senadores e deputados federais. Sua convocação, de acordo com Monclaire (2008, p. 285), encerra a primeira fase da Constituinte, iniciada com a adesão, pela

sociedade civil, à sua existência como recondutora da democracia no país, a partir do final de década de 1970 e início dos anos 1980. O que seria simbolizada, não apenas pela ampliação do debate na sociedade, como pela vitória do PMDB em 1982, já num momento em que o partido aceitava adesões de setores até então identificados com o regime.

A segunda fase compreenderia o período entre a convocação da Constituinte e instauração do seu regimento interno, em março de 1987. Durante essa fase, dois eventos marcam a trajetória do processo constituinte: a elaboração do anteprojeto constitucional a partir de uma comissão de notáveis composta por representantes da sociedade civil e a eleição dos parlamentares, em novembro de 1986. É nessa fase Constituinte, torna-se definitivamente, a principal pauta política da sociedade civil e da classe política brasileira, reforçando o seu aspecto mobilizatório e popular.

Em setembro de 1985, o governo Sarney criou a comissão Especial de Estudos Constitucionais, conhecida também por Comissão Afonso Arinos, jurista que a presidia. A comissão contava com o que foi chamada de pessoas "notáveis" da sociedade civil brasileira, englobando diferentes setores, ainda que com predominância dos juristas. Responsável por produzir um "anteprojeto constitucional", que serviria como referência para a proposta a Comissão Afonso Arinos, desde que fora anunciada pelo presidente, no final de maio de 1985, tornou-se objeto de disputa para indicações. O empresariado industrial, desde o seu início, pleiteou indicações de seus membros para a Comissão. Para o presidente da Firjan, Arhur João Donato:

> Somos um segmento importante da sociedade, encarregado da produção e não podemos ficar de fora da comissão proposta pelo Jurista Afonso Arinos para aprovação ao presidente José Sarney [...] Se anteriormente o empresariado se preocupava mais com os seus setores, avançando depois para os problemas socioeconômicos, como desemprego e outros, hoje a preocupação e também com a político e com os destino da Nova República, da qual fazem parte e se sentem também construtores. (Empresário que integrar comissão. JORNAL DO COMMERCIO, 01/6/1985).

Nesse momento, confirmada a Constituinte, estava claro, para as lideranças industriais, que a disputa pela democracia brasileira deveria se dar em todos os espaços. Para Luiz Eulálio Bueno Vidigal (1986[168], p. 84 apud RAVA, 2010, p. 00), em palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), em maio de 1985:

> A própria democracia não é tarefa que caiba apenas a políticos. Embora não seja função específica do empresariado, ele depende da criação de ambiente apropriado à prática democrática. E tal ambiente somente pode ser alcançado através da garantia

168

> de bem-estar material e segurança aos cidadãos, do fortalecimento das instituições e do direito à cidadania e à justiça social, valores que, no meu entender, só podem ser atingidos através do regime econômico de livre empresa, do qual o empresariado é o principal fiador [...] Não podemos, contudo, abandonar os esforços que temos empreendido até o momento para ampliar nossa ação. E ampliar a ação empresarial representa, na verdade, a defesa de um plano realista de ação política para a reconquista do terreno para o setor privado [...].

Definida em agosto, após muitas consultas e negociações, a Comissão Afonso Arinos contava com 50 membros[169], sendo 30 juristas. O desequilíbrio na representação da sociedade civil já apontava o caráter conservador da Comissão: havia apenas um representante classista, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de Walter Barelli, do Dieese; já os movimentos de minorias – negros e índios – não contavam com nenhum indicado. O empresariado industrial, por sua vez, vinha representado por Antônio Ermírio de Moraes, Luis Eulálio Vidigal, Odilon Ribeiro Coutinho e Sergio Franklin Quintella. O presidente da Fiesp, em palestra proferida na Fiemg, em novembro, dava o tom sobre as posições que deveriam ser defendidas pelos industriais no processo constituinte:

> Qual deve ser, portanto, a proposta do empresariado, no que se refere à ordem econômica, na Constituição a ser elaborada pela Assembleia Constituinte, que seja capaz de resguardar a iniciativa privada – manifestação da liberdade humana e da condição da liberdade política – e impedir a voraz expansão do Estado? Fundamentalmente, a ordem econômica deve ter por finalidade a satisfação das necessidades humanas, visando a assegurar a todos o bem-estar, devendo ser organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa, à propriedade privada dos meios de produção e aos direitos do trabalhador. A economia deve se organizar segundo as leis de mercado, cabendo preferencialmente às empresas privadas, com o estímulo, o apoio e a fiscalização do Estado, explorar as atividades econômicas. Somente para propiciar o desenvolvimento tecnológico de setor não suficientemente desenvolvido, poderá a União, por lei especial, estabelecer reserva de mercado, por prazo determinado. Quanto à atuação do Estado no plano econômico, ele deverá zelar pelo interesse geral na ordem econômica, cuidando para que sua finalidade seja alcançada, no respeito aos princípios fundamentais, constantes da Constituição. Caberá à União, por meio do entendimento entre trabalho e o capital, planejar o desenvolvimento econômico nacional e regional [...]. (VIDIGAL[170], 1986, p. 95 apud RAVA, 2010, p. 00)

---

[169] Lista dos integrantes: Afonso Arinos de Melo Franco; Alberto Venâncio Filho; Antônio Ermírio de Moares; Barbosa Lima Sobrinho; Bolivar Lamounier; Cândido Antônio Mendes de Almeida; Célio de Oliveira Borja; Celso Furtado; Cláudio Lacombe; Cláudio Pacheco; Clóvis Ferro Costa; Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque; Edgar de Godoy da Mata Machado; Eduardo Mattos Portella; Evaristo de Moraes Filho; Fábio Konder Comparato; Fajardo José Pereira Faria; Pe. Fernando Bastos D'Avilla; Floriza Verucci; Gilberto de Ulhoa Canto; Hélio Jaguaribe; Hilton Ribeiro da Rocha; Josaphat Ramos Marinho; João Pedro Gouveia Vieira; Joaquim Arruda Falcão Neto; José Afonso da Silva; José Alberto Assunção; José Francisco da Silva;José Meira;José Saulo Ramos; José Paulo Sepúlveda Pertence; Rev. José Ferreira Cunha; Jorge Amado; Luís Eulálio Vidigal; Luís Pinto Ferreira; Mário de Souza Martins; Mauro Santayana; Miguel Reale; Miguel Reale Júnior; Miguel Seabra Fagundes; Ney Prado; Odilon Ribeiro Coutinho; Orlando M. de Carvalho; Paulo Bonavides; Paulo Brossard de Souza Pinto; Rafael de Almeida Magalhães; Raul Machado Horta; Rosah Russomano; Sérgio Franklin Quintella; Walter Barelli.

[170]

A Comissão inicialmente dividiu-se em cinco regiões – São Paulo, Rio, Minas, Nordeste e Sul, revelando também os desequilíbrios de poder político na nação. Também houve uma divisão por comitês temáticos, dez ao todo – sendo que cada membro poderia participar de até três comitês: 1) Princípios fundamentais da ordem constitucional e organização internacional; 2) Federação e organização tributária; 3) Poder Legislativo e organização partidária; 4) Poder Executivo; 5) Poder Judiciário e Ministério Público; 6) Educação, cultura e comunicações; 7) Condições ambientais, saúde, ciência e tecnologia; 8) Ordem econômica; 9) Ordem social; 10) Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas. Os quatro industriais optaram por se concentrar nos comitês de Ordem econômica e de Ordem social, onde seriam debatidos os temais que mais lhe interessavam – economia nacional e relações de trabalho.

Os trabalhos da comissão se estenderam por cerca de um ano, tendo o seu anteprojeto aprovado em setembro de 1986. Ao longo desse tempo, além das divergências internas, a comissão sofria críticas dos parlamentares, que a acusavam de usurpar o poder constituinte do Legislativo – os parlamentares constituintes seriam eleitos em novembro de 1986 e iniciariam a formulação de uma nova Carta em 1987. Ainda, deputados mais à esquerda criticavam o suposto conservadorismo da comissão. O deputado Elquisson Soares, do PMDB-BA, dizia:

> Afinal, se a Constituinte a ser convocada já terá o texto pré-estabelecido, o que terão os constituintes a fazer? Sem dúvida, desde que o estado foi organizado politicamente, as classes dominantes sempre souberam garantir o seu quinhão e sempre o quinhão mais importante: o controle da economia. [...] Será inviabilizado o projeto de reforma agrária, será mantido o atual sistema financeiro vigente, injusto e impiedoso: a educação continuará sendo um privilégio e a economia continuará em mãos de uns poucos banqueiros. Contudo, tal como as novelas das oito, que divertem a todos, exibindo padrões sociais de cultura que nada tem a ver com nossa realidade, a comissão servirá pra divertir a população brasileira, com grandes espações nos horários nobres dos meios de comunicação e desempenhará o papel principal: amortecer os choques sociais, hoje latentes em torno das questões fundamentais ao desenvolvimento do país. ("Empresário pede dignidade" JORNAL DE BRASÍLIA, 17/07/1985).

As trocas de farpas entre membros da Comissão Afonso Arinos e parlamentares acentuava-se com as intervenções de Antônio Ermírio de Morais, conhecido por sua retórica de descrença na atuação da esfera política partidária, por diversas vezes desqualificada pelo industrial como um dos "maiores problemas do país". Em setembro de 1985, Antônio Ermírio justificava a existência da Comissão pelo contraponto ao comportamento dos congressistas, que na sua visão, envolvia-se demais em termos controversos e "legislavam em causa própria": "O exemplo tem que vir de cima, mas o que o legislativo está fazendo é exatamente

a antidemocracia". Em resposta, o deputado Arthur Virgílio neto, do PMDB-AM, em carta aberta, desafiava o empresário a desestimular a formação de "caixinha dos empresários" – a forma de financiamento mais utilizada para patrocinar candidatos à ANC ligados aos seus interesses[171].

Para além dos embates com os parlamentares, as sistematizações finais da Comissão Afonso Arinos, contudo, demonstravam que o empresariado industrial precisava ainda de maior poder de articulação para a defesa dos seus interesses na ANC – o descontentamento com os resultados do anteprojeto era público[172]. Em relação a ordem social, por exemplo, temas que não contavam com o apoio dos industriais foram aprovados: jornada semanal de 40 horas[173]; estabilidade no emprego; participação nos lucros; direito à greve sem restrições[174] e o reconhecimento do direito de representações dos trabalhadores em nível de empresa, com a comissão de fábrica consagrada por preceito institucional. Em setembro de 1986, na apresentação final do anteprojeto, Sérgio Quintela fazia o discurso industrial mais duro à proposta. De acordo com reportagem do Jornal da Tarde, de 18/09/1986:

> O empresário Sérgio Quintella criticou ontem a ordem económica prevista no anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, dizendo que o seu texto "discrimina o capital e aumenta excessivamente a intervenção do Estado na economia", em voto em separado que será entregue oficialmente hoje ao presidente Sarney, junto com o documento final da Comissão de Notáveis, em cerimónia no Palácio do Planalto[...].Sérgio Quintela salientou que o capítulo da ordem económica da proposta privilegia o social, "o que considero justo, mas discrimina o capital, ainda que nacional, reprimindo a acumulação de capital, independente da forma de sua obtenção e da sua destinação". O texto apresentado, segundo ele, coloca a iniciativa privada sob a tutela do Estado. O empresário informou que pretende ficar contra esse preceito e lutar pela sua modificação na futura Assembleia Nacional Constituinte

Alvo de muitas disputas e polêmicas, a proposta integral do Anteprojeto constitucional da Comissão Afonso Arinos continuou a ser questionada pelos parlamentares. Para evitar um

---

[171] "Virgílio afirmou: "Nos o desafiamos em nome dos interesses da pátria, a que convença os demais empresários que eventualmente dela compactuam, a que não tentem conspurcar, com o financiamento de candidatos antipovo. A eleição de uma constituinte que deve ser livre de influências espúrias e soberana nas suas decisões. "[...] Ao investir contra o congresso, Antônio Ermírio esquece que os parlamentares estiveram sempre em permanente luta para o reestabelecimento pleno da democracia, enquanto muitos empresários se aliaram às forças retrógradas do governo, fazendo concessões às multinacionais em prejuízo do povo brasileiro. " ("Ermírio foi convidado a desencorajar caixinha" GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro 05/09/1985)

[172] CNI Contra intervenção na economia" O Estado de São Paulo, 25/08/1986.

[173] Em relação à jornada de trabalho, Ermírio alertava que sua redução prejudicava a competitividade do produto industrial brasileiro no mercado externo e no mercado interno, o que poderia travar o desenvolvimento econômico (GAZETA MERCANTIL, 27/02/1987). 1987.02.27

[174] Nesse aspecto, Luiz Eulálio Bueno Vidigal propôs a existência do locaute, mas a proposta foi rechaçada (GAZETA MERCANTIL, 27/02/1987).

conflito aberto com ANC, Sarney optou por não enviá-lo oficialmente para os constituintes, pois havia sido avidado que o "Anteprojeto Afonso Arinos" seria devolvido pelo presidente da ANC, o deputado Ulisses Guimarães, do PMDB.

O anteprojeto, embora não oficial, serviu de orientação para muitos deputados, que tinham livre consulta ao documento (o próprio Afonso Arinos foi eleito deputado constituinte e presidiu a comissão de sistematização da ANC). Portanto, ainda assim, o Anteprojeto serviu como uma referência, um termômetro em relação às tendências dominantes para a elaboração da nova Carta. Nesse aspecto, ficava evidente que o empresariado industrial precisava se organizar politicamente para fazer valer os seus interesses, no que se anunciava como uma disputa acirrada no debate político.

De acordo com Gros (2003), a luta política de diversos setores sociais, em especial os trabalhadores, durante a transição política forçou burguesia nacional a encontrar novos meios de fazer valer a sua influência política.

> Com a crise econômica, a redemocratização, a recuperação da importância do Congresso e dos partidos políticos e o fortalecimento das organizações sindicais, ampliaram-se a arena política e os canais de acesso à ela. A negociação política, que se fazia estritamente dentro do aparelho de Estado durante o regime autoritário, passou a incluir o Parlamento e as demais organizações da sociedade. (GROS, 2003, p. 282)

Assim, no percurso de redemocratização do país, os grupos empresariais passaram a lidar com duas frentes de atuação política. Deveriam articular grupos políticos que se identificavam ideologicamente com os seus projetos, intensificando a sua participação na disputa eleitoral e tendo que lidar com as contradições e fragilidades programáticas dos partidos políticos e, ao mesmo tempo, manter e atualizar as suas estratégias corporativas para a defesa de sues interesses, por meio das suas entidades e associações de classe (RAVA, 2010, p. 251). Por sua vez, essa segunda frente deveria buscar um equilíbrio maior entre as pressões no executivo e no legislativo, com os poderes reestabelecidos a partir da Nova República e espaço estratégico para os interesses empresariais, ainda mais com a existência da ANC.

Nesse sentido, as novas configurações nas relações entre Estado e sociedade a partir da Nova República, com a volta das liberdades democráticas, levaram o empresariado a se organizar para além da estrutura corporativa das federações e sindicatos patronais. Até mesmo as próprias associações de classe, que dinamizaram as relações entre o Estado e os diferentes setores da burguesia durante a ditadura não demonstravam ser capazes de conseguir se

adequar às lutas políticas travadas num cenário de redemocratização, cujo espaço máximo seria a Assembleia Constituinte. Durante o processo de democratização, ao longo da década de oitenta, novas organizações empresariais surgiram, com o intuito de disputar politicamente na sociedade civil as suas concepções sobre o país, como o Pensamento Nacional de Bases Empresariais, em 1987, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (1989) e o Instituto Liberal (1983).

Para a Constituinte, a burguesia nacional, com a liderança de figuras industriais, organizou-se na União Brasileira de Empresários, criada em 1987 (DREIFUSS, 1989), tendo se dedicado exclusivamente às disputas no processo constituinte. Além desses organismos, destaca-se também a participação ativa do empresariado industrial nas campanhas eleitorais de 1986 e 1988, seja concorrendo a cargos ou apoiando candidatos (RODRIGUES, 1987); e a própria participação na administração do governo Sarney nos cargos de alto escalão cujo contato com o setor industrial era frequente. As presenças de Dilson Funaro no comando do BNDES e no ministério da Fazenda e José Hugo Castello Branco e Roberto Gusmão no ministério da Indústria e Comércio demonstram, nesse sentido, a representação dos interesses do setor industrial privado nas políticas de Estado.

Essas novas formas de organização surgidas no meio empresarial, com expressiva participação dos industriais, voltavam-se para discussões de cunho mais amplo (BIANCHI, 2001). A aglutinação do empresariado em torno do IEDI, do PNBE, do IL e UEB se dava pela necessidade de se construir um discurso ideológico em contraposição às forças populares na década de oitenta, sobretudo quanto à participação do Estado na economia e às relações trabalhistas.

De acordo com Bianchi, tal conjuntura expressava a ausência de um consenso possível a partir da estrutura corporativa tradicional diante de um cenário de crise econômica e política da década de 1980. As entidades de classe e as associações de classe, nesse sentido, davam conta de garantir a influência do empresariado diretamente no setor estatal. Contudo, não se mostravam capazes de disputar politicamente a opinião pública nacional num momento em que se encontrava em pleno debate a conformação da Nova República, geradora de disputas políticas sobre o modelo de desenvolvimento econômico, a participação estatal e o papel da iniciativa privada.

Não à toa, contribuindo para este cenário, observa-se a presença constante de lideranças industriais nos debates da época, sobrepondo-se às federações e associações patronais. Nesse sentido, é notável o espaço reservado às lideranças industriais no noticiário das grandes empresas midiáticas, a fim de construir, na opinião pública, uma defesa dos

interesses do setor industrial. Ao mesmo tempo, essa estratégia revelava o desgaste político o qual as entidades patronais tradicionais estavam experimentando na própria opinião pública. Além da associação da imagem dos empresários aos militares, haviam as críticas às resistências dos grupos empresariais em respeitar os congelamentos de preços. Para Bianchi (2001 p. 129):

> As novas entidades surgem apresentando as respostas mais variadas a esse contexto, expressando a ausência de um consenso empresarial. Ao contrário das federações e confederações, elas têm vocação mais abrangente. Organizam empresários de diversos ramos. Articulam interesses mais amplos. Apresentam-se como uma alternativa à estrutura tradicional de representação patronal.

Contudo, a própria formação dessas novas entidades, principalmente o PNBE e o IEDI, esta última mais focada nas demandas industriais, ainda que a primeira também tenha, no seu início, sido composta majoritariamente por empresários do setor, sofreu resistência das entidades patronais. Inicialmente, as duas entidades buscaram sua existência dentro do aparato das federações industriais e da CNI, mas não encontraram nas suas direções apoio significativo (CRUZ, 1997). Ainda assim, não deixaram de expressar a falta de representatividade das entidades patronais tradicionais diante de tantas demandas e da necessidade de articulação, na sociedade civil, das defesas dos interesses do empresariado como expressão de um pensamento sobre a questão nacional, que não estariam sendo discutidas apropriadamente pelas federações e pela CNI. Era preciso que o empresariado industrial se movesse de maneira mais direta para o campo da ação política, menos vinculada às estruturas de poder.

Segundo Bianchi, o PNBE surgiu em junho de 1987 numa reunião histórica em São Paulo, com a presença de 2600 empresários para discutir, em audiência público com o então ministro da Fazenda Bresser-Pereira, as propostas da burguesia para a Assembleia Constituinte. Motivados pelo fracasso do Plano Cruzado e acusando o governo de se manter muito fechado às demandas empresariais, optando por decisões de cúpula, os membros do PNBE atentavam para a necessidade de expandir a disputa política, de forma mais organizada, para a sociedade civil. Sobre o momento de fundação do PNBE, um empresário, em condição de anonimato, afirmava:

> Depois do fim do regime militar, diretas já, aquele movimento todo, o próprio surgimento do movimento sindical em 1983, a CUT em São Bernardo, você começa a ter um engajamento maior da sociedade nesse processo, porque ele mostrou que se agente ficasse dentro dos muros, das empresas, as pessoas que compõe o governo

> continuariam manipulando o Estado segundo seus próprios interesses, como foi feito no Cruzado (Anônimo, 23/01/1996 apud BIANCHI, 2001, p. 136)

A preocupação dos articuladores do PNBE se prolongava para a ANC que já estava em andamento desde o início de 1987 e registrava um avanço das pautas dos movimentos populares em boa parte das comissões, sobretudo nas mais de maior relevância para o empresariado – a da ordem econômica e a da ordem social. O PNBE avaliava que o empresariado estava desmobilizado para fazer valer sua influencia nas decisões que a ANC tomaria.

O PNBE avaliava que o empresariado não possuía uma plataforma ampla na Constituinte, que dialogasse com os demais setores e movimentos representados na ANC; e que as federações, ao mesmo tempo, não estavam conseguindo formular tais propostas. Os membros desse grupo, cuja maior parte era composta por empresários de médio e pequeno porte, procuravam ter voz diante do grande empresariado nacional e multinacional, expondo divergências sobre a ordem econômica; em relação ao protecionismo e incentivo à indústria nacional; à participação do Estado e das multinacionais no desenvolvimento econômico. Sua demanda concentrava-se, portanto, em conseguir criar um discurso de convergência entre o empresariado nacional para enfrentar o debate político com as forças populares de esquerda, à essa altura, mais organizadas na defesa de seus interesses na ANC. (DREIFUSS, 1989).

A despeito das críticas e divergências expostas pelo surgimento do PNBE em 1987, já existiam articulações no meio empresarial visando às eleições de 1986, para governadores e parlamentares constituintes (Senado e Câmara). Ao longo dos anos de 1985 e 1986, diferentes setores do empresariado passaram a se reunir com frequência para discutir como influenciar na disputa eleitoral. Essas tratativas se dirigiam a formação de candidaturas de empresários ou de políticos ligados à defesa, minimamente, da livre iniciativa. Desses encontros, surgiu, em 1986, a União Brasileira de Empresários. Entre a arregimentação de "caixinhas" para as disputas eleitorais nos estados e tratativas para a composição de chapas para as candidaturas ao senado e aos governos estaduais, lideranças empresariais confederações industriais, comerciais e bancárias[175] começaram a dar corpo à entidade, que deveria sincronizar as operações do empresariado nas disputas políticas da ANC - convergindo esforços, recursos, e objetivos em comum, que ultrapassassem a ação por meio de lobbys econômicos. De acordo com Dreifuss (1989, p. 61):

[175] Como a Confederação Nacional da Agricultura, a Febraban, CNI e a Fiesp e a Confederação Nacional do Comércio, Confederação Brasileira das Associações Comerciais, Confederação Nacional dos Transportes Rodoviários e Carga

> Esperava-se que a nova organização pudesse ser capaz de intervir politicamente com um senso de antecipação, assim como dispor de capacidade para operações políticas, tanto na disputa aberta no terreno social, quanto nas ocupações de posições vantajosas no interior do sistema. Na verdade, o empresariado começava dar sinais de cansaço com o comportamento 'contemplativo' de suas associações. Um dos dirigentes da classe ecoaria este sentimento, ao dizer: " Chega de fazer documentos, seminários. Esta inflação de documentos e seminários só enfraquece o empresariado."

Representando as seis grandes confederações e mais de 100 associações presidenciais, a UBE surgiu para ocupar essa frente de ação política. A fim de criar consensos operacionais para o as eleições de 1986 e para a atuação específica nas disputas políticas da Constituinte, a UBE buscava consolidar a ação politica direta junto à sua capacidade de manter o empresariado articulado ao Estado, mantendo contatos com o governo enquanto influenciava e colocava seus membros nos partidos, notadamente o PMDB, o PFL, o PDS e o PL. (DREIFUSS, 1989).

Para a campanha eleitoral de 1986, a UBE se organizou tendo em vista a necessidade de financiar as campanhas eleitorais, além dar tônus às suas propagandas, para o discurso em defesa da iniciativa privada. O empresariado contratou agências de marketing e relações públicas para assessorar suas candidaturas à Assembleia Constituinte, às Assembleias Legislativas e aos governos estaduais. Seguindo com Dreifuss (1989, p. 102):

> Foram empregadas fabulosas somas de dinheiro, em todos os níveis – o que, para muitos, fazia lembrar, como disse um empresário, coordenador de esforços políticos de sua classe, a atuação do IPES e do IBAD em 1962. Diversos grupos empresariais se encarregaram de construir e administrar caixinhas, dividindo o mapa eleitoral entre eles e canalizando recursos para candidatos específicos e agrupamentos políticos, evitando a sobreposição de esforços.

Há um mês da eleições, a UBE calculava conseguir eleger até 100 constituintes alinhados à iniciativa privada, entre empresários e políticos profissionais, sustentados pelos "protagonistas de primeira linha os capitães da indústria e os banqueiros de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina" (DREIFUSS, 1989, p 106). Terminada as eleições, a avaliação da entidade fora positiva, na medida em que conseguira, segundo a própria UB ao menos 60 deputados apoiados por ela, numa composição multipartidária e nacional. Segundo Dreifuss, 120 dos 559 constituintes eram, de fato, confiáveis,

Nas disputas para os governos estaduais, com estrondosa vitória do PMDB (todos os estados, à exceção do Sergipe), os aportes financeiros realizados pela UB buscavam garantir a força dos governadores em cima das suas bancadas federais para as pautas pró-empresariais.

Ao mesmo tempo, revelando as dificuldades em disputar diretamente os cargos executivos majoritários, em São Paulo, a candidatura empresarial de Antônio Ermírio de Morais, pelo PTB, ao governo do Estado, em que pese o alto investimento realizado (cerca de 50 milhões de dólares) com apoio da UBE, não saiu vencedora. Em contrapartida, no Ceará, o empresário Tasso Jereissati levou o governo.

Na ANC, figuras reconhecidas dos interesses empresariais, como Roberto Campos (PDS-RJ), Delfin Netto (PDS-SP), o empresário Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), Pratini de Morais (PDS), ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Médici, Siqueira Campos, Afif Domingos, misturavam-se a candidaturas menos conhecidas entre os deputados federais em defesa dos interesses empresariais. Ainda assim, a base de 120 deputados estimada por Dreifuss, além de estar longe de ser majoritária, contava com a participação de parlamentares com características fisiológicas, o que limitava a sua coesão interna. Ciente da necessidade de acompanhar, de próximo, a atuação parlamentar, o empresariado passou a realizar perfis sobre os constituintes, em listas que variavam sobre as posições ideológicas e o histórico de práticas favoráveis ao interesse empresarial (DREIFUSS, 1989, p. 111).

No pleito de 1986, mais de 69 milhões de brasileiros foram às urnas definir seus representantes no parlamento com poderes constituintes. Foram eleitos 487 deputados, que se juntaram a mais 72 senadores. Nesse ponto, é preciso destacar um aspecto polêmico e emblemático do caráter da transição política brasileira. Houve uma grande discussão em torno do caráter da Assembleia, se esta deveria ser exclusiva, dedicando-se apenas a elaboração da nova Carta para ser, posteriormente, dissolvida. Ou se os parlamentares deveria se dividir entre a função constituinte o os seus demais atributos próprios e ordinários da função a qual foram eleitos. Essa polêmica passava também pela presença, na Constituinte, de senadores eleitos em 1982 que, com direito ao mandato de oito anos, participariam da ANC mesmo sem terem passado pelo escrutínio de 1986, o primeiro sob a Nova República.

Apesar do embate com características multipartidárias – membros do PT, PMDB, PDT e até do PDS questionavam a participação desses senadores, a maior parte dos congressistas validou a ANC sem a chancela de exclusividade, o que significava a legalidade dos senadores eleitos em 1982 e a continuação dos mandatos parlamentares após a finalização e aprovação da nova constituição. De todo o modo, quando da instauração da ANC, foi decidido que a preferências pelos trabalhos na constituinte seriam prioridade e que as duas casas manteriam suas atividades legislativas e ordinárias ao mínimo possível.

Dos 487 deputados eleitos, o PMDB obteve grande maioria, com 257 deputados (52,9%). O seu parceira na Aliança Democrática, que sustentava o governo Sarney, PFL,

composto por dissidentes da Arena, elegera 118 deputados (24,2%). Já o PDS, conquistou 33 cadeiras (6,8%). O PDT, por sua vez, elegeu 24 deputados (4,9%) e o PTB, 18 (3,7%). O PT conseguira 16 (3,3%), o PC do B, 6 (1,2%). O PL também elegeu 6 deputados (1,2%), o PDC 5 (1%), o PCB 3 (0,6%) e o PSB 1 (0,2%). Entre os 49 senadores eleitos, 38 pertenciam ao PMDB, 7 ao PFL, 1 ao PDT, 2 ao PDS e 1 ao PMB. Somavam-se aos eleitos, 23 senadores que iniciaram sua legislatura em 1982, sendo 11 do PMDB, 8 do PFL e 4 do PDS. Do total de senadores, 28% foram classificados como empresários. (COSTA; COSTA; NUNES, 2011)

Chegado o ano de 1987, com a abertura dos trabalhos da ANC, Leôncio Martins Rodrigues, comandando uma pesquisa financiada pelo Jornal da Tarde, traçou um perfil dos deputados constituintes, o que contribui para evidenciar o peso do empresariado na ANC. Segundo Rodrigues, que entrevistou 428 deputados (88% do total) em relação ao perfil sócio profissional da Câmara, o grupo de empresários[176], composto por proprietários e executivos do alto escalão corporativo, no meio rural e no meio urbano, correspondia a 32% dos 487 deputados constituintes. O que lhes colocava como o segundo maior grupo, atrás daqueles que exerciam profissões intelectuais, (50%)[177], e à frente dos servidores públicos (12%), e daqueles que exerciam profissões manuais ou de nível médio (3%). A campanha em nível nacional para eleger seus representantes também se mostrara efetiva quando verificada a distribuição dos deputados ligados ao grupo: 25%, na região norte, e 35% no Sudeste e Nordeste..

De acordo com a pesquisa, no grupo dos empresários, a maior parte era urbana, 21%, enquanto 9% era rural e 2% não foram identificados ou mantinham atividades diversificadas. Ainda, entre os empresários urbanos, sua distribuição regional apresentava-se de maneira equilibrada, representando cerca de um quinto de cada bancada, à exceção do centro-oeste,

[176] Para o Rodrigues (1987, p. 77), esse grupo "[...] compreende todas os deputados que tiveram (ou tem) atividades de tipo empresaria ligadas à economia de mercado no meio urbano ou rural. Mais concretamente, trata-se do grupo dos proprietários ou das profissões e ocupações que estão em função do capital econômico como, por exemplo, executivos e administradores de empresas, que, embora não proprietários, ocupam posições de mando relativamente elevada (diretores e gerentes, especificamente). Foram incluídos nesse grupo: industriais, banqueiros, comerciantes, consultores de empresas privadas, fazendeiros, pecuaristas etc, independentemente do montante do capital ou das dimensões do empreendimento ou da propriedade. Contudo, ainda que não se tenham obtido informações mais precisas sobre este último aspecto, os dados disponíveis indicam que este grupo [...] abrange principalmente médios e grandes proprietários ou executivos de alto nível."

[177] De acordo com Rodrigues (1987, p. 77), esse grupo " Compreende todas as profissões liberais e de alto nível cultural, intelectual ou técnico, requerendo habitualmente, mas não necessariamente, formação universitária e diploma para seu exercício. Não importa no caso se a atividade é exercida de modo autônomo ou de modo assalariado. Neste grupo estão incluídos principalmente: advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas, radialistas e, em menor número, sociólogos, dentistas, arquitetos, economistas, biólogos, artistas, etc.". Embora o autor destaque o predomínio desse grupo sobre a elite proprietária, é forçoso dizer que muitos dos profissionais liberais se identificavam com o pensamento dominante da burguesia nacional.

onde atingiam 10%. Também é possível notar, nos maiores partidos, uma presença majoritária do empresariado nas fileiras do PDS (58%), enquanto que no PFL 36% pertenciam a esse grupo – um número significativo – assim como no PMDB, onde 29% se declaravam empresários, o que confirmava a característica fracionária do maior partido nacional. No PDT, partido liderado por Leonel Brizola, o empresariado compunha 21% da bancada. Nos partidos menores, o PL e o PDC tinham, em suas bancadas 64% de deputados oriundos do empresariado urbano e rural.

Um outro levantamento realizado David Fleischer (1987) com deputados e senadores, também indicava um quadro parecido ao coletado por Rodrigues. Segundo Fleischer, 37,7% dos parlamentares recebiam a maior parte da sua renda de investimentos e propriedades. No PMDB, com a maior bancada, a proporção era 38,9%, o PFL 37,6%, o PTB 42,9%, o PDS 50% e o PL 57% e o PDT 19,2%. Apenas PT, PSB e PCdoB não possuíam capitalistas em seus quadros. Fleischer também não deixa de atentar para o perfil do PMDB que, embora com a bancada hegemônica, a essa altura já se apresentava de maneira bastante fragmentada, devido ao seu inchaço dos seus quadros durante a primeira metade da década de 1980. Dos 298 constituintes, 40 eram do PDS até 1983 e 42 saíram da Arena para o PMDB em 1982. Apenas 137 constituintes já estavam filiados ao partido em 1979 e 42 entraram diretamente no partido em 1982.

Do ponto de vista do perfil político dos empresários urbanos e rurais, segundo a pesquisa de Rodrigues (1987), dos 135 deputados do grupo, 11% se declaravam de centro-direita, 44% de centro e 44% de centro-esquerda (e 1% esquerda radical). Ao se deparar com um percentual considerável da presença de deputados autodeclarados de esquerda, a pesquisa atentava para o contexto político nacional, em que a ANC simbolizava a ruptura com os anos da desgastada ditadura, identificada como um regime de direita. Para 428 deputados entrevistados, por exemplo, 6% se consideravam de centro-direita, 37% de centro, 52% de centro-esquerda e 5% esquerda radical. Para Rodrigues (1987, p. 100):

> Por que a maioria da classe política presente no parlamento brasileiro dir-se-ia de centro-esquerda ou de esquerda moderada: As motivações que envolvem as opções políticas das pessoas podem ir desde as convicções íntimas, profundas e "desinteressas" até a contabilidade fria dos lucros e perdas contidos em cada opção. Consequentemente, em conjunturas em que os ventos, quer dizer, as disposições do eleitorado, se encaminham para a esquerda, pode ser politicamente rentável acompanhar a brisa ou o vendaval.

De todas as formas, mesmo considerada a conjuntura política, a predominância de posições centristas ou moderadas à esquerda, indicavam, de maneira evidente, que as posições

conservadoras e liberais teriam dificuldade para se efetivar na escrita da carta. Ainda, outras pesquisas que não se baseavam na autodeclaração, delineavam o perfil dos constituintes, apontando para uma presença maior de posições direitistas. Segundo David Fleischer, 12% dos deputados eram de direita, 24% de centro-direita, 32% de centro, 23% de centro-esquerda e 9% de esquerda[178]. O jornal Folha de São Paulo também definia com os mesmo percentuais.

Para clarear melhor os posicionamentos dos deputados, haja vista as limitações que as definições dos campos políticos impunham ao conhecimento sobre o perfil da ANC, a pesquisa de Leôncio Rodrigues procurou também avaliar os posicionamentos dos parlamentares em relação a três temas de grande envergadura na conformação do desenvolvimento nacional. Os deputados responderam sobre a economia de mercado e à intervenção estatal na economia; ao papel do capital estrangeiro no Brasil e à reforma agrária. Sobre os dois primeiros temas, que serão discutidos aqui, Rodrigues classificou os deputados em liberais ("favoráveis a um mínimo de intervencionismo do Estado"); social-democratas ("favoráveis a um equilíbrio entre a participação do Estado e da iniciativa privada"); socialistas moderados ("favoráveis a um predomínio do Estado mas sem a eliminação da economia de mercado") e socialistas extremados ("favoráveis á eliminação do capital privado e à estatização dos principais meios de produção".) Nessa classificação, 6% se declaram socialistas extremados, 15% socialistas moderados, 39% social-democratas e 40% liberais. No maior partido da ANC, o PMDB, 29% eram liberais contra 49% de social-democratas e 19% de socialistas moderados. Já na segunda e terceiras maiores bancadas, havia uma inversão: no PFL, 62%, 32% e 6%, respectivamente. No PDS, 78%, 19% e 3%, respectivamente

Tal quadro era revelador de que as disputas na ANC sobre o modelo de desenvolvimento nacional seriam acaloradas. Se a preferência dos deputados indicava a manutenção de uma economia capitalista, a divisão entre liberais e social-democratas revelava as limitações do discurso antiestatal pregado pelos setores liberais, o qual parte significativa do empresariado industrial se filiava. A mobilização para eleger uma bancada a favor dos seus interesses se demonstrava vital, uma vez que os mesmos não estavam garantidos. Ao mesmo tempo, isso forçava o empresariado nacional a continuar mobilizado para influenciar os rumos da ordem econômica e social na ANC, dado o equilíbrio nos posicionamentos dos constituintes.

[178] Fleischer (1987) apresenta dados da SEMPREL que também indicavam a força dos capitalistas na ANC. Em pesquisa feita com 559 constituintes, 22% representavam os interesses dos capitalistas agrários, 23% dos capitalistas urbanos; Já os interesses trabalhistas rurais eram representados por 2%, enquanto o dos trabalhadores urbanos 10%. 43% dos constituintes não tiveram sua representação de interesses identificados. Ao mesmo tempo 12% se declaravam de esquerda, 27%, como liberal-reformista, 35%, como liberal conservador e 25% como de direita.

Essa impressão se confirmava quando observados os posicionamentos dos deputados em relação à participação do capital estrangeiro na economia nacional. Perguntados sobre se aceitavam amplamente o capital estrangeiro; ou apenas em alguns setores da economia; ou se tinham total rejeição do capital estrangeiro, 15% defendia a primeira opção, contra 62% e 23%, respectivamente. Esses dados demonstram o fôlego de um pensamento nacionalista, ainda mais quando se avalia os posicionamentos por partido e no grupo de empresários urbanos e rurais. No PMDB, apenas 8% defendiam uma participação ampla do capital estrangeiro, enquanto 67% aceitavam-no parcialmente e expressivos 23% apoiavam a sua total rejeição. Nos PFL, os números eram 26%, 67% e 7% e; no PDS, 35%, 62% e 3%. No grupo de parlamentares empresários, os números também são representativos: 18%, 70% e 12%, respectivamente. Apesar da sua expressividade, não são números surpreendentes, haja vista que, ao longo de todo o processo de transição política, marcado pela disputa entre a *abertura* e à democratização, o pensamento empresarial, puxado pelos grandes industriais que se destacaram como lideranças referendadas pela classe, defendiam a participação das multinacionais de forma planejada pelo Estado, em alguns setores da economia. Reforçava-se, na ANC, a opinião empresarial defendida junto à opinião publica e expostas com clareza no documento dos oito (SÓ DEMOCRACIA, 1978) e no documento dos doze (DOCUMENTO, 1983).

Assim, de acordo com Rodrigues, o perfil ideológico na composição da Câmara de deputados com relação ao tipo de economia apontava que 40% defendiam o liberalismo econômico (“direita”), 39% uma economia mista (“centro”) e 21% uma economia socialista (“esquerda”). Com relação ao capital estrangeiro, 15% aceitavam-no (“direita”), 62% aceitavam-no com limitações (“centro”) e 23% o rejeitavam (“esquerda’).

A análise de Rodrigues indicava também a existência de um espectro político de centro, em disputa, quando analisadas a autodeclaração ideológica de cada candidato e suas opiniões sobre a economia nacional (RODRIGUES, 1987, p. 117)

> Há um meio de campo embolado, em que uma elevada proporção dos que se declaram de centro partilham, na questão fundamental da economia de mercado, das mesmas posições dos que se declaram de esquerda moderada ou de centro-esquerda. Porém, ainda mais próximas, quase idênticas, são as distribuições das opiniões dos deputados que se definiram como de direita e centro. Na realidade, direita e centro, nas condições brasileiras, constituem praticamente a mesma coisa, se avaliadas as diferenças do ângulo das posições relacionadas à valorização da economia de mercado em face do intervencionismo estatal. [...] Na questão referente às multinacionais, a maior parte dos deputados que se diz de centro compartilha a mesma opinião dos deputados de centro-esquerda.

Nesse aspecto, não é possível deixar de constatar que o perfil geral do parlamentar constituinte em relação a economia nacional se aproximava dos posicionamentos defendidos pelos industriais nos dez anos que antecederam a ANC. Dentre as mais evidentes, destacavam-se a redução da participação estatal na economia, a partir de uma concepção liberal, e o apoio participação do capital estrangeiro, desde que controlada. Reafirmava-se, assim, seu pragmatismo - sustentado por um liberalismo atrelado a uma postura minimamente nacionalista, reforçando o seu caráter dependente.

Contudo, a expressividade, na ANC, de um pensamento voltado para um Estado social-democrata - com maior verve nacionalista -, servia de alerta ao empresariado industrial nacional. Sobretudo paras as multinacionais e aos grupos cujos interesses econômicos estavam ligados ao capital estrangeiro - esses não pareciam estar assegurados em integridade. Se o grupo de empresários urbanos e rurais era significativo dentro da constituinte, tampouco era o único. Os deputados oriundos de profissões intelectuais computavam 50% da ANC, sendo que muitos foram eleitos com apoio empresarial, caso de Delfim Netto e Roberto Campos, enquanto os servidores públicos eram 12%. Porém, grupo de profissões intelectuais, 32% se definiam como de centro e 59% de centro-esquerda. No grupo de servidores públicos, 50% se definiam como de centro-direita e 44% de centro. Assim, não havia garantias de que as posições do empresariado brasileiro iriam prevalecer na ANC - em que pese a existência de uma composição favorável aos seus interesses - dada a presença de uma grande grupo de centro no parlamento, que poderia se mover para posições mais liberais ou mais à esquerda. Para Rava (2010, p. 246):

> Esse equilíbrio de forças pela centroesquerda e centro-direita caracterizava a heterogeneidade de possibilidades na construção da nova ordem constitucional. Quaisquer dos grupos, não tendo a maioria, principalmente tratando-se de maioria qualificada para as votações que tratavam da inovação constitucional, estavam forçados a valer-se da via negociada para impor suas demandas na arena política.

Ao mesmo tempo, esse perfil da ANC não deixava também de refletir as diferenças dentro do próprio empresariado, sendo esta outra fonte de atenção para a burguesia.. Ou seja, dentro da sua pluralidade era preciso criar uma pauta comum, que se projetasse para além da "desestatização da economia" e da importância da propriedade privada e da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico, uma vez que haviam setores mais nacionalistas, sobretudo o representado pelo grande empresariado industrial nacional e setores mais liberais, representado pelas empresas multinacionais e do setor financeiro. Nesse quadro, é preciso lembrar das severas críticas desferidas pelas lideranças industriais brasileiras à burguesia

financeira e a prática de juros altos, bem como aos "privilégios" que as multinacionais detinham em determinados setores da economia.

De todo o modo, em que pese as diferenças entre setores do empresariado nacional, considerando também as suas divergências e convergências com o capital multinacional, é possível afirmar que ao longo de todo o processo de transição política, o empresariado conseguiu acordar uma base comum de atuação, que também se prolongou para a ANC. Esta seria pautada pela diminuição radical da participação direta do Estado na economia (também por privatizações); pela permanência e regulamentação do capital estrangeiro na economia nacional; pela diminuição da dívida externa por meio corte de gastos do Estado. por reformas sociais, como a trabalhista (diferindo-se das propostas das organizações dos trabalhadores), e pela reforma tributária (CRUZ, 1997). Era preciso criar um novo padrão de desenvolvimento capitalista dentro do formato periférico, dependente e associado ao qual o país havia se estruturado. De acordo com Diniz (1997, p. 56):

> Em seus contatos com a imprensa, nas articulações na Assembleia Constituinte, a tônica da atuação dos representantes empresariais concentrou-se na defesa de princípios como a primazia do mercado, a superioridade da livre inciativa na esfera produtiva, o retraimento do Estado, preconizando a necessidade de reordenar as relações entre os setores público e privado, conferindo maior autonomia aos últimos. Em contaste com a ineficiência da economia controlada pelo Estado, a economia de mercado apresentaria alta rentabilidade e eficácia, delineando-se, portanto, como a melhor para o país. Desse modo, a tarefa prioritária do momento seria reverter o modelo de desenvolvimento consagrado pelo regime autoritário, responsável pela ampliação excessiva do papel do Estado na economia. Tal distorção teria bloqueado as orças do mercado, levando a sujeição da sociedade ao Estado. [...] Uma economia estatizada estaria estreitamente associada à existência de uma ordem social pluralista e de um regime democrático ao funcionamento de uma economia competitiva baseada na livre empresa [...] Tais postulados oram reafirmados nas propostas encaminhadas pela Fiesp e pela CNI à Constituinte, contendo as sugestões do empresários para a elaboração da Constituição brasileira.

Dessa forma, o empresariado multinacional e associado chegava à ANC diante de uma trajetória política construída na transição que os colocava como vetores da defesa de uma "economia de mercado". Contrapunha-se, portanto, aos setores que defendiam maior participação e regulamentação do Estado na economia – encontrados tanto em posições de centro-esquerda, como na centro-direita, o que revelava o enraizamento do papel do Estado na economia nacional, na medida em que tanto opositores de longa data da ditadura, assim como políticos ligados ao regime, enxergavam a participação estatal como fundamental para o desenvolvimento econômico. Para dentro da disputa entre economia de mercado e estatização, temas essenciais seriam debatidos na Constituinte, como a carga tributária, o

desequilíbrio orçamentário, os monopólios estatais, a eficiência de suas empresas e abertura das privatizações. (DINIZ; BOSCHI; LESSA, 1989)

3.2.1 O empresariado e a dinâmica política da ANC

A ANC iniciou seus trabalhos em primeiro de fevereiro de 1987. Já com manifestação popular em frente ao Congresso, cerca de 15 mil, indicando a mobilização da sociedade civil em torno da elaboração da nova carta.

Sistematizada sem nenhuma referência ao Anteprojeto Constitucional elaborada pela Comissão Afonso Arinos, ou Comissão de Notáveis, a ANC estabeleceu seu funcionamento a partir de uma subdivisão em 24 comitês temáticos, conhecidos como subcomissões.

Além dessa proposta descentralizada, os setores mais progressistas do parlamento conquistaram, na elaboração do regimento, a possibilidade de participação popular direta na ANC. Apesar da polêmica e da resistência de setores do parlamento, sob o argumento da ameaça ao princípio da representatividade que a participação de cidadãos não-constituintes poderiam exercer sobre a escrita da Carta, o Regimento estabeleceu a participação popular por meio das associações civil, dos poderes legislativos estaduais, municipais e dos tribunais; das audiências públicas obrigatórias com participação de entidades associativas; de emendas assinadas por 30 mil cidadãos, com a responsabilidade de pelo menos três entidades associativas e sua posterior defesa ante a Comissão de Sistematização. (COELHO, 1988,) A demanda por participação popular se confirma quando se verifica o número de sugestões enviadas à ANC: 11.989 propostas, sendo que 122 se transformaram em emendas populares. Para Monclaire (2008, p. 288), a participação de diversos setores da sociedade civil influenciava diretamente os trabalhos dos constituintes:

> Uma vez a Constituição efetivamente convocada, as mobilizações são ainda mais ampliadas e concentradas em Brasília. Passaram-se meses com intervenções dos trabalhadores e funcionários de todos os escalões, dos intelectuais e feministas, dos religiosos de toda a sorte, dos militares na reserva e na ativa, dos professores de todos os níveis, dos sindicalistas de todas os ramos e de cada estado, dos publicitários, dos fazendeiros e camponeses sem terra, dos chefes de empresas e desempregados, dos indígenas e as minorias de todos os gêneros, dos pequenos e grandes comerciantes, os jornalistas, dos médicos, dos ecologistas, das crianças, dos presos, etc

Contudo, de maneira contraditória ao processo popular iniciado pela constituinte, não foi previsto a submissão do texto constitucional finalizado elaborada a um plebiscito popular. É também preciso atentar para o fato de que, a despeito da imensa mobilização e das iniciativas da sociedade civil terem se multiplicado, em defesa de múltiplos interesses, muitas dessas demandas não foram devidamente discutidas pelos parlamentares, que se debruçaram por muito mais tempo em aspectos regimentais ou nas propostas cujos grupos de interesse e lobby foram mais presentes e organizados no parlamento. (MONCLAIRE, 2008, p. 289)

A previsão pelo Regimento, de uma Comissão de Sistematização que organizaria os trabalhos realizados nas subcomissões temáticas também gerou polêmica. Embora derrotados, muitos parlamentares não aceitava a forma de centralização para a elaboração do texto, que dava grandes poderes à Comissão de Sistematização. À altura da aprovação do Regimento interno da ANC, já estava confirmado o alto nível de tensionamento político o qual a elaboração da nova Carta Constitucional estava submetida, sendo o seu controle, fundamental: foram enviadas 1636 emendas ao Regimento interno, que assim, acabou aprovado apenas no dia 24 de março de 1987.

Já em fevereiro o empresariado industrial buscava pautar os rumos da ANC, demonstrando que um dos seus eixos principais de pressão seria o discurso antiestatista. Para José Mindlim, seguido por seus colegas, a constituinte "seria inócua se atribuísse a solução de todos ao Estado". Pregavam uma carta enxuta, em que a definição de regulação capital e trabalho que permitisse as negociações diretas entre patrões e trabalhadores, para questões salariais, jornadas e turnos de trabalho[179]:

> O que é preciso colocar-se na cabeça é que é uma ilusão achar que a Constituição resolve tudo. Ela tem somente que declarar os preceitos do direito e da ordem social. Um fato que mostra o exagero é o seguinte: a constituição brasileira de 1967 teve o mesmo número de emendas que a dos Estados Unidos, que tem 200 anos de existência.

A preocupação sobre a estatização do país, para Mindlim, inclusive, se referia muito mais à "intromissão do Estado nas relações capital-trabalho" do que, propriamente, na sua participação direta na economia[180]:

[179] Para empresários, Constituinte não remedia tudo, POR Milton Rocha Filho. O GLOBO. Rio de Janeiro. 02/02/1987.

[180] Para empresários, Constituinte não remedia tudo, POR Milton Rocha Filho. O GLOBO. Rio de Janeiro. 02/02/1987.

> No Brasil, crescentemente, foram sendo introduzidos preceitos novos, relativos à ordem econômica ou à segurança nacional, para nos limitarmos a dois exemplos. O País prepara-se para uma nova Constituição, e todos desejamos que ela exprima os anseios da sociedade brasileira, depois dos 21 anos de regime autoritário. Só que esses anseios não são uniformes; em muitos casos, mais que divergência, há antagonismo. Cabe-lhe definir o novo caminho do Brasil no campo político econômico e social para este final de século, assim como - gostaria de crer - para pelo menos boa parte do Século XXI. Ora, algumas opções são fundamentais, e por isso mesmo parece-me que deveriam ter sido diariamente expostas ao eleitorado[...]. Dentro da complexidade da vida moderna, não é mais admissível a total liberdade da empresa privada que, assim como recorre ao Estado em momentos de dificuldade, deve aceitar uma certa parcela de poder regulatório do Estado. Um precisa do outro e o que cumpre fazer é estabelecer limites para esse poder regulatório hoje excessivamente abrangente. Diria até que tal poder por vezes constitui entrava maior à atuação da empresa privada do que a própria atuação direta do Estado na economia.

Perante tantos temas e antagonismos, o temor por uma Constituinte que buscasse dar conta de resolver todas as questões nacionais, aumentando o poder do Estado, justificava-se, ao empresariado, pela organização dos trabalhos para a elaboração da Carta. Foram estabelecidas oito comissões temáticas, divididas em três subcomissões. Ambas deveriam contar com um presidente e um vice e um relator. Já a Comissão de Sistematização deveria ser composta por 49 parlamentares mais os presidentes e relatores das Comissões e subcomissões temáticas. Alvo de intensas disputas, a Comissão de sistematização acabou sendo constituída por 93 constituintes, a fim de garantir um consenso entre os diferentes setores e partidos políticos do parlamento. Como relator do projeto constitucional, na Comissão de Sistematização, o PMDB, maior partido elegeu o deputado amazonense Bernardo Cabral. O seu parceiro de governo, PFL, indicou o senador fluminense Afonso Arinos como presidente da Comissão de Sistematização.

Em 17 de abril, após muitas disputas políticas pelos cargos, as Comissões e Subcomissões foram instaladas:

1. COMISSÃO DA SOBERANIA E DOS DIREITOS E GARANTIAS DO HOMEM E DA MULHER

- Subcomissão da nacionalidade, da soberania e das relações internacionais
- Subcomissão dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias
- Subcomissão dos direitos e garantias individuais

2. COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

- Subcomissão da união, distrito federal e territórios
- Subcomissão dos estados
- Subcomissão dos municípios e regiões

3. COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO

- Subcomissão do poder legislativo
- Subcomissão do poder executivo
- Subcomissão do poder judiciário e do ministério público

4. COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES

- Subcomissão do sistema eleitoral e partidos políticos
- Subcomissão de defesa do estad0, da sociedade e de sua segurança
- Subcomissão de garantia da constituição, reforma e emendas

5. COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- Subcomissão de tributos, participação e distribuição das receitas
- Subcomissão de orçamento e fiscalização financeira
- Subcomissão do sistema financeiro

6. COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA

- Subcomissão de princípios gerais, intervenção do estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica
- Subcomissão da questão urbana e transporte
- Subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária

7. COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

- Subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos
- Subcomissão da saúde, seguridade e do meio ambiente
- Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias

8. COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO

- Subcomissão da educação, cultura e esportes
- Subcomissão da ciência e tecnologia e da comunicação
- Subcomissão da família, do menor e do idoso

O cotidiano das Subcomissões demonstrava que a escolha pela descentralização na fase de elaboração da nova Carta assegurava, minimamente, um debate político democrático, na medida em que a sociedade civil teve a oportunidade de participar das subcomissões. Desse modo, as subcomissões serviam com um contraponto ao próprio perfil do parlamento, onde o domínio dos setores empresariais e de profissionais liberais se sobrepunha aos demais

setores da sociedade civil, notadamente aqueles ligados às forças populares. De acordo com Coelho (1988, p. 45):

> Pelo Regimento, a Subcomissão deveria destinar de cinco a oito reuniões para audiências públicas com entidades representativas de segmentos da sociedade. Em cada uma delas, ganhou dimensão própria esta disposição regimental. Foram ouvidos convidados e representações que se apresentavam espontaneamente para depor. A lista destas audiências inclui Ministérios de Estado e autoridades dos Três Poderes da República, especialistas em diferentes matérias, lideranças empresariais e sindicais, entidades as mais diversas, associações de moradores, movimentos populares de mulheres, negros, meio ambiente e tantos outros. Depuseram também indígenas, meninos de ruas, representantes de entidade dos homossexuais e delegações de empregados domésticos. O tema abordado era sempre alvo das posições divergentes que existem na sociedade. [...] Ou seja, o funcionamento conjunto das 24 subcomissões criou uma pluralidade extraordinária de depoimentos, delegações apinhando-se pelos corredores do Congresso, Manifestações. Nem mesmo a imprensa teve estrutura para acompanham completamente a riqueza e a variedade dos acontecimentos e dos conteúdos que eram diariamente apresentados.

Após a entrega das deliberações de cada subcomissão, em 25 de maio de 1987[181], as mesmas seriam revistas nas oito Comissões Temáticas, encarregadas de produzir um único documento. A presente dissertação se debruçará, neste momento, sobre as três comissões que despertaram maior mobilização do empresariado industrial: Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e finanças; Comissão da Ordem Econômica e Comissão da Ordem Social.

Os debates em torno das oito comissões temáticas continuaram acirrados e os relatores foram submetidos a inúmeras pressões, uma vez que eram os responsáveis por sistematizar os estudos das subcomissões. Além disso, tinham que considerar as propostas de emendas parlamentares aos textos que somaram 7.727 ao final desta fase. Na comissão de Orçamento, o relatório elaborado pelo então deputado José Serra sugeria uma maior descentralização na arrecadação, com maiores recursos para os Estados e municípios; simplificação na tributação ao contribuinte, a existência de uma prévia lei de diretrizes orçamentárias. O Banco Central teria autonomia e sua diretoria deveria ser aprovado pelo congresso, com mandato (o que foi posteriormente revogado).

Na Comissão de Ordem Econômica, acirravam-se as disputas ideológicas[182] entre direita e esquerda. Mesmo com o predomínio de parlamentares conservadores, posição mais liberais, como a ausência de participação direta do Estado na economia foram rechaçadas. O relator Severo Gomes, senador e industrial paulista pelo PMDB, teve seu parecer substituído

[181] "No plano formal, o Relator da Subcomissão recolhia as sugestões e os depoimentos, elaborava um estudo preliminar e submetia aos demais membros, abrindo-se a possibilidade de emenda. Estudadas estas, dava um novo parecer com substitutivo. Ao todo, foram apresentadas 6360 emendas nesta fase e realizadas 467 reuniões numa média de quase 20 por subcomissão." (COELHO, 1988, p. 45).

[182] "O duelo entre e direita e esquerda." O Constituinte. 3-9 de maio 1987.

por três emendas setoriais, dada as dificuldades nas negociações políticas nos princípios gerais, na questão agrária e questão urbana. Houve muitos impasses nos seus dias finais, o que gerou o abandono de parte de seus integrantes no dia da votação final, como forma de protesto em relação à condução da presidência sobre os trabalhos da comissão. Como pontos principais, destaca-se a ênfase na iniciativa privada e a limitação da participação do Estado na economia; a definição de empresa nacional e a possibilidade de protecionismo e reserva de mercado para os setores de desenvolvimento tecnológico e de defesa nacional. Sobre a questão urbana, foi assegurado o usucapião; sobre a questão agraria, sugeria-se que a reforma agrária deveria se restringir às terras improdutivas.

Na comissão da Ordem Social, o relator Almir Gabriel elaborou uma parecer que assegurava a manutenção dos direitos trabalhistas existentes, mas se posicionava de forma contrária à redução da jornada de trabalho para 40h. Embora apresentasse um certo consenso entre os membros da Comissão, o relatório só foi aprovado após intensa negociação a partir dos 764 destaques sugeridos ao texto final. (COELHO, 1988).

Em 26 de junho de 1987 o relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral, organizou todas as propostas das Comissões Temáticas e abriu para a sugestão de emendas dos constituintes – que somaram 4.638. No dia 15 de julho de 1987, o primeiro esboço constitucional apresentava 496 artigos distribuídos em dez títulos. Nesta nova fase, 20790 emendas foram sugeridas pelos constituintes, enquanto que 83 emendas populares também foram apresentadas e defendias por cidadãos não-constituintes no Congresso.

As polêmicas em torno da Constituinte, quando a Comissão de Sistematização iniciou seus trabalhos, a partir do relatório de Cabral apenas crescia, provenientes dos setores governistas e empresariais, expressos pela revolta dos parlamentares de perfil conservador. As reclamações quanto à centralização do poder na Comissão de Sistematização reverberavam entre os deputados; e o governo federal já não escondia o seu descontentamento com os rumos da ANC, passando a pressioná-la de com maior ênfase. Assim como o empresariado, que já fazia circular entre presidentes e diretores de federações industriais e do comércio, a sua avaliação sobre os membros da Comissão de Sistematização, servindo com um alerta diante da força dos progressistas na principal Comissão da ANC.

> Dos 92 parlamentares avaliados, 44 foram aprovados, 29 receberam um ‘não’, 18 foram considerados ‘mais ou menos confiáveis’ e três receberam somente uma interrogação [...]. Em muitos casos, os critérios para a classificação dos representantes foram menos ideológicos e mais práticos, tendo em vista algumas questões específicas, consideradas fundamentais para os empresários. Entre elas, a intervenção estatal na economia, o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro e a

> estabilidade no emprego. Mas houve, sem dúvida, atenção especial também à caracterização ideológica. Assim, 10 foram classificados como de direita, 18 de centro-direita, 24 de centro, 29 de centro-esquerda, 10 de esquerda e dois como indefinidos. (DREIFUSS, 1989, p 11).

Pode-se afirmar, portanto, que a origem desses descontentamentos encontrava-se no avanço, nas subcomissões e comissões, de pautas mais à esquerda combinado às críticas de que os cargos decisórios da ANC, inclusive na Comissão de Sistematização, estavam, majoritariamente, ocupados por deputados de perfil progressista, destoando do conjunto do parlamento. Tal avaliação parecia endossada quando a Comissão de Sistematização recebeu os relatórios das comissões, com propostas para a Carta que delineavam características tendentes à presença do Estado no setor produtivo, prevendo monopólios em setores decisivos da economia e compromissado com a Ordem social, por meio do fortalecimento das questões trabalhistas e sindicais. (RAVA, 2010, p. 246).

As dificuldades da Mesa de Sistematização em tocar os seus trabalhos levou, inclusive, à sua ampliação para se tentar administrar as divergências politicas, com a inclusão de mais dois vice-presidentes e cinco relatores assistentes. O prazo para a apresentação do Projeto Constitucional teve, assim, que ser adiado por diversas vezes, arrastando-se por todo o segundo semestre de 1987. Dentre os principais focos de conflito, encontrava- os direitos trabalhistas e estabilidade no emprego, o tempo de mandato do atual presidente, a forma de governo, a proteção a empresa nacional e a reforma agrária em terras produtivas, o sistema de livre iniciativa e a função social da propriedade (RAVA, 2010. p 239). Para Coelho (1988, p. 52):

> A comissão esquecia restrições regimentais em favor da abertura de seu trabalhos. Era possível ver, por exemplo, líderes das centrais sindicais e das entidades patronais participando ativamente das negociações no plenário. O governo sentia-se em dificuldades na Comissão. Uma acusação comum era que o líder do PMDB, Mário Covas, montara uma bancada majoritária na sistematização que seria mais progressista ou mais à esquerda do que o perfil médio da própria Assembleia.

Nesse momento, as lideranças empresariais, notadamente do setor industrial, já demonstravam profundo descontentamento com os rumos da ANC. Claudio Bardella, em cerimônia de premiação da edição da Revista Balanço anual de 1987 acusava o clientelismo, a corrupção e troca de favores na constituinte[183]. Ainda, de acordo com suas falas, lamentava que as lideranças empresariais que haviam apoiado a democracia no "documento dos oito",

[183] Políticos, uma grande decepção, por Vicente Dianezi Filho. O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, SP, p. 9. 25.09. 1987

apostaram na classe política e perderam, além de sentenciar que a Nova Carta teria vida efêmera.

O desânimo empresarial com a elaboração da Nova Carta também podia ser medido por pesquisa elaborada pela *Balanço anual*, que ouviu 300 empresários que compunham o Fórum Gazeta Mercantil. Apenas 12,5% dos entrevistados acreditavam que a nova Constituição asseguraria a democracia e a expansão da livre iniciativa no Brasil, embora 93,7% desejassem que isso acontecesse. A grande maioria (93,1%) também gostaria que a nova Carta fortalecesse as instituições democráticas brasileiras, Mas, 52,2% não tinham certeza de isso aconteceria. Quanto à presença do Estado na economia, apenas 22,2% achavam que o novo texto constitucional não estimularia seu avanço, enquanto 72,2% acreditam que o gigantismo estatal seria reforçado, após a promulgação da Carta. Do total de entrevistados apenas 7,5% se declararam a favor da instituição da reserva de mercado, enquanto 84,9% disseram ser contrários à ampliação dessa prática.

Antônio Ermírio, eleito pela nona vez consecutiva como principal liderança empresarial pela publicação, pedia paciência para a consolidação da democracia: "Há dez anos todos reclamavam do autoritarismo. Afora que estamos na democracia, todos estão impacientes". Concomitantemente, indicava que o discurso empresarial deveria pairar acima da dinâmica das disputas políticas que dominavam a ANC para encontrar eco na opinião pública: "Vamos retirar o país da posição vexatória em que nos encontramos. Vamos parar de pensar nas esquerdas e nas direitas para pensarmos no Brasil, com coragem de enfrentar o futuro."

A reflexão de Antônio Ermírio preparava a reação montada pelos setores conservadores diante do tensionamento em torno da Comissão Sistematização. Conforme as disputas se acirravam, houve a consolidação de um grupo significativo de parlamentares que se organizou para questionar, em bloco, de forma suprapartidária, o Regimento da ANC. O bloco do chamado "Centrão" comportava deputados de centro e direita e/ou alijados dos centos decisórias da ANC. Nesse sentido, o nome "Centrão" buscava forjar uma identidade neutra, a favor dos interesses da sociedade brasileira, sem vínculos programáticos ou alinhados tendências ideológicas - o que facilitaria a mobilidade do grupo diante das questões que polarizavam o debate na ANC. Contudo, uma análise mais detida sobre perfil dos deputados do Centrão demonstra, de maneira clara, sua tendência nitidamente conservadora, ainda que não programática.

Estimulado pelo governo e pelos setores empresariais, de forma notória pela UBE, o "Centrão" conseguiu mobilizar uma maioria parlamentar – mais de 280 deputados – sob a

bandeira de mudanças no Regimento interno. Essa era uma das únicas pautas que de fato unificava de forma completa esse grupo, tamanha a diversidade no espectro ideológico e partidário de tendência conservadora:

> O principal argumento de seus integrantes era quanto ao processo de votação em primeiro turno. O projeto de Constituição A, da Comissão de Sistematização seria votado por títulos ou capítulos. Uma vez votado um destes, em bloco, passariam ser apreciados em destaques, que, pelo Regimento, poderiam ser apresentados por 35 constituintes, e as emendas. Um destaque para retirar um dispositivo, por exemplo, teria de ser aprovado por, no mínimo, 280 votos, já que o texto base recebera previamente sua aprovação. Este sistema regimental possibilitava a argumentação mais simplista, diante da opinião publica, de que posto o projeto da Sistematização, seriam necessários290 votos para rejeitar um dispositivo e não para aprová-lo, o que representaria uma "ditadura de minoria". O argumento, embora plausível diante de situações pontuais graves, não levava em consideração a votação prévia que todo o texto de um título ou capítulo receberia. (COELHO, 1988, p. 53).

A proposta de alteração do Regimento pelo Centrão, aprovada no início de janeiro de 1988 após negociações que duraram um mês, previa a possibilidade de novas emendas coletivas no texto da Sistematização e a sua preferência para votação antes do texto de cada capitulo, se tivessem apoio de 280 constituintes[184]. Neste período que antecedia a votação do primeiro turno, mais 2021 emendas coletivas foram apresentadas. De acordo com Marcelino, Braga e Domingos (2009), o Centrão variou entre 136 deputados, sendo esse o grupo mais coeso, à 313, considerando todos os parlamentares que atuaram, em determinados momentos da Constituinte, sob orientação do "Centrão". Segundo esse estudo, a frente era composta por maiorias parlamentares do PDS (91%), do PTB (86%), do PDC (85%), do PFL (82%¨) e por uma minoria de peso do PMDB (42%). Para Marcelino, Braga e Domingos, as características do "Centrão" estavam bem marcadas:

> Agreguemos que essa defasagem programática entre as preferências do parlamentar mediano na Comissão de Sistematização e o parlamentar mediano em Plenário foi a nosso ver a causa fundamental da formação do "Centrão", e não apenas questões conjunturais relacionadas à duração do mandato ou a preferência por determinado sistema de governo. Ou, por outra: embora razões de ordem político-institucional (defesa do presidencialismo e do mandato presidencial de 5 anos) tenham sido os causadores imediatos e primários da formação e unidade do "Centrão", essas preferências institucionais estiveram associadas a um certo grau de conservadorismo em questões sociais e econômico-financeiras, motivo pelo qual levar em conta essa dimensão "societal" das escolhas institucionais também é importante para uma compreensão mais abrangente da atividade política de um agrupamento como o "Centrão". (BRAGA; MARCELINO; DOMINGOS, 2009, p. 275)

[184] Já no início da virada regimental do Centrão, no começo de dezembro de 1987, Antônio Ermírio comemorava a sua vitória, que " representou um alento para a iniciativa privada nacional" ("Ermírio e Cardoso vibram com vitória" DIÁRIO POPULAR, SÃO PAULO, SP).

Braga, Marcelino e Domingos (2009) também realizaram um cruzamento dos parlamentares do "Centrão" com o seu perfil profissional traçado por Leôncio Rodrigues. Os dados recolhidos mapearam que 129 parlamentares eram empresários, sendo 19 rurais e 110 urbanos, atingindo 41,2% do total do grupo (313 constituintes). Além disso, 73 parlamentares pertenciam às altas camadas médias do setor privado, contabilizando 23,3% da frente. Por fim outro dado interessante recrutado pela pesquisa se refere às origens dos políticos do Centrão, em que fica evidente os seus laços com o sistema partidário existente na ditadura: 57% atuaram pela Arena ou PDS, enquanto 31% pelo MDB/PMDB, reforçando o seu caráter conservador.

Assim, a formação do "Centrão" se constituía como uma frente suprapartidária com amplo apoio de setores da sociedade civil mais conservadores. Foi o caminho encontrado pelo Empresariado rural e urbano, juntamente com políticos ligados ao governo Sarney, setores conservadores da Igreja, setores das Forças Armadas e profissionais liberais conservadores para enfrentar as adversidades impostas pelas fragilidades do sistema político, em que os partidos careciam de coesão programática (fragmentada pelas divisões regionais e setoriais), sobretudo aqueles de perfil conservador, o que prejudicou a defesa dos interesses empresariais dentro das subcomissões e comissões. De acordo com Rava (2010, p. 247):

> A atuação unificada do bloco empresarial, apostando na divisão dos partidos à esquerda (reformistas do PMDB e PT PDT-PSB-PV), procurou margem no PDS-PFL-PTB e PMDB conservador. Atomizar as propostas reformistas, dividindo sua coesão entre as esquerdas, e fortalecer o discurso de unidade ideológica liberal, pró-desenvolvimento pareceu ser o carro-chefe da campanha constituinte de 1987/1988. Velhos e novos conservadores (civis, militares e integrantes das classes rurais) puderam agregar certa base social e travar o avanço progressista.

A formação do Centrão e o seu protagonismo na Constituinte, a partir da revisão do Regimento interno remetem, justamente, a atuação mais incisiva da UBE na constituinte. A partir de novembro de 1987, com a posse dos 82 maiores empresários do país no conselho consultivo da UBE, assistidas por 250 líderes do setor e o estabelecimento de sua sede em Brasília, a UBE iniciava sua ofensiva sobre a Constituinte. Nesse dia, a UBE já distribuiu para os seus membros relatórios completos sobre os constituintes, por Estado partido e seus respectivos telefones, além de uma lista sobre oito pontos essenciais da Constituinte para garantir a sobrevivência da iniciativa privada. (DREIFUSS, 1989, p. 183).

Já nos dias posteriores à posse do Conselho da UBE era possível observar que o campo conservador ganhara novo fôlego. Encontros entre constituintes e empresários tornaram-se mais frequentes, com os primeiros buscando se alinhar às ideias defendidas pela

UBE, apresentadas no discurso de Antônio Ermírio de Morais e Oliveira Santos na posse do conselho: combater o intervencionismo estatal e criticar a Comissão de Sistematização.[185] A mobilização provocada pela UBE também envolvia logística e altos investimentos:

> A necessidade de assegurar a presença, em plenário, dos componentes do Centrão, fez com que os empresários também acertassem uma participação ativa na mobilização dos constituintes. Além de montar uma rede de comunicação, o empresariado se encarregou do transporte de parlamentares, fazendo-os chegar na hora para reuniões e votações. Mas os jatinhos continuavam à disposição dos membros do Centrão, tanto para leva-los de volta aos seus estados, quanto permitindo seu deslocamento para outros pontos do país, onde tivessem compromissos marcados. [...] Enquanto isso, sob supervisão de competentes advogados vinculados à Federação das Indústrias de São Paulo, os empresários mantinham um fundo calculado de 30 milhões de dólares, que vinha pagando, desde o final de 87, as diversas despesas com integrantes do Centrão. (DREIFUSS, 1989, p. 223).

No montante calculado entre 30 e 35 milhões de dólares em defesa da livre iniciativa e da economia de mercado, estava a ocupação de três andares do hotel mais tradicional de Brasília pelo Centrão, onde eram organizadas as reuniões diárias para se definir as estratégias de combate à Comissão de Sistematização. Antônio Ermírio de Morais justificava a ação da UBE projetando-a como a luta pela defesa dos brasileiros, diminuindo seu caráter classista:

> Não somos uma entidade de extrema direita nem de extrema esquerda. Somos homens sofridos que procuram os congressistas constituintes, independentes de ideologias, para que se possa legislar uma Carta em favor de todos os brasileiros que querem um país sério, respeitado lá fora pela seriedade e honradez de seus homens" ("Empresários tentam comprar Constituinte. "Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, RJ 06/11/1987)
>
> É preciso que a Constituinte saia logo, de maneira, clara objetiva, para que o empresário possa investir. É preciso que a Constituição seja justa para todos, unificando o capital e o trabalho. Ninguém vive sem classe trabalhadora. Mas ninguém vive sem os empresários. ("Delfim para presidente: a maior piada do ano". NOTICIAS POPULARES, 06/11/1987)

O ano de 1987 também foi marcado por uma ofensiva não só da UBE no cenário político, mas de outras entidades que surgiram de modo a disputar a opinião pública. Nesse momento, de acordo com avaliações de círculos empresariais, imagem dos empresários estava muito desgastada perante a opinião pública,, sendo necessária a sua reversão, bem como a pressão, de maneira mais organizada, sobre dos parlamentares - a fim de garantir que as impressões da mesma opinião publica não influenciassem em seus votos. Nesse sentido,

[185] "Denúncias de Antônio Ermírio abrem diálogos com constituintes" (O GLOBO, Rio de Janeiro, RJ. 11/07/1987).

surgiram a Frente Nacional pela Livre Iniciativa, a Frente Empresarial Mineira, o Fórum Informal e o Movimento Cívico de Recuperação Nacional. (Dreifuss, 1989, p. 125 a 129). Essas entidades, todas multisetoriais, também objetivam forjar um pensamento comum quanto aos temas políticos e econômicos discutidos na Constituinte – que a esse altura da disputa política, já mostrava a efetivada do lobby realizado pelo DIAP como pivô politico das classes trabalhadoras. A Frente Nacional pela Livre Iniciativa chegou a lançar uma campanha publicitária televisa, com três filmes de um minuto cada, ao custo de Cx$ 70 milhões[186].

Além da Comissão de Sistematização, as Comissões da Ordem Social e da Ordem Econômica foram as mais visadas pela UBE. Para a entidade, os maiores problemas para a classe empresarial estavam na aprovação da estabilidade no emprego, o pagamento de horas extras em dobro, a proibição de empresas terceirizarem a prestação de serviços e as possíveis restrições aos direitos de propriedade. Em relação a estabilidade, Antônio Ermírio de Morais, em tom ameaçador afirmava que a mesma:

> [...] inibirá novos investimentos no País e conseqüentemente a geração de novos empregos. Está se premiando quem não trabalha[...] As pessoas fazem as coisas, mas esquecem de perguntar quem paga a conta. No Brasil, nos últimos anos, tem sido assim de forma sistemática. Há tempo ainda para a Constituinte mudar de postura e consertar esse erro cometido [...]. Sei de muita gente que está querendo sair daqui. Aliás, está pensando seriamente nisso. É preciso que os constituintes mudem sua posição. ("Antônio Ermírio mostra decepção". GAZETA DO POVO. 11/10/1987);

A luta contra a estabilidade tornou-se um dos maiores focos de atuação do empresariado industrial[187]. Em novembro de 1987, tendo Ermírio de Morais como orador, a UBE lançou a "campanha contra a estabilidade"[188]. Ao longo desta, as lideranças industriais reuniram-se com o presidente da ANC, Ulisses Guimarães e com líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso. O próprio Ermírio se empenhava no corpo-a-corpo com os constituintes: "Vou falar com o Lula, com os comunistas, com todos, e tentar mostrar que a estabilidade é prejudicial ao trabalhador[189]" A campanha da UBE surtiu efeito e, já ao final do primeiro turno, a estabilidade foi derrubada e comemorada pelos industriais, que afirmavam terem, assim, garantias para investir e gerar empregos.[190]

---

[186] ("Empresários tentam comprar Constituinte. "Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, RJ 06/11/1987)

[187] Pesquisa realizada pelo instituto Vox Populli demonstrava que a aprovação da estabilidade era a maior preocupação empresarial na ANC. ("Estabilidade no emprego apavora empresários". O DIA, 06/11/1987).

[188] "Guerra à estabilidade". O GLOBO, 16/10/1987.

[189] "Contra estabilidade". Painel. Folha de São Paulo. 23/10/1987.

[190] "Para empresários, solução lúcida".

Além disso, criticavam a contribuição social do empregado a partir do faturamento e do lucro. E, de forma mais exaltada,, o empresariado focava no excesso de detalhes da Carta, o que abria possibilidades para um excesso de intervenção e regulamentação do Estado na sociedade. Como resumiu Antônio Ermírio de Morais: "É preciso que o constituinte deixe o brasileiro viver suas vida e não queira que o Estado o tutele desde o nascimento até a morte ("Frases de hoje", FOLHA DE ~SÃO PAULO, 29/06/1987)[191]. Esmiuçando suas ideias, observa-se as preocupações patronais travestidas de preocupações com o trabalhador, perpassada por um certo moralismo:

> Há certos exageros na Constituinte que não vão funcionar, porque se uma empresa quer, realmente, trabalhar bem ela começa a ter certas dificuldades de ordem financeira e começa automaticamente a eliminar a mão-de-obra feminina. A mão-de-obra feminina para trabalhar tem que assegurar que não vai procriar, o que é lamentável, não é? [...]. Vai acontecer que as próprias senhoras que trabalham, as moças que, naturalmente, se casam e trabalham, vão querer evitar filhos.[...] Com isso tudo você acaba eliminando a mão-de-obra feminina, o que é lamentável. Eu acho que amanhã isso podia ser inclusive negociado numa reivindicação sindical. Tudo bem, que a gente pudesse negociar, mas não constar da Constituinte, assim como o pai gestante de oito dias. Isso no mundo inteiro é uma ridicularização da nossa Constituinte [...] Isso eu acho lamentável, porque sabe o que vai acontecer? Pais exemplares vão ficar dia e noite junto com a sua senhora durante o período de oito dias. Outros vão sair de casa e encher a cara no primeiro botequim. ("Ermírio aceita capital estrangeiro com reservas, por Emanuel Neri FOLHA DA TARDE, 26/04/1988).

Ao mesmo tempo, as posições de Ermírio procuravam manter abertas as negociações com a classe trabalhadora, demonstrando o seu entendimento sobre a exigência que o novo momento político do país, democrático[192], para o empresariado. E, nesse sentido, seu

---

[191] Em entrevista a Revista Senhor, Ermírio aprofundava as críticas, estendendo-a ao sistema partidários e à política tradicional, responsáveis pela Constituição ser um "atraso político: "uma Constituinte com 500 artigos. Porque eu já tentei ler essa Constituinte umas três vezes e vou te contar... Ou eu sou muito ignorante ou a Constituinte é pior do que eu [...] Sinceramente, sempre fui favorável a que nós tivéssemos uma Assembleia Nacional Constituinte eleita exclusivamente para fazer a Constituição. Posso estar errado. O Olavo Setúbal, por exemplo, discorda. Esses homens que fossem eleitos não precisariam estar atrelados a nenhum partido político, era gente que ia pensar com a sua cabeça e fazer o melhor da sua cabeça para a Nação brasileira, independentemente de pressão político-partidária. Porque hoje o que existe é pressão político-partidária. Se o PMDB tem 55% do Congresso Nacional, ele vai fazer a coisa dentro do que o PMDB quer. Ponto final. Fazem o que quiserem, está na mão deles fazer o que quiserem. Sob esse aspecto, chamo a atenção de vocês no que eu vejo aí na conversa com operário, com trabalhador: é que eles estão achando que a Constituinte vai resolver o problema do Brasil e aí é que vai ser um tremendo engodo. Não vai resolver nada, estamos sabendo disso ("Um congelamento depois do outro. Previsão do empresário Antônio Ermírio: a inflação ainda vai exigir outros choques", por José Roberto Nassar, Mino Carta e Nirlando Beirão 1987.08.25.)

[192] Em outros momentos, criticava a radicalização dos setores mais à esquerda, que poderiam comprometer a democracia: "Temo ocorrido no país enorme confusão Muita gente está confundindo democracia com a anarquia e liberdade com libertinagem. Grupos radicais estão prejudicando o país, com suas atitudes que não levam a nada. São grupos de esquerda que estão exagerando. Não percebem que estão atiçando os radicais de direita, que desejam o retorno do pais ao regime militar. Entendo que as pessoas tem de ser mais responsáveis

pensamento permite entender a racionalidade empresarial para argumentar pela maior exploração do trabalho:

> Você só tem sucesso numa organização se o capital e o trabalho estiverem em linhas convergentes, se elas forem divergentes é a falência da empresa. Você não pode ignorar o sofrimento dos outros. Até certo ponto, o nosso mundo empresarial era meio egoísta, mas agora está aprendendo. Era egoísta por quê? Porque, nestes 21 anos de autoritarismo nós apenas executávamos as medidas que recebíamos de Brasília. Era até cômodo. O conselho que eu dou é: coloque-se no lugar do trabalhador e veja se ele tem ou não razão na sua reivindicação. Agora, temos aí essa situação existente, devemos 104 bilhões de dólares, a dívida interna também está crescendo de uma maneira assustadora então o que nós temos de fazer é trabalhar mais. O brasileiro precisa trabalhar mais, na média. Trabalhamos em média, 44 horas por semana, os chineses trabalham 60 horas por semana. Quem são os nossos competidores no mundo? É a Coréia do Sul, é a Indonésia, é Formosa, é Bangladesh. É gente que trabalha 50 horas por semana. Não obstante, dá para sobreviver. ("Um congelamento depois do outro. Previsão do empresário Antônio Ermírio: a inflação ainda vai exigir outros choques", por José Roberto Nassar, Mino Carta e Nirlando Beirão 1987.08.25.)

Na Ordem social, os empresários se colocavam contra a proibição da demissão sem justa-causa e o pagamento de horas extras em dobro. Alegavam a inviabilização econômica do país, caso todas as demandas trabalhistas fossem aceitas. A proposta da Comissão de Sistematização sobre a Ordem Social incluía "ameaças" ao interesse empresarial, destacando-se, além das já citadas, o fim da interferência do Estado nos sindicatos, o direito de greve irrestrito à todas as categorias, o julgamento da sua legalidade por tribunais, participação dos trabalhadores no conselhos de órgãos previdenciários e profissionais, a ampliação da licença-gestante para 120 dias. A argumentação empresarial, sobretudo do setor produtivo, focava-se nos custos que a nova legislação trabalhista causaria às empresas, principalmente para as micro e pequenas, que não teriam condição de arcá-los, o que geraria seus fechamentos. O ataque, no setor industrial concentrava-se na redução para jornada de 40h e na determinação do turno máximo de 6h. Para os industriais, a nova legislação impactaria nos custos da produção que seriam repassadas ao consumidor. Além disso, a produção local ficaria em desvantagem de competitividade no mercado interno e externo[193].

A articulação contrária ao avanço das pautas sociais incensou mobilizações na classe empresarial, sobretudo contra a estabilidade no emprego e a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas. No Rio Grande do Sul, empresários de diferentes setores organizaram o Movimento pela liberdade Empresarial (GROS, 1988), englobando também o discurso

num regime democrático. Isso não ocorre com os radicais, que mais em seus interesses do nos da nação. ("Ermírio não crê que a crise acabe a curto prazo, por Milton . da Rocha Filho. O GLOBO, 29/03/1987)

[193] Ver "Empresários criticam indefinições" (DIÁRIO COMÉRCIO E INDUSTRIA, 25/09/1987) e "Os custos da nova legislação. "GAZETA MERCANTIL. 27/02/1987

contrário a redução da jornada para 40h e o direito irrestrito à greve. Em diferentes meios empresariais, inclusive em representantes das multinacionais, afinava-se o alarde sobre a inviabilização dos investimentos e a morte da livre iniciativa no país caso as medidas fossem aprovadas. O PNBE também convocou uma jornada nacional contra a estabilidade, reunindo representantes de 3 mil entidades em Brasília (DREIFUSS, 1989). Propunham, também, a revisão da definição de empresa nacional, temendo as restrições que a mesma poderia causar na participação das multinacionais; e, especialmente, quanto à exclusão desses grupos sobre a distribuição de derivados de petróleo.

As declarações de Antônio Ermírio de Morais às vésperas das votações da Comissão da Ordem Econômica, davam o tom das preocupações dos industriais. Em relação às multinacionais, afirmava:

> Nós não podemos ser xenófobos. Eu sou contra o capital estrangeiro quando ele traz 10% de capital de risco e 90% de capital emprestado. Isso precisa acabar. De cobrança de dívidas nós estamos lotados. Então, é preciso que a empresa estrangeira venha para o Brasil com capital próprio, porque se amanhã eu for para o Mato Grosso, mas chego lá e peço dinheiro emprestado ao banco estadual, peço subsídios ao Estado, peço favores especiais, então eu não estou dando nada para o Mato Grosso. Eu estou sendo apenas um oportunista, não estou levando nenhuma vantagem para o Estado. Então, a mesma coisa com o capital estrangeiro. ("Ermírio aceita capital estrangeiro com reservas, por Emanuel Neri. FOLHA DA TARDE. 26/04/1988)

Nas discussões referentes aos temas propostos pela Ordem Econômica, a ofensiva contra as determinações da Comissão de Sistematização gerou uma agenda intensiva de atividades por parte do empresariado, no corpo-a-corpo com os parlamentares Além das questões trabalhistas da ordem social, miravam combater também a permanência de um Estado forte na economia e rediscutir a verve nacionalista da Constituinte. Esse último ponto, inclusive, seria um ponto de muitas divergências entre o empresariado, minando a sua unidade, que acabou por se constituir sobretudo quanto ao discurso antiestatizante e contrário à ampliação dos direitos trabalhistas. De acordo com Dreifuss (1989, p. 191)

> O debate sobre as multinacionais também contribuía para a inquietação do empresariado. O embaixador dos Estados Unidos, Harry Schlauderamnn, já havia se reunido, numa luxuosa casa de Brasília, com representantes do banco de Boston, Citibank, Digital, IBM, Ford, Pam Am, GM, Xerox, Esso e Burroughs, e instara os convivas a ficarem atentos à nova Constituição que, segundo ele, 'pendia mais do que o desejado para a esquerda'. No encontro, ele chegou a propor que dali partissem 'fileiras lobistas para batalhar a favor dos interesses americanos. Além disso, as próprias empresas multinacionais se lançavam num lobby frenético e num esforço concentrado de modelamento de opinião publica. Uma comissão de representantes das multinacionais, coordenada por executivos da Volkswagen (Jacy Mendonça) e da Philip Morris (Antônio Teixeira da Silca), entregaria a Mário

> Amato, presidente da Fiesp um documento de 76 páginas sobre a importância dessas empresas para o desenvolvimento nacional. O texto foi distribuído a toda a diretoria da Fiesp, como um primeiro passo para a formação de um cinto de apoio à tese de que Brasil não conseguiria resolver seus problemas de crescimento e desemprego, sem recorrer à 'poupança externa'.

Porém, as multinacionais encontraram dificuldades em reverter as tendências nacionalistas, dado que setores do empresariado viam com bons olhos uma certa proteção constitucional à concorrência com as grandes empresas estrangeiras. Entre os pontos de maior tensão encontrava-se a nacionalização da distribuição do petróleo, onde a presença estrangeira era significativa e a exploração dos recursos minerais pela iniciativa privada, que deveria se restringia às empresas brasileiras de capital nacional.

> O conceito de empresa nacional era um dos artigos que mais dividiam não só os congressistas, mas o próprio empresariado. No primeiro plano, não estava apenas a discussão sobre o nacionalismo econômico, mas também as grandes linhas de desenvolvimento do país e suas relações com a economia mundial. O presidente da Fiesp, Mário Amato, por exemplo, era a favor de um definição abrangente, que considerasse empresa nacional aquela estabelecida no Brasil, sem restrições de qualquer ordem, enquanto denunciava o que chamava de 'um nacionalismo tacanho e vesgo. Antônio Ermírio de Moraes e Albano Franco discordavam. Afirmavam que ou não se tocava nesta questão na Constituição, ou se determinava que empresa nacional fosse aquela controlada por brasileiro nato. (DREIFUSS, 1989, p. 219)

As negociações em torno da caracterização de empresa brasileira de capital nacional acabaram por defini-la a partir do seu controle efetivo a partir de pessoas físicas residentes no Brasil, o que abria margem para a participação do capital estrangeiro nas mesmas. Nesse aspecto, as articulações entre o empresariado e o Centrão, ainda que difíceis, demonstraram a sua força, abrindo espaço, no segundo turno de votação, para uma interpretação ampla sobre o que seria uma empresa nacional, viabilizando a atuação das multinacionais.

Contudo, a força do "Centrão", se permitiu a virada no Regimento, novas discussões e alterações do texto constitucional, não se demonstrou capaz de fazer a Constituição dar uma guinada à direita, como Dreifuss (1989) sustenta. É certo que a rearticulação a partir da formação conservadora conseguiu travar avanços mais à esquerda, mas não conseguiu tirar do texto a sua ênfase nas questões sociais e da garantia de direitos. Mesmo com perfil liberal-conservador, as diferenças políticas quanto aos temas mais polêmicos eram grandes. Assim, nem o governo e nem o empresariado conseguiram manter ascendência completa sobre o Centrão após a mudança do Regimento interno. A falta de consenso em certas pautas revelava o alto grau de fisiologismo de boa parte deputados do "Centrão" (RAVA, 2010), demonstrado pela existência de interesses particulares ou de outras origens, (de classe, de

grupos, regionais) pelo clientelismo e pelas negociações e trocas políticas – o famoso balcão de negócios parlamentar. Não à toa, o "Centrão" também tinha sua atuação associada à frase " é dando que se recebe". (BRAGA; MARCELINO; DOMINGOS, 2009)

De forma que o "Centrão" foi perdendo força conforme não demonstrava unidade nas questões relacionadas ao emprego, trabalho e organização econômica. Isso permitiu que muitas pautas à esquerda avançassem para o segundo turno e, posteriormente, fossem confirmadas para entrar no texto Constitucional de forma definitiva. O bloco também se mostrava mais inclinado a uma postura nacionalista e a garantir a maior parte dos direitos trabalhistas, embora tenha se posicionado de maneira expressiva pelo direito e proteção à propriedade privada e por uma economia fundamentada na iniciativa privada. Nos temas mais polêmicos destacados pelo DIAP, em relação aos interesses dos trabalhadores, é possível observar essa falta de coesão do Centrão, mesmo comprovada a sua característica conservadora. Em relação à estabilidade no emprego, apenas 8% dos seus parlamentares votaram a favor; Sobre a jornada de 40 horas, foram 12,8%; sobre o turno de 6 horas, 32,9%; em relação a aprovação do salário mínimo igual para todas as regiões, 42,8%; Férias com 1/3 do salário, 48.6%; favoráveis ao piso salarial. 46,3%. Em relação ao direito de greve, 63,9%. Já sobre o aviso prévio e à existência da Comissão de Fábrica, 36,7% e 5,8%, respectivamente.

As dificuldades em conseguir reunir 280 constituintes para forçar a votação das emendas coletivas como prioridade também levaram os parlamentares do "Centrão" a tentar composições com outros membros do parlamento, gerando negociações e concessões de ambas as partes. Concentraram-se, sobretudo, nos temais mais polémicos, de modo que 70% do texto da Comissão de Sistematização foi aprovado no primeiro turno (COELHO, 1988), sendo que as emendas coletivas do "Centrão" já eram alteradas nas negociações entre as lideranças partidárias, para se chegar a um consenso antes da votação no plenário.

Como efeito prático após a mudança do Regimento às vésperas do primeiro turno, o texto Constitucional proposto pela Comissão de Sistematização mantinha-se intacto na maior parte ao mesmo tempo em que apresentava novidades de última hora que não haviam sido discutidas com tanta consistência. São os casos, por exemplo, de dispositivos aprovados como o sistema presidencial de governo (após as discussões ao longo da ANC estarem embasadas no parlamentarismo), licença-paternidade, a definição de soberania popular, a definição pelo mandato de cinco anos de Sarney, a proibição de desapropriar para a reforma agrária a propriedade produtiva, a determinação de taxa de juros a 12% ao ano e revisão do texto Constitucional após 5 anos.

Após cinco meses de votação, o primeiro turno foi concluído em julho de 1988. Antes do início do segundo e decisivo turno, a pressão sobre a ANC continuava latente, e a preocupação tomava contra do empresariado e do governo. O presidente Sarney chegou a fazer um pronunciamento, em rede nacional, criticando o texto aprovado, concluindo que se o mesmo se mantivesse no segundo turno, a nova Constituição faria o país ser ingovernável. O discurso alarmista de Sarney foi prontamente respondido pelo presidente da ANC, deputado Ulisses Guimarães, reafirmando a soberania da ANC e afirmando que nova Carta tinha o "cheiro do novo e não o cheiro de mofo". (ROCHA, 2013)

À essa altura do processo constituinte, o empresariado nacional tinha conseguido avançar na proteção às pequenas e microempresas e na criação de novas estatais apenas por meio de leis. Os pontos que mais preocupavam o empresariado nacional industrial reunido na UB, no segundo turno, se referiam à confirmação da jornada máxima de 44 horas; a licença-maternidade de 120 dias, a estabilidade no emprego; a definição de empresa brasileira; a responsabilidade penal das empresas; as seis horas de jornada máximo em trabalhos com turnos.

A reação empresarial, capitaneada pelos industriais, prometia força. Já em maio de 1988, em comemoração ao Dia da Indústria, empresários reunidos na sede da CNI em Brasília escutavam de seu presidente, o senador Albano Franco, o chamado para "cerrarem a mais forte fileira no segundo turno da Constituinte, para eliminar do texto o excessivo intervencionismo do estado nos assuntos da empresa privada; a injustificável hostilidade contra o capital estrangeiro e a ilusória pretensão de seu substituir as lies da economia pela retórica bacharelesca".[194]

Sobre a participação do capital estrangeiro, o nível de preocupação do empresariado podia ser medido pelas suas declarações, que denunciava, fortemente, a existência de uma xenofobia. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, primeiro Vice-Presidente da Fiesp, usava um tom ameaçador: "O País está atento as decisões da Constituinte e os empresários esperam suas definições para voltarem a investir. Respeito os Constituintes e espero que não ajam emocionalmente nessa questão e que não exista sentimento xenófobo." Já Fuad Mattar, do grupo Paramount e também integrante do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, pedia para a Constituinte "atender os interesses da Nação, que precisa de recursos do exterior". E propunha uma análise heterodoxa sobre a nacionalidade das empresas: "Nada de xenofobia. Há empresas multinacionais que estão instaladas no País há mais de 50 anos e por

[194] "Maílson aplaude críticas de empresários à política fiscal. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ. 26/05/1988.

isso são legitimamente nacionais". Claudio Bardella, por sua vez, buscava o tom da racionalidade empresarial: " A definição de empresa nacional deve ser acompanhada de bom senso. Empresas que têm sócio majoritário nacional com controle efetivo, e com transferência de tecnologia rápida e eficiente, são exemplos de bons investimentos. Isso não deve ser esquecido, assim como a empresa estrangeira que estabeleceu raízes no País. O clima do Congresso deve ser anti-xenófobo para discutir esse assunto"[195]

A UBE organizou, para o segundo turno, uma lista de pontos fundamentais de interesse para a iniciativa privada.[196] Ainda no início dos trabalhos da ANC para essa etapa, cerca de 500 empresários se reuniram em Brasília para afinar as estratégias de ação, em julho de 1988. Essa articulação também foi definida em conjunto com o Palácio do Planalto. Nesse ponto, é importante destacar que o distanciamento entre empresariado e governo, sobretudo entre os industriais e Sarney, foi deixado em segundo plano, a partir da convergência política sobre a necessidade de conter avanços dos trabalhadores e garantir a primazia da iniciativa privada no desenvolvimento econômico nacional, com participação ampla do capital estrangeiro. Nesse sentido, é importante também observar o embate do grande empresariado diante das organizações de pequenas e médias empresas, mais propensas ao discurso nacionalista e protecionista, dada suas maiores dificuldades para concorrer ou se integrar ao capital estrangeiro. Ao final desses encontros, a UBE entregou ao presidente da ANC, deputado Ulisses Guimarães, 24 pontos que as entidades empresariais desejavam suprimir do segundo turno de votação, com destaque para o turno de seis horas, o direito irrestrito de greve o tabelamento dos juros[197].

Nas votações polêmicas destacadas pelo DIAP, mais uma vez observa-se o peso da atuação do "Centrão" na articulação dos interesses do governo Sarney e das elites econômicas do país: Em relação à Unicidade sindical, 47,6% se colocaram a favor; em relação ao presidencialismo, 80.2%, número bem próximo atingido sobre a definição do mandato de 5 para o presidente Sarney – 84,3%. Sobre a aposentadoria proporcional, 66,8% eram favoráveis. Já em relação à Reforma Agrária em terras produtivas (15,3%), direito de greve do servidor público (24%), criação do cargo de Defensor do povo (16,3%) e a garantia do monopólio da distribuição de Petróleo (7,7%), a adesão foi bem menor. Ainda, é preciso afirmar que outra tática adotada para o "Centrão" em votações nominais polêmicas era a de se

[195] Declarações retiradas da reportagem "Empresários defendem livre iniciativa" (O GLOBO, Rio de Janeiro, RJ)

[196] Empresários travarão "23 batalhas". O GLOBO, Rio de Janeiro, 21/07/1988 e "Lobby empresaria define supressivas" (FOLHA DE SÃO PAULO 21/07/1988 explicitam as críticas empresariais ao primeiro turno de votação.

[197] "Lobby empresarial define supressivas" (FOLHA DE SÃO PAULO 21/07/1988)

ausentar, o na tentativa de esvaziar o seu desgaste político e transferir a pressão para a obtenção de 280 deputados favoráveis aos grupos progressistas, convertendo-a num ônus político.

Durante o segundo turno, houve uma aceleração dos procedimentos para discussão e votação, com muitos destaques, emendas e alterações no texto sendo negociadas entre as lideranças partidárias antes de irem ao plenário. Além disso, decidiu-se que nenhum tema novo poderia ser colocado e que a supressão de conteúdos só poderia ocorrer com a aprovação por 280 deputados. A UBE concentrou-se, nesse momento, em reverter a decisão sobre a jornada máxima de seis horas por turno em linhas de produção ininterruptas, conseguindo, ao menos, a brecha no texto constitucional de que tal disposição poderia ser alterada mediante negociação coletiva nas empresas. Na batalha pela redução dos direitos trabalhistas previstas, o empresariado acumulou algumas vitórias, mas continuou descontente com o texto geral - restando-lhes, apenas, as críticas públicas na grande imprensa.

Em relação à estabilidade, a proposta de consenso do Centrão, endossada pelo empresariado, prevaleceu na revisão do segundo turno. Mais frouxa, previa a indenização compensatória, em 40% do FGTS por demissão sem justa causa, sendo prevista uma lei ordinária para regulamentar a estabilidade, excluindo o seu detalhamento da constituição. Em relação ao adicional de férias e ao aviso prévio, acumulou derrotas, tendo que aceitar pelo menos um terço a mais do salário normal para os trabalhadores e obrigação do cumprimento de no mínimo 30 dias de aviso. Na prescrição das causas trabalhistas, nova derrota, que estabelece cinco anos para ações e até dois anos após o fim do contrato. No direito de greve, a UBE não conseguiu retirar do texto a autonomia dos trabalhadores na decisão sobre as greves, mas conseguiu impor restrições nos serviços considerados essenciais, obrigando a sua manutenção nos períodos de paralisação, além da previsão de punições por danos ao patrimônio e agressões físicas.

Nas questões econômicas, as divisões dentro do empresariado brasileiro em relação à definição de empresa nacional levaram a uma derrota da UBE, que almejava uma definição mais simples, caracterizando como empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras com sede e administração no país. Porém, a resolução do primeiro turno, formulada pelo Centrão, com grande apoio das empreiteiras, temerárias da invasão estrangeiros ao seu setor, ainda que mais detalhada, não se contrapunha aos interesses multinacionais. Sobre a definição do Estado como agente regulador da economia, a UBE também saiu derrotada ao lutar pela exclusão da mesma.

Em um dos seus temas mais polêmicos – a pesquisa e lavra de recursos minerais, a vitória, ou a derrota, foi parcial. Seu lobby evitou a nacionalização forçada das multinacionais das mineradoras que desenvolviam atividades visando a sua própria produção industrial. Em contrapartida, para as empresas estrangeiras que tinha a mineração como atividade-fim, decidiu-se que as mesmas deveram passar para o controle brasileiro, o que obrigava as multinacionais a formarem empresas mistas, devendo o seu controle se estabelecer em pessoas físicas residentes no país. Em relação ao uso do subsolo, mais um avanço das posições nacionalistas atreladas à presença do Estado, mas que abria brechas para uma contraposição liberal: O Estado tornava-se o titular exclusivo do subsolo, podendo explorar as jazidas e a energia hidráulica; porém o proprietário do solo deveria obter uma porcentagem sobre a produção. Ainda, sobre a definição da taxa de juros em no máximo 12%, uma demanda construída pelo empresariado rural, vinculada à poderosa União Democrática Rural (UDR), a UBE tampouco conseguiu evitar, assim como a participação do capital estrangeiro no setor da saúde, que foi vetada.

Com a proximidade das eleições municipais de 1988, previstas para novembro os trabalhos da ANC tornaram-se ainda mais intenso nos meses de agosto e setembro. Além do desgaste político fruto de quase dois anos de trabalho, no mais longo processo constituinte da história nacional, muitos deputados sairiam candidatos em seus municípios, o que poderia desmobilizar os trabalhos na ANC, em meio à proximidade da campanha eleitoral. Finalmente, em 02 de setembro de 1988, as deliberações do segundo turno foram encerradas. A partir de então, a Comissão de Redação, criada a partir das reclamações das demandas do Centrão durante as negociações para a mudança do Regimento Interno, assumiu o preparo da última versão, em substituição à Comissão de Sistematização Em 5 de outubro, em meio a diversas solenidades com representantes dos três poderes e a presença de delegações internacionais, a nova Constituição é aprovada, encerrando, simbolicamente, o longo, lento e disputado processo de transição política para um Estado democrático.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL NO INICIO DA NOVA REPÚBLICA

A Carta de 1988 consagrou um modelo constitucional muito próximo da concepção de Estado de bem estar social[198] e com tendências nacionalistas (REIS FILHO, 2014, p. 161). Nesse sentido, pode-se compreender o descontentamento do empresariado, de forma geral e, de forma particular, do próprio empresariado industrial nacional, com o resultado final dos trabalhos da Constituinte. Sobretudo pelo excesso de detalhamento das atividades econômicas e da sua regulação pelo Estado; que também mantinha presença significativa na economia; e no que tange à ampliação e garantia dos direitos trabalhistas. Já em relação ao Estado como garantidor dos direitos sociais e à ampliação dos direitos políticos, houve poucas vozes dissonantes entre os industriais e na própria burguesia. Nesse aspecto, confirma-se o consenso construído na sociedade civil em torno desses pontos, onde a defesa pelo empresariado industrial, desde o documento dos oito, foi uma constante – em que pese as críticas do setor ao excesso de detalhamento na Carta.

Portanto, como experiência política, o processo constituinte de 1988 deixava claro, à sociedade civil, que o pleno funcionamento de uma ordem democrática necessariamente significava a institucionalização dos conflitos sociais, econômicos e políticos nas relações entre capital e trabalho. A negociação política, levaria à concessões de ambas as partes, ou a soluções permeadas de contradições e impasses – como é o caso da Constituição de 1988, que deve ser considerada como um reflexo dessa dinâmica histórica.

Ao mesmo tempo, a Constituição de 1988 afirmou como base da economia nacional a iniciativa privada, bem como a proteção à propriedade privada, fundamentando o país nos princípios de uma economia de mercado capitalista. Contudo, quando se analisa, ainda que brevemente, o capítulo VII, "Da ordem Econômica e Financeira", a complexidade e a continuidade das disputas em torno do desenvolvimento econômico nacional se faz presente. Logo em seu início, no seu primeiro artigo, 170, a Carta afirma:

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
> I – Soberania nacional
> II – Propriedade privada
> III – Função social da propriedade
> IV – Livre concorrência

[198] "Já desde o preâmbulo afirmava-se que os representantes do povo tinham se reunido para instituir um "Estado democrático" destinado a assegurar o exercício dos "direitos sociais e individuais". Em seguida, no título II, dos direitos e garantias fundamentais, dispunha dos direitos e deveres individuais e coletivos. A grande novidade, porém, viria no capítulo II desse título, quando da formulação dos direitos sociais, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência socil, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, todas essas questões eram apresentadas como "direito de todos e dever do Estado". (REIS FILHO, 2014, p. 161)

> V – Defesa do consumidor
> VI – Defesa do meio ambiente
> VII – Redução das desigualdades regionais e sociais
> VII – Busca do pleno emprego
> IX – Tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte

Já em sua leitura, o artigo 170 transparece o tensionamento das disputas na Comissão de Ordem econômica e na Comissão de Sistematização. Ao mesmo tempo em que coloca como um dos seus pilares a livre iniciativa, o outro que lhe sustenta é o trabalho humano. Além disso, deixa claro que qualquer exercício de atividade econômica só pode ser legítimo se objetivar a justiça social. O enlace da livre iniciativa a um ideal identificado como progressista também se projeta nos princípios que devem reger a ordem econômica, na medida em que o primeiro inciso é defesa da soberania nacional. Em seguida, atrela-se à justiça social e à soberania nacional à Propriedade privada, elencada no inciso II, mas, que, por sua vez, deve cumprir função social (Inciso III).

O contraste a ênfase na questão social no ordenamento econômico se firma nos incisos IV e V, que colocam como princípios constitucionais duas afirmações embasadas na ideologia capitalista: a livre concorrência e a defesa do consumidor. As preocupações sociais são retomadas nos princípios pela redução das desigualdades regionais e sociais e a busca pelo pleno emprego, conformando, assim, as expressões contraditórias do artigo 170, posto que, mesmo considerando os princípios apenas como ideais a serem perseguidos, o pleno emprego e redução das desigualdades tornam-se imprecisos quando se trata de uma organização econômica capitalista.

Por fim, o último princípio, além de reafirmar a verve nacionalista, projeta o intervencionismo estatal na economia, expondo, por definitivo os tensionamento entre o liberalismo e o estatismo ancorado no nacionalismo, tão marcante no debate sobre o desenvolvimento econômico nacional.

Assim, a Constituição de 1988 atualizou, ou requentou, os dilemas diante do desenvolvimento dependente, na medida em que o embate entre setores nacionalistas e setores mais alinhados ao capital estrangeiro permanecia atual, para a sociedade brasileira - inclusive, dentro da burguesia nacional. Se havia consenso quanto a relevância do capital estrangeiro sobre o desenvolvimento nacional, o limite e as determinações sobre as sua atividades ainda geravam muitas polêmicas, que a própria Constituição não conseguiu resolver. A opção por definir o que é uma empresa brasileira e o que é uma empresa brasileira de capital nacional se

torna, nesse sentido, emblemática, no Artigo 171, revelando, de todos os modos, a força política desse setor, quando analisada a dubiedade[199] do texto constitucional:

> Art. 171 - consideradas:
> I – Empresa brasileira constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País;
> II – Empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito publico interno, estendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (Cepam) (FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA, 1990, p. 403),

> A simples definição de empresa brasileira, no inciso I, gera a compreensão de que quaisquer empresas, mesmo as multinacionais, serão consideradas brasileiras, pois lhes basta comprovar o fato de ter suas sede e administração no país. O mesmo entendimento se dá à empresa brasileira de capital nacional. Basta que o controle da empresa esteja em mão de pessoas físicas ou jurídicas ("de direito público interno), tanto do ponto de vista do capital como do exercício do poder decisório.

Em relação à regulamentação do capital estrangeiro, os constituintes preferiam optar por deixar indicada a necessidade da elaboração de uma lei posterior, dada a falta de consenso dentro da Constituinte, o que revelava as próprias divergências internas da burguesia nacional, além da representatividade do discurso nacionalista dentre o conjunto da ANC. Conforme o artigo 172:

> "A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros"

Sobre a participação do Estado na economia, previsto nos artigos 173 e 174, mais uma vez expressava-se o fôlego da disputa entre o pensamento liberal e o estatista, cujas origens remontam à tradição do pensamento nacional-desenvolvimentista. O artigo 173 inicia-se delimitando, "a exploração direta de atividade econômica pelo Estado" que "só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definido em lei." Ou seja, permite a existência do Estado-empresário, mas tenta

[199] Ainda assim, a definição proposta trazia dúvidas entre os próprios empresários, sobretudo aqueles mais identificados com um postura nacionalista, como era o caso de Antônio Ermírio de Morais: "Na minha cabeça, ainda não entrou direito essa história de empresa brasileira de capital nacional. Se a empresa é brasileira, seu capital só pode ser nacional " (Painel. Folha de São Paulo, 02/05/1988)

controlá-lo. Nos seus caputs, de 1 a 3, o artigo destaca a igualdade de condições entre empresas publicas e privadas, ao definir que as estatais, de sociedade publica ou mista, se sujeitam as mesmas leis válidas às empresas privadas, além de determinar a inexistência da exclusividade de privilégios fiscais para as mesmas. Em contrapartida, no 4º e 5º caput, o artigo também prevê a regulação e controle da iniciativa privada, ao estabelecer a punição ao abuso do poder econômico – por meio do monopólio e do aumento arbitrário dos lucros, inclusive conferindo responsabilidade penal às pessoas físicas que dirigem as pessoas jurídicas, por "atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular".

Se o artigo 173 caracteriza o Estado-empresário, o seguinte, 174, define os seus outros meios de intervenção econômica :

> Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assim, o artigo 174, fortalece o papel do Estado na economia, ao consagrar o planejamento econômico - fundamental no setor público e indicativo no setor privado – e a regulação da economia como sua responsabilidade, colocando limites constitucionais, ao pensamento liberal.

O processo constituinte, ao seu fim, foi um reflexo de um novo momento político para a sociedade brasileira no que concerne às relações entre capital-trabalho e aos rumos do desenvolvimento econômico nacional. Durante todo o processo de instauração da Nova República, entre 1985 e 1988, tanto o empresariado industrial nacional como os trabalhadores, por meio dos seus órgãos de classe, tradicionais ou não, mobilizaram-se para fazer valer as suas reivindicações. Nesse sentido, o debate político em torno dos interesses de classe ganhou também espaço na opinião pública, onde se denota uma mobilização intensa para se ocupar os espaços midiáticos. Outro espaço de intensa disputa, evidentemente, foram as próprias eleições executivas e legislativas, em especial para a ANC, consolidando o novo contexto político nacional: em que pese as limitações e fragilidades da construção democrática no país, uma nova dinâmica se impunha, onde o poder legislativo ganhava uma nova dimensão, sendo necessário atuar neste espaço, de forma concomitante ao poder executivo.

Assim, o reestabelecimento da democracia representativa, que teve amplo apoio dos industriais desde os finais dos anos setenta, contou com grande participação do setor. As eleições de representantes para os cargos executivos e legislativos, a aproximação com os

partidos políticos e estruturação de um lobby poderoso no Congresso, por meio da atuação organizada em entidades empresariais.

Neste cenário, o empresariado industrial destacou-se por uma postura ideológica mais próxima dos princípios neoliberais, tornando-se um dos seus alicerces para a sua afirmação no país durante a década de oitenta. Ainda que com diferenças dentro do setor em relação à formas ou a intensidade da participação do Estado na economia e na regulação das relações capital-trabalho, é possível observar uma certa coerência no posicionamento antiestatizante no que se concerne a essas duas frentes. Fomentado ao longo de todo o processo conflituoso entre abertura e democratização, essa postura dos industriais ganhou forma e corpo ao longo desse primeiro momento da Nova República para, na década de 90, tornar-se, de fato, dominante no meio industrial.

Durante a ANC, a atuação dos industriais se dedicou, sobremaneira, a barrar as propostas que proporcionassem ao Estado o fortalecimento do seu papel na economia. Como fica explícito na Carta, o sucesso da mobilização política dos industriais afirmou-se pela determinação de que o setor privado é o maior responsável pelo desenvolvimento da economia nacional.

Os posicionamentos defendidos pelo empresariado industrial no período de redemocratização do país levam, portanto, ao entendimento da existência de uma mudança programática. A visão do Estado como um ente fundamental para o processo de industrialização do país, marcante no século XX, desde a década de 1930 até o fim do milagre econômico, foi dando lugar a um discurso político nitidamente liberal, pautado na contraposição entre mercado e Estado. Contudo, outras duas características marcantes da trajetória dos industriais permaneceu nesse novo momento: a necessidade do planejamento, e, por consequência, a existência de um discurso permeado pela ambiguidade. Se a diminuição do Estado aparecia como uma condição para a liberdade politica e econômica, isso não significou o abandono das reivindicações a favor do planejamento econômico estatal, com a garantia de participação direta dos industriais nos órgãos institucionais responsáveis pela tarefa. Para Diniz (1997, p. 105):

> A despeito do acordo quanto às linhas mais gerais do modelo e do consenso em torno da ideia de que a empresa privada deveria assumir o papel de motor e líder do processo de crescimento, essa unidade se desfazia quando a ênfase se deslocava para o plano das especificações e detalhamentos, com a definição de políticas para as diferentes áreas. Nesse momento, vinham à tona as divergências setoriais e os desencontros entre discurso e prática política. Prevalecia a posição de abertura ao capital estrangeiro, mas as variações oscilavam do liberalismo mais radical à defesa da reserva de mercado. Criticava-se o capitalismo cartorial, mas aceitava-se a prática

> das intervenções para salvar empresas à beira da falência. Observa-se uma demanda generalizada pela contenção dos gastos públicos e pela redução do déficit, considerados causa fundamental da inflação, mas ao mesmo tempo verificava-se uma oposição sistemática às tentativas de cortar os subsídios e reformular a política de incentivos.

A unção da liberdade como palavra de ordem da atuação dos industriais também expressava contradições em outra área vital para os interesses do setor: direitos trabalhistas e organização sindical. Sob o manto da liberdade, o discurso antiestatal direcionava-se para a diminuição da participação do Estado nas relações capital-trabalho, o que garantiria uma prática mais democrática. Ao mesmo tempo, enquanto defendiam, na retórica, a liberdade sindical, atuavam para manter sua estrutura oficial existente, ou seja, com maior dependência do Estado[200]. Além disso, o empenho do setor no combate ao avanço dos dispositivos sociais defendidos pela classe trabalhadora organizada na ANC - como o direito irrestrito de greve, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, parlamento em dobra das horas extras e o aumento da licença-maternidade – expressam, de maneira significativa, a noção de liberdade e de aprofundamento democrático que o discurso liberal do setor envergava.

Por fim, cabe avaliar também que se a construção da democracia na Nova República, seja no plano institucional ou na sua própria valorização na sociedade civil, contou com a participação decisiva do empresariado industrial nacional, isso não significou o abandono ou a desvalorização dos meios tradicionais de acesso ao poder que o setor construiu na para influencia nas decisões do Estado. Pelo contrário. É preciso considerar que elite industrial jogou seu peso a favor do retorno à democracia – e o fez, de acordo com os seus interesses e suas avaliações sobre o jogo político mas o fez de forma concomitante à manutenção dos seus canais de acesso ao Estado, notadamente no poder executivo. Tal conclusão ganha força quando se avalia, ainda que de forma breve, uma posição majoritariamente das lideranças industriais e das entidades representativas do setor em favor da manutenção do presidencialismo, fortalecendo as pressões para o sucesso da manobra do "Centrão" em derrubar o parlamentarismo, sistema político que contava com ampla maioria entre os constituintes até o início do segundo turno da ANC.

A confirmação do presidencialismo manteve, na configuração que a Nova República conformou às instituições políticas, uma concentração de poderes considerável no executivo.

---

[200] "[...] A despeito das declarações oficiais favoráveis a liberdade sindical, tanto no âmbito da Constituinte, quanto na esfera do ministério do Trabalho, os empresários opuseram-se sistematicamente às tentativas de desmantelamento da estutrura oficial. Por intermédio, priniciplamente, da CNI e de inúmeros sindicatos regionais, em diferentes momentos o empresariado defendeu a unicidade sindical e a obrigatoriedade da contribuição dos associados, peças essenciais da persistência da tutela estatal (DINIZ, 1997, p. 106).

Quando se analisa a participação do empresariado no governo Sarney, é possível compreender a preferência dos industriais ao presidencialismo, dado que o governo responsável por conduzir o país a Nova Republica manteve e até restaurou os canais de participação direta do empresariado nacional.

O que se observa, portanto, é a ampliação da atuação política do empresariado industrial, tanto na sociedade civil e no parlamento, como nas agências, órgãos e ministérios governamentais ligadas à promoção da política econômica (DINIZ; BOSCHI; LESSA, 1989). O estreitamento dos vínculos entre empresariado e os agentes tecnocráticos durante o governo Sarney foi evidentes – sendo que muitos desses agentes eram oriundos das fileiras empresariais – isso sem considerar a ocupação de cargos de alto escalão, como o ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio e o BNDES por industriais. Tem-se, então, a formação de uma estrutura de atuação híbrida (DINIZ, 1997, p. 94), em que os novos formatos de exercício de poder na democracia – participação e eleições direta para cargos executivos e legislativos, atuação e lobby organizado no Congresso – passaram a conviver com a manutenção de uma estrutura oriunda do período democrático e, sobretudo, do período da ditadura civil-militar, numa espécie de reatualização dos anéis burocráticos. A combinação de um formato corporativo de acesso direto às instâncias burocrática do Estado com espaços de maior autonomia, próprios da democracia, mesmo que com restrições e limitações, configuraram-se, assim, como uma das características marcantes da atuação do Empresariado industrial nacional no processo de consolidação da Nova República.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciada em fevereiro de 2013 e finalizada em maio de 2016, esta dissertação foi produzida, durante toda sua pesquisa e redação, no contexto de uma crise política profunda no Brasil, somada a um quadro de graves dificuldades econômicas. Passados quase 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, o período da Nova República vive um momento singular, em que muitas das conquistas sociais asseguradas na Carta de 1988 aparentam estar sob ameaça – isso sem entrarmos na discussão sobre como, ao longo das últimas décadas, uma série de direitos afirmados na Constituição não foram garantidos ou, ao menos, não de forma integral.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser sintomático pensar que as conquistas sociais de 1988 estão ameaçadas quando, em realidade, algumas delas sequer se efetivaram. Ainda que o caráter social da Carta de 1988 tenha sido, desde sua promulgação, muitas vezes interpretado como um conjunto de intenções que deveriam ser atingidas, servindo como orientadores das políticas públicas, essa situação é reveladora de como o processo constituinte de 1987-1988 produziu uma carta avançada, do ponto de vista social, mas também contraditória, na medida em que não consegue efetivar-se em sua totalidade (CAMPOS, 1989). Isso reflete o próprio momento em que a Carta foi elaborada, sobre um pacto social cuja fragilidade foi demonstrada pelas dificuldades nas negociações políticas entre os diferentes setores mobilizados – notadamente entre a burguesia e os trabalhadores –, em um cenário econômico deteriorado, no qual o conflito distributivo expressava a problemática da desigualdade social profunda à qual o desenvolvimento dependente estava atrelado. Diante de tais considerações, pode-se afirmar que a Carta elaborada foi menos fruto de um pacto, fracassado, do que de um equilíbrio entre posições marcantes que se configuraram no âmbito da sociedade brasileira.

Após anos de estabilidade e crescimento econômico experimentados durante a administração do Governo Federal pelo PT, nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e na primeira metade[201] do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), reeleita em 2014 e afastada do cargo em 2016, o atual cenário econômico aponta, mais uma vez, para as contradições impostas pela manutenção do desenvolvimento dependente e seus impactos sociais e políticos.. As críticas ao excesso de intervenção do Estado na economia e ao fato de o Estado gastar muito, sendo necessário um rigoroso corte orçamentário para a redução do

[201] Considerando os dos mandatos garantidos nas eleições de 2010 e 2014.

déficit, ressurgem com força e são desferidas contra os preceitos institucionais os quais o empresariado de mostrou bastante crítico na Constituição.

Dentre as organizações que mais se destacaram no apoio ao processo de ruptura institucional em marcha, o qual levou ao afastamento da presidenta da República pelo Senado Federal para o posterior julgamento sobre seu *impeachment*, está, justamente, a Fiesp (FIESP, 2016a). Uma das principais articuladoras das manifestações pró-*impeachment*, a entidade transformou sua sede e sua campanha contra a criação ou o aumento de impostos pelo governo reeleito em símbolos do movimento oposicionista (DIEGUEZ, 2016). Empenhada no discurso pela redução do Estado, que estaria impedindo os investimentos na inciativa privada e a retomada do crescimento industrial, a Fiesp defende a retirada do PT do Governo Federal (FIESP, 2016b), o que não deixa de ser contrastante com o próprio desempenho do setor industrial durante os anos de crescimento econômico promovidos pela administração petista, e também com a própria atenção que as políticas econômicas de Lula e Dilma concederam às demandas dos industriais, sobretudo na gestão desta última – responsável por diversas desonerações e isenções para manter o crescimento industrial, já num momento de desaceleração econômica. Mesmo com esses incentivos, a indústria não reverteu a queda na produção.

Ainda que toda essa discussão não seja o objeto da presente dissertação, que se encerra, é importante destacar que o discurso emanado da Fiesp dirige-se à redução do Estado, tanto no que diz respeito a sua participação direta no desenvolvimento econômico como no corte dos gastos públicos e sociais, mas também defende a flexibilização das leis trabalhistas[202], o que ataca, frontalmente, os direitos dos trabalhadores, precarizando-os – tal como é o caso da proposta de regulamentação da terceirização. No que concerne à redução do Estado, diga-se de passagem, estamos diante da possibilidade de uma nova onda de privatizações (o governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 2003, foi o responsável por privatizar uma série de empresas estatais). É nesse sentido que se deve refletir sobre a ameaça de um desmanche da proteção social e trabalhista (TEMER, 2016) em contraposição ao que se assegurou 1988 e que, de certa forma, gerou não só um descontentamento entre os industriais como uma vigorosa articulação política do setor para limitar maiores conquistas – em que pese o fato de, na maioria dos pontos votados em relação à ordem social, as demandas dos trabalhadores terem sido contempladas.

[202] Ver os projetos de lei n.º 87/2010, n.º 427/2015, n.º 1875/2015, n.º 450/2015, n.º 550/2015, n.º 726/2015, n.º 3871/2015.

Se o conflito distributivo novamente se apresenta como pano de fundo, no cenário da atual crise, o posicionamento do empresariado industrial, ao menos das entidades que se colocaram publicamente, como a Fiesp e a CNI, indica também que ao longo da Nova República o setor industrial manteve, em certa medida, uma visível coerência em relação ao que defendia no momento de fundação desse período político. Ele reverbera o discurso liberal, mantendo-se próximo ao setor financeiro e, assim, demonstra as relações cada vez mais estreitas entre os dois setores ao longo das últimas quatro décadas. Um discurso liberal marcado pela postura antiestatal que, por sua vez, aparece de forma, se não contraditória, ao menos ambígua, quando se avalia não apenas a política de incentivos à indústria, mas também o papel desempenhado por órgãos governamentais – a exemplo do BNDES – na promoção do desenvolvimento industrial.

O breve comentário aqui exposto sobre a atual conjuntura nacional coloca-se no sentido de afirmar a necessidade se promoverem análises e pesquisas sobre o perfil do empresariado industrial nacional. O papel desempenhado pelos industriais brasileiros na defesa de seus interesses deve ser analisado a partir da reflexão sobre os pensamentos econômicos e políticos construídos pelo setor, bem como de seus posicionamentos e práticas. Constituem-se como elementos fundamentais para se compreender não só o processo de desenvolvimento nacional, mas também as próprias feições políticas conformadas pelo Estado brasileiro.

O capitalismo dependente associado, no Brasil, contou com diferentes formas políticas para se efetivar e atualizar – tendo no empresariado industrial nacional um de seus pilares. A condição dependente do capitalismo nacional, se relegou a burguesia industrial nacional a um papel esvaziado de hegemonia, não impediu – muito pelo contrário – que ela desempenhasse um papel extremamente ativo a fim de garantir o próprio desenvolvimento dependente como condição para o exercício de seu poder. Sua participação ativa na conformação do bloco de poder multinacional e associado, considerando as diferenças existentes entre os setores da burguesia nacional e internacional que o conformava, gerou um comportamento político e econômico marcado pelo pragmatismo e baseado na adoção de posições táticas que objetivavam seu crescimento político e econômico – mesmo que isso tenha significado a impossibilidade do próprio exercício de uma hegemonia política e econômica.

Tal condição permitiu ao empresariado industrial nacional variar suas posturas conforme a conjuntura política e econômica nacional, embora seja possível identificar algumas características consolidadas nos posicionamentos empresariais, com destaque para aqueles que marcam, justamente, seu caráter dependente, como a defesa da participação do

capital estrangeiro no desenvolvimento industrial e do protecionismo em determinados setores da economia. Seu caráter conservador em relação às demandas sociais, mesmo nos momentos de maior abertura a essas causas, também se apresenta de forma constante, reafirmando a ideia de desenvolvimento dependente, que tem como um de seus traços marcantes a manutenção de uma desigualdade social expressiva.

A variação tática em seus posicionamentos torna-se mais clara quando retomadas as participações do empresariado industrial nos diferentes momentos analisados na dissertação – com destaque para atuação dos industriais durante a defesa da necessidade do planejamento econômico para a industrialização do país, e da própria implementação do projeto desenvolvimentista; na articulação do golpe de 1964 e na estruturação da ditadura civil-militar; em sua participação decisiva para os rumos políticos e econômicos tomados pelo país no processo de transição política para o restabelecimento da democracia; ou no atual momento, em que uma parcela significativa do empresariado industrial atuou para a ruptura institucional que se encontra em marcha.

Assim, em 1964, por exemplo, a burguesia industrial foi um dos principais articuladores do golpe e, durante a ditatura civil-militar, estabeleceu estreitas relações com o Estado autoritário, convergindo para uma prática de criminalização dos movimentos sociais e repressão àqueles que discordavam do regime. Participou da montagem do regime, dando-lhe suporte e sendo determinante para o modelo de desenvolvimento adotado, pautado no rápido crescimento industrial por meio do aproveitamento da poupança externa, dos investimentos de capital estrangeiro e do estabelecimento do tripé econômico que lhe garantiu prioridades em determinados setores da indústria. Em síntese, o endosso dos industriais à ditadura deu-se de forma orgânica ao autoritarismo do regime: o setor não elaborou, ao menos publicamente, um pensamento sólido sobre o desenvolvimento econômico nacional, tampouco sobre os problemas sociais, resguardando-se sob as hostes de governos que o levaram a cabo ao custo da violência política e do aumento das desigualdades sociais.

Já na transição política da ditadura para a democracia, a postura dos industriais tomou outras dimensões, quando lideranças do setor passaram a apoiar o retorno à democracia. A conjuntura social, econômica e política do momento exigia que o empresariado industrial não apenas declarasse publicamente seu apoio ao restabelecimento da democracia, mas que ele se posicionasse perante a crise econômica e as desigualdades sociais que latejavam. Nesse aspecto, o "documento dos oito" (SÓ DEMOCRACIA, 1978) e, posteriormente, o "documento dos doze"(DOCUMENTO,1983) colocam-se como fontes determinantes em relação ao pensamento dos industriais brasileiros quanto ao desenvolvimento nacional.

Ao elaborar um pensamento de maior amplitude sobre as questões nacionais, durante a transição política, o empresariado industrial conseguiu legitimar-se como um ator político importante para o reestabelecimento da democracia, em uma experiência, no mínimo, nova para o setor. Contudo, mesmo nesse momento de abertura para as questões políticas e sociais, em que, aparentemente, o pragmatismo e os interesses particulares do setor cediam espaço a uma disposição em negociar com os diversos setores mobilizados da sociedade civil, pode-se constatar uma postura essencialmente conservadora.

Nesse sentido, a viabilização de sua participação política nos rumos nacionais deu-se por meio da construção de uma identidade política que fosse para além dos interesses corporativos, por meio de uma postura que procurou o diálogo e o debate com a sociedade brasileira. Ainda, é preciso situar que as lideranças industriais promotoras dessa movimentação, com traços marcantemente progressistas, tornaram-se referências públicas no que diz respeito à imagem dos industriais perante a população, empurrando as principais entidades e associações patronais a adotar, ao longo da transição política, posicionamentos próximos àqueles defendidos por tais lideranças, a fim de se viabilizarem também, não só diante da sociedade civil, mas entre seus próprios pares que referendavam a postura adotada pelas lideranças do *documento dos oito* (SÓ DEMOCRACIA, 1978) e do *documento dos doze* (DOCUMENTO, 1983).

Contudo, ao mesmo tempo, como discutido nas seções 2 e 3 desta dissertação, essa guinada democrática não significou o abandono de uma postura essencialmente conservadora. O realinhamento dos industriais pela democracia contribuiu tanto para o fim do regime como para o prolongamento da transição política, na medida em que o setor procurou, a todo momento, manter os canais e os espaços de poder consolidados durante a ditadura civil-militar. O conservadorismo do setor industrial também se revelou por sua própria atuação pragmática em relação às questões sociais e políticas. Pedia liberdade, mas exigia o controle dos movimentos grevistas. Queria democracia, mas não endossou as Diretas Já, preferindo o arranjo da Aliança Democrática. Para enfrentar a crise econômica, exigia a redução do Estado e cortes orçamentários, reclamava da intransigência dos movimentos dos trabalhadores, mas não abria mão de reduzir seus lucros.

A dificuldade de compreender, ou definir, de maneira coerente, as linhas gerais do pensamento industrial estende-se, justamente, não só pelos diferentes posicionamentos entre os próprios industriais e suas entidades, como também nas relações com as demais frações da classe burguesa. Uma postura mais reformista de certas lideranças industriais, em determinados momentos, teve de dar lugar ao conservadorismo, quando das negociações com

a classe trabalhadora organizada. A busca por uma coesão entre a burguesia, construída a duras penas e, muitas vezes, sem consenso mínimo, impunha-se diante da organização cada vez mais intensa dos movimentos dos trabalhadores. Durante a Constituinte, tal dinâmica mostrou-se de forma evidente. Para compor propostas ou fechamento de questões em determinados temas da ordem social e da ordem econômica, as frações burguesas buscaram articular-se em torno de uma pauta comum, o que muitas vezes significou a defesa de uma postura mais próxima do liberalismo econômico, contrariando, em certos pontos, os pensamentos de algumas lideranças industriais. Tal contexto também é revelador da própria limitação do poder do empresariado industrial diante das demais frações burguesas, notadamente os setores financeiro e mercantil, alinhados ao liberalismo econômico e a um notório conservadorismo nas questões sociais e políticas[203].

Nesse aspecto, denota-se também que o momento de transição política da ditadura para a democracia obrigou o empresariado industrial a investir nas negociações políticas de forma pública – uma condição fundamental para o funcionamento do sistema democrático. Fosse com o governo, com os trabalhadores ou com a classe empresarial, o debate público colocou-se, minimamente, às claras, diferentemente do que ocorrera em 1964. A própria existência da ANC e, por consequência, do fortalecimento do Poder Legislativo, condicionou os industriais a uma nova postura política, de negociação constante. Se em 1964 a opção fora pelo apoio ao uso da força e ao esvaziamento do poder congressual, hipertrofiando o Executivo – que se tornou a principal arena das disputas e do exercício do poder industrial –, a fundação da Nova República, democrática, exigia uma participação ativa no Congresso, de modo a influenciá-lo em suas decisões, e a uma presença constante nos debates para a opinião pública, também com o intuito de influenciá-la. Por outro lado, o empresariado industrial procurou manter e ampliar sua influência no Poder Executivo durante o governo Sarney, o que indica sua consciência quanto às prerrogativas do Executivo na promoção das políticas públicas e sobretudo da política econômica - demonstrando sua redobrada atenção para os aspectos conjunturais do país.

No fundo, o empresariado industrial nacional teve de aprender como se portar politicamente em um contexto de ordem democrática. Nesse momento, teve de equacionar a elaboração de um pensamento sobre o desenvolvimento nacional com a necessidade de manter seu pragmatismo político. Nesse sentido, a formatação de um tom mais progressista durante o início da transição política teve de dar lugar, durante as disputas políticas e

[203] O que não deixa de refletir o próprio contexto internacional da década de 1980, com ascensão de governos neoliberais nos países do centro capitalista, em especial nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

econômicas nos governos Figueiredo e Sarney e, evidentemente, na ANC, a uma postura mais conservadora, diante dos conflitos políticos com os trabalhadores e das disputas pela conformação que o Estado nacional deveria assumir na Nova República, sobretudo no que diz respeito às questões econômicas.

Essa dinâmica exigiu das lideranças industriais e das entidades patronais a aprendizagem da negociação política, o que muitas vezes conflitava com a própria postura autoritária de seus representantes. O empresariado industrial aprendeu, ao longo de todo o processo constituinte, das eleições de 1986 até a formação do Centrão, que a articulação política no Poder Legislativo era uma frente a qual requeria mobilização intensa para que fossem aprovados seus interesses, dada a heterogeneidade de posições existentes no Congresso. O jogo político institucional levou o empresariado industrial à negociação no parlamento em muitas das demandas dos trabalhadores, validando as práticas democráticas e cedendo espaço para um equilíbrio maior entre as forças políticas representantes da sociedade civil naquele momento. Perdendo algumas batalhas e vencendo outras, ele passou a conviver com a democracia – aquela mesma defendida no *documento dos oito* (SÓ DEMOCRACIA, 1978) e que se consolidava, mesmo que com muitas dificuldades e a duras penas.

Por outro lado, sua desenvoltura no Poder Legislativo ao longo do processo constituinte também demonstra a capacidade de a burguesia multinacional e associada, com expressiva participação das lideranças industriais, reverter adversidades no jogo político a partir de manipulações das regras democráticas institucionalizadas, como no caso da derrubada do regimento da ANC pelo "Centrão".

A longa transição democrática, que encontra entre seus responsáveis o empresariado industrial, é reveladora da consciência empresarial sobre o ritmo mais lento que a democracia impõe às tomadas de decisões. No caso da Constituição de 1988, a desaprovação pelos empresários do setor de alguns pontos da Carta, sobretudo em relação às questões trabalhistas e às possibilidades de participação intensa do Estado no ordenamento econômico e social, limitou-se às críticas públicas a respeito dos resultados finais do processo constituinte. Em seu conjunto, prevaleceu, entre os industriais, a avaliação de que certos pontos poderiam ser discutidos novamente por meio das revisões constitucionais e, sobretudo, da aprovação das propostas de emendas constitucionais no Congresso.

O caminho tomado pelo empresariado durante a trajetória da Nova República orientou-se, dessa forma, para a ampliação de sua representatividade no Congresso, por meio de candidaturas e, sobretudo, do financiamento de campanha para o Poder Executivo e para o

Legislativo[204]. Nessa caminhada, algumas conquistas foram articuladas com bastante eficiência. Já em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que contava com amplo apoio dos industriais, foi aprovada a Emenda Constitucional n.º 6, a qual suprime a definição que diferenciava empresa brasileira de empresa brasileira de capital nacional. A emenda também autorizou a participação de empresas brasileiras com capital estrangeiro na concessão de lavra de recursos minerais. Já as emendas constitucionais n.º 8 e n.º 9, aprovadas também em 1995, permitiam a concessão das telecomunicações e das atividades de petróleo e gás natural ao setor privado. Em 2003, sob o governo Lula, foi flexibilizada a regulação do Sistema Financeiro Nacional, autorizando-se a participação do capital estrangeiro.

Finalmente, quando se reflete sobre os posicionamentos do empresariado industrial nacional desde o processo constituinte até o apoio aos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, é possível constatar seu alinhamento ao neoliberalismo – que encontra raízes na associação com o setor financeiro e o capital estrangeiro – bem como compreender o neoliberalismo como expressão da permanência do desenvolvimento dependente (BOITO JR., 2003). A articulação entre as elites da burguesia brasileira ao capital multinacional dos centros capitalistas mantém uma industrialização associada que, por sua vez, produz uma alta concentração de renda, tornando a economia nacional ainda mais subordinada ao capital estrangeiro. Uma estrutura econômica que exige, para sua viabilidade, a garantia da superexploração do trabalho como condição para o processo de acumulação interna de capitais e para a geração de valores que são transferidos às economias capitalistas centrais. Dessa forma, mantém-se um baixo desenvolvimento tecnológico do parque industrial nacional, incapaz de gerar produtos com alto valor agregado, capazes de competir no mercado internacional.

Portanto, no cenário atual de desenvolvimento capitalista, caracterizado pelo predomínio do neoliberalismo, perpetua-se um quadro de dependência marcado pela vulnerabilidade externa estrutural somada a uma fragilidade financeira reforçada pela abertura comercial e financeira realizada no início da década de 1990; pelo descontrole na movimentação de capitais; e pela consolidação de uma pauta de exportações baseada nas *commodities* e nos produtos industriais de baixo valor agregado (CARCANHOLO, 2004). A opção do empresariado industrial em se alinhar ao modelo de desenvolvimento dependente na sua fase neoliberal reforça, nesse sentido, a prevalência, entre o setor, de uma postura

[204] Sem dúvida, um dos temas mais polêmicos em relação aos desequilíbrios que os setores mais ricos podem trazer à política. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou ilegais as doações empresariais. Ver Matoso (2015).

coerente com sua própria formação histórica e com sua trajetória fundamentada numa prática que privilegia o pragmatismo e a consciência de que o exercício de seu poder na sociedade de classes brasileira está atrelado às articulações e rearticulações políticas que propiciem as condições para a continuidade do desenvolvimento dependente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Moderna, 1995.

AMORIM, Felipe. Conspiradores fizeram pesquisa de opinião antes de decidir pelo golpe de 64. **Última instância**, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68192/Conspiradores+fizeram+pesquisa+de+opiniao+antes+de+decidir+pelo+golpe+de+64.shtml>. Acesso em: 15 maio 2016. Não paginado.

_____. Ligada a conspiradores, "Seleções" exalta participação de civis em golpe de 64. **Opera Mundi**, São Paulo, 24 jan. 2014a. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/33617/ligada+a+conspiradores+selecoes+exalta+participacao+de+civis+em+golpe+de+64.shtml>. Acesso em: 15 maio 2016. Não paginado.

_____. Revista Fortune revela já em 64 elo entre empresários de SP e embaixada dos EUA para dar golpe". **Opera Mundi**, São Paulo, 24 jan. 2014b. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/33603/revista+fortune+revela+ja+em+64+elo+entre+empresarios+de+sp+e+embaixada+dos+eua+para+dar+golpe.shtml>. Acesso em: 15 maio 2016. Não paginado.

ANTÔNIO Ermírio critica militares e apóia diretas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 1984, Política.

BAER, Werner; GUILHOTTO, Joaquim José M.; FONSECA, Manuel Alcino. Mudanças estruturais na economia industrial brasileira: 1960-1980. **Revista de Conjuntura Econômica**, jul. 1986.

BALANÇO Anual 1977. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, set. 1977.

BALANÇO Anual 1978. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, set. 1978.

BALANÇO Anual 1979. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, set. 1979.

BALANÇO Anual 1987. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, set. 1987.

BALANÇO Anual 1988. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, set. 1988..

BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. Política industrial e desestruturação produtiva. In: **Crise Brasileira:** anos oitenta e governo Collor. Instituto Cajamar, 1993.

BARBOSA, Agnaldo de Souza. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. **Revista de Estudo de Sociologia**, Araraquara, 2003.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **O PTB e o trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo. 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a campanha das diretas. **Lua Nova**, São Paulo, n.º 76, p. 169-196, 2009.

BETTING, Joelmir. Antônio Ermírio. Notas Econômicas. **Folha de S. Paulo**, 24 dez. 1982.

BIANCHI, Álvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba n.º 16, p. 123-142, jun. 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. **Crítica Marxista**, n.º 17, p. 10-36, nov. 2003.

BOSCHI, Márcia Maria. **Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950)**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSCHI, Renato Raul; DINIZ, Eli. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

BRAGA, Sérgio; MARCELINO, Daniel; DOMINGOS, Luiz. Parlamentares na Constituinte de 1987/1988: uma contribuição à solução do "Enigma do Centrão". **Política Hoje**, Recife: UFPE, v. 18, n.º 2, 2009.

BRANDÃO, Rafael Vaz de Mota. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979). Texto de Discussão n.º 9. **Polis**: Laboratório de História Econômico-Social, Rio de Janeiro, 22 ago. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/polis/wp-content/uploads/2013/11/texto_9A.pdf>. Acesso em: 7 maio 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n.º 3, 1982a.

_____. O PMDB e a burguesia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1982b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/OsAnosFigueiredo1978-1985/pdf/82.06.29.O_PMDB_e_a_burguesia.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. **O colapso de uma aliança de classes: a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil:** 1930-1983. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **Pactos políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BRITO, Paulo. **Economia brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004.

CAMPOS, Roberto. **Ensaios de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICO, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo. 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 208.

CARONE, Edgard. **A Quarta República** (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., e CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. **Anais...**, Caxambu, 2003.

CASTRO, Antonio de Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea:** 1945-2004. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. **Acessa.com**, mar. 2003. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=31>. Acesso em: 22 out. 2014. Não paginado.

CODATO, Adriano Nervo. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Uma História política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e política**, Curitiba, nov. 2005.

COELHO, João Gilberto Lucas. O processo constituinte. In: GURAN, Milton (Org). **O Processo Constituinte 1987-1988**. Kodak, 1988.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n.º 1, p. 103-119, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572014000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 maio 2016.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.º 14, p.

COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via não clássica para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **História e Ideal:** ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Unesp, 1985.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **De Geisel a Figueiredo:** os empresários e a transição política no Brasil. Datilo. 1983

_____. **Empresários e o regime no Brasil:** a campanha contra a estatização. 1984. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

_____. **Empresariado e estado na transição brasileira**. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Estado e economia em tempo de crise**. São Paulo: Relume Dumará, 1997.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013.

DIEGUEZ, Consuelo. QG do impeachment. **Piauí**, n.º 115, abr. 2016. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/qg-do-impeachment/>. Acesso em: 25 maio 2016.

DINIZ, Eli. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945). Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Empresariado e Transição política no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

_____. **Crise, Reforma do Estado e governabilidade:** Brasil 1985-95. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. **Modernização e consolidação democrática no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989.

DOCUMENTO DOS DOZE. **Memoria Votorantim**. Acervo Antônio Ermírio de Moraes. 1983

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita na Nova República**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

_____. **1964:** a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2008.

EMPRESÁRIOS condenam arrocho e juros altos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1983.

EMPRESÁRIOS temem rigidez. **Diário Comércio e Indústria**, 10 set. 1980.

ERMÍRIO cita Santo e pede ao Governo que mude menos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 dez. 1977, Seção Nacional, Caderno 1, p. 12.

ERMÍRIO diz não ver sentido na posição da Fiesp. **Folha de S. Paulo**, 21 jun. 1978.

ESTATIZAÇÃO e reforma, o temor dos empresários. **O Estado de São Paulo**, 2 jun. 1977.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança:** as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n.º 28-29, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006>. Acesso em: 17 maio 2016. Não paginado.

_____. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder, 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 2001, p. 836

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n.º 28, p. 81-98, 2009.

FERNANDES, Florestan: **A ditadura em questão**. São Paulo: TAQ, 1982.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângelo Castro. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FIESP paga milhões pelo impeachment. **Fórum**, 29 mar. 2016a. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/segundatela/2016/03/29/estadao-tira-a-mascara-e-faz-em-sua-pagina-campanha-pro-impeachment/>. Acesso em: 25 maio 2016.

FIESP e centenas de entidades publicam anúncio pelo impeachment já! **FIESP**, 29 mar. 2016b. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>. Acesso em: 25 maio 2016.

FLEISCHER, David. Um perfil sócio-econômico, político e ideológico da Assembleia Constituinte de 1987. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11., 1987, Águas de São Pedro. **Anais...**, Águas de São Pedro: Anpocs, 1987.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (Orgs.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. Centros de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (Cepam). Breves anotações à Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1990.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O Brasil Pós-milagre**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As ilusões armadas**. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **As ilusões armadas**. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREMAUD, A.P.; PIRES, J.M. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** In: KON, A. (Org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GROS, Denise B. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do "movimento pela liberdade empresarial". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 9, n.º 2, p. 130-146, 1988.

_____. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas**, v. 3, n.º 2, p. 273-300, jul.-dez. 2003.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea:** 1945-2004. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JAGUARIBE, Helio. Política ideológica e política de clientela. **Digesto Econômico**, São Paulo, ano 6, n.º 68, p. 41-62, jul. 1950.

_____. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

IANNI, Octavio. O Brasil nação. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Brasil em Artigos**. São Paulo: Fundação Seade, 1995.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmen Aparecida. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, v. 31, n.º 1, p. 118-138, jan.-mar. 2011.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias**. O Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira:** as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOVATTO, Angelica. **A utopia nacionalista de Jaguaribe:** os tempos do Iseb. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

MAGALHÃES, Almeida. **A controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico.: uma reformulação.** Rio de Janeiro: Record,1964..

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Fundação Getulio Vargas, vol. 9, n.º 4, out./dez./1989.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARTINS, Luciano. Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATOSO, Filipe. Dilma sanciona reforma política, mas veta doação de empresa a campanha. **G1**, 29 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/dilma-veta-doacao-de-empresas-campanhas-eleitorais.html>. Acesso em: 25 maio 2016.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º 76, p. 139-156, nov. 2006.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen.** Ciência, tecnologia e indústria na construção da nação. 2002. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONCLAIRE, Stéphane. As grandes características do último processo constituinte brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 45, n.º 179, p. 277-295, jul./set. 2008.

O COMPROMISSO do diálogo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 21 set. 1978.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OMETTO, Ana Maria H; FURTUOSO, Maria Cristina; SILVA, Marina Vieira da. Economia Brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, n.º 29, p. 403-414, 1995.

OS EMPRESÁRIOS pedem um regime democrático. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 1977, p. 7.

PASSOS, Maria Cristina; CALANDRO, Maria Lucrécia. Considerações sobre a reestruturação da Indústria Brasileira. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 13, n.º 1, p. 115-130, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRONE, Leandro Avena. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil:** Um estudo sobre a obra de FHC e suas Implicações para a teoria da dependência. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2010.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Bienal, 1986.

RAVA, Benh-Hur. Empresários e transição democrática. Os interesses de classe na Constituinte de 1987/1988. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n.º 188, out./dez. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, DAVID RICARDO SOUSA. **Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart**. 2013. 235 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. **Lua Nova**, São Paulo, n.º 88, p. 29-79, 2013.

RODRIGUES, Leôncio. Quem é quem na Constituinte. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 1987.

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. **FGV. CPDOC**. [s.d.]. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em: 15 maio 2016.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil 1500-1820**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1943.

_____. Desenvolvimento Industrial e tarefas do pensamento (conferências). São Paulo, 1959.

_____. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília, DF.: Ipea, 2010.

SINGER. **A crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÓ DEMOCRACIA absorve tensões sociais. **Folha de S. Paulo**, 27 jun. 1978, Economia, p. 20.

SODRÉ, Nélson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

SOUZA, Edson Rezende. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem** (TEL), v. 1, n.º 1, p. 147-164, jan./jul. 2010.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. Campinas: Hucitec, 1986.

_____. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 16, n.º 1, jan.-mar. 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

TEMER vai propor flexibilizar jornada de trabalho e salários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 maio 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Iseb:** fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982.

URIBE, Gustavo. Segundo coronel reformado, FIESP subornou ex-ministro de Jango para apoiar golpe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/segundo-coronel-reformado-fiesp-subornou-ex-ministro-de-jango-para-apoiar-golpe-11638679>. Acesso em: 15 maio 2016. Não paginado.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. O Processo Brasileiro de Industrialização: uma visão geral. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 10., 1990, Louvain.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen:** análise de ideologia. São Paulo: USP, 1987.